

O DISCURSO HIGIENISTA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE
MODERNA: O PAPEL DA REVISTA ***A AURORA – LETTRAS –
ARTES – CIÊNCIA***

MARIA ALICE RIBEIRO DE OLIVEIRA POHLMANN

“Dissertação apresentada ao Centro de Ciência do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais”.

Orientadora: Prof^a Teresa Peixoto Faria

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

Junho - 2003

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do CCH / UENF

016/2003

Pohlman, Maria Alice Ribeiro de Oliveira

O discurso higienista na construção da cidade moderna: o papel da revista "A Aurora – Letras – Artes – Sciencia"./ Maria Alice Ribeiro de Oliveira Pohlman. – 2003.

103 f. il.

Orientador: Teresa de Jesus Peixoto Faria

Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes, RJ, 2003.

Bibliografia: f. 92 – 103.

1. Modernidade – Campos dos Goytacazes, RJ – século XX. 2. Sociologia urbana - Campos dos Goytacazes, RJ. 3. Higienismo – Campos dos Goytacazes, RJ. 4. Reforma urbana - Campos dos Goytacazes, RJ. 5. Representação Social – Campos dos Goytacazes, RJ. 6 Civilidade – Campos dos Goytacazes, RJ. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. II. Título.

CDD – 307.76098153

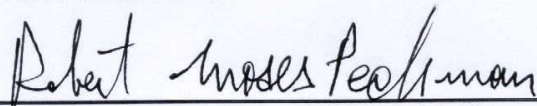
O DISCURSO HIGIENISTA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE MODERNA: O PAPEL DA REVISTA *A AURORA - LETTRAS- ARTES-SCIÊNCIA*

MARIA ALICE RIBEIRO DE OLIVEIRA POHLMANN

“Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais”

Aprovada em 23.06.2003

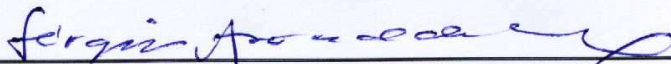
Comissão Examinadora:



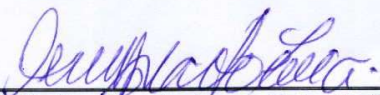
Prof. Robert Moses Pechman (Doutor, História – UNICAMP)



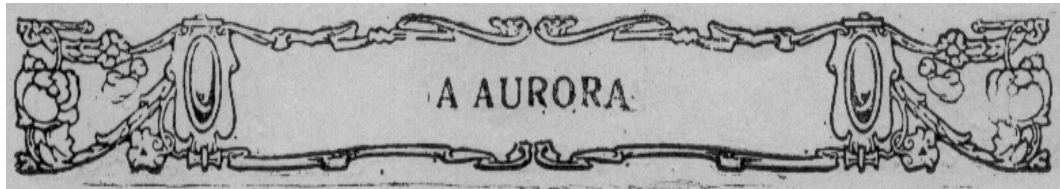
Prof. Marcelo Carlos Gantos (Doutor, História e Memória Visual: novas Tecnologias e Linguagem Contemporânea – UFF -Universidade Federal Fluminense)



Prof. Sérgio Arruda de Moura (Doutor, Linguística)
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Profª. Teresa de Jesus Peixoto Faria (Doutora, Estudos Urbanos)
Ecole Des Hautes Etudes Em Sciences Sociales – Paris – França
orientadora



Essa dissertação é dedicada especialmente aos meus pais, Edna e Joel *in memoriam*, ao meu marido Ricardo e a minha filha Mariana, por todo amor, dedicação, estímulo e principalmente pela compreensão; além do exemplo de integridade e perseverança, tornando possível esta trajetória acadêmica.

Agradecimentos

Não foram poucos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho se concretizasse. A todos que acreditaram e torceram por mim e participaram deste processo, quero agora agradecer:

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha orientadora, Doutora Teresa de Jesus Peixoto Faria, por sua orientação científica e acadêmica durante todo o trabalho, pelo incentivo e afeto, pela convivência intelectual e pela amizade, por suas observações precisas e, sobretudo, pelo apoio, confiança e credibilidade ao meu desenvolvimento ao longo de todo trabalho.

Aos meus queridos pais, Edna e Joel (*in memoriam*) por desde cedo me ensinarem a vencer os obstáculos da vida, acreditar nos nossos ideais e lutar por eles.

Ao meu marido Ricardo e minha filha Mariana, de apenas seis anos, que muitas vezes compreendeu a minha necessidade de dividir o tempo entre ela e os livros, o laboratório e a pesquisa.

Agradeço também à Nilza, grande companheira das atividades domésticas, que durante este tempo gerenciou meu lar, para que pudesse seguir minha trajetória, tranqüila.

Aos amigos e professores Adélia Miglievich, Marcos Pedlowski; Marcelo Gantos e Sérgio Arruda, que contribuíram com sugestões e críticas pertinentes, que possibilitaram o amadurecimento e o avanço das idéias iniciais desta pesquisa.

Ao revisor desta dissertação, prof. Marcos Pedlowski, agradeço pelo profissionalismo durante o desenvolvimento do meu trabalho sempre atento e contribuindo para meu amadurecimento e crescimento acadêmico.

À grande amiga Eliane Pedlowski, pela sua amizade, carinho e incentivo aos meus trabalhos, pelos momentos de luta, de alegria e de tristeza que pudemos compartilhar, apesar da distância.

Ao carinho e dedicação da amiga Carmem Lúcia Ferola de Castro Magalhães com o seu trabalho minucioso de revisão textual dos capítulos ajudando na qualidade do texto final desta dissertação.

Aos amigos que deram uma boa contribuição na montagem desta dissertação. São eles: Prfª Adriana Moreira (inglês); Lidiane Silva (bolsista de trabalho); especialmente às duas bolsistas de iniciação científica, Simone Pedro Vieira e Ivanisy Amaral, à colega de mestrado Silviane Vieira e ao Leonardo Cavadas pela sua grande contribuição na parte de artes desta dissertação. Aos funcionários da bancada do CCH Joanita, Fernando e Claudenir, que sempre estiveram prontos para ajudar-me durante a digitação, entre outros, com também pela oportunidade de convivência, de trocar idéias e compartilhar de bons momentos nestes anos de UENF.

Aos funcionários das instituições em que pesquisei na cidade de Campos dos Goytacazes, como o Sr. Elvino, funcionário do Arquivo do jornal *O Monitor Campista*; Sr. Hélio, do arquivo da Câmara Municipal de Campos; Sílvia Paes, da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima – setor História de Campos, ao Dr. Wellington Paes pelo uso freqüente do seu arquivo e a Leonardo Vasconcellos pelo acervo de fotografias da cidade, utilizada neste trabalho.

Finalmente agradeço a bolsa de estudos fornecida pela FENORTE e pela UENF.

[Voltar](#)

Sumário

Introdução.....	VI
Capítulo I A Produção do Discurso Higienista.....	01
1.1-As representações sobre a cidade e os modelos de intervenção no espaço urbano.....	02
1.1.1 - A teoria positivista na intervenção do espaço.....	08
1.1.2- “ <i>Depósito de Peste</i> ”: a imagem das cidades brasileiras e a implantação de modelos.....	11
1.2 – Sob o Signo da Mudança.....	16
1.2.1 – O sentido da modernidade no início do século XX.....	16
1.2.2 - O discurso das representações da cidade e da vida urbana.....	19
1.2.3 - A abordagem da questão social e dos problemas urbanos nos discursos higienistas.....	20
1.2.4 - Discurso sobre a higiene e a disciplina.....	22
1.3 – A contribuição dos Médicos e Engenheiros ao discurso de normatização da sociedade.....	23
Capítulo II – <i>A Aurora –Lettras – Artes –Sciencia</i>	31
2.1 – A Palavra Revista.....	31
2.2 – Da <i>Infância</i> à <i>Aurora</i>	32
2.2.1 – A festa da <i>A Aurora</i> : um evento cultural na cidade.....	40
2.2.2 – O ambiente cultural onde era produzida <i>A Aurora</i>	42
2.3 – <i>Palavras também constroem cidades</i>	44
2.3.1– Os discursos da <i>A Aurora –Lettras –Artes –Sciencia</i> em relação às práticas do cotidiano.....	45

Capítulo 3 – O Discurso e a Prática: Atos do Poder Público e Denúncias do Jornal <i>O Monitor Campista</i> para a construção da <i>Cidade Moderna</i>	68
3.1 – As Posturas Municipais: <i>A Cidade Que Se Quer</i>	72
3.1.1 – Com relação à higiene e saúde públicas.....	72
3.1.2 – Com relação à representação e práticas culturais da rua	76
3.1.3 – O combate aos cortiços: Insalubridade x Salubridade física e moral.....	77
3.2 – A Imprensa denunciando: <i>A Cidade Que Se Tem</i>	80
3.3. – A Viabilização da <i>Cidade Moderna</i>	82
Conclusão.....	87
Referências Bibliográficas.....	92

Fotografias

Figura 1 – capa do capítulo I

Avenida 15 de Novembro , em 1904

Figura 11 – capa do capítulo II

Boulevard da Imprensa, destacando o prédio ao fundo *Café Hight Life*, em 1916

Figura 23 – capa do capítulo III

O rio *Parayba do Sul* - foto de 1905

Tabelas

Nº 1 – Segundo ano de publicação e números das edições anuais da revista.....37

Nº 2 – Os principais articulistas da *A Aurora*.....39

Nº 3 – Temáticas dominantes em *A Aurora* 1900/1917.....46

Anexo I

Anexo II

Anexo III _

RESUMO

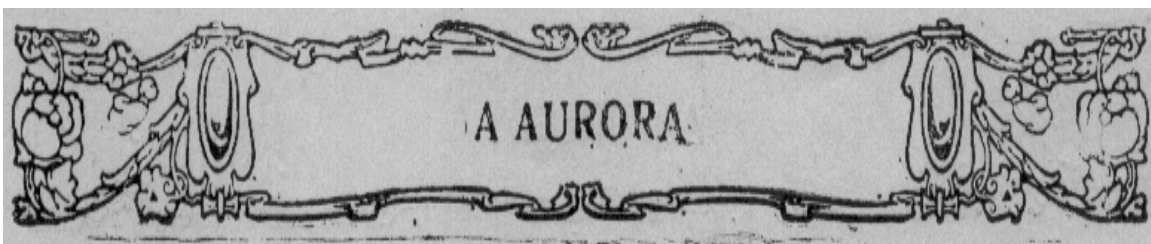


Esta dissertação analisa o processo de modernização da cidade de Campos dos Goytacazes, no início do século XX, a partir do resgate dos ideários da construção do Brasil Moderno, confrontados com os discursos higienistas acerca da moral e dos padrões de condutas publicados na revista *A Aurora – Letras – Artes – Sciencia*. O objetivo é mostrar que estes discursos buscavam criar, refletir ou projetar uma imagem da cidade que nem sempre é compatível com a realidade vivida pela população pobre urbana. Além disso, buscou-se apontar os conflitos de representações e de práticas sociais que se manifestam no espaço urbano e a relação destes com o início do fenômeno de segregação sócio-espacial.

ABSTRACT



This dissertation analyses the construction of the Modernization Process of Campos dos Goytacazes, in the beginning of the 20th century, from the atonement for the ideals of the construction of Modern Brazil, compared with the hygienists' speeches published by the ***A Aurora- Letras- Artes- Ciencias*** magazine between 1900 and 1917. These articles, usually written by physicians, engineers and intellectuals, expressed emerging views among urban elites on health, hygiene, moral and socially acceptable behaviors. The objective was to demonstrate that such speeches were to create, reflect or project the image of the city that is not always compatible with the reality lived by its poorer inhabitants. In addition this work brings to light the conflicts of behaviors and social habits that appeared in the urban of Campos, setting the beginning of the social-spatial segregation in Campos dos Goytacazes in the 20 th century.



Introdução

Dentro do cenário de mudanças políticas, econômicas, sociais e de consolidação dos centros urbanos, a revista tornou-se uma das expressões das exigências da vida moderna, exercendo a função de suporte para a veiculação da imagem de um "novo" Brasil, "moderno", "civilizado" cuja palavra de ordem era o "progresso" (Martins,2001) .

Para entendermos este processo, no contexto urbano, é necessário lembrar dois eventos muito importantes: a Abolição da Escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889. O advento da Abolição alterou significativamente a morfologia social e urbana, pois com o aparecimento de uma classe de trabalhadores urbanos, houve um aumento da população seguido de uma mudança de estrutura ocupacional da cidade. Por outro lado, a Proclamação da República foi um marco importante, especialmente no que se refere às expectativas de renovação política que a mudança de regime, ao menos nos primeiros anos, suscitou entre os intelectuais e membros da elite política (Carvalho,1985). Saía-se do escravismo e ingressava-se no processo de construção de uma sociedade do tipo capitalista urbano-industrial.

Estes fatos abriram caminho para a constituição de uma nova sociedade que via, nas reformas urbanas e sanitárias, nova forma de controle social (Herschmann,1994). Percebe-se, então, a produção de discursos elaborados por intelectuais, médicos e engenheiros acerca de higiene, da moral e dos padrões de conduta, veiculando-as imagens de progresso e de civilização que iluminavam o

universo cultural da burguesia em ascensão, tendo como referência à modernização européia.

Naquele período a imprensa passou a veicular os interesses e atender as expectativas de segmentos políticos, conformando-os aos modelos em voga e, na maioria das vezes, a serviço da reprodução do sistema. Segundo Martins (2001), desde então, as revistas matizavam a realidade, veiculando imagens conciliadoras de diferenças, atenuando contradições, destilando padrões de comportamentos, ou seja, expressando o comprometimento apriorístico com aquilo que o leitor queria “ler” e “ouvir”.

Se a revista era modismo na Europa, por que não no Brasil, reiterando a tradição do país de transplantes precipitados, por vezes anacrônicos, reforçando o caráter fantástico de busca de nossa modernidade forçada a se nutrir, não da realidade social, mas das fantasias, miragens e sonhos? (Martins,2001)

Inicia-se assim, a desconstrução da cidade colonial e a sua reestruturação, não apenas material, mas também cultural, principalmente no que concernia às suas representações. Segundo Rago (1998), a formulação da idéia urbana, atrelada à idéia sanitária, encontrou na fotografia e nas revistas o recurso ideal de sua propagação, reproduzindo imagens quase imaculadas, no cenário traçado pelo compasso, sugerindo asseio e relações civilizadas. Em lugar das febres e doenças, estampava-se o serviço de saneamento em ação, o embelezamento urbano e as novas condutas sociais.

Campos dos Goytacazes, encontrava inserida nesse processo de modernização, tanto que tornava-se palco de uma série de reformas e intervenções no espaço público (rua) e no privado (a moradia) .

Os estudos urbanos sobre Campos são recentes. No que tange à história urbana, podemos destacar os trabalhos de Heloísa Manhães Alves (1996) e o de Teresa Peixoto Faria (1998). O trabalho de Alves tenta demonstrar que a remodelação implementada no espaço urbano da cidade, no final do século XIX, articulava-se com o projeto político de tornar Campos a capital do Estado do Rio de Janeiro. O trabalho de Faria fez uma análise, num longo espaço de tempo, do seu processo de urbanização quanto à transformação de sua morfologia social e urbana, resgatando novos atores e fatores responsáveis pela produção do seu espaço urbano.

Situada à margem direita do rio Paraíba do Sul, as condições ambientais conferem a Campos uma feição particular. Lamego (1974, p.176) descreveu muito bem as condições ambientais da cidade enfatizando que *“ao descrevermos a geologia da planície salientamos que na margem direita do Paraíba, na zona de aluviões, só existe um lugar alto na inflexão do rio, ocupado pela cidade”*. As demais áreas da cidade eram baixas e compostas por brejos e lagoas, indicando que a cidade só poderia expandir-se por meio de aterramentos que efetivamente foram feitos, muitas vezes, com lixo, entulhos, colocando a população em risco, principalmente nas épocas de enchentes.

No fim do século XIX os investimentos eram muitos na cidade. Os transportes foram dinamizados com a instalação de várias companhias de

navegação¹ com linhas regulares, como também as linhas férreas e o transporte urbano². As condições sanitárias da cidade levaram a elite política³ local a conceber políticas públicas de saneamento, buscando dar a Campos as feições adequadas de uma cidade moderna. Em 1885, a *Campos Sydicat Limited* obteve a concessão para instalar serviços de água e esgoto, que começaram a funcionar, efetivamente em 1887.

Como neste período nascia no país uma imprensa vivaz, inovadora em seus segmentos, que refletia a nova ordem política e a nova sociedade. A imprensa passou a ser a “porta-voz” na veiculação das transformações ocorridas no espaço urbano como também, divulgava a riqueza e o progresso da cidade (Martins,2001). Na cidade de Campos dos Goytacazes, as transformações ocorridas no espaço urbano eram registradas e comentadas pela imprensa local. O jornal *O Monitor Campista*⁴, por exemplo, funcionava como órgão oficial da Câmara Municipal.

Martins (2001) relata que ao folhear um jornal ou uma revista revelava-se para o leitor a cidade moderna como, um palco, abrindo-se para viver o projeto de Ordem e Progresso.

É neste contexto que se destaca a revista *A Aurora – Letras – Artes – Ciências*, que publicava os discursos de higienista⁵, cumprindo, em Campos, o papel de divulgar a imagem da cidade moderna e embelezada, assim como as novas condutas sociais, ditando novos padrões de comportamentos buscando moralizar o espaço privado (casa) e o público (rua). Em relação ao espaço privado os higienistas enalteciam o papel da Família, como também as transformações

¹ Em 1872 foi inaugurada a linha fluvial no canal Campos-Macaé, em 1876 a Cia, de Navegação São João da Barra-Campos (Salgado,1988)

² Em 1873 foi inaugurada a primeira estrada de ferro, Campos_S.Sebastião; em 1875 Campos-Macaé favorecendo as trocas de comunicação com o Rio de Janeiro. Em 1877, Campos-Carangola, favorecendo o crescimento e intercâmbio com o interior; em 1888 a Leopoldina Railway conclui a conexão com Niterói. Em 1875, após muitas solicitações ao governo provincial, os campistas viram circular o primeiro bonde à tração animal (Faria,2001).

³ Segundo Faria (1998), neste momento a elite local era formada por comerciantes, usineiros, pequenos industriais e profissionais liberais (médicos, engenheiros, dentistas, promotores, advogados, fornecedores de cana e pecuarista), que participavam da Câmara municipal e outras entidades com poder de decisão, como a Associação Comercial .

⁴ O jornal *O Monitor Campista*, fundado em 1834, com o título de *O Recompilador*. É o terceiro jornal mais antigo do País em circulação, e se mantém como Diário Oficial do Município.

⁵ Segundo Jurandir Freire Costa, este termo refere-se aos profissionais da medicina, da engenharia e a intelectuais que funcionaram como teóricos ou executores da política higienista da cidade, da população e da família.

nas moradias, com sendo um dos pontos fundamentais na reeducação do indivíduo e no que diz respeito ao espaço público a nova representação que a rua passaria a ter perante o modelo da sociedade moderna, civilizada.

Vale ressaltar a importância da imprensa periódica como fonte documental, pois esta revela o processo de construção da identidade de uma sociedade e de suas representações. Segundo Martins (2001), os periódicos são fontes privilegiadas de análise do historiador por envolvê-lo no tempo pretérito em que ele busca reconstruir e documentar o passado através do registro múltiplo: do textual ao iconográfico; do perfil de seus editores ao de seus leitores; reunindo suas variadas visões de mundo e imaginários coletivos. Deste modo, tanto quanto um jornal, porém mais que o livro, a revista pode ser um instrumento eficaz na propagação de valores culturais, em virtude de seu caráter de momento, ligeiro e de fácil consumo.

Partindo da hipótese de que o discurso higienista contribuiu para disciplinar, moralizar e organizar o espaço público e privado das cidades, as questões levantadas nesta pesquisa são:

De que maneira os discursos higienistas – um dos pilares de construção da cidade moderna – apresentavam-se nos artigos da revista *A Aurora* e quais as principais idéias que os norteavam?

Como se articulavam os discursos de *A Aurora* perante as discussões e deliberações da Câmara Municipal?

As intervenções realizadas pelo Poder Público Municipal conduziram ao início do processo de segregação sócio-espacial da cidade de Campos?

O objetivo deste trabalho é, a partir do resgate dos ideários da construção do Brasil Moderno, confrontados com os discursos publicados em *A Aurora – Letras – Artes – Sciencia*, destacar a importância dessa revista no processo de remodelação e modernização da cidade de Campos dos Goytacazes no início do século XX.

Procedimentos da pesquisa e referencial teórico

A idéia de investigar a revista *A Aurora – Letras – Artes – Sciencia* partiu da leitura da tese de doutorado de Faria (1998), quando, no capítulo referente à modernização da cidade, é demonstrada a intensidade da sua vida cultural, identificando os inúmeros teatros, cafés, jornais e publicações literárias, dentre as quais se destaca a revista *A Aurora* como uma das representações da vida urbana moderna.

A relevância deste estudo encontra-se no fato de *A Aurora* nunca ter sido objeto de uma pesquisa acadêmica, apesar de ter ocupado um lugar de destaque na memória dos intelectuais campistas e de ser a representação e a expressão das manifestações de cunho literário e jornalístico, além de ser um estudo histórico, no qual buscamos resgatar o papel desempenhado por uma revista, em Campos, nesse período de formação do Brasil Moderno.

A princípio, trabalhar com pesquisa documental, no Brasil, é uma tarefa que requer muita paciência e perseverança. Em Campos, esse sentimento é dobrado, pois as fontes estão dispersas e, quando as encontramos, estão mal conservadas, geralmente não estão classificadas e nem sempre estão guardadas em local adequado, dificultando o desenvolvimento do trabalho.

Os exemplares existentes de *A Aurora* encontram-se arquivados na Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL), no setor História de Campos. Lá encontrei com a colaboração e dedicação de Sílvia Paes, assim como no arquivo particular do médico Wellington Paes. Para minha surpresa, ao ler os exemplares da revista, deparei-me com um belo e rico documento a respeito da produção literária campista, que publicava também artigos de cunho higienista, escritos por médicos, engenheiros e intelectuais.

Para ordenar esta primeira fase de busca documental, em relação à revista, foram criadas três tabelas para auxiliar o trabalho de pesquisa: tabela 1, constando números das edições publicadas anualmente e outras características; tabela 2 onde, identifico os principais articulistas da revista, apontando quem escreve, sua formação familiar e cultural, como também a atuação destes profissionais na sociedade campista e enfim, na tabela 3, identifico a temática dominante desses artigos durante o período de 1900/1917.

Após a criação dessas tabelas, para avaliar a importância do discurso da revista na construção do ideário modernista em Campos com a veiculação de imagem da cidade “civilizada”, recorri a outras duas fontes documentais referentes ao mesmo período da *A Aurora*: as Atas das Assembléias da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes e os exemplares do jornal *O Monitor Campista*.

Como referência teórica para empreender uma análise histórico-sociológica e também entender o sentido dos discursos, foram usados os textos *A Ordem dos Discursos e Arqueologia do Saber* (Foucault 1999 e 1996), *Palavra e Discurso* (Baccega, 1995), *Da Interpretação dos Discursos e A Linguagem e seu Funcionamento* (Orlandi, 1990) , *Tendências da Análise do Discurso e Elementos de Análise do Discurso* (Fiorin, 1990 e 1998) e *Análise de Textos de Comunicação* (Maingueneau,2001).

No que se refere à interpretação dos textos, Fiorin (1990) esclarece que ao trabalhar com os textos é necessário compreender que o discurso produzido por um dado documento, como objeto cultural ou social, foi produzido a partir de certas condicionantes históricas e em relação dialógica com outros textos.

Assim, no que concerne aos artigos higienistas publicados em *A Aurora*, na interpretação desses textos realizou-se uma análise buscando identificar a forma como os sentidos se instalam a partir da ação e os efeitos dos discursos apresentados na revista, mapeando as idéias que os norteavam, bem como os argumentos utilizados.

Identifiquei, em seguida a situação política e cultural do momento em que os discursos eram produzidos. Assim, atentei para o objetivo do emissor na sua relação sociolingüística com o receptor ou, na terminologia precisa, do enunciador para o co-enunciador (a quem o texto é dirigido e o que se pretende com ele).

Finalmente foi realizada uma reflexão, apoiada nas leituras sobre a construção do pensamento urbanístico pautado nas questões de higiene, reflexão esta voltada para as intervenções ocorridas nas cidades brasileiras – a construção da modernidade brasileira – buscando pontos de semelhança e divergências com aquela ocorrida em Campos, e qual o modelo de organização do espaço daí resultante, que conduziu ao início do fenômeno de segregação sócio-espacial da cidade.

Ao constatar-se que o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, Corrêa (1995) explica que na cidade capitalista o espaço é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social que é profundamente desigual.

Tanto Corrêa (1995) como Rolnik (1998) salientam que a desigualdade do espaço urbano deve-se à atuação do Estado na organização espacial da cidade, devido ao seu tratamento desigual no provimento de serviços públicos.

Maingueneau (2001) afirma que o discurso é orientado não somente porque é concebido em função de uma perspectiva assumida pelo locutor, mas também porque se desenvolve no tempo de maneira linear. O discurso constrói-se com efeito, em função de uma finalidade, devendo supostamente, dirigir-se para algum lugar.

Esta dissertação foi organizada em três capítulos. No capítulo 1 “**A produção do discurso higienista**”, é apresentada uma revisão teórica sobre o assunto, que abrange três eixos de análise: as representações sobre a cidade e os modelos de intervenção no espaço urbano, a teoria positivista na intervenção do espaço, “Depósito de Pestes” : a imagem das cidades brasileiras e a implantação de modelos, Sob o signo da Mudança: o sentido da modernidade no final do século XIX e início do século XX, a contribuição de médicos e engenheiros ao discurso e ações para “higienização” da sociedade, destacando o pensamento do sanitarista Saturnino de Brito, principalmente no Plano de Saneamento (1903) que elaborou para a cidade de Campos dos Goytacazes.

No capítulo 2 analiso a revista A Aurora – Letras – Artes – Sciencia. Iniciando com o histórico desde seu surgimento, demonstro as Tabelas 1,2 e 3. Também destaquei o ambiente cultural da cidade e a produção intelectual, para justificar o papel desenvolvido pela revista. Ao analisar os artigos de cunho higienista com relação às práticas do cotidiano na construção da cidade moderna, mapeei os valores e os padrões de condutas que visavam contribuir para disciplinar, moralizar e organizar o espaço público e privado. A partir de então, mostrei que estes buscavam criar, refletir ou projetar uma imagem da cidade que nem sempre é compatível com a realidade vivida pelos habitantes mais pobres,

enfazando os conflitos de representações e práticas sociais que se manifestam no espaço urbano, marcando o início do fenômeno de segregação sócio-espacial.

No capítulo 3 **“O discurso e a prática: atos do poder Público e Denúncias do jornal *O Monitor Campista* para a construção da cidade moderna”**. Desenvolvi um estudo das Atas da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes (1900/1917)⁶ com o objetivo de realizar a intertextualidade entre o discurso da revista com as Posturas e deliberações da Câmara. Para isto foram criado os itens: 3.1 - *As Posturas Municipais: a cidade que se quer*”. 3.1.1 - A nova representação e práticas culturais da Rua na cidade moderna; 3.1.2- O combate aos cortiços: insalubridade x salubridade física e moral; 3.1.3- As ações do Poder Público: na higiene e Saúde Pública, 3.2 – O jornal *O Monitor Campista* denunciando a cidade que se tem; 3.3 – A viabilização da cidade moderna, com grande destaque à gestão do prefeito, o médico Luiz Caetano Sobral, por considerar ter sido na sua administração que o projeto de construção da “Campos Moderna”⁷ consolida-se, demonstrando que os discursos de A Aurora articulavam-se com o Poder Público, expressando o modelo de cidade que a nova sociedade urbana em ascensão pretendia.

Nas considerações finais, do cruzamento da análise dos artigos da revista, confrontada com as deliberações das Atas da Câmara Municipal e as denúncias e censuras às práticas culturais da população pobre urbana, juntamente com a ação do Poder Público no sentido de reformar o espaço urbano, apontei para a nova configuração espacial da área central da cidade que começava a se desenhar, indicando as áreas que parte desta população pobre urbana, passou a ocupar marcando, assim, o início do fenômeno de segregação sócio-espacial de Campos dos Goytacazes.

⁶ Este corte justifica-se por ser este o período em que se publicava a revista.

⁷ Esse termo era empregado na revista *Gênese*, publicada pela Associação dos Comerciantes Campistas (1916), em inúmeras de suas edições e acompanhadas de fotografia de parte da cidade consideradas símbolos da modernidade. (ver FARIA.1988)

MARYBA E LAPA, C/MPQS. 1 1904.

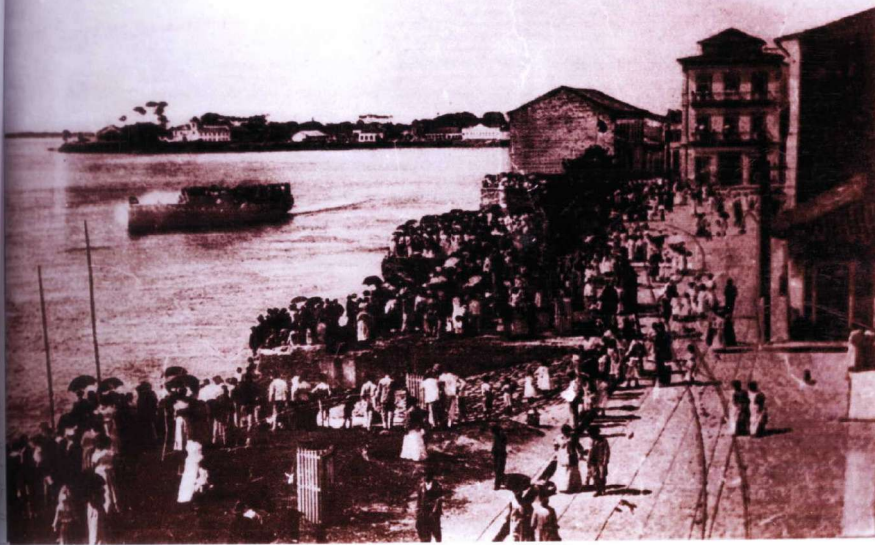


Fig.1 - Avenida 15 de Novembro (nomeclatura popular - beira-rio) local do cais da cidade, onde chegava-se mercadorias e pessoas de outras regiões como por exemplo, São João da Barra, ao fundo a curva da Lapa, com o ofarnato, em 1904.. (Foto do arq. CEFET/Campos).

CAPÍTULO I



A Produção do Discurso Higienista

“A civilização é o corolário mais próximo da atividade humana sobre o mundo; emanada diretamente de um fato, que assume hoje, na ciência social, o caráter positivo de uma lei – a evolução - o seu curso, como está, é fatal, inexorável, não há tradição que lhe demore a marcha, nem revoluções que a perturbem...” (Euclides da Cunha)

No fim do século XIX e início do século XX, em prol das transformações sociais, políticas e econômicas, iniciou-se a construção do Brasil moderno, percebendo-se aí a produção de um discurso baseado no ideal do novo, do progresso e de ruptura com o passado. Estes ideais não só passaram a fazer parte do cotidiano dos agentes sociais, como também caracterizaram o discurso intelectual e os projetos de intervenções junto à sociedade, abrindo um sinuoso caminho para a construção de uma nova sociedade urbana capaz de absorver novas idéias para implementar não apenas uma nova ordem de governo - a República - mas, sobretudo, um novo modelo de Brasil. Estes discursos, que tinham como referência a modernização européia, carregavam um conjunto de valores, no qual a elite política apregoava a necessidade de “reformular”, “regenerar”, “civilizar” a sociedade e o país.

Paralelamente, assistiu-se à desconstrução da cidade colonial, bem como à sua reestruturação sob a égide dos projetos modernizadores defendidos pela República, que via a reformulação do espaço urbano como estratégia para vencer o “atraso colonial”. O objetivo era produzir uma cultura da reforma, que compreendia não só a remodelação do plano urbano, mas também a alteração das práticas culturais existentes, viabilizando o ingresso da nação brasileira nos círculos da “civilização” e da “modernização”, adequando o Brasil aos horizontes dos “novos tempos”, isto é, ao processo de construção de uma sociedade do tipo capitalista-industrial.

A cidade tornava-se assim, um espaço de intervenções e de controle mais sistemáticos sobre a população e seus hábitos. Tudo o que concerne à higiene e à saúde públicas transformou-se em discursos elaborados, na maioria das vezes, por médicos e engenheiros sanitaristas. Dentro desse processo de modernização o conhecimento especializado (do médico, do educador e do engenheiro) viera sobrepujar a arte da retórica dos bacharéis.

Nessa conjuntura, a imprensa desenvolveu um papel muito importante, tornando-se um espaço de irradiação do ideário da modernidade, passando a construir e veicular a imagem da cidade tão desejada pela burguesia nascente.

1.1 – As representações sobre a cidade e os modelos de intervenção no espaço urbano.

*Uma cidade deve ser construída para tornar o homem ao mesmo tempo
seguro e feliz
Camillo Sitte (1889)*

Desde a Antigüidade, as cidades já eram alvo de discussão e preocupação para os seus pensadores. Na Grécia, a cidade (polis) era antes de tudo uma comunidade de cidadãos: uma associação de caráter moral, político e religioso. Contudo, os pensadores gregos interessavam-se pela cidade e pelos “*problemas urbanos*”, encaravam as cidades de maneira concreta, estudando os efeitos do ambiente urbano (sítio, localização, natureza do solo, regime dos ventos...) sobre os habitantes, tanto no aspecto físico quanto no aspecto moral (Harouel, 1985).

Platão, por exemplo, preocupava-se com as condições ambientais dos sítios, pois, para ele, a escolha do sítio é fundamental em relação à salubridade, às vantagens econômicas e também quanto ao clima psicológico e moral. Já Aristóteles considerava que a escolha do sítio não seria baseada apenas na sua salubridade ou nas suas qualidades defensivas. Este deveria permitir um abastecimento fácil, devendo a cidade tirar partido tanto do mar quanto do campo.

Aristóteles defendia uma especialização dos bairros segundo sua função: comercial, artesanal, residencial, administrativa e religiosa (Harouel, 1985).

Na Idade Média, a terra urbana era ocupada pelos moradores, as ruas eram tortuosas e nas praças instalavam-se as feiras periódicas. Nesta cidade a produção era artesanal e controlada por corporações de ofício. O desenvolvimento da atividade comercial proporcionou o crescimento da cidade. A cidade foi um importante elemento na desagregação das bases do poder político-econômico feudal. Segundo Rolnik (1998), a transformação da vila medieval em cidade-capital de um Estado moderno operou uma racionalização radical na forma de organização das cidades.

No século XVIII a racionalidade nascida na Europa gerou grandes utopias sociais, políticas e urbanas e, por conseqüência, criou uma concepção nova de cidade. Além desta racionalidade, a constituição de uma ruptura nos vários campos do conhecimento também se refletiu em tudo que se referia à cidade e suas representações (Choay,apud.Faria,1998).

Segundo Foucault (1981), o medo das aglomerações no centro de Paris e Londres, no século XVIII, representava os primeiros sinais de preocupações manifestadas pelos moradores da cidade, em especial os médicos, que, posteriormente, com o auxílio dos higienistas, sanitaristas, autoridades policiais e governamentais, passaram a discutir as possíveis soluções para o problema do crescimento das cidades. Imbuído de um “novo sentimento” com relação à cidade, o olhar atento dos cientistas indicou os locais insalubres, que nesse momento eram os que possuíam ausência de água e de circulação de ar. Estes locais representavam o grande perigo de contaminação para a população da cidade.

Na segunda metade do século XVIII iniciaram-se, na França, as primeiras intervenções da medicina urbana, substituindo os métodos de vigilância e hospitalização adotados numa época em que representavam mais um aperfeiçoamento do antigo esquema médico da quarentena. As intervenções urbanas detiveram-se sobre três objetivos: inspecionar os lugares de acúmulo de tudo o que podia provocar doenças; controlar a circulação do ar e de água e, por fim, organizar e distribuir as fontes de água e o esgoto (Foucault, 1981).

Embora as instalações de novos serviços de água e esgoto solucionassem os problemas relacionados com a circulação e coleta de água da cidade, estes mesmos serviços traziam outras preocupações ao meio urbano, que estavam relacionados com os costumes e hábitos de viver da população pobre.

Harouel (1985) diz que *“as cidades européias no final do século XVIII e o início do século XIX, eram consideradas um tecido patológico e doentio”*. A doença procurava os distritos mais pobres, os locais onde mais se negligenciavam as medidas sanitárias, as áreas mais poluídas por excrementos e outras imundícies. Além do mais, as epidemias não se limitavam às classes mais baixas. Na visão de Schorske (1989), o século XVIII, com sua filosofia iluminista, desenvolveu o conceito de cidade como virtude, e a industrialização do século XIX trouxe a concepção antagônica: a cidade como vício. Com a Revolução Industrial e a consolidação dos moldes capitalistas, cidades como Londres e Paris transformaram-se em imensas concentrações humanas. Entretanto, não estavam preparadas para acolher esta população, surgindo vários problemas urbanos.

Pechmann (1998:29), ao comentar sobre as cidades européias do século XIX, afirma que os chamados “problemas urbanos” estavam em toda parte, a olhos vistos, dizendo que eram:

“Nos miasmas que contaminavam a atmosfera, nas epidemias que devastavam a população, na falta de sistema de água e esgoto que levava à infestação do meio ambiente, na multidão miserável que propiciava a revolta, na falta de trabalho que levava ao crime”.

A saúde passou a ser o principal alvo da sociedade capitalista, devido à ameaça que os surtos epidêmicos representavam para a organização econômica, pois as mortes causavam prejuízo às finanças públicas. Além do pânico que um mal desconhecido trazia à população, principalmente à classe dirigente que tinha medo de ser atingida pelas doenças. Estas foram as principais razões que levaram o Estado moderno a intervir nas condições sanitárias do espaço urbano e social, mas não adiantava dar uma assistência médica preventiva, fazer vacinação em massa, se as condições de moradia não sofressem intervenções (Rosen,2000).

No início do século XIX, o principal desafio, na Inglaterra, na modernização do espaço urbano, foi a assistência aos pobres. O governo inglês adotou o asilamento como forma de banir os indivíduos improdutivos da rua, exercendo, assim, o controle social. Paralelamente havia também a preocupação com o meio ambiente urbano, principalmente após as epidemias de cólera ocorridas em 1831 e 1832. Estes fatos fortaleceram ainda mais o interesse do governo inglês pela situação das cidades e da população pobre, tanto que em 1834 a Lei dos Pobres¹ sofreu algumas alterações, passando a estabelecer que nenhuma pessoa fisicamente capaz e, ou sua família receberia ajuda fora de asilos oficiais. A assistência se limitaria aos mais miseráveis.

Para a sociedade Vitoriana (1837-1901), a pobreza constituía uma ameaça física e moral. As autoridades inglesas procuraram contabilizar o custo econômico e social da miséria, demonstrando os prejuízos causados pela doença à produtividade do trabalhador. Foi nas cidades inglesas que o medo das aglomerações originou as primeiras pesquisas sobre as condições de vida da população trabalhadora, coordenado por Edwin Chadwick², cuja concepção sanitária era a de que o ambiente físico e social tinha influência sobre a saúde.

O surgimento da medicina social, na França, no segundo terço do século XIX, foi, segundo Foucault (1981), ocasionado por dois fatores: primeiro, a pobreza passou a constituir uma ameaça à ordem social, devido às grandes agitações sociais nas quais a população tornou-se uma força política capaz de se revoltar e ao mesmo tempo de participar de revoltas; segundo, com a instalação dos novos serviços de água e esgoto, os pobres foram perdendo suas funções na cidade. É importante lembrar que antes da implantação desses serviços eram eles encarregados da distribuição de água e da coleta dos detritos.

¹ Ler George Rosen (2000) "*Uma História da Saúde Pública*" no qual o autor explica a importância desta lei, que foi criada na Inglaterra desde o século XVI e foi mantida até depois da 2ª Guerra Mundial. Essa lei surgiu por volta de 1600, porque a pobreza e o desemprego se disseminavam tanto, que a Igreja não conseguia dar conta do problema, então o Estado assumiu, instruindo cada freguesia a arrecadar impostos para assistir aos pobres, conseguir empregos para os fisicamente capazes, punir os indolentes e prestar caridades aos idosos, aos doentes e aos incapacitados.

² Segundo Rosen, Chadwick foi o pioneiro da *moderna Saúde Pública*, chamou a atenção para a "idéia sanitária"; em 1848, com o estabelecimento do Conselho Geral de Saúde, essa idéia veio a ser posta em prática. Seu relatório sobre a condição sanitária da população trabalhadora da Grã-Bretanha, publicado em 1842, iluminou a relação entre pobreza e insalubridade, e serviu de modelo para reformadores sanitários em outros países.

O urbanismo francês destacou-se com as contribuições de Haussmann, prefeito do Sena (1853 a 1869). Haussmann implantou um modelo que se caracterizou pela criação de uma vasta rede de grandes artérias que cortam indistintamente o território da cidade, que foi composta de bulevares, avenidas e ruas largas sobrepondo-se à trama então existente, criando uma forte hierarquia entre as vias novas e a maioria das vias antigas. Paralelamente, Haussmann adotou uma política extremamente ativa em termos de fornecimento de equipamentos públicos: sistema viário, rede de esgoto, distribuição de água e gás, mercados cobertos, feiras, prefeitura, colégios, estações, prisões, hospitais e espaços verdes.

A obra de Haussmann em Paris merece grande destaque, pois transformou-se no paradigma da modernidade. Todas as cidades que precisavam modificar-se e adaptar-se aos tempos modernos buscaram, no exemplo das reformas parisiense, o modelo para suas realizações.

Sobre o método chamado “hausmanniano”, Engles comentava:

”Refiro-me à prática hoje generalizadas de abrir grandes brechas nas vizinhanças das nossas grandes cidades, especialmente aquelas situadas nas regiões centrais [...] O resultado é o mesmo em toda parte: os becos e as alamedas mais comprometedores desaparecem para dar lugar a autoglorificação da burguesia, como crédito de seu tremendo sucesso – mas reaparecem logo adiante, muitas vezes no bairro adjacente“ (Engles apud Bermann, op.cit: 149).

Segundo Choay (2000), o urbanismo surgiu para resolver os problemas da cidade industrial. Na segunda metade do século XIX, a palavra urbanismo foi criada para consagrar o aparecimento de um discurso de enfoque radicalmente novo, a cidade como objeto. Este discurso sobre o urbano pretendeu, de imediato, constituir-se em ciência e construiu os modelos com os quais fundamentou o urbanismo.

Os dois modelos apresentam-se em duas fases: a do pré-urbanismo e a fase do urbanismo no século XX. No pré-urbanismo³ o modelo progressista tinha

³ CHOAY (1993) chama de pré-urbanismo, as teorias e pensamentos sobre a cidade, que precederam o urbanismo, formuladas por utopistas (Morris, Ruskin); socialistas (Marx, Engles).

como base a concepção do indivíduo humano como tipo independente de todas as contingências e diferenças de lugar e de tempo, e definido em necessidades – tipo cientificamente dedutíveis. Um certo racionalismo – a ciência, a técnica – deve permitir resolver os problemas impostos pela relação dos homens com o mundo e entre eles. Este modelo era dominado pela idéia de progresso e considerava também as exigências da higiene. Recusava o passado e destacava a importância do modelo padrão de habitação, o alojamento standard (Choay,2000).

Durante o pré-urbanismo destacamos o pensamento de Fourier (1772-1837) e Owen (1771-1858) para quem a cidade ideal seria aquela concebida como local de melhor organização social (Choay, 2000). Dentro desta utopia, Fourier propôs substituir a cidade pelo falanstério⁴. Já Owen preconizou a fundação de “cidades de harmonia e cooperação” reagrupando em conjuntos habitacionais e explorando em conjunto um domínio agrícola (Vasconcelos, 1999).

Já para o modelo culturalista, que, segundo Choay (2000), é tributário do pensamento de Ruskin (1818/1900) e de Morris (1834/1896), a estética e a cultura ocupam junto a eles o mesmo lugar que a higiene ocupava em Owen e Fourier. Mas, para Harouel (1985), havia também um certo sentimento “anti-industrialista”, alimentado de nostalgia pela cidade do passado, do qual queria ressuscitar o calor humano e a qualidade da arquitetura.

O urbanismo difere do pré-urbanismo por ser, tanto no aspecto teórico como no prático, de domínio dos especialistas, sobretudo dos arquitetos. Durante esta fase, tanto o modelo progressista quanto o culturalista terão novas versões. No início do século XX, a idéia chave do urbanismo progressista era a modernidade, tendo a influência do urbanista Tony Garnier⁵ (1901), para o qual a estética modernista era formada por uma contribuição de racionalidade e austeridade acompanhada pelo desprezo da cidade antiga, demonstrando uma preocupação desvairada com a salubridade do espaço e do indivíduo.

⁴ Falanstério é um palácio social onde viviam aproximadamente 1.600 indivíduos. Em todo o imóvel domina uma rua interior, a rua galeria, assim o controle sobre os cidadãos seria absoluto.

⁵ GARNIER, Tony - arquiteto-chefe da cidade de Lyon, França, realizou uma proposta da cidade industrial (1901) intitulado de “*Une Cité industrielle. Etude pour la construction des villes*”. Para Choay, trata-se do primeiro manifesto do “urbanismo progressista”.

Le Corbusier (1958) um dos realizadores mais notáveis do urbanismo progressista, dizia que *“todos os homens possuem as mesmas necessidades”* expressando de maneira bem clara o modo de os urbanistas progressistas intervirem no espaço. A preocupação com a eficácia se manifesta primeiramente na importância dada à questão da saúde e da higiene. Eles buscavam formas universais (Choay,2000).

O modelo culturalista manteve o culto aos valores do passado. O teórico-prático mais ilustre deste modelo foi Camillo Sitte (1843/1903) que, nos seus trabalhos, denunciava a mediocridade da cidade moderna e procurava extrair de um estudo minucioso das cidades antigas os princípios que deviam inspirar os responsáveis pela criação e pela expansão das cidades. Sitte deu uma grande contribuição para os principais reformadores sociais que atuaram no âmbito da cultura urbanística, nas primeiras décadas do século XX. Estes se apropriaram das suas concepções, interpretando-as segundo conveniências práticas e técnicas, para justificarem suas escolhas técnicas e as soluções urbanísticas adotadas (Andrade, 1999).

Percebe-se que no século XVIII apenas se reconheceu a existência de uma patologia urbana, através da teoria do miasma. Já no século XIX, detendo-se nos meios técnicos aperfeiçoados, os urbanistas enfatizaram as tentativas de erradicar as doenças infecto-contagiosas. E no século XX, procurou-se atender a todas as expectativas de solução para os problemas da cidade, investindo-se em grandes equipamentos que obedeciam à nova lógica: a da salubridade.

1.1.1 – *A teoria positivista na intervenção do espaço*

Os pensadores europeus, do fim do século XVIII para início do século XIX, viviam numa Europa conturbada por guerras e em vias de modernização, e suas produções refletiam a tensão entre valores e instituições que estavam sendo corroídas, com as formas emergentes, cujo perfil ainda não se encontrava totalmente configurado.

As referências necessárias para situar o pensamento eram: por um lado, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial e, por outro, o manancial de idéias

que, sobre esses mesmos acontecimentos, vinha sendo formado por autores como Henri de Saint-Simon (1798-1857) e Auguste Comte⁶ (1798-1857).

Nesse momento os pensadores acreditavam que a humanidade avançava no sentido de seu gradual aperfeiçoamento, governada por uma força inexorável: a LEI DO PROGRESSO. Esse princípio herdado, da filosofia iluminista, foi compartilhado por praticamente todos os autores do século XIX, embora assumisse conotações particulares em cada um deles.

O modelo europeu de civilização vigente no fim do século XIX, baseava-se nos grandes desenvolvimentos técnicos e científicos da segunda metade do século XVIII, os quais deram origem a uma vigorosa fé nos postulados das idéias de progresso e racionalidade. As idéias, amplamente divulgadas na época, eram influenciadas pelas teorias evolucionistas de Charles Darwin e Hebert Spencer, e pelas concepções organicistas do funcionamento social herdadas do positivismo de Auguste Comte.

O objeto próprio de estudo das Ciências Sociais, utilizado naquele momento, era o método positivo, apoiado na observação, indução e experimentação, tal como vinham fazendo os cientistas naturais, forjando no horizonte intelectual europeu um movimento de inflexão em torno das Ciências Naturais, que deu ensejo ao surgimento de uma “vanguarda científica” (Barbosa & Quinteiro,2001).

A partir da teoria positivista houve uma radical transformação e rearticulação das práticas políticas e culturais da modernidade ocidental. Neste processo destacou-se a divulgação das teorias do darwinismo social como forma mais acabada para uma explicação do comportamento da existência humana, enquanto os avanços da microbiologia proporcionavam uma verdadeira “revolução sanitária”.

Dentro desse contexto, Comte estabelecia o sentido do termo “positivo”, de onde derivaria um sistema metodológico e doutrinário que foi utilizado pelos pensadores urbanistas para entender a sociedade e enfrentar os dilemas que o mundo moderno trazia.

⁶ Auguste Comte, francês, de família católica e monarquista. Em 1816 foi admitido na École Polytechnique de Paris, em 1817 tornou-se secretário de Saint Simon, com o qual rompe em 1824. Em 1832 foi nomeado assistente de análise e de mecânica na École Polytechnique, onde mais tarde se tornaria professor.

Na visão positivista o controle sobre as representações culturais, que ameaçavam a ordem era necessário para o desenvolvimento do capital (Soares, 1998). Sell (2000) afirma que, para Comte, as respostas para as indagações seriam encontradas por meio da razão (ou ciência). Assim surgiu o método científico para explicar o “novo” e para disciplinar a sociedade, favorecendo a emergência, o surgimento da corrente positivista que, dentro do racionalismo, buscou reeducar a sociedade nos moldes do capitalismo industrial.

A atitude racionalista, a crença no determinismo natural e social, a vontade de verdade que privilegia e se apóia nos fatos estabelecidos empiricamente e uma rejeição do subjetivismo em favor da objetividade científica, foram, de maneira geral, as características que polarizaram o universo mental da cultura europeia, a partir de meados de século XIX.

No cenário cultural brasileiro, a inserção do pensamento comtiano teve seu sentido histórico maior em função da emergência de uma elite científica que, afirmando o caráter disciplinado, opunha-se aos valores do passado declarando-os impotentes em face da complexidade e dos desafios do presente, que deveriam ser enfrentados para organizar uma nação moderna. Alonso (1996) ressalta que o positivismo comtiano fornecia, assim, os conceitos que se relacionavam com o progresso, a ciência e a indústria, investindo o cientista da missão moral de conduzir os destinos da humanidade em sua evolução rumo ao estágio positivo.

O método positivista fez, dos cientistas, “missionários do progresso”, transformando a ciência no único caminho para atingir a saúde plena do corpo social e a civilização. Herschmann (1994) afirma que para estes cientistas, “intervir”, “organizar”, “sanear” e “prevenir”, eram os meios de evitar os “desvios” que ameaçavam o meio ambiente e a cultura do indivíduo, isto é, a concretização do principal objetivo: a realização plena da nação.

A partir de 1850, o positivismo comtiano infiltra-se na Escola Militar do Rio de Janeiro, Escola da Marinha, Colégio Pedro II, Escola de Medicina e Escola Politécnica. Vários intelectuais começam a propagar as concepções de Augusto Comte no terreno estético e moral (Soares, 1998).

A doutrina positivista assumiu, portanto, para uma nova geração de pensadores, cientistas e escritores, um significado fundamental, pois respaldou a

ascensão desses indivíduos à condição de intelectuais junto ao Estado e legitimou suas intervenções. Entretanto, persiste uma discussão a respeito da importância do positivismo na formação cultural brasileira (Kropf, 1994).

Segundo Kropf (1994), a teoria positivista é, certas vezes, mal avaliada ou subestimada. Para exemplificar as discussões em torno do positivismo brasileiro, Kropf cita o clássico trabalho de Lins (1967), intitulado *História do positivismo no Brasil*, no qual o autor afirma que “a influência da obra de Comte se irradiaria no Brasil, com maior ou menor intensidade, por vários setores da vida social, como a política, a literatura, a educação e a ciência”.

Azevedo (1995) faz uma crítica dizendo que a contribuição do positivismo foi insignificante, se não praticamente nula para a constituição e o progresso das ciências experimentais no Brasil. Segundo Azevedo, a absorção da doutrina positivista ter-se-ia concentrado em sua parte político-religiosa, dando provas da impermeabilidade das elites brasileiras, da época, aos princípios e métodos da ciência, segundo o paradigma positivista.

Mas, neste momento, não pretendemos aprofundar esta discussão a respeito da importância ou não do positivismo, importando o fato de que o positivismo comtiano elevava o poder da ciência como chave para a promoção de um saber objetivo e eficaz sobre a realidade, um conhecimento tido como infalível meio para apontar os caminhos seguros para o bem-estar moral e material da sociedade. A base teórica que atuava nas escolas de medicina e de engenharia (Politécnica) era o positivismo, pois propiciava as ações reguladoras dos médicos e engenheiros na organização das cidades, tanto no âmbito moral quanto na organização dos lugares de morar, de trabalhar e de uso público.

1.1.2 - “Depósito de Pestes”: a imagem das cidades brasileiras e a implantação de modelos

A crítica à cidade colonial, à sua desordem e conseqüente insalubridade esteve presente no discurso sanitarista brasileiro desde o início do século XIX até a década de vinte do século passado.

A imagem de uma cidade doente, com casas insalubres, ruas estreitas, ambientes impregnados pela sujeira e pela pobreza consolidava-se, reforçando o discurso sobre a necessidade de intervenção sanitária do espaço urbano, para facilitar o desenvolvimento das atividades comerciais, financeiras e políticas.

Tais concepções foram reforçadas pela adesão do País ao comércio internacional, principalmente pelo desenvolvimento da cultura do café, aliando-se o fato de as elites nacionais passarem a ter a cidade como referência para sua atuação comercial e política (Cardoso, 1972). No Brasil República, criticava-se o tecido urbano herdado da Colônia e do Império, no qual os sinais de um regime monárquico, mas sobretudo da escravidão, ainda marcavam a tipologia das cidades.

A cidade do Rio de Janeiro, capital da República, segundo relata Benchimol (1990), era uma cidade onde proliferavam as epidemias, principalmente a febre amarela, a malária e a varíola, que ceifavam milhares de vidas de trabalhadores imigrantes. Os médicos da época afirmavam que a gravidade da disseminação destas doenças devia-se às deficiências no abastecimento de água, no sistema de esgoto e na moradia, que elevavam o índice de mortalidade, principalmente do trabalhador imigrante que, neste momento, era a mão-de-obra especializada necessária para a consolidação da nova ordem econômica, baseada na indústria (Hahner, 1993).

Traçando este quadro das cidades, a questão sanitária torna-se prioritária para as autoridades que passam a se interessar pela saúde pública, conduzindo, à época, o desenvolvimento da medicina social e preventiva, cuja ação voltava-se para o controle do meio social e da população.

O projeto republicano, baseado no modelo europeu, segundo Faria (1998) tentava, erradicar os sinais das velhas estruturas – sociais e materiais – do tecido urbano herdado do período colonial e imperial. Paralelamente, dois problemas surgiram, exigindo intervenções definitivas e não mais paliativas: a falta de condições satisfatórias de higiene, provocando doenças infecto-contagiosas e as

péssimas condições de vida e do habitat da classe operária nascente, fragilizada diante das epidemias.

Assim as cidades brasileiras experimentaram as intervenções no espaço urbano visando uma cidade “curada” (das epidemias); uma cidade “reformada” (pelas obras da engenharia); uma cidade “ordenada” (disciplinada); uma cidade “embelezada” (pela arquitetura). Estas intervenções ocorriam sob forma de adaptação do tecido urbano antigo mediante reformas localizadas, ou de maneira radical por meio de planos e projetos urbanísticos, atingindo o espaço urbano como um todo.

As intervenções urbanas ocorridas nas cidades brasileiras, no início do século XX visavam, segundo Ribeiro (1999): *“da cidade, criar uma nova imagem em conformidade com os modelos estéticos europeus, permitindo às elites dar materialidade aos símbolos de distinção relativos à sua nova condição”*.

Sevcenko (1995) afirma que as elites tinham a cidade como um lugar estratégico para seu projeto político e social, e necessitavam criar simbolicamente novos mecanismos de representação e distinção social. De fato, com as intervenções urbanas, as elites buscavam desesperadamente afastar de seus olhos e também dos olhos do estrangeiro, o populacho inculto, o mestiço desprovido de maneiras civilizadas. Percebe-se então que a reforma urbana caracterizou-se por introduzir um espaço público, cujo “público” privilegiado são as elites, deixando de lado as práticas culturais e até mesmo o espaço da população pobre urbana (Rolnik, 1988).

As primeiras medidas do governo brasileiro para conter as epidemias, consistiam em iniciar várias campanhas sanitárias nos principais portos brasileiros (Santos, Rio de Janeiro e Recife), locais de entrada da mão-de-obra qualificada européia, buscando fazer um cordão sanitário com o intuito de resguardar os navios das epidemias de febre amarela e varíola que dizimava os imigrantes europeus.

Outra medida da campanha sanitária foi iniciar a higienização e moralização do habitat da população pobre urbana, tornando-a higiênica não somente no aspecto físico, mas também na sua própria constituição onde cada elemento tem o seu lugar e o seu papel, onde passariam existir áreas de

socialização da família. Assim a moradia tornou-se o alvo principal do processo de reeducar, civilizar o indivíduo para o seu papel no espaço público.

A grande reforma da cidade do Rio de Janeiro só aconteceu na administração do engenheiro Pereira Passos (1903 a 1906) e foi inspirada nos trabalhos de Haussmann, em Paris do século XIX. Haussmann como vimos, procurou conciliar saneamento com embelezamento. Pereira Passos contou com a colaboração de Oswaldo Cruz no saneamento, e de Paulo de Frontin na direção das obras. Nesta reforma aconteceram grandes mudanças urbanas na cidade do Rio de Janeiro, que passou a ter amplas avenidas, realizando ainda melhorias nas instalações de água e esgoto, gás, iluminação, arborização de ruas, canalização dos rios, criação de jardins públicos, demolições dos cortiços na área central da cidade (Benchimol, 1990). As reformas do Rio de Janeiro passaram a ser referência para os projetos de urbanização de várias cidades brasileiras.

A cidade de Campos dos Goytacazes*, no século XIX, também apresentava um espaço urbano insalubre e de acordo com os estudos realizados por Alberto Lamego e Lamego Filho (1974), assim como pelos trabalhos de memorialistas como Horácio de Sousa (1984), Hervê Salgado (1998) e mesmo dos estudos mais recentes.

A cidade sofria com as constantes enchentes do rio Paraíba do Sul, que causavam grandes transtornos para a cidade e sua população, com a proliferação de doenças infecto-contagiosas como a peste bubônica, a leptospirose. Além do fator enchente, o lixo da cidade era lançado em locais centrais, lagoas, pântanos e valões estagnados, que se transformavam em focos de mosquitos e conseqüentemente traziam as doenças, como a febre amarela.

A partir, porém, da segunda metade do século XIX, a cidade de Campos dos Goytacazes iniciou a implementação das obras de engenharia hidráulica para extinguir pântanos e lagoas, não somente para erradicar os focos transmissíveis das doenças, mas também para ampliar o tecido urbano, visando à transforma-lo em prol do progresso.

Ver no anexo I fotos referente à “Campos”, insalubre e com forte traço colonial na arquitetura das edificações, como também, fotos referente a grande enchente de 1906.

⁷ Foram várias as enchentes do rio Paraíba do Sul: 1886, 1895, 1906, 1917 e 1923, trazendo conseqüências danosas para a cidade de Campos, cif. Horacio de Sousa, 1984.

Em 1870, o médico Francisco Portella* propõe na Câmara Municipal medida sanitária para a cidade como por exemplo, a urgente implementação de um plano de esgotos e abastecimento de água para as habitações. Somente em 1885 a *Campos Syndicat Limited* obteve a concessão para instalar serviços de água e esgoto, que começaram a funcionar, efetivamente em 1887.

Durante a epidemia do beri-beri (doença que atacava por completo os nervos dos membros inferiores), em 1878, os médicos e farmacêuticos resolveram reunir-se para fundar a Sociedade Médica Farmacêutica e beneficente de Campos, cujo objetivo era organizar campanhas para intensificar atendimento a fim de erradicar essa doença e outras que proliferavam na cidade e região.

No período de 1890/94 as mudanças na infra-estrutura da cidade se processaram com grande dinamismo e continuidade. No entanto as condições sanitárias da cidade continuavam precárias devido à persistência de edificações inadequadas e o problema da contenção do rio Paraíba do Sul ainda provocava enchentes. A soma destes fatores propiciava a ocorrência de vários surtos epidêmicos⁹ na cidade.

Em 1901, o médico Benedito Pereira Nunes*, integrante da Associação Comercial, presidente da Câmara Municipal e conhecedor dos problemas sanitários da cidade, concentra sua administração na resolução dos problemas de saneamento da cidade e solicita, ao engenheiro Saturnino de Brito¹⁰ um plano de remodelação para a cidade, em 1902.

Segundo Faria (1998), apesar do projeto de Saturnino de Brito não ter sido implantado de imediato, deve ser ressaltado por ter sido o primeiro projeto de urbanização visando atuar sobre o espaço urbano de Campos no seu conjunto,

* Ver anexo I foto dos principais agentes reformadores de Campos no período de 1900/1917

⁸ Francisco Portella, médico com grande expressão política em Campos, membro da Comissão Executiva do Partido republicano Fluminense, sendo indicado pelo governo provisório de Marechal Deodoro da Fonseca para o exercício de governador do Estado do Rio de Janeiro.

⁹ Houve 1892 e 1896 surtos de varíola; em 1901/1902 febre amarela; 1903, reapareceu a varíola; 1906/1907 após a grande enchente do rio Paraíba ocorreu o grande surto de peste bubônica. Cif Horácio de Sousa, 1984.

¹⁰ Saturnino de Brito (1864/1919), campista, engenheiro civil formado pela Escola politécnica do Rio de Janeiro, em 1898, que ao longo de toda República Velha, foi responsável por vários planos de saneamento, melhoramento e expansão das principais cidades brasileiras como: Santos, Petrópolis, Recife e outras.

propondo uma intervenção, em uma cidade em pleno processo de crescimento, o que era uma novidade no urbanismo brasileiro que nascia.

Em 1915, o médico Luiz Caetano Sobral assumiu o cargo de prefeito. Durante sua gestão, Sobral iniciou a implementação das reformas contidas no Plano de Brito (1902) feito para a cidade de Campos dos Goytacazes, principalmente as melhorias na área central da cidade e as mais importantes obras sanitárias como por exemplo, a criação do Matadouro-Modelo. Luiz Sobral foi reeleito com mandato até 1920, período em que realizou importantes obras na cidade, retornando ao governo em 1924 e em 1930. Sua gestão teve um grande impacto na configuração do espaço urbano de Campos e na consolidação do seu projeto de modernização.

Esse processo de reformas e intervenções pelo qual passaram as cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX foi registrado e comentado pela imprensa. Importa considerar a existência do periodismo, neste momento, que era ancorado em agremiações ou em grupos que queriam expor seu pensamento político, urbano e literato.

Martins (2001) afirma que foi nesse momento que a revista se consolidou, como veículo de proposta ligeira, condensada, intermediária entre o jornal e o livro. A autora cita alguns jornais que voltavam-se agora para uma revista, citando como exemplo, na cidade de São Paulo, o jornal denominado originalmente *Cultura*, que teve o título transformado em *Revista do Brasil*, mais apropriado ao calor nacionalista daquele momento.

É bastante curioso notar que em Campos dos Goytacazes, em 1900 um jornal denominado originalmente *A Aurora – Jornal Litterário – Poético e Noticioso*, além de retornar à circulação teve o título transformado em *A Aurora – Letras – Artes – Sciencia*, em formato de revista. Martins (2001) aponta para o fato de que o surgimento da revista a partir do jornal confirmava a clássica evolução histórica do jornal para a revista literária, confinando naquele a informação de cunho político e cotidiano e nesta, a contribuição literária e os projetos culturais.

Sob o signo de mudanças, no seu aguardo, os tempos eram, sim, de transição. Nesse sentido o discurso proferido também estava imbuído de novos

valores, conceitos e padrões morais para reger esta nova sociedade de modelo capitalista industrial.

1.2 – Sob o Signo da Mudança

1.2.1– O sentido da modernidade no início do século XX

A modernidade foi muito enfatizada pelos fundadores clássicos da sociologia. Tanto Karl Marx como Emille Durkheim viam a era moderna como um era turbulenta, mas ambos acreditavam que as possibilidades benéficas abertas pela era moderna superavam suas características negativas. Já Max Weber, um pensador marcado pelo pessimismo, viu o mundo moderno como um mundo paradoxal, onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais. Weber afirmava que a burocracia servia aos interesses do Estado moderno, cuja finalidade era obter o máximo lucro, as empresas capitalistas procurando organizar de modo racional o trabalho, a produção, garantindo-se contra as tradições que perturbavam o desenvolvimento do capitalismo. O mesmo tipo de controle estendeu-se para fora da fábrica, afetando a vida dos indivíduos que pela disciplina e pelas normas, teriam suas ações racionalizadas (Barbosa & Quintaneiro, 2001).

Para Giddens (1990), o conceito de modernidade refere-se ao estilo, costume, modo de vida ou organização social que emergiam na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente tornaram-se mais ou menos mundiais em sua influência. No decorrer do século XX as conseqüências geradas pela modernidade tornaram-se mais radicalizadas e universalizadas do que antes. Desta forma, o modo de vida produzida pela modernidade, segundo Giddens, desvencilhou-nos de todos os tipos tradicionais de ordem social, tanto em sua extensão quanto em sua intensidade. As transformações decorrentes da modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudanças características dos períodos precedentes.

Bermann (1999:15) conceitua moderno retratando a ebulição que esta modernidade trouxe para o cotidiano da sociedade ocidental e seus longos efeitos:

“Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”.

Ao desenvolver a idéia do estilo de vida moderno como uma categoria capaz de configurar a sua teoria do moderno, Georg Simmel aponta para o lugar histórico do moderno estilo de vida: a cidade grande é o lugar da construção da modernidade, onde se encontra o maior problema da “vida moderna” o conflito entre indivíduo e sociedade, entre cultura interior e cultura exterior (Waizbort, 2000).

Segundo Herschmann (1994), as noções de “moderno” ou de “modernidade” vão-se afirmando, no Brasil, a partir das últimas décadas do século XIX e início do século XX momento de aceleração da industrialização e de consolidação internacional do capitalismo. A palavra modernidade ganha um uso obrigatório no ambiente intelectual brasileiro, principalmente ao longo dos anos 20-30, embora desde o início da República tenhamos observado a preocupação com a modernidade, no plano da produção e circulação de idéias. Afirmar-se moderno é, antes de tudo, tentar assumir um lugar prestigiado no debate científico e artístico.

Os intelectuais foram os principais disseminadores do ideal da modernidade. Nicolau Sevcenko (1995) identifica, como intelectual hegemônico do Império o bacharel/burocrata, voltado para a perpetuação dos interesses do grupo senhorial escravocrata e cuja conduta social proposta era a moderação.

Na passagem do Império para a República. Sevcenko (1995) enfatizou a importância do surgimento de uma nova geração de literatos, a “Geração 70” - cientificistas, marcada por idéias liberais e por uma vontade de transformação radical da estrutura sócio-político-econômica do Brasil.

Herschmann (1994) esclarece que no lugar do bacharel “artista da retórica” surge o cientista “artista do operatório”, cujo discurso era fundamentado, por um lado, em certa tradição da retórica e, por outro, em uma nova doutrina filosófica, o positivismo.

Assim, os discursos produzidos pelos cientistas harmonizavam perfeitamente com os interesses da camada dominante (industriais e agro-exportadores), legitimando a intervenção autoritária do Estado junto à sociedade. Ao mesmo tempo, é também evidente que, mesmo legitimando esta intervenção do Estado, estes cientistas estavam tão somente difundindo um tipo de saber que, naquele momento, tornava-se obrigatório para as populações inseridas no sistema capitalista.

Esta geração científicista, abolicionista e republicana pressionou o Estado imperial exigindo maior representação em suas decisões. Deslumbrada com o potencial do conhecimento científico questionou a eficiência do regime, a moralidade da escravatura e a qualidade da produção cultural brasileira, defendendo a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República. Entretanto, a Geração 70 desiluiu-se com a implementação do projeto republicano que terminou numa aliança tensa e potencialmente conflituosa entre os militares e as oligarquias regionais.

Esses intelectuais, além de desiludidos e excluídos das decisões do Estado, foram gradativamente substituídos por um agente que eles mesmos ajudaram a consolidar: o cientista, ou melhor, o especialista, portador de um saber técnico-científico especializado: a medicina (normatizando o corpo) a engenharia (organizando o espaço) e a educação (disciplinando).

Para Herschmann (1994), os discursos desse cientista-intelectual¹¹ constituem-se em um objeto de estudo privilegiado para a análise da gênese da modernidade brasileira, porque esse discurso foi capaz de trazer indícios do conjunto de valores e códigos sociais que passaram a orientar os indivíduos em

1

¹¹ Na dificuldade de encontrar um termo apropriado, Herschmann utiliza esse termo composto, para este agente que atuava de acordo com sua especialização, mas abrangia outras áreas. A partir de sua especialização, de seu saber tecnocientífico, eles “inventavam” soluções para os chamados “problemas nacionais”.

direção a um cotidiano “civilizado”, repensando-se a construção da idéia de nação, identidade nacional, raça e sexualidade.

1.2.2 – O discurso das representações da cidade e da vida urbana

A cidade pensada, formulada, enunciada pelo discurso ou pela imagem, não é livre enquanto representação. Rama (1984) esclarece que as cidades, antes de aparecerem na realidade, existem como representações simbólicas, por meio dos discursos, imagens mentais, gráficos, desenhos e planos que traduzem uma vontade e um sonho, que é o de transformar o espaço no sentido de concretização de uma idéia: fazer, da cidade que se tem a cidade que se quer.

Chartier (1990) afirma que as representações do mundo social, a compreensão das formas e dos motivos, traduzem as posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou gostariam que fosse.

Para Chartier o termo representação (de acordo com o dicionário de Furetière) manifesta a tensão entre duas famílias de sentido: por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém.

Mas alerta que a relação de representação é confundida pela ação da imaginação, que faz tomar o logro pela verdade, que ostenta os signos visíveis como provas de uma realidade que não o é.

É pertinente lembrar aqui a observação de Pesavento (1999) sobre as representações do urbano encontradas nos discursos elaborados no início do século XX, que expressavam uma vontade política, uma intencionalidade de norteamento do real e um projeto que visava obter resultados.

No Brasil como na Europa, o discurso da modernidade foi centrado na crítica da cidade “herdada”¹², sendo fortemente influenciado por novas descobertas científicas, que introduzem novos conceitos e valores.

Os discursos sobre a modernidade estão sempre relacionados com: o progresso, a indústria, o capital. Desta forma houve a criação de novas representações da cidade e da vida urbana, na qual a identidade urbana conjugava a cidade real e a cidade ideal (Pesavento, 1999).

O importante, é que a cultura da modernidade é eminentemente urbana e comporta a conjunção de duas dimensões indissociáveis: por um lado, a cidade é o sítio da ação social renovadora, da transformação capitalista do mundo e da consolidação de uma nova ordem e, por outro, torna-se o tema e o sujeito das manifestações culturais e artísticas.

1.2.3 – A abordagem da questão social e dos problemas urbanos nos discursos higienistas

Segundo Ribeiro (1999) os reformadores sociais, a partir do século XIX, passaram a considerar as cidades como objeto de estudo devido a constatar-se a configuração de um quadro onde a “questão social” aparece como eixo e objetivo do conhecimento e da intervenção. Ribeiro afirma que a “questão urbana” emerge como uma transformação da “questão social”. Assim o pensamento urbanístico apareceu no século XIX associado às idéias de reforma social.

Como vimos, a idéia de que existem “problemas urbanos” tem sua origem no começo do século XIX, com os reformadores de moradias, hábitos, costumes e práticas da identidade cultural da população pobre urbana. Pesavento (1990) esclarece que os pensadores dos séculos XIX e XX “descobriram” o problema social, reconhecendo-o como um problema, e fizeram dele um campo de saber científico. Ainda que os problemas sociais sempre tenham existido, foi dentro da

¹² A cidade herdada para os estudiosos do urbano para os europeus é a cidade medieval e no Brasil refere-se aos traços herdados da cidade colonial e imperial.

sociedade capitalista que ficaram mais perceptíveis, pois a cidade tornou-se um espaço aglomerado e centro econômico e político.

Topalov (1999) confirma que o movimento de reforma urbana que iniciou no século XIX não foi um fenômeno isolado, mas vinculado, tanto pelos homens como pelas idéias, a um projeto multiforme de reforma social que se definiu e ampliou na Europa, a partir de 1880. Nessa época, assentaram-se as bases da nova organização do sistema de poder que, ao mesmo tempo, tanto opunham quanto uniam classes dominantes e classes subalternas.

Neste contexto, a sociedade e a cidade tornaram-se objetos de ação racional. Os movimentos de reforma preparam o surgimento das políticas sociais e urbanas modernas. Rolnik (1988) faz uma abordagem muito interessante a respeito deste período de transição, demonstrando que na cidade escravocrata, que perdurou até 1888, os limites das fronteiras entre os grupos sociais são claros e rigidamente definidos; na vida do senhor de escravo não havia qualquer momento em que não estivesse expressa a relação de dominação.

A abolição da escravatura terminou não só com a dominação como também o senhor se libertou do investimento no escravo para explorar o trabalhador livre. Mas para isto era preciso constituir o trabalhador livre: fazê-lo existir tanto fisicamente quanto ideologicamente e foi exatamente neste momento que se iniciou a mudança no olhar sobre a cidade, pois a opção pelo "braço livre europeu" significava usar uma mão-de-obra "civilizada".

Os europeus trouxeram consigo hábitos, costumes e comportamentos que influíram no uso deste espaço, isto é, o espaço teve que ser remodelado para consolidar a fixação deste trabalhador na sociedade brasileira.

Pesavento (1990) aponta para o fato de que foi neste contexto que a sociedade capitalista gerou as condições para que a questão social se colocasse como problema e indagação. A principal inquietação era: o que fazer com os pobres desafortunados, principalmente, o que fazer para impedir que a questão social degenerasse em conflito e este em ameaça efetiva para a sociedade.

Perante esta problemática, a questão social, segundo Pesavento, suscitou a elaboração de discursos que descreviam, analisavam e despertavam estratégias de abordagem para atingir resultados satisfatórios.

Estes discursos pressupunham intervenções dos técnicos (o médico, o higienista, o advogado, o engenheiro e o educador) comumente atrelados ao Estado, principal interessado em disciplinar a população pobre urbana nas áreas centrais das cidades. Neste discurso a questão da higiene, da moral, disciplina e renovação como elementos fundamentais, articulando o discurso do médico higienista, o discurso jurídico e criminológico e o discurso técnico e estético.

Herschmann (1994) afirma que o exame da produção do discurso do cientista intelectual, como por exemplo o médico, permitiria o mapeamento de estratégia normalizadora para a construção de um corpo social sadio. Isto era necessário para o Estado, pois, segundo Foucault (1987), a disciplina sobre o corpo era importante, já que a burguesia o via como uma força de produção. Assim o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe dentro do modelo capitalista.

1.2.4 – Discurso sobre a higiene e a disciplina

Chalhoub (1999) afirma que a Higiene é vista como uma ideologia, ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o Brasil ao “verdadeiro”, à “civilização”, implicavam a despolitização da realidade histórica e legitimação das novas decisões quanto às políticas públicas aplicadas no meio urbano.

Deste modo, o sentido do discurso higienista foi de importância não apenas na construção teórica da modernidade como também na ação, na transformação do cotidiano da sociedade urbano-industrial, pois foi por meio deles que se materializavam as “visões de mundo” das diferentes classes.

Percebe-se que nos discursos médicos da época, os inimigos do “corpo social” eram os excessos e desvios, sendo preciso, portanto, disciplinar a sociedade, inculcar valores, destruindo os “vícios” e as “perversões” que tanto ameaçavam os centros urbanos.

Um dos exemplos mais significativos dessa intervenção sanitarista junto à sociedade é o da medicina da Belle Époque que, aliando-se à estratégia de um Estado “modernizador”, esbarrou nos hábitos e costumes da tradição familiar do

Império. A este respeito Muricy (1988:14), dando conotação a importância da família na integração do indivíduo na nova sociedade, escreve:

“A integração familiar à ordem urbana foi um dos objetivos mais arduamente perseguidos pela medicina higienista. Neste sentido, elaborou uma política de saúde que cuidava de mudar os hábitos e os valores nocivos da tradição, de estabelecer uma nova ética das relações afetivas que orientasse o comportamento dos indivíduos em todas as circunstâncias da vida privada e social”.

Sevcenko (1995) esclarece que, na linguagem dos cronistas da época (1889-1930), as cidades brasileiras passariam por um processo de “regeneração”, que condenava os hábitos e costumes ligados à sociedade colonial; negava todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade. Esta atitude induzia a uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, a qual será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas burguesas, e com um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense. Desse modo a expressão “regeneração” era por si só esclarecedora do espírito que presidiu esse movimento de destruição da cidade velha, a dissolução da velha sociedade imperial e de montagem da nova estrutura urbana.

Segundo essa visão, a cidade deveria organizar-se de modo a proporcionar a afirmação do igualitarismo e do conagraçamento pela constituição de uma cultura comum, ligada a referências universais de matriz iluminista (Fabris, 2000).

A distância entre a teoria e a prática foi, contudo, grande. A ação normatizadora, que pretendia transformar a capital da República no símbolo de modelo civilizatório, não gerou significativa modificação na estrutura da sociedade, apenas resumiu-se quase em banir das ruas “o espectro da desordem representada por negros, mulatos e pelos cortiços”.

Assim, os discursos e ações realizadas para consolidar o processo de modernidade acabaram ameaçando a identidade cultural das camadas populares,

tendo sido impostas normas de comportamento, formas de lazer e exteriorização de crenças religiosas (Borges, 2000).

1.3- A contribuição dos Médicos e Engenheiros ao discurso de normatização da sociedade

O médico teve uma participação destacada na normatização do espaço urbano, nas cidades europeias, desde século XVIII, devido ao seu papel no combate às doenças infecto-contagiosas. A medicina intervinha nos hábitos, nos costumes e na moral dos indivíduos, tendo como alvo principal a população pobre urbana. Tanto para o Estado quanto para a economia capitalista era muito importante um controle sobre esta parcela da população, a separação dos espaços e de como usá-los. Os médicos foram, dentre os especialistas, os primeiros a se organizarem institucionalmente e a construir sua identidade profissional. Eram considerados os primeiros intelectuais da ordem burguesa.

Entretanto, esta normatização proposta pela medicina não se limitou somente à família. Assim, Foucault (1981) explica a “medicalização”, como um conjunto de iniciativas políticas preventivas, educativas, higiênicas e curativas implementadas pelos médicos no final do século XIX e início do século XX. O objetivo deste conjunto de iniciativas era o de normatizar comportamentos e atitudes individuais do doente em relação à doença, evidente ou iminente. Em termos de métodos, muitas vezes a persuasão era substituída pela coerção, muito próxima a uma polícia médica (Rosen, 1980).

No Brasil, o estabelecimento de relações mais sistematizadas entre as técnicas do saber médico e a sociedade desenvolveu-se no decorrer do século XIX (Neves, 2001). Com a Proclamação da República e as alterações legislativas que a ela se seguiram, expressou-se uma transição do perfil liberal de relação entre Estado e sociedade para uma postura crescente intervencionista e reguladora. Assim, coube a estes cientistas portadores de um saber técnico e

especializado, através dos seus discursos, a construção das diretrizes básicas da sociedade brasileira (Lopes, 2001).

Estas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que se produziram no País, também se assinalaram no campo da medicina e do saneamento (o que se verificou notadamente na cidade do Rio de Janeiro), fazendo com que o meio urbano fosse investido das práticas do saber médico e estas utilizadas como um dos pontos de constituição do exercício do poder do Estado (Herschmann,1994).

O médico passou gradativamente a inscrever-se como *cientista social*, incorporando em suas atividades o uso de estatísticas, do conhecimento geográfico e histórico dos locais onde intervir, acumulando um saber empírico e pragmático.

A partir da segunda metade do século XIX, a medicina, a engenharia e outras áreas de conhecimento receberam uma mudança teórico-filosófica – a doutrina positivista comtiana – que permitiu a esses especialistas sentirem-se como responsáveis pela orientação e organização da “nação”, ajustando-se com isso também às demandas de reordenação social que existiam por parte do Estado (Herschmann,1994).

Instituições como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de influência francesa, e a Faculdade de Medicina da Bahia, de influência alemã e italiana, tornaram-se responsáveis pela formação do saber científico que passaram a ser considerados prioritários na produção dos discursos dos novos intelectuais brasileiros.

A Faculdade de Medicina do Rio tinha uma grande tradição clínica, destacando-se por dois grandes marcos: o primeiro foi o trabalho realizado por Oswaldo Cruz, no controle da epidemia da febre amarela. Já o segundo foi a fundação, em 1901, do primeiro instituto científico reconhecido internacionalmente, o Instituto de Soroterapia de Manguinhos. Assim a produção médica carioca passou a se concentrar sobre duas especializações: a saúde pública e a higiene.

Na Faculdade de Medicina da Bahia seguindo uma orientação lombrosiana, no que se refere à identidade social e criminal, Nina Rodrigues foi o

principal defensor e divulgador da medicina legal no País e propôs reformas que atingiam principalmente o modelo jurídico (Neves, 2001).

Em outras palavras, enquanto a tendência entre os médicos cariocas era combater principalmente as doenças (epidemias) e os “maus hábitos” cotidianos da população, a tendência entre os médicos baianos era concentrar-se sobre o doente e as características transmissíveis de forma hereditária (aspecto bacteriológico).

O discurso produzido em ambos centros clamava tanto por maior autonomia das instituições médicas quanto por uma diversificação e penetração desse campo do saber junto a outros. Segundo Herschmann (1994) o objetivo deste desdobramento da medicina em várias especializações era normatizar, secularizar os costumes e constituir uma sociedade higiênica e civilizada.

Para Costa (1999), a questão da salubridade levantada pela medicina ligou-se, de imediato, ao interesse do País, porque era importante para o Estado republicano a constituição de uma mão-de-obra disciplinada. Mas a higienização das cidades, estratégia do Estado moderno, esbarrava freqüentemente nos hábitos e condutas, principalmente da população pobre urbana, por isto a reconversão das famílias pela higiene tornou-se uma tarefa urgente dos médicos.

A tarefa dos higienistas era de converter a população à nova ordem urbana. Esta ordem era estranha ao antigo modo de viver colonial que, a todo o momento, a repelia e procurava deter seu progresso. A nova ordem, contudo, precisava ser aceita, pois dela dependia a prosperidade das elites e o progresso do Estado. A ingerência médica nas famílias tinha, assim, o objetivo de tornar comportamentos considerados como estranho em algo familiar. Ocorrendo esta assimilação, os médicos estariam dando uma grande ajuda ao Estado no que se refere ao controle social.

Hochmann (1993) afirma que, no Brasil, o aumento da capacidade intervencionista no campo da saúde foi-se convertendo em um poder despótico. O regulamento determinava, por exemplo, que as pessoas que não quisessem aceitar as medidas constantes nos artigos sobre o isolamento, a desinfecção de domicílio e a vacinação em caso de varíola seriam “recolhidas a um edifício

apropriado” e também a autoridade sanitária poderia, ainda, recorrer à autoridade policial se, em 24 horas, não fosse permitida a visita ao domicílio.

Neves (1912), ressalta que muitas medidas médicas sanitárias, que dizem respeito aos melhoramentos de higiene das cidades, seriam impossíveis sem o engenheiro. Os processos médicos de saneamento são sempre combinados com o da engenharia, ambos têm um campo comum de trabalho no aperfeiçoamento das condições higiênicas.

Na trilha dessa renovação intelectual também destacamos o papel dos engenheiros, que no projeto moderno para o Brasil, constituíram um grupo atuante na remodelação do espaço urbano, tanto na infra-estrutura quanto na sua estrutura ocupacional, já alterado de forma substancial com a nova composição demográfica da cidade, pelo aumento populacional e pela presença de imigrantes.

O engenheiro civil na virada do século XIX para o século XX era, um profissional com uma formação abrangente. Atuava em áreas diversificadas da engenharia mantendo quase sempre uma grande atualidade com o desenvolvimento tecnológico e científico dos principais centros europeus e norte-americanos.

A Escola Politécnica do Rio de Janeiro era dotada das idéias positivistas e republicanas, embora tal escola tivesse sua origem na Academia Real Militar, criada por Dom João VI em 1810 e denominada, a partir de 1839, Escola Militar. Em 1874 transforma-se em Escola Politécnica, separando-se os cursos de Engenharia Civil e de Engenharia Militar, bem como as atribuições profissionais desses dois tipos de engenheiros. (Andrade, 1994).

Nesse primeiro momento, couberam ao engenheiro civil todas as obras que não fossem de natureza estritamente militar, o que por sua vez, segundo Andrade (1994), implicava um amplo leque de projetos, de ferrovias e portos a obras de saneamento, reformas ou criação de cidades e melhoramentos.

Segundo Kropf (1994), a incorporação do ideário positivista pelos engenheiros politécnicos não deve ser compreendida, entretanto, como algo estrito às preocupações acadêmicas do ensino científico.

Carvalho (1994) observa que a ação dos engenheiros, assim como dos médicos, sanitaristas e literatos, articula-se a partir da percepção da inexistência

de uma elite política capaz de tomar a direção do processo modernizador. Além disso, Fabris (2000:43) destaca o fato de que a sociedade não tinha condições de produzir por si uma alternativa “regeneradora” cabendo aos engenheiros pôr fim ao atraso colonial e tornar-se o símbolo de uma nova ética *“as que subordinaram sua concepção da História, afirmando-a, a partir, como uma doutrina fundada sobre o binômio “civilização/progresso”*.

Considerados “especialistas em olhar competente”, aos engenheiros foram atribuídas as tarefas de sistematizar o próprio trabalho de observação científica nos relatórios, que eram as bases para as reformas necessárias (Fabris,2000). Mas, além disto, cabia-lhes também a tarefa de incorporar as populações marginais ao trabalho e à vida pública pela padronização do espaço. A maneira de morar seria vista como um fator preponderante na reeducação deste segmento social. Revolucionando as esferas pública e privada da vida cotidiana, anunciando a implantação do urbanismo moderno no Brasil e as reformas urbanas da República Velha, foram realizadas, sobretudo, por engenheiros.

Dentre estes profissionais, destacou-se o engenheiro sanitarista Saturnino Rodrigues de Brito. Os seus trabalhos eram respaldados pelo sentido de racionalidade técnica e econômica. Observa-se, também, a influência de Camillo Sitte, no que se refere ao traçado das vias, ao repúdio ao crescimento planejado das cidades e na valorização da formalidade do traçado em consideração à estética e à higiene.

O motivo que levou Saturnino de Brito a desenvolver estudos e projetos de saneamento e melhoramento para as cidades brasileiras foi a preocupação com *“as condições ambientais que propiciavam a ocorrência de surtos epidêmicos, com efeitos nefastos sobre a economia, a população, e também, sobre os valores morais dos moradores”*. Esta característica observa-se em qualquer um dos seus livros, nos quais expõe suas idéias sobre saneamento, problemas de abastecimento de água, redes de esgotos, habitação proletária etc (Souza & Damásio,1998).

Brito vê e analisa a cidade, interpretando os problemas urbanos e apontando soluções planejando o espaço de acordo com as futuras expansões. Usava com freqüência nos projetos, a expressão “Política da Ordem e do

Progresso“ iluminadora, saneadora e vivificadora das cidades, mas enfatizava que para isto se realizar era muito importante a relação entre “integridade higiênica e moral”, indicando a primazia da higiene doméstica sobre todos os fatores da salubridade das cidades (Andrade, 1994). Percebe-se que Brito tinha uma preocupação com a educação da população urbana, como também com as ações administrativas dos governantes.

De acordo com seu pensamento, as ações deveriam estar voltadas para a aquisição de hábitos saudáveis, tais como o asseio com o corpo e a casa, que contribuiriam para a construção e manutenção de uma cidade salubre, encaminhada para o progresso.

Com relação às avenidas, Saturnino remete à obra de Sitte dizendo: *“que não se pode condenar em absoluto as avenidas; mas não acha estéticas as longas avenidas, muito longas, com árvores de um lado ao outro”*. Pelo que se lê refere-se aos boulevares de quilômetros de extensão.

É interessante ressaltar o fato de que Brito quando elaborava os planos para as cidades, mesmo sendo um discípulo de Sitte nos princípios estéticos, seguia algumas influências de Haussmann, por exemplo, quando abordava a questão das avenidas. Segundo Souza & Damásio (1998), Saturnino de Brito inseriu-se perfeitamente no discurso de sua época apresentando a questão da urbanização como sinônimo de higienização e embelezamento.

Mas, para Brito, para salubridade do espaço ser completa não bastava apenas melhorar a infra-estrutura e abrir grandes avenidas, os boulevares. Havia a grande necessidade de transformar as casas insalubres em habitações que garantissem a higienização física e moral da sociedade. Não adiantava ter o espaço público saneado, limpo, mantendo-se o espaço privado defeituoso e imundo.

Já que o principal alvo era acabar com a moradia da população pobre retirando-a da área central da cidade, o engenheiro sanitário propunha um programa de habitação popular, modesto e eficaz, que deveria contar com o auxílio dos governos por meio de verbas, as quais considerava que até então eram destinadas a medidas paliativas e importação de imigrantes que vinham agravar a precária situação sanitária da cidade.

Para que fosse possível resolver o problema de moradia da população pobre urbana, Brito achava que se deveria criar, dentro dos padrões da higiene, vários quarteirões de edificações na área periférica das cidades, o que tornaria possível construções menos compactas e que exigiria a implementação de transporte coletivo rápido e econômico. Enfim, para Brito, as casas independentes estariam formando o lar operário, e estabelecendo os alojamentos independentes estaria favorecido o inquilinato operário, tornado barato e higiênico.

O projeto* elaborado por Brito para Campos dos Goytacazes e concluído no final de 1902, sendo apresentado ao presidente da Câmara Municipal, o médico Benedito Pereira Nunes, em 1903, no formato de livro, intitulado *Saneamento de Campos*. Este é considerado uma obra completa, que inaugura uma nova leitura sobre a cidade, como organismo em crescimento e como meio em relação ao qual o engenheiro deverá intervir, redefinindo suas condições de salubridade.

CAPÍTULO I

A Produção do Discurso Higienista

*Ver no anexo I foto da planta do Projeto de Saneamento de Campos elaborado pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito em 1903.



“A civilização é o corolário mais próximo da atividade humana sobre o mundo; emanada diretamente de um fato, que assume hoje, na ciência social, o caráter positivo de uma lei – a evolução - o seu curso, como está, é fatal, inexorável, não há tradição que lhe demore a marcha, nem revoluções que a perturbem...” (Euclides da Cunha)

No fim do século XIX e início do século XX, em prol das transformações sociais, políticas e econômicas, iniciou-se a construção do Brasil moderno, percebendo-se aí a produção de um discurso baseado no ideal do novo, do progresso e de ruptura com o passado. Estes ideais não só passaram a fazer parte do cotidiano dos agentes sociais, como também caracterizaram o discurso intelectual e os projetos de intervenções junto à sociedade, abrindo um sinuoso caminho para a construção de uma nova sociedade urbana capaz de absorver novas idéias para implementar não apenas uma nova ordem de governo - a República - mas, sobretudo, um novo modelo de Brasil. Estes discursos, que tinham como referência a modernização europeia, carregavam um conjunto de valores, no qual a elite política apregoava a necessidade de “reformular”, “regenerar”, “civilizar” a sociedade e o país.

Paralelamente, assistiu-se à desconstrução da cidade colonial, bem como à sua reestruturação sob a égide dos projetos modernizadores defendidos pela República, que via a reformulação do espaço urbano como estratégia para vencer o “atraso colonial”. O objetivo era produzir uma cultura da reforma, que compreendia não só a remodelação do plano urbano, mas também a alteração das práticas culturais existentes, viabilizando o ingresso da nação brasileira nos círculos da “civilização” e da “modernização”, adequando o Brasil aos horizontes dos “novos tempos”, isto é, ao processo de construção de uma sociedade do tipo capitalista-industrial.

A cidade tornava-se assim, um espaço de intervenções e de controle mais sistemáticos sobre a população e seus hábitos. Tudo o que concerne à higiene e à saúde públicas transformou-se em discursos elaborados, na maioria das vezes, por médicos e engenheiros sanitaristas. Dentro desse processo de modernização o conhecimento especializado (do médico, do educador e do engenheiro) viera sobrepujar a arte da retórica dos bacharéis.

Nessa conjuntura, a imprensa desenvolveu um papel muito importante, tornando-se um espaço de irradiação do ideário da modernidade, passando a construir e veicular a imagem da cidade tão desejada pela burguesia nascente.

1.1 – As representações sobre a cidade e os modelos de intervenção no espaço urbano.

*Uma cidade deve ser construída para tornar o homem ao mesmo tempo
seguro e feliz
Camillo Sitte (1889)*

Desde a Antigüidade, as cidades já eram alvo de discussão e preocupação para os seus pensadores. Na Grécia, a cidade (polis) era antes de tudo uma comunidade de cidadãos: uma associação de carácter moral, político e religioso. Contudo, os pensadores gregos interessavam-se pela cidade e pelos “*problemas urbanos*”, encaravam as cidades de maneira concreta, estudando os efeitos do ambiente urbano (sítio, localização, natureza do solo, regime dos ventos...) sobre os habitantes, tanto no aspecto físico quanto no aspecto moral (Harouel, 1985).

Platão, por exemplo, preocupava-se com as condições ambientais dos sítios, pois, para ele, a escolha do sítio é fundamental em relação à salubridade, às vantagens económicas e também quanto ao clima psicológico e moral. Já Aristóteles considerava que a escolha do sítio não seria baseada apenas na sua salubridade ou nas suas qualidades defensivas. Este deveria permitir um abastecimento fácil, devendo a cidade tirar partido tanto do mar quanto do campo. Aristóteles defendia uma especialização dos bairros segundo sua função: comercial, artesanal, residencial, administrativa e religiosa (Harouel, 1985).

Na Idade Média, a terra urbana era ocupada pelos moradores, as ruas eram tortuosas e nas praças instalavam-se as feiras periódicas. Nesta cidade a produção era artesanal e controlada por corporações de ofício. O desenvolvimento da atividade comercial proporcionou o crescimento da cidade. A cidade foi um importante elemento na desagregação das bases do poder político-

econômico feudal. Segundo Rolnik (1998), a transformação da vila medieval em cidade-capital de um Estado moderno operou uma racionalização radical na forma de organização das cidades.

No século XVIII a racionalidade nascida na Europa gerou grandes utopias sociais, políticas e urbanas e, por conseqüência, criou uma concepção nova de cidade. Além desta racionalidade, a constituição de uma ruptura nos vários campos do conhecimento também se refletiu em tudo que se referia à cidade e suas representações (Choay,apud.Faria,1998).

Segundo Foucault (1981), o medo das aglomerações no centro de Paris e Londres, no século XVIII, representava os primeiros sinais de preocupações manifestadas pelos moradores da cidade, em especial os médicos, que, posteriormente, com o auxílio dos higienistas, sanitaristas, autoridades policiais e governamentais, passaram a discutir as possíveis soluções para o problema do crescimento das cidades. Imbuído de um “novo sentimento” com relação à cidade, o olhar atento dos cientistas indicou os locais insalubres, que nesse momento eram os que possuíam ausência de água e de circulação de ar. Estes locais representavam o grande perigo de contaminação para a população da cidade.

Na segunda metade do século XVIII iniciaram-se, na França, as primeiras intervenções da medicina urbana, substituindo os métodos de vigilância e hospitalização adotados numa época em que representavam mais um aperfeiçoamento do antigo esquema médico da quarentena. As intervenções urbanas detiveram-se sobre três objetivos: inspecionar os lugares de acúmulo de tudo o que podia provocar doenças; controlar a circulação do ar e de água e, por fim, organizar e distribuir as fontes de água e o esgoto (Foucault, 1981).

Embora as instalações de novos serviços de água e esgoto solucionassem os problemas relacionados com a circulação e coleta de água da cidade, estes mesmos serviços traziam outras preocupações ao meio urbano, que estavam relacionados com os costumes e hábitos de viver da população pobre.

Harouel (1985) diz que *“as cidades européias no final do século XVIII e o início do século XIX, eram consideradas um tecido patológico e doentio”*. A doença procurava os distritos mais pobres, os locais onde mais se negligenciavam as medidas sanitárias, as áreas mais poluídas por excrementos e outras

imundícies. Além do mais, as epidemias não se limitavam às classes mais baixas. Na visão de Schorske (1989), o século XVIII, com sua filosofia iluminista, desenvolveu o conceito de cidade como virtude, e a industrialização do século XIX trouxe a concepção antagônica: a cidade como vício. Com a Revolução Industrial e a consolidação dos moldes capitalistas, cidades como Londres e Paris transformaram-se em imensas concentrações humanas. Entretanto, não estavam preparadas para acolher esta população, surgindo vários problemas urbanos.

Pechmann (1998:29), ao comentar sobre as cidades européias do século XIX, afirma que os chamados “problemas urbanos” estavam em toda parte, a olhos vistos, dizendo que eram:

“Nos miasmas que contaminavam a atmosfera, nas epidemias que devastavam a população, na falta de sistema de água e esgoto que levava à infestação do meio ambiente, na multidão miserável que propiciava a revolta, na falta de trabalho que levava ao crime”.

A saúde passou a ser o principal alvo da sociedade capitalista, devido à ameaça que os surtos epidêmicos representavam para a organização econômica, pois as mortes causavam prejuízo às finanças públicas. além do pânico que um mal desconhecido trazia à população, principalmente à classe dirigente que tinha medo de ser atingida pelas doenças. Estas foram as principais razões que levaram o Estado moderno a intervir nas condições sanitárias do espaço urbano e social, mas não adiantava dar uma assistência médica preventiva, fazer vacinação em massa, se as condições de moradia não sofressem intervenções (Rosen,2000).

No início do século XIX, o principal desafio, na Inglaterra, na modernização do espaço urbano, foi a assistência aos pobres. O governo inglês adotou o asilamento como forma de banir os indivíduos improdutivos da rua, exercendo, assim, o controle social. Paralelamente havia também a preocupação com o meio ambiente urbano, principalmente após as epidemias de cólera ocorridas em 1831 e 1832. Estes fatos fortaleceram ainda mais o interesse do governo inglês pela situação das cidades e da população pobre, tanto que em 1834 a Lei dos Pobres¹

¹ Ler George Rosen (2000) “*Uma História da Saúde Pública*” no qual o autor explica a importância desta lei, que foi criada na Inglaterra desde o século XVI e foi mantida até depois da 2ª Guerra Mundial. Essa lei surgiu

sofreu algumas alterações, passando a estabelecer que nenhuma pessoa fisicamente capaz e, ou sua família receberia ajuda fora de asilos oficiais. A assistência se limitaria aos mais miseráveis.

Para a sociedade Vitoriana (1837-1901), a pobreza constituía uma ameaça física e moral. As autoridades inglesas procuraram contabilizar o custo econômico e social da miséria, demonstrando os prejuízos causados pela doença à produtividade do trabalhador. Foi nas cidades inglesas que o medo das aglomerações originou as primeiras pesquisas sobre as condições de vida da população trabalhadora, coordenado por Edwin Chadwick², cuja concepção sanitária era a de que o ambiente físico e social tinha influência sobre a saúde.

O surgimento da medicina social, na França, no segundo terço do século XIX, foi, segundo Foucault (1981), ocasionado por dois fatores: primeiro, a pobreza passou a constituir uma ameaça à ordem social, devido às grandes agitações sociais nas quais a população tornou-se uma força política capaz de se revoltar e ao mesmo tempo de participar de revoltas; segundo, com a instalação dos novos serviços de água e esgoto, os pobres foram perdendo suas funções na cidade. É importante lembrar que antes da implantação desses serviços eram eles encarregados da distribuição de água e da coleta dos detritos.

O urbanismo francês destacou-se com as contribuições de Haussmann, prefeito do Sena (1853 a 1869). Haussmann implantou um modelo que se caracterizou pela criação de uma vasta rede de grandes artérias que cortam indistintamente o território da cidade, que foi composta de bulevares, avenidas e ruas largas sobrepondo-se à trama então existente, criando uma forte hierarquia entre as vias novas e a maioria das vias antigas. Paralelamente, Haussmann adotou uma política extremamente ativa em termos de fornecimento de equipamentos públicos: sistema viário, rede de esgoto, distribuição de água e gás,

por volta de 1600, porque a pobreza e o desemprego se disseminavam tanto, que a Igreja não conseguia dar conta do problema, então o Estado assumiu, instruindo cada freguesia a arrecadar impostos para assistir aos pobres, conseguir empregos para os fisicamente capazes, punir os indolentes e prestar caridades aos idosos, aos doentes e aos incapacitados.

² Segundo Rosen, Chadwick foi o pioneiro da *moderna Saúde Pública*, chamou a atenção para a "idéia sanitária"; em 1848, com o estabelecimento do Conselho Geral de Saúde, essa idéia veio a ser posta em prática. Seu relatório sobre a condição sanitária da população trabalhadora da Grã-Bretanha, publicado em 1842, iluminou a relação entre pobreza e insalubridade, e serviu de modelo para reformadores sanitários em outros países.

mercados cobertos, feiras, prefeitura, colégios, estações, prisões, hospitais e espaços verdes.

A obra de Haussmann em Paris merece grande destaque, pois transformou-se no paradigma da modernidade. Todas as cidades que precisavam modificar-se e adaptar-se aos tempos modernos buscaram, no exemplo das reformas parisiense, o modelo para suas realizações.

Sobre o método chamado “hausmanniano”, Engles comentava:

”Refiro-me à prática hoje generalizadas de abrir grandes brechas nas vizinhanças das nossas grandes cidades, especialmente aquelas situadas nas regiões centrais [...] O resultado é o mesmo em toda parte: os becos e as alamedas mais comprometedores desaparecem para dar lugar a autoglorificação da burguesia, como crédito de seu tremendo sucesso – mas reaparecem logo adiante, muitas vezes no bairro adjacente“ (Engles apud Bermann, op.cit: 149).

Segundo Choay (2000), o urbanismo surgiu para resolver os problemas da cidade industrial. Na segunda metade do século XIX, a palavra urbanismo foi criada para consagrar o aparecimento de um discurso de enfoque radicalmente novo, a cidade como objeto. Este discurso sobre o urbano pretendeu, de imediato, constituir-se em ciência e construiu os modelos com os quais fundamentou o urbanismo.

Os dois modelos apresentam-se em duas fases: a do pré-urbanismo e a fase do urbanismo no século XX. No pré-urbanismo³ o modelo progressista tinha como base a concepção do indivíduo humano como tipo independente de todas as contingências e diferenças de lugar e de tempo, e definido em necessidades – tipo cientificamente dedutíveis. Um certo racionalismo – a ciência, a técnica – deve permitir resolver os problemas impostos pela relação dos homens com o mundo e entre eles. Este modelo era dominado pela idéia de progresso e considerava também as exigências da higiene. Recusava o passado e destacava a importância do modelo padrão de habitação, o alojamento standard (Choay,2000).

³ CHOAY (1993) chama de pré-urbanismo, as teorias e pensamentos sobre a cidade, que precederam o urbanismo, formuladas por utopistas (Morris, Ruskin); socialistas (Marx, Engles).

Durante o pré-urbanismo destacamos o pensamento de Fourier (1772-1837) e Owen (1771-1858) para quem a cidade ideal seria aquela concebida como local de melhor organização social (Choay, 2000). Dentro desta utopia, Fourier propôs substituir a cidade pelo falanstério⁴. Já Owen preconizou a fundação de “cidades de harmonia e cooperação” reagrupando em conjuntos habitacionais e explorando em conjunto um domínio agrícola (Vasconcelos, 1999).

Já para o modelo culturalista, que, segundo Choay (2000), é tributário do pensamento de Ruskin (1818/1900) e de Morris (1834/1896), a estética e a cultura ocupam junto a eles o mesmo lugar que a higiene ocupava em Owen e Fourier. Mas, para Harouel (1985), havia também um certo sentimento “anti-industrialista”, alimentado de nostalgia pela cidade do passado, do qual queria ressuscitar o calor humano e a qualidade da arquitetura.

O urbanismo difere do pré-urbanismo por ser, tanto no aspecto teórico como no prático, de domínio dos especialistas, sobretudo dos arquitetos. Durante esta fase, tanto o modelo progressista quanto o culturalista terão novas versões. No início do século XX, a idéia chave do urbanismo progressista era a modernidade, tendo a influência do urbanista Tony Garnier⁵ (1901), para o qual a estética modernista era formada por uma contribuição de racionalidade e austeridade acompanhada pelo desprezo da cidade antiga, demonstrando uma preocupação desvairada com a salubridade do espaço e do indivíduo.

Le Corbusier (1958) um dos realizadores mais notáveis do urbanismo progressista, dizia que *“todos os homens possuem as mesmas necessidades”* expressando de maneira bem clara o modo de os urbanistas progressistas intervirem no espaço. A preocupação com a eficácia se manifesta primeiramente na importância dada à questão da saúde e da higiene. Eles buscavam formas universais (Choay,2000).

O modelo culturalista manteve o culto aos valores do passado. O teórico-prático mais ilustre deste modelo foi Camillo Sitte (1843/1903) que, nos seus

⁴ Falanstério é um palácio social onde viviam aproximadamente 1.600 indivíduos. Em todo o imóvel domina uma rua interior, a rua galeria, assim o controle sobre os cidadãos seria absoluto.

⁵ GARNIER, Tony - arquiteto-chefe da cidade de Lyon, França, realizou uma proposta da cidade industrial (1901) intitulado de *“Une Cité industrielle. Etude pour la construction des villes”*. Para Choay, trata-se do primeiro manifesto do “urbanismo progressista”.

trabalhos, denunciava a mediocridade da cidade moderna e procurava extrair de um estudo minucioso das cidades antigas os princípios que deviam inspirar os responsáveis pela criação e pela expansão das cidades. Sitte deu uma grande contribuição para os principais reformadores sociais que atuaram no âmbito da cultura urbanística, nas primeiras décadas do século XX. Estes se apropriaram das suas concepções, interpretando-as segundo conveniências práticas e técnicas, para justificarem suas escolhas técnicas e as soluções urbanísticas adotadas (Andrade, 1999).

Percebe-se que no século XVIII apenas se reconheceu a existência de uma patologia urbana, através da teoria do miasma. Já no século XIX, detendo-se nos meios técnicos aperfeiçoados, os urbanistas enfatizaram as tentativas de erradicar as doenças infecto-contagiosas. E no século XX, procurou-se atender a todas as expectativas de solução para os problemas da cidade, investindo-se em grandes equipamentos que obedeciam à nova lógica: a da salubridade.

1.1.2 – *A teoria positivista na intervenção do espaço*

Os pensadores europeus, do fim do século XVIII para início do século XIX, viviam numa Europa conturbada por guerras e em vias de modernização, e suas produções refletiam a tensão entre valores e instituições que estavam sendo corroídas, com as formas emergentes, cujo perfil ainda não se encontrava totalmente configurado.

As referências necessárias para situar o pensamento eram: por um lado, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial e, por outro, o manancial de idéias que, sobre esses mesmos acontecimentos, vinha sendo formado por autores como Henri de Saint-Simon (1798-1857) e Auguste Comte⁶ (1798-1857).

Nesse momento os pensadores acreditavam que a humanidade avançava no sentido de seu gradual aperfeiçoamento, governada por uma força inexorável: a LEI DO PROGRESSO. Esse princípio herdado, da filosofia iluminista, foi

⁶ Auguste Comte, francês, de família católica e monarquista. Em 1816 foi admitido na École Polytechnique de Paris, em 1817 tornou-se secretário de Saint Simon, com o qual rompe em 1824. Em 1832 foi nomeado assistente de análise e de mecânica na École Polytechnique, onde mais tarde se tornaria professor.

compartilhado por praticamente todos os autores do século XIX, embora assumisse conotações particulares em cada um deles.

O modelo europeu de civilização vigente no fim do século XIX, baseava-se nos grandes desenvolvimentos técnicos e científicos da segunda metade do século XVIII, os quais deram origem a uma vigorosa fé nos postulados das idéias de progresso e racionalidade. As idéias, amplamente divulgadas na época, eram influenciadas pelas teorias evolucionistas de Charles Darwin e Hebert Spencer, e pelas concepções organicistas do funcionamento social herdadas do positivismo de Auguste Comte.

O objeto próprio de estudo das Ciências Sociais, utilizado naquele momento, era o método positivo, apoiado na observação, indução e experimentação, tal como vinham fazendo os cientistas naturais, forjando no horizonte intelectual europeu um movimento de inflexão em torno das Ciências Naturais, que deu ensejo ao surgimento de uma “vanguarda científica” (Barbosa & Quinteiro,2001).

A partir da teoria positivista houve uma radical transformação e rearticulação das práticas políticas e culturais da modernidade ocidental. Neste processo destacou-se a divulgação das teorias do darwinismo social como forma mais acabada para uma explicação do comportamento da existência humana, enquanto os avanços da microbiologia proporcionavam uma verdadeira “revolução sanitária”.

Dentro desse contexto, Comte estabelecia o sentido do termo “positivo”, de onde derivaria um sistema metodológico e doutrinário que foi utilizado pelos pensadores urbanistas para entender a sociedade e enfrentar os dilemas que o mundo moderno trazia.

Na visão positivista o controle sobre as representações culturais, que ameaçavam a ordem era necessário para o desenvolvimento do capital (Soares, 1998). Sell (2000) afirma que, para Comte, as respostas para as indagações seriam encontradas por meio da razão (ou ciência). Assim surgiu o método científico para explicar o “novo” e para disciplinar a sociedade, favorecendo a emergência, o surgimento da corrente positivista que, dentro do racionalismo, buscou reeducar a sociedade nos moldes do capitalismo industrial.

A atitude racionalista, a crença no determinismo natural e social, a vontade de verdade que privilegia e se apóia nos fatos estabelecidos empiricamente e uma rejeição do subjetivismo em favor da objetividade científica, foram, de maneira geral, as características que polarizaram o universo mental da cultura europeia, a partir de meados de século XIX.

No cenário cultural brasileiro, a inserção do pensamento comtiano teve seu sentido histórico maior em função da emergência de uma elite científica que, afirmando o caráter disciplinado, opunha-se aos valores do passado declarando-os impotentes em face da complexidade e dos desafios do presente, que deveriam ser enfrentados para organizar uma nação moderna. Alonso (1996) ressalta que o positivismo comtiano fornecia, assim, os conceitos que se relacionavam com o progresso, a ciência e a indústria, investindo o cientista da missão moral de conduzir os destinos da humanidade em sua evolução rumo ao estágio positivo.

O método positivista fez, dos cientistas, “missionários do progresso”, transformando a ciência no único caminho para atingir a saúde plena do corpo social e a civilização. Herschmann (1994) afirma que para estes cientistas, “intervir”, “organizar”, “sanear” e “prevenir”, eram os meios de evitar os “desvios” que ameaçavam o meio ambiente e a cultura do indivíduo, isto é, a concretização do principal objetivo: a realização plena da nação.

A partir de 1850, o positivismo comtiano infiltra-se na Escola Militar do Rio de Janeiro, Escola da Marinha, Colégio Pedro II, Escola de Medicina e Escola Politécnica. Vários intelectuais começam a propagar as concepções de Augusto Comte no terreno estético e moral (Soares, 1998).

A doutrina positivista assumiu, portanto, para uma nova geração de pensadores, cientistas e escritores, um significado fundamental, pois respaldou a ascensão desses indivíduos à condição de intelectuais junto ao Estado e legitimou suas intervenções. Entretanto, persiste uma discussão a respeito da importância do positivismo na formação cultural brasileira (Kropf, 1994).

Segundo Kropf (1994), a teoria positivista é, certas vezes, mal avaliada ou subestimada. Para exemplificar as discussões em torno do positivismo brasileiro, Kropf cita o clássico trabalho de Lins (1967), intitulado *História do positivismo no Brasil*, no qual o autor afirma que “a influência da obra de Comte se irradiaria no

Brasil, com maior ou menor intensidade, por vários setores da vida social, como a política, a literatura, a educação e a ciência”.

Azevedo (1995) faz uma crítica dizendo que a contribuição do positivismo foi insignificante, se não praticamente nula para a constituição e o progresso das ciências experimentais no Brasil. Segundo Azevedo, a absorção da doutrina positivista ter-se-ia se concentrado em sua parte político-religiosa, dando provas da impermeabilidade das elites brasileiras, da época, aos princípios e métodos da ciência, segundo o paradigma positivista.

Mas, neste momento, não pretendemos aprofundar esta discussão a respeito da importância ou não do positivismo, importando o fato de que o positivismo comtiano elevava o poder da ciência como chave para a promoção de um saber objetivo e eficaz sobre a realidade, um conhecimento tido como infalível meio para apontar os caminhos seguros para o bem-estar moral e material da sociedade. A base teórica que atuava nas escolas de medicina e de engenharia (Politécnica) era o positivismo, pois propiciava as ações reguladoras dos médicos e engenheiros na organização das cidades, tanto no âmbito moral quanto na organização dos lugares de morar, de trabalhar e de uso público.

1.1.2 - “Depósito de Pestes”: a imagem das cidades brasileiras e a implantação de modelos

A crítica à cidade colonial, à sua desordem e conseqüente insalubridade esteve presente no discurso sanitarista brasileiro desde o início do século XIX até a década de vinte do século passado.

A imagem de uma cidade doente, com casas insalubres, ruas estreitas, ambientes impregnados pela sujeira e pela pobreza consolidava-se, reforçando o discurso sobre a necessidade de intervenção sanitária do espaço urbano, para facilitar o desenvolvimento das atividades comerciais, financeiras e políticas.

Tais concepções foram reforçadas pela adesão do País ao comércio internacional, principalmente pelo desenvolvimento da cultura do café, aliando-se

o fato de as elites nacionais passarem a ter a cidade como referência para sua atuação comercial e política (Cardoso, 1972). No Brasil República, criticava-se o tecido urbano herdado da Colônia e do Império, no qual os sinais de um regime monárquico, mas sobretudo da escravidão, ainda marcavam a tipologia das cidades.

A cidade do Rio de Janeiro, capital da República, segundo relata Benchimol (1990), era uma cidade onde proliferavam as epidemias, principalmente a febre amarela, a malária e a varíola, que ceifavam milhares de vidas de trabalhadores imigrantes. Os médicos da época afirmavam que a gravidade da disseminação destas doenças devia-se às deficiências no abastecimento de água, no sistema de esgoto e na moradia, que elevavam o índice de mortalidade, principalmente do trabalhador imigrante que, neste momento, era a mão-de-obra especializada necessária para a consolidação da nova ordem econômica, baseada na indústria (Hahner, 1993).

Traçando este quadro das cidades, a questão sanitária torna-se prioritária para as autoridades que passam a se interessar pela saúde pública, conduzindo, à época, o desenvolvimento da medicina social e preventiva, cuja ação voltava-se para o controle do meio social e da população.

O projeto republicano, baseado no modelo europeu, segundo Faria (1998) tentava, erradicar os sinais das velhas estruturas – sociais e materiais – do tecido urbano herdado do período colonial e imperial. Paralelamente, dois problemas surgiram, exigindo intervenções definitivas e não mais paliativas: a falta de condições satisfatórias de higiene, provocando doenças infecto-contagiosas e as péssimas condições de vida e do habitat da classe operária nascente, fragilizada diante das epidemias.

Assim as cidades brasileiras experimentaram as intervenções no espaço urbano visando uma cidade “curada” (das epidemias); uma cidade “reformada” (pelas obras da engenharia); uma cidade “ordenada” (disciplinada); uma cidade “embelezada” (pela arquitetura). Estas intervenções ocorriam sob forma de adaptação do tecido urbano antigo mediante reformas localizadas, ou de maneira radical por meio de planos e projetos urbanísticos, atingindo o espaço urbano como um todo.

As intervenções urbanas ocorridas nas cidades brasileiras, no início do século XX visavam, segundo Ribeiro (1999): *“da cidade, criar uma nova imagem em conformidade com os modelos estéticos europeus, permitindo às elites dar materialidade aos símbolos de distinção relativos à sua nova condição”*.

Sevcenko (1995) afirma que as elites tinham a cidade como um lugar estratégico para seu projeto político e social, e necessitavam criar simbolicamente novos mecanismos de representação e distinção social. De fato, com as intervenções urbanas, as elites buscavam desesperadamente afastar de seus olhos e também dos olhos do estrangeiro, o populacho inculto, o mestiço desprovido de maneiras civilizadas. Percebe-se então que a reforma urbana caracterizou-se por introduzir um espaço público, cujo “público” privilegiado são as elites, deixando de lado as práticas culturais e até mesmo o espaço da população pobre urbana (Rolnik, 1988).

As primeiras medidas do governo brasileiro para conter as epidemias, consistiam em iniciar várias campanhas sanitárias nos principais portos brasileiros (Santos, Rio de Janeiro e Recife), locais de entrada da mão-de-obra qualificada europeia, buscando fazer um cordão sanitário com o intuito de resguardar os navios das epidemias de febre amarela e varíola que dizimava os imigrantes europeus.

Outra medida da campanha sanitarista foi iniciar a higienização e moralização do habitat da população pobre urbana, tornando-a higiênica não somente no aspecto físico, mas também na sua própria constituição onde cada elemento tem o seu lugar e o seu papel, onde passariam existir áreas de socialização da família. Assim a moradia tornou-se o alvo principal do processo de reeducar, civilizar o indivíduo para o seu papel no espaço público.

A grande reforma da cidade do Rio de Janeiro só aconteceu na administração do engenheiro Pereira Passos (1903 a 1906) e foi inspirada nos trabalhos de Haussmann, em Paris do século XIX. Haussmann como vimos, procurou conciliar saneamento com embelezamento. Pereira Passos contou com a colaboração de Oswaldo Cruz no saneamento, e de Paulo de Frontin na direção das obras. Nesta reforma aconteceram grandes mudanças urbanas na cidade do Rio de Janeiro, que passou a ter amplas avenidas, realizando ainda melhorias nas

instalações de água e esgoto, gás, iluminação, arborização de ruas, canalização dos rios, criação de jardins públicos, demolições dos cortiços na área central da cidade (Benchimol, 1990). As reformas do Rio de Janeiro passaram a ser referência para os projetos de urbanização de várias cidades brasileiras.

A cidade de Campos dos Goytacazes*, no século XIX, também apresentava um espaço urbano insalubre e de acordo com os estudos realizados por Alberto Lamego e Lamego Filho (1974), assim como pelos trabalhos de memorialistas como Horácio de Sousa (1984), Hervê Salgado (1998) e mesmo dos estudos mais recentes.

A cidade sofria com as constantes enchentes do rio Paraíba do Sul, que causavam grandes transtornos para a cidade e sua população, com a proliferação de doenças infecto-contagiosas como a peste bubônica, a leptospirose. Além do fator enchente, o lixo da cidade era lançado em locais centrais, lagoas, pântanos e valões estagnados, que se transformavam em focos de mosquitos e conseqüentemente traziam as doenças, como a febre amarela.

A partir, porém, da segunda metade do século XIX, a cidade de Campos dos Goytacazes iniciou a implementação das obras de engenharia hidráulica para extinguir pântanos e lagoas, não somente para erradicar os focos transmissíveis das doenças, mas também para ampliar o tecido urbano, visando à transformá-lo em prol do progresso.

Em 1870, o médico Francisco Portella* propõe na Câmara Municipal medida sanitárias para a cidade como por exemplo, a urgente implementação de um plano de esgotos e abastecimento de água para as habitações. Somente em 1885 a *Campos Syndicat Limited* obteve a concessão para instalar serviços de água e esgoto, que começaram a funcionar, efetivamente em 1887.

Durante a epidemia do beri-beri (doença que atacava por completo os nervos dos membros inferiores), em 1878, os médicos e farmacêuticos

Ver no anexo I fotos referente à “Campos”, insalubre e com forte traço colonial na arquitetura das edificações, como também, fotos referente a grande enchente de 1906.

⁷ Foram várias as enchentes do rio Paraíba do Sul: 1886, 1895, 1906, 1917 e 1923, trazendo conseqüências danosas para a cidade de Campos, cif. Horacio de Sousa, 1984.

* Ver anexo I foto dos principais agentes reformadores de Campos no período de 1900/1917

⁸ Francisco Portella, médico com grande expressão política em Campos, membro da Comissão Executiva do Partido republicano Fluminense, sendo indicado pelo governo provisório de Marechal Deodoro da Fonseca para o exercício de governador do Estado do Rio de Janeiro.

resolveram reunir-se para fundar a Sociedade Médica Farmacêutica e beneficente de Campos, cujo objetivo era organizar campanhas para intensificar atendimento a fim de erradicar essa doença e outras que proliferavam na cidade e região.

No período de 1890/94 as mudanças na infra-estrutura da cidade se processaram com grande dinamismo e continuidade. No entanto as condições sanitárias da cidade continuavam precárias devido à persistência de edificações inadequadas e o problema da contenção do rio Paraíba do Sul ainda provocava enchentes. A soma destes fatores propiciava a ocorrência de vários surtos epidêmicos⁹ na cidade.

Em 1901, o médico Benedito Pereira Nunes*, integrante da Associação Comercial, presidente da Câmara Municipal e conhecedor dos problemas sanitários da cidade, concentra sua administração na resolução dos problemas de saneamento da cidade e solicita, ao engenheiro Saturnino de Brito¹⁰ um plano de remodelação para a cidade, em 1902.

Segundo Faria (1998), apesar do projeto de Saturnino de Brito não ter sido implantado de imediato, deve ser ressaltado por ter sido o primeiro projeto de urbanização visando atuar sobre o espaço urbano de Campos no seu conjunto, propondo uma intervenção, em uma cidade em pleno processo de crescimento, o que era uma novidade no urbanismo brasileiro que nascia.

Em 1915, o médico Luiz Caetano Sobral assumiu o cargo de prefeito. Durante sua gestão, Sobral iniciou a implementação das reformas contidas no Plano de Brito (1902) feito para a cidade de Campos dos Goytacazes, principalmente as melhorias na área central da cidade e as mais importantes obras sanitárias como por exemplo, a criação do Matadouro-Modelo. Luiz Sobral foi reeleito com mandato até 1920, período em que realizou importantes obras na cidade, retornando ao governo em 1924 e em 1930. Sua gestão teve um grande

⁹ Houve 1892 e 1896 surtos de varíola; em 1901/1902 febre amarela; 1903, reapareceu a varíola; 1906/1907 após a grande enchente do rio Paraíba ocorreu o grande surto de peste bubônica. Cif Horácio de Sousa, 1984.

¹⁰ Saturnino de Brito (1864/1919), campista, engenheiro civil formado pela Escola politécnica do Rio de Janeiro, em 1898, que ao longo de toda República Velha, foi responsável por vários planos de saneamento, melhoramento e expansão das principais cidades brasileiras como: Santos, Petrópolis, Recife e outras.

impacto na configuração do espaço urbano de Campos e na consolidação do seu projeto de modernização.

Esse processo de reformas e intervenções pelo qual passaram as cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX foi registrado e comentado pela imprensa. Importa considerar a existência do periodismo, neste momento, que era ancorado em agremiações ou em grupos que queriam expor seu pensamento político, urbano e literato.

Martins (2001) afirma que foi nesse momento que a revista se consolidou, como veículo de proposta ligeira, condensada, intermediária entre o jornal e o livro. A autora cita alguns jornais que voltavam-se agora para uma revista, citando como exemplo, na cidade de São Paulo, o jornal denominado originalmente *Cultura*, que teve o título transformado em *Revista do Brasil*, mais apropriado ao calor nacionalista daquele momento.

É bastante curioso notar que em Campos dos Goytacazes, em 1900 um jornal denominado originalmente *A Aurora – Jornal Litterário – Poético e Noticioso*, além de retornar à circulação teve o título transformado em *A Aurora – Letras – Artes – Sciencia*, em formato de revista. Martins (2001) aponta para o fato de que o surgimento da revista a partir do jornal confirmava a clássica evolução histórica do jornal para a revista literária, confinando naquele a informação de cunho político e cotidiano e nesta, a contribuição literária e os projetos culturais.

Sob o signo de mudanças, no seu aguardo, os tempos eram, sim, de transição. Nesse sentido o discurso proferido também estava imbuído de novos valores, conceitos e padrões morais para reger esta nova sociedade de modelo capitalista industrial.

1.2 – *Sob o Signo da Mudança*

1.2.1– *O sentido da modernidade no início do século XX*

A modernidade foi muito enfatizada pelos fundadores clássicos da sociologia. Tanto Karl Marx como Emille Durkheim viam a era moderna como um era turbulenta, mas ambos acreditavam que as possibilidades benéficas abertas

pela era moderna superavam suas características negativas. Já Max Weber, um pensador marcado pelo pessimismo, viu o mundo moderno como um mundo paradoxal, onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais. Weber afirmava que a burocracia servia aos interesses do Estado moderno, cuja finalidade era obter o máximo lucro, as empresas capitalistas procurando organizar de modo racional o trabalho, a produção, garantindo-se contra as tradições que perturbavam o desenvolvimento do capitalismo. O mesmo tipo de controle estendeu-se para fora da fábrica, afetando a vida dos indivíduos que pela disciplina e pelas normas, teriam suas ações racionalizadas (Barbosa & Quintaneiro, 2001).

Para Giddens (1990), o conceito de modernidade refere-se ao estilo, costume, modo de vida ou organização social que emergiam na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente tornaram-se mais ou menos mundiais em sua influência. No decorrer do século XX as conseqüências geradas pela modernidade tornaram-se mais radicalizadas e universalizadas do que antes. Desta forma, o modo de vida produzida pela modernidade, segundo Giddens, desvencilhounos de todos os tipos tradicionais de ordem social, tanto em sua extensão quanto em sua intensidade. As transformações decorrentes da modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudanças características dos períodos precedentes.

Bermann (1999:15) conceitua moderno retratando a ebulição que esta modernidade trouxe para o cotidiano da sociedade ocidental e seus longos efeitos:

“Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”.

Ao desenvolver a idéia do estilo de vida moderno como uma categoria capaz de configurar a sua teoria do moderno, Georg Simmel aponta para o lugar

histórico do moderno estilo de vida: a cidade grande é o lugar da construção da modernidade, onde se encontra o maior problema da “vida moderna” o conflito entre indivíduo e sociedade, entre cultura interior e cultura exterior (Waizbort, 2000).

Segundo Herschmann (1994), as noções de “moderno” ou de “modernidade” vão-se afirmando, no Brasil, a partir das últimas décadas do século XIX e início do século XX momento de aceleração da industrialização e de consolidação internacional do capitalismo. A palavra modernidade ganha um uso obrigatório no ambiente intelectual brasileiro, principalmente ao longo dos anos 20-30, embora desde o início da República tenhamos observado a preocupação com a modernidade, no plano da produção e circulação de idéias. Afirmar-se moderno é, antes de tudo, tentar assumir um lugar prestigiado no debate científico e artístico.

Os intelectuais foram os principais disseminadores do ideal da modernidade. Nicolau Sevcenko (1995) identifica, como intelectual hegemônico do Império o bacharel/burocrata, voltado para a perpetuação dos interesses do grupo senhorial escravocrata e cuja conduta social proposta era a moderação.

Na passagem do Império para a República. Sevcenko (1995) enfatizou a importância do surgimento de uma nova geração de literatos, a “Geração 70” - cientificistas, marcada por idéias liberais e por uma vontade de transformação radical da estrutura sócio-político-econômica do Brasil.

Herschmann (1994) esclarece que no lugar do bacharel “artista da retórica” surge o cientista “artista do operatório”, cujo discurso era fundamentado, por um lado, em certa tradição da retórica e, por outro, em uma nova doutrina filosófica, o positivismo.

Assim, os discursos produzidos pelos cientistas harmonizavam perfeitamente com os interesses da camada dominante (industriais e agro-exportadores), legitimando a intervenção autoritária do Estado junto à sociedade. Ao mesmo tempo, é também evidente que, mesmo legitimando esta intervenção do Estado, estes cientistas estavam tão somente difundindo um tipo de saber que, naquele momento, tornava-se obrigatório para as populações inseridas no sistema capitalista.

Esta geração científicista, abolicionista e republicana pressionou o Estado imperial exigindo maior representação em suas decisões. Deslumbrada com o potencial do conhecimento científico questionou a eficiência do regime, a moralidade da escravatura e a qualidade da produção cultural brasileira, defendendo a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República. Entretanto, a Geração 70 desiluiu-se com a implementação do projeto republicano que terminou numa aliança tensa e potencialmente conflituosa entre os militares e as oligarquias regionais.

Esses intelectuais, além de desiludidos e excluídos das decisões do Estado, foram gradativamente substituídos por um agente que eles mesmos ajudaram a consolidar: o cientista, ou melhor, o especialista, portador de um saber técnico-científico especializado: a medicina (normatizando o corpo) a engenharia (organizando o espaço) e a educação (disciplinando).

Para Herschmann (1994), os discursos desse cientista-intelectual²¹ constituem-se em um objeto de estudo privilegiado para a análise da gênese da modernidade brasileira, porque esse discurso foi capaz de trazer indícios do conjunto de valores e códigos sociais que passaram a orientar os indivíduos em direção a um cotidiano “civilizado”, repensando-se a construção da idéia de nação, identidade nacional, raça e sexualidade.

1.2.2 – O discurso das representações da cidade e da vida urbana

A cidade pensada, formulada, enunciada pelo discurso ou pela imagem, não é livre enquanto representação. Rama (1984) esclarece que as cidades, antes de aparecerem na realidade, existem como representações simbólicas, por meio dos discursos, imagens mentais, gráficos, desenhos e planos que traduzem uma vontade e um sonho, que é o de transformar o espaço no sentido de concretização de uma idéia: fazer, da cidade que se tem a cidade que se quer.

2

¹¹ Na dificuldade de encontrar um termo apropriado, Herschmann utiliza esse termo composto, para este agente que atuava de acordo com sua especialização, mas abrangia outras áreas. A partir de sua espacialização, de seu saber tecnocientífico, eles “inventavam” soluções para os chamados “problemas nacionais”.

Chartier (1990) afirma que as representações do mundo social, a compreensão das formas e dos motivos, traduzem as posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou gostariam que fosse.

Para Chartier o termo representação (de acordo com o dicionário de Furetière) manifesta a tensão entre duas famílias de sentido: por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém.

Mas alerta que a relação de representação é confundida pela ação da imaginação, que faz tomar o logro pela verdade, que ostenta os signos visíveis como provas de uma realidade que não o é.

É pertinente lembrar aqui a observação de Pesavento (1999) sobre as representações do urbano encontradas nos discursos elaborados no início do século XX, que expressavam uma vontade política, uma intencionalidade de norteamento do real e um projeto que visava obter resultados.

No Brasil como na Europa, o discurso da modernidade foi centrado na crítica da cidade “herdada”¹², sendo fortemente influenciado por novas descobertas científicas, que introduzem novos conceitos e valores.

Os discursos sobre a modernidade estão sempre relacionados com: o progresso, a indústria, o capital. Desta forma houve a criação de novas representações da cidade e da vida urbana, na qual a identidade urbana conjugava a cidade real e a cidade ideal (Pesavento, 1999).

O importante, é que a cultura da modernidade é eminentemente urbana e comporta a conjugação de duas dimensões indissociáveis: por um lado, a cidade é o sítio da ação social renovadora, da transformação capitalista do mundo e da consolidação de uma nova ordem e, por outro, torna-se o tema e o sujeito das manifestações culturais e artísticas.

¹² A cidade herdada para os estudiosos do urbano para os europeus é a cidade medieval e no Brasil refere-se aos traços herdados da cidade colonial e imperial.

1.2.3 – A abordagem da questão social e dos problemas urbanos nos discursos higienistas

Segundo Ribeiro (1999) os reformadores sociais, a partir do século XIX, passaram a considerar as cidades como objeto de estudo devido a constatar-se a configuração de um quadro onde a “questão social” aparece como eixo e objetivo do conhecimento e da intervenção. Ribeiro afirma que a “questão urbana” emerge como uma transformação da “questão social”. Assim o pensamento urbanístico apareceu no século XIX associado às idéias de reforma social.

Como vimos, a idéia de que existem “problemas urbanos” tem sua origem no começo do século XIX, com os reformadores de moradias, hábitos, costumes e práticas da identidade cultural da população pobre urbana. Pesavento (1990) esclarece que os pensadores dos séculos XIX e XX “descobriram” o problema social, reconhecendo-o como um problema, e fizeram dele um campo de saber científico. Ainda que os problemas sociais sempre tenham existido, foi dentro da sociedade capitalista que ficaram mais perceptíveis, pois a cidade tornou-se um espaço aglomerado e centro econômico e político.

Topalov (1999) confirma que o movimento de reforma urbana que iniciou no século XIX não foi um fenômeno isolado, mas vinculado, tanto pelos homens como pelas idéias, a um projeto multiforme de reforma social que se definiu e ampliou na Europa, a partir de 1880. Nessa época, assentaram-se as bases da nova organização do sistema de poder que, ao mesmo tempo, tanto opunham quanto uniam classes dominantes e classes subalternas.

Neste contexto, a sociedade e a cidade tornaram-se objetos de ação racional. Os movimentos de reforma prepararam o surgimento das políticas sociais e urbanas modernas. Rolnik (1988) faz uma abordagem muito interessante a respeito deste período de transição, demonstrando que na cidade escravocrata, que perdurou até 1888, os limites das fronteiras entre os grupos sociais são claros e rigidamente definidos; na vida do senhor de escravo não havia qualquer momento em que não estivesse expressa a relação de dominação.

A abolição da escravatura terminou não só com a dominação como também o senhor se libertou do investimento no escravo para explorar o

trabalhador livre. Mas para isto era preciso constituir o trabalhador livre: fazê-lo existir tanto fisicamente quanto ideologicamente e foi exatamente neste momento que se iniciou a mudança no olhar sobre a cidade, pois a opção pelo "braço livre europeu" significava usar uma mão-de-obra "civilizada".

Os europeus trouxeram consigo hábitos, costumes e comportamentos que influíram no uso deste espaço, isto é, o espaço teve que ser remodelado para consolidar a fixação deste trabalhador na sociedade brasileira.

Pesavento (1990) aponta para o fato de que foi neste contexto que a sociedade capitalista gerou as condições para que a questão social se colocasse como problema e indagação. A principal inquietação era: o que fazer com os pobres desafortunados, principalmente, o que fazer para impedir que a questão social degenerasse em conflito e este em ameaça efetiva para a sociedade.

Perante esta problemática, a questão social, segundo Pesavento, suscitou a elaboração de discursos que descreviam, analisavam e despertavam estratégias de abordagem para atingir resultados satisfatórios.

Estes discursos pressupunham intervenções dos técnicos (o médico, o higienista, o advogado, o engenheiro e o educador) comumente atrelados ao Estado, principal interessado em disciplinar a população pobre urbana nas áreas centrais das cidades. Neste discurso a questão da higiene, da moral, disciplina e renovação como elementos fundamentais, articulando o discurso do médico higienista, o discurso jurídico e criminológico e o discurso técnico e estético.

Herschmann (1994) afirma que o exame da produção do discurso do cientista intelectual, como por exemplo o médico, permitiria o mapeamento de estratégia normalizadora para a construção de um corpo social sadio. Isto era necessário para o Estado, pois, segundo Foucault (1987), a disciplina sobre o corpo era importante, já que a burguesia o via como uma força de produção. Assim o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe dentro do modelo capitalista.

1.2.4 – Discurso sobre a higiene e a disciplina

Chalhoub (1999) afirma que a Higiene é vista como uma ideologia, ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o Brasil ao “verdadeiro”, à “civilização”, implicavam a despolitização da realidade histórica e legitimação das novas decisões quanto às políticas públicas aplicadas no meio urbano.

Deste modo, o sentido do discurso higienista foi de importância não apenas na construção teórica da modernidade como também na ação, na transformação do cotidiano da sociedade urbano-industrial, pois foi por meio deles que se materializavam as “visões de mundo” das diferentes classes.

Percebe-se que nos discursos médicos da época, os inimigos do “corpo social” eram os excessos e desvios, sendo preciso, portanto, disciplinar a sociedade, inculcar valores, destruindo os “vícios” e as “perversões” que tanto ameaçavam os centros urbanos.

Um dos exemplos mais significativos dessa intervenção sanitarista junto à sociedade é o da medicina da Belle Époque que, aliando-se à estratégia de um Estado “modernizador”, esbarrou nos hábitos e costumes da tradição familiar do Império. A este respeito Muricy (1988:14), dando conotação a importância da família na integração do indivíduo na nova sociedade, escreve:

“A integração familiar à ordem urbana foi um dos objetivos mais arduamente perseguidos pela medicina higienista. Neste sentido, elaborou uma política de saúde que cuidava de mudar os hábitos e os valores nocivos da tradição, de estabelecer uma nova ética das relações afetivas que orientasse o comportamento dos indivíduos em todas as circunstâncias da vida privada e social”.

Sevcenko (1995) esclarece que, na linguagem dos cronistas da época (1889-1930), as cidades brasileiras passariam por um processo de “regeneração”, que condenava os hábitos e costumes ligados à sociedade colonial; negava todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade. Esta atitude induzia a uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, a qual será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas burguesas, e com um cosmopolitismo agressivo,

profundamente identificado com a vida parisiense. Desse modo a expressão “regeneração” era por si só esclarecedora do espírito que presidiu esse movimento de destruição da cidade velha, a dissolução da velha sociedade imperial e de montagem da nova estrutura urbana.

Segundo essa visão, a cidade deveria organizar-se de modo a proporcionar a afirmação do igualitarismo e do conagraçamento pela constituição de uma cultura comum, ligada a referências universais de matriz iluminista (Fabris, 2000).

A distância entre a teoria e a prática foi, contudo, grande. A ação normatizadora, que pretendia transformar a capital da República no símbolo de modelo civilizatório, não gerou significativa modificação na estrutura da sociedade, apenas resumiu-se quase em banir das ruas “o espectro da desordem representada por negros, mulatos e pelos cortiços”.

Assim, os discursos e ações realizadas para consolidar o processo de modernidade acabaram ameaçando a identidade cultural das camadas populares, tendo sido impostas normas de comportamento, formas de lazer e exteriorização de crenças religiosas (Borges, 2000).

1.3- A contribuição dos Médicos e Engenheiros ao discurso de normatização da sociedade

O médico teve uma participação destacada na normatização do espaço urbano, nas cidades europeias, desde século XVIII, devido ao seu papel no combate às doenças infecto-contagiosas. A medicina intervinha nos hábitos, nos costumes e na moral dos indivíduos, tendo como alvo principal a população pobre urbana. Tanto para o Estado quanto para a economia capitalista era muito importante um controle sobre esta parcela da população, a separação dos espaços e de como usá-los. Os médicos foram, dentre os especialistas, os primeiros a se organizarem institucionalmente e a construir sua identidade profissional. Eram considerados os primeiros intelectuais da ordem burguesa.

Entretanto, esta normatização proposta pela medicina não se limitou somente à família. Assim, Foucault (1981) explica a “medicalização”, como um conjunto de iniciativas políticas preventivas, educativas, higiênicas e curativas implementadas pelos médicos no final do século XIX e início do século XX. O objetivo deste conjunto de iniciativas era o de normatizar comportamentos e atitudes individuais do doente em relação à doença, evidente ou iminente. Em termos de métodos, muitas vezes a persuasão era substituída pela coerção, muito próxima a uma polícia médica (Rosen, 1980).

No Brasil, o estabelecimento de relações mais sistematizadas entre as técnicas do saber médico e a sociedade desenvolveu-se no decorrer do século XIX (Neves, 2001). Com a Proclamação da República e as alterações legislativas que a ela se seguiram, expressou-se uma transição do perfil liberal de relação entre Estado e sociedade para uma postura crescente intervencionista e reguladora. Assim, coube a estes cientistas portadores de um saber técnico e especializado, através dos seus discursos, a construção das diretrizes básicas da sociedade brasileira (Lopes, 2001).

Estas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que se produziram no País, também se assinalaram no campo da medicina e do saneamento (o que se verificou notadamente na cidade do Rio de Janeiro), fazendo com que o meio urbano fosse investido das práticas do saber médico e estas utilizadas como um dos pontos de constituição do exercício do poder do Estado (Herschmann, 1994).

O médico passou gradativamente a inscrever-se como *cientista social*, incorporando em suas atividades o uso de estatísticas, do conhecimento geográfico e histórico dos locais onde intervir, acumulando um saber empírico e pragmático.

A partir da segunda metade do século XIX, a medicina, a engenharia e outras áreas de conhecimento receberam uma mudança teórico-filosófica – a doutrina positivista comtiana – que permitiu a esses especialistas sentirem-se como responsáveis pela orientação e organização da “nação”, ajustando-se com isso também às demandas de reordenação social que existiam por parte do Estado (Herschmann, 1994).

Instituições como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de influência francesa, e a Faculdade de Medicina da Bahia, de influência alemã e italiana, tornaram-se responsáveis pela formação do saber científico que passaram a ser considerados prioritários na produção dos discursos dos novos intelectuais brasileiros.

A Faculdade de Medicina do Rio tinha uma grande tradição clínica, destacando-se por dois grandes marcos: o primeiro foi o trabalho realizado por Oswaldo Cruz, no controle da epidemia da febre amarela. Já o segundo foi a fundação, em 1901, do primeiro instituto científico reconhecido internacionalmente, o Instituto de Soroterapia de Manguinhos. Assim a produção médica carioca passou a se concentrar sobre duas especializações: a saúde pública e a higiene.

Na Faculdade de Medicina da Bahia seguindo uma orientação lombrosiana, no que se refere à identidade social e criminal, Nina Rodrigues foi o principal defensor e divulgador da medicina legal no País e propôs reformas que atingiam principalmente o modelo jurídico (Neves, 2001).

Em outras palavras, enquanto a tendência entre os médicos cariocas era combater principalmente as doenças (epidemias) e os “maus hábitos” cotidianos da população, a tendência entre os médicos baianos era concentrar-se sobre o doente e as características transmissíveis de forma hereditária (aspecto bacteriológico).

O discurso produzido em ambos centros clamava tanto por maior autonomia das instituições médicas quanto por uma diversificação e penetração desse campo do saber junto a outros. Segundo Herschmann (1994) o objetivo deste desdobramento da medicina em várias especializações era normatizar, secularizar os costumes e constituir uma sociedade higiênica e civilizada.

Para Costa (1999), a questão da salubridade levantada pela medicina ligou-se, de imediato, ao interesse do País, porque era importante para o Estado republicano a constituição de uma mão-de-obra disciplinada. Mas a higienização das cidades, estratégia do Estado moderno, esbarrava freqüentemente nos hábitos e condutas, principalmente da população pobre urbana, por isto a reconversão das famílias pela higiene tornou-se uma tarefa urgente dos médicos.

A tarefa dos higienistas era de converter a população à nova ordem urbana. Esta ordem era estranha ao antigo modo de viver colonial que, a todo o momento, a repelia e procurava deter seu progresso. A nova ordem, contudo, precisava ser aceita, pois dela dependia a prosperidade das elites e o progresso do Estado. A ingerência médica nas famílias tinha, assim, o objetivo de tornar comportamentos considerados como estranho em algo familiar. Ocorrendo esta assimilação, os médicos estariam dando uma grande ajuda ao Estado no que se refere ao controle social.

Hochmann (1993) afirma que, no Brasil, o aumento da capacidade intervencionista no campo da saúde foi-se convertendo em um poder despótico. O regulamento determinava, por exemplo, que as pessoas que não quisessem aceitar as medidas constantes nos artigos sobre o isolamento, a desinfecção de domicílio e a vacinação em caso de varíola seriam “recolhidas a um edifício apropriado” e também a autoridade sanitária poderia, ainda, recorrer à autoridade policial se, em 24 horas, não fosse permitida a visita ao domicílio.

Neves (1912), ressalta que muitas medidas médicas sanitárias, que dizem respeito aos melhoramentos de higiene das cidades, seriam impossíveis sem o engenheiro. Os processos médicos de saneamento são sempre combinados com o da engenharia, ambos têm um campo comum de trabalho no aperfeiçoamento das condições higiênicas.

Na trilha dessa renovação intelectual também destacamos o papel dos engenheiros, que no projeto moderno para o Brasil, constituíram um grupo atuante na remodelação do espaço urbano, tanto na infra-estrutura quanto na sua estrutura ocupacional, já alterado de forma substancial com a nova composição demográfica da cidade, pelo aumento populacional e pela presença de imigrantes.

O engenheiro civil na virada do século XIX para o século XX era, um profissional com uma formação abrangente. Atuava em áreas diversificadas da engenharia mantendo quase sempre uma grande atualidade com o desenvolvimento tecnológico e científico dos principais centros europeus e norte-americanos.

A Escola Politécnica do Rio de Janeiro era dotada das idéias positivistas e republicanas, embora tal escola tivesse sua origem na Academia Real Militar,

criada por Dom João VI em 1810 e denominada, a partir de 1839, Escola Militar. Em 1874 transforma-se em Escola Politécnica, separando-se os cursos de Engenharia Civil e de Engenharia Militar, bem como as atribuições profissionais desses dois tipos de engenheiros. (Andrade, 1994).

Nesse primeiro momento, couberam ao engenheiro civil todas as obras que não fossem de natureza estritamente militar, o que por sua vez, segundo Andrade (1994), implicava um amplo leque de projetos, de ferrovias e portos a obras de saneamento, reformas ou criação de cidades e melhoramentos.

Segundo Kropf (1994), a incorporação do ideário positivista pelos engenheiros politécnicos não deve ser compreendida, entretanto, como algo estrito às preocupações acadêmicas do ensino científico.

Carvalho (1994) observa que a ação dos engenheiros, assim como dos médicos, sanitaristas e literatos, articula-se a partir da percepção da inexistência de uma elite política capaz de tomar a direção do processo modernizador. Além disso, Fabris (2000:43) destaca o fato de que a sociedade não tinha condições de produzir por si uma alternativa “regeneradora” cabendo aos engenheiros pôr fim ao atraso colonial e tornar-se o símbolo de uma nova ética *“as que subordinaram sua concepção da História, afirmando-a, a partir, como uma doutrina fundada sobre o binômio “civilização/progresso”*.

Considerados “especialistas em olhar competente”, aos engenheiros foram atribuídas as tarefas de sistematizar o próprio trabalho de observação científica nos relatórios, que eram as bases para as reformas necessárias (Fabris,2000). Mas, além disto, cabia-lhes também a tarefa de incorporar as populações marginais ao trabalho e à vida pública pela padronização do espaço. A maneira de morar seria vista como um fator preponderante na reeducação deste segmento social. Revolucionando as esferas pública e privada da vida cotidiana, anunciando a implantação do urbanismo moderno no Brasil e as reformas urbanas da República Velha, foram realizadas, sobretudo, por engenheiros.

Dentre estes profissionais, destacou-se o engenheiro sanitarista Saturnino Rodrigues de Brito. Os seus trabalhos eram respaldados pelo sentido de racionalidade técnica e econômica. Observa-se, também, a influência de Camillo Sitte, no que se refere ao traçado das vias, ao repúdio ao crescimento planejado

das cidades e na valorização da formalidade do traçado em consideração à estética e à higiene.

O motivo que levou Saturnino de Brito a desenvolver estudos e projetos de saneamento e melhoramento para as cidades brasileiras foi a preocupação com *“as condições ambientais que propiciavam a ocorrência de surtos epidêmicos, com efeitos nefastos sobre a economia, a população, e também, sobre os valores morais dos moradores”*. Esta característica observa-se em qualquer um dos seus livros, nos quais expõe suas idéias sobre saneamento, problemas de abastecimento de água, redes de esgotos, habitação proletária etc (Souza & Damásio, 1998).

Brito vê e analisa a cidade, interpretando os problemas urbanos e apontando soluções planejando o espaço de acordo com as futuras expansões. Usava com freqüência nos projetos, a expressão “Política da Ordem e do Progresso” iluminadora, saneadora e vivificadora das cidades, mas enfatizava que para isto se realizar era muito importante a relação entre “integridade higiênica e moral”, indicando a primazia da higiene doméstica sobre todos os fatores da salubridade das cidades (Andrade, 1994). Percebe-se que Brito tinha uma preocupação com a educação da população urbana, como também com as ações administrativas dos governantes.

De acordo com seu pensamento, as ações deveriam estar voltadas para a aquisição de hábitos saudáveis, tais como o asseio com o corpo e a casa, que contribuiriam para a construção e manutenção de uma cidade salubre, encaminhada para o progresso.

Com relação às avenidas, Saturnino remete à obra de Sitte dizendo: *“que não se pode condenar em absoluto as avenidas; mas não acha estéticas as longas avenidas, muito longas, com árvores de um lado ao outro”*. Pelo que se lê refere-se aos boulevares de quilômetros de extensão.

É interessante ressaltar o fato de que Brito quando elaborava os planos para as cidades, mesmo sendo um discípulo de Sitte nos princípios estéticos, seguia algumas influências de Haussmann, por exemplo, quando abordava a questão das avenidas. Segundo Souza & Damásio (1998), Saturnino de Brito

inseriu-se perfeitamente no discurso de sua época apresentando a questão da urbanização como sinônimo de higienização e embelezamento.

Mas, para Brito, para salubridade do espaço ser completa não bastava apenas melhorar a infra-estrutura e abrir grandes avenidas, os boulevares. Havia a grande necessidade de transformar as casas insalubres em habitações que garantissem a higienização física e moral da sociedade. Não adiantava ter o espaço público saneado, limpo, mantendo-se o espaço privado defeituoso e imundo.

Já que o principal alvo era acabar com a moradia da população pobre retirando-a da área central da cidade, o engenheiro sanitарista propunha um programa de habitação popular, modesto e eficaz, que deveria contar com o auxílio dos governos por meio de verbas, as quais considerava que até então eram destinadas a medidas paliativas e importação de imigrantes que vinham agravar a precária situação sanitária da cidade.

Para que fosse possível resolver o problema de moradia da população pobre urbana, Brito achava que se deveria criar, dentro dos padrões da higiene, vários quarteirões de edificações na área periférica das cidades, o que tornaria possível construções menos compactas e que exigiria a implementação de transporte coletivo rápido e econômico. Enfim, para Brito, as casas independentes estariam formando o lar operário, e estabelecendo os alojamentos independentes estaria favorecido o inquilinato operário, tornado barato e higiênico.

O projeto* elaborado por Brito para Campos dos Goytacazes e concluído no final de 1902, sendo apresentado ao presidente da Câmara Municipal, o médico Benedito Pereira Nunes, em 1903, no formato de livro, intitulado *Saneamento de Campos*. Este é considerado uma obra completa, que inaugura uma nova leitura sobre a cidade, como organismo em crescimento e como meio em relação ao qual o engenheiro deverá intervir, redefinindo suas condições de salubridade.

*Ver no anexo I foto da planta do Projeto de Saneamento de Campos elaborado pelo engenheiro sanitарista Saturnino de Brito em 1903.

CAPÍTULO I

A Produção do Discurso Higienista



“A civilização é o corolário mais próximo da atividade humana sobre o mundo; emanada diretamente de um fato, que assume hoje, na ciência social, o caráter positivo de uma lei – a evolução - o seu curso, como está, é fatal, inexorável, não há tradição que lhe demore a marcha, nem revoluções que a perturbem...” (Euclides da Cunha)

No fim do século XIX e início do século XX, em prol das transformações sociais, políticas e econômicas, iniciou-se a construção do Brasil moderno, percebendo-se aí a produção de um discurso baseado no ideal do novo, do progresso e de ruptura com o passado. Estes ideais não só passaram a fazer parte do cotidiano dos agentes sociais, como também caracterizaram o discurso intelectual e os projetos de intervenções junto à sociedade, abrindo um sinuoso caminho para a construção de uma nova sociedade urbana capaz de absorver novas idéias para implementar não apenas uma nova ordem de governo - a República - mas, sobretudo, um novo modelo de Brasil. Estes discursos, que tinham como referência a modernização européia, carregavam um conjunto de valores, no qual a elite política apregoava a necessidade de “reformatar”, “regenerar”, “civilizar” a sociedade e o país.

Paralelamente, assistiu-se à desconstrução da cidade colonial, bem como à sua reestruturação sob a égide dos projetos modernizadores defendidos pela República, que via a reformulação do espaço urbano como estratégia para vencer o “atraso colonial”. O

objetivo era produzir uma cultura da reforma, que compreendia não só a remodelação do plano urbano, mas também a alteração das práticas culturais existentes, viabilizando o ingresso da nação brasileira nos círculos da “civilização” e da “modernização”, adequando o Brasil aos horizontes dos “novos tempos”, isto é, ao processo de construção de uma sociedade do tipo capitalista-industrial.

A cidade tornava-se assim, um espaço de intervenções e de controle mais sistemáticos sobre a população e seus hábitos. Tudo o que concerne à higiene e à saúde públicas transformou-se em discursos elaborados, na maioria das vezes, por médicos e engenheiros sanitaristas. Dentro desse processo de modernização o conhecimento especializado (do médico, do educador e do engenheiro) viera sobrepujar a arte da retórica dos bacharéis.

Nessa conjuntura, a imprensa desenvolveu um papel muito importante, tornando-se um espaço de irradiação do ideário da modernidade, passando a construir e veicular a imagem da cidade tão desejada pela burguesia nascente.

1.1 – As representações sobre a cidade e os modelos de intervenção no espaço urbano.

*Uma cidade deve ser construída para tornar o homem ao mesmo tempo
seguro e feliz
Camillo Sitte (1889)*

Desde a Antigüidade, as cidades já eram alvo de discussão e preocupação para os seus pensadores. Na Grécia, a cidade (polis) era antes de tudo uma comunidade de cidadãos: uma associação de carácter moral, político e religioso. Contudo, os pensadores gregos interessavam-se pela cidade e pelos “*problemas urbanos*”, encaravam as cidades de maneira concreta, estudando os efeitos do ambiente urbano (sítio, localização, natureza do solo, regime dos ventos...) sobre os habitantes, tanto no aspecto físico quanto no aspecto moral (Harouel, 1985).

Platão, por exemplo, preocupava-se com as condições ambientais dos sítios, pois, para ele, a escolha do sítio é fundamental em relação à salubridade, às vantagens econômicas e também quanto ao clima psicológico e moral. Já

Aristóteles considerava que a escolha do sítio não seria baseada apenas na sua salubridade ou nas suas qualidades defensivas. Este deveria permitir um abastecimento fácil, devendo a cidade tirar partido tanto do mar quanto do campo. Aristóteles defendia uma especialização dos bairros segundo sua função: comercial, artesanal, residencial, administrativa e religiosa (Harouel, 1985).

Na Idade Média, a terra urbana era ocupada pelos moradores, as ruas eram tortuosas e nas praças instalavam-se as feiras periódicas. Nesta cidade a produção era artesanal e controlada por corporações de ofício. O desenvolvimento da atividade comercial proporcionou o crescimento da cidade. A cidade foi um importante elemento na desagregação das bases do poder político-econômico feudal. Segundo Rolnik (1998), a transformação da vila medieval em cidade-capital de um Estado moderno operou uma racionalização radical na forma de organização das cidades.

No século XVIII a racionalidade nascida na Europa gerou grandes utopias sociais, políticas e urbanas e, por conseqüência, criou uma concepção nova de cidade. Além desta racionalidade, a constituição de uma ruptura nos vários campos do conhecimento também se refletiu em tudo que se referia à cidade e suas representações (Choay, apud. Faria, 1998).

Segundo Foucault (1981), o medo das aglomerações no centro de Paris e Londres, no século XVIII, representava os primeiros sinais de preocupações manifestadas pelos moradores da cidade, em especial os médicos, que, posteriormente, com o auxílio dos higienistas, sanitaristas, autoridades policiais e governamentais, passaram a discutir as possíveis soluções para o problema do crescimento das cidades. Imbuído de um “novo sentimento” com relação à cidade, o olhar atento dos cientistas indicou os locais insalubres, que nesse momento eram os que possuíam ausência de água e de circulação de ar. Estes locais representavam o grande perigo de contaminação para a população da cidade.

Na segunda metade do século XVIII iniciaram-se, na França, as primeiras intervenções da medicina urbana, substituindo os métodos de vigilância e hospitalização adotados numa época em que representavam mais um aperfeiçoamento do antigo esquema médico da quarentena. As intervenções urbanas detiveram-se sobre três objetivos: inspecionar os lugares de acúmulo de

tudo o que podia provocar doenças; controlar a circulação do ar e de água e, por fim, organizar e distribuir as fontes de água e o esgoto (Foucault, 1981).

Embora as instalações de novos serviços de água e esgoto solucionassem os problemas relacionados com a circulação e coleta de água da cidade, estes mesmos serviços traziam outras preocupações ao meio urbano, que estavam relacionados com os costumes e hábitos de viver da população pobre.

Harouel (1985) diz que *“as cidades européias no final do século XVIII e o início do século XIX, eram consideradas um tecido patológico e doentio”*. A doença procurava os distritos mais pobres, os locais onde mais se negligenciavam as medidas sanitárias, as áreas mais poluídas por excrementos e outras imundícies. Além do mais, as epidemias não se limitavam às classes mais baixas. Na visão de Schorske (1989), o século XVIII, com sua filosofia iluminista, desenvolveu o conceito de cidade como virtude, e a industrialização do século XIX trouxe a concepção antagônica: a cidade como vício. Com a Revolução Industrial e a consolidação dos moldes capitalistas, cidades como Londres e Paris transformaram-se em imensas concentrações humanas. Entretanto, não estavam preparadas para acolher esta população, surgindo vários problemas urbanos.

Pechmann (1998:29), ao comentar sobre as cidades européias do século XIX, afirma que os chamados “problemas urbanos” estavam em toda parte, a olhos vistos, dizendo que eram:

“Nos miasmas que contaminavam a atmosfera, nas epidemias que devastavam a população, na falta de sistema de água e esgoto que levava à infestação do meio ambiente, na multidão miserável que propiciava a revolta, na falta de trabalho que levava ao crime”.

A saúde passou a ser o principal alvo da sociedade capitalista, devido à ameaça que os surtos epidêmicos representavam para a organização econômica, pois as mortes causavam prejuízo às finanças públicas. além do pânico que um mal desconhecido trazia à população, principalmente à classe dirigente que tinha medo de ser atingida pelas doenças. Estas foram as principais razões que levaram o Estado moderno a intervir nas condições sanitárias do espaço urbano e social, mas não adiantava dar uma assistência médica preventiva, fazer vacinação

em massa, se as condições de moradia não sofressem intervenções (Rosen,2000).

No início do século XIX, o principal desafio, na Inglaterra, na modernização do espaço urbano, foi a assistência aos pobres. O governo inglês adotou o asilamento como forma de banir os indivíduos improdutivos da rua, exercendo, assim, o controle social. Paralelamente havia também a preocupação com o meio ambiente urbano, principalmente após as epidemias de cólera ocorridas em 1831 e 1832. Estes fatos fortaleceram ainda mais o interesse do governo inglês pela situação das cidades e da população pobre, tanto que em 1834 a Lei dos Pobres¹ sofreu algumas alterações, passando a estabelecer que nenhuma pessoa fisicamente capaz e, ou sua família receberia ajuda fora de asilos oficiais. A assistência se limitaria aos mais miseráveis.

Para a sociedade Vitoriana (1837-1901), a pobreza constituía uma ameaça física e moral. As autoridades inglesas procuraram contabilizar o custo econômico e social da miséria, demonstrando os prejuízos causados pela doença à produtividade do trabalhador. Foi nas cidades inglesas que o medo das aglomerações originou as primeiras pesquisas sobre as condições de vida da população trabalhadora, coordenado por Edwin Chadwick², cuja concepção sanitária era a de que o ambiente físico e social tinha influência sobre a saúde.

O surgimento da medicina social, na França, no segundo terço do século XIX, foi, segundo Foucault (1981), ocasionado por dois fatores: primeiro, a pobreza passou a constituir uma ameaça à ordem social, devido às grandes agitações sociais nas quais a população tornou-se uma força política capaz de se revoltar e ao mesmo tempo de participar de revoltas; segundo, com a instalação dos novos serviços de água e esgoto, os pobres foram perdendo suas funções na

¹ Ler George Rosen (2000) "*Uma História da Saúde Pública*" no qual o autor explica a importância desta lei, que foi criada na Inglaterra desde o século XVI e foi mantida até depois da 2ª Guerra Mundial. Essa lei surgiu por volta de 1600, porque a pobreza e o desemprego se disseminavam tanto, que a Igreja não conseguia dar conta do problema, então o Estado assumiu, instruindo cada freguesia a arrecadar impostos para assistir aos pobres, conseguir empregos para os fisicamente capazes, punir os indolentes e prestar caridades aos idosos, aos doentes e aos incapacitados.

² Segundo Rosen, Chadwick foi o pioneiro da *moderna Saúde Pública*, chamou a atenção para a "idéia sanitária"; em 1848, com o estabelecimento do Conselho Geral de Saúde, essa idéia veio a ser posta em prática. Seu relatório sobre a condição sanitária da população trabalhadora da Grã-Bretanha, publicado em 1842, iluminou a relação entre pobreza e insalubridade, e serviu de modelo para reformadores sanitários em outros países.

cidade. É importante lembrar que antes da implantação desses serviços eram eles encarregados da distribuição de água e da coleta dos detritos.

O urbanismo francês destacou-se com as contribuições de Haussmann, prefeito do Sena (1853 a 1869). Haussmann implantou um modelo que se caracterizou pela criação de uma vasta rede de grandes artérias que cortam indistintamente o território da cidade, que foi composta de bulevares, avenidas e ruas largas sobrepondo-se à trama então existente, criando uma forte hierarquia entre as vias novas e a maioria das vias antigas. Paralelamente, Haussmann adotou uma política extremamente ativa em termos de fornecimento de equipamentos públicos: sistema viário, rede de esgoto, distribuição de água e gás, mercados cobertos, feiras, prefeitura, colégios, estações, prisões, hospitais e espaços verdes.

A obra de Haussmann em Paris merece grande destaque, pois transformou-se no paradigma da modernidade. Todas as cidades que precisavam modificar-se e adaptar-se aos tempos modernos buscaram, no exemplo das reformas parisiense, o modelo para suas realizações.

Sobre o método chamado “hausmanniano”, Engles comentava:

”Refiro-me à prática hoje generalizadas de abrir grandes brechas nas vizinhanças das nossas grandes cidades, especialmente aquelas situadas nas regiões centrais [...] O resultado é o mesmo em toda parte: os becos e as alamedas mais comprometedoras desaparecem para dar lugar a autoglorificação da burguesia, como crédito de seu tremendo sucesso – mas reaparecem logo adiante, muitas vezes no bairro adjacente“ (Engles apud Bermann, op.cit: 149).

Segundo Choay (2000), o urbanismo surgiu para resolver os problemas da cidade industrial. Na segunda metade do século XIX, a palavra urbanismo foi criada para consagrar o aparecimento de um discurso de enfoque radicalmente novo, a cidade como objeto. Este discurso sobre o urbano pretendeu, de imediato, constituir-se em ciência e construiu os modelos com os quais fundamentou o urbanismo.

Os dois modelos apresentam-se em duas fases: a do pré-urbanismo e a fase do urbanismo no século XX. No pré-urbanismo³ o modelo progressista tinha como base a concepção do indivíduo humano como tipo independente de todas as contingências e diferenças de lugar e de tempo, e definido em necessidades – tipo cientificamente dedutíveis. Um certo racionalismo – a ciência, a técnica – deve permitir resolver os problemas impostos pela relação dos homens com o mundo e entre eles. Este modelo era dominado pela idéia de progresso e considerava também as exigências da higiene. Recusava o passado e destacava a importância do modelo padrão de habitação, o alojamento standard (Choay,2000).

Durante o pré-urbanismo destacamos o pensamento de Fourier (1772-1837) e Owen (1771-1858) para quem a cidade ideal seria aquela concebida como local de melhor organização social (Choay, 2000). Dentro desta utopia, Fourier propôs substituir a cidade pelo falanstério⁴. Já Owen preconizou a fundação de “cidades de harmonia e cooperação” reagrupando em conjuntos habitacionais e explorando em conjunto um domínio agrícola (Vasconcelos, 1999).

Já para o modelo culturalista, que, segundo Choay (2000), é tributário do pensamento de Ruskin (1818/1900) e de Morris (1834/1896), a estética e a cultura ocupam junto a eles o mesmo lugar que a higiene ocupava em Owen e Fourier. Mas, para Harouel (1985), havia também um certo sentimento “anti-industrialista”, alimentado de nostalgia pela cidade do passado, do qual queria ressuscitar o calor humano e a qualidade da arquitetura.

O urbanismo difere do pré-urbanismo por ser, tanto no aspecto teórico como no prático, de domínio dos especialistas, sobretudo dos arquitetos. Durante esta fase, tanto o modelo progressista quanto o culturalista terão novas versões. No início do século XX, a idéia chave do urbanismo progressista era a modernidade, tendo a influência do urbanista Tony Garnier⁵ (1901), para o qual a

³ CHOAY (1993) chama de pré-urbanismo, as teorias e pensamentos sobre a cidade, que precederam o urbanismo, formuladas por utopistas (Morris, Ruskin); socialistas (Marx, Engles).

⁴ Falanstério é um palácio social onde viviam aproximadamente 1.600 indivíduos. Em todo o imóvel domina uma rua interior, a rua galeria, assim o controle sobre os cidadãos seria absoluto.

⁵ GARNIER, Tony - arquiteto-chefe da cidade de Lyon, França, realizou uma proposta da cidade industrial (1901) intitulado de “*Une Cité industrielle. Etude pour la construcion des ville*”. Para Choay, trata-se do primeiro manifesto do “urbanismo progressista”.

estética modernista era formada por uma contribuição de racionalidade e austeridade acompanhada pelo desprezo da cidade antiga, demonstrando uma preocupação desvairada com a salubridade do espaço e do indivíduo.

Le Corbusier (1958) um dos realizadores mais notáveis do urbanismo progressista, dizia que *“todos os homens possuem as mesmas necessidades”* expressando de maneira bem clara o modo de os urbanistas progressistas intervirem no espaço. A preocupação com a eficácia se manifesta primeiramente na importância dada à questão da saúde e da higiene. Eles buscavam formas universais (Choay,2000).

O modelo culturalista manteve o culto aos valores do passado. O teórico-prático mais ilustre deste modelo foi Camillo Sitte (1843/1903) que, nos seus trabalhos, denunciava a mediocridade da cidade moderna e procurava extrair de um estudo minucioso das cidades antigas os princípios que deviam inspirar os responsáveis pela criação e pela expansão das cidades. Sitte deu uma grande contribuição para os principais reformadores sociais que atuaram no âmbito da cultura urbanística, nas primeiras décadas do século XX. Estes se apropriaram das suas concepções, interpretando-as segundo conveniências práticas e técnicas, para justificarem suas escolhas técnicas e as soluções urbanísticas adotadas (Andrade, 1999).

Percebe-se que no século XVIII apenas se reconheceu a existência de uma patologia urbana, através da teoria do miasma. Já no século XIX, detendo-se nos meios técnicos aperfeiçoados, os urbanistas enfatizaram as tentativas de erradicar as doenças infecto-contagiosas. E no século XX, procurou-se atender a todas as expectativas de solução para os problemas da cidade, investindo-se em grandes equipamentos que obedeciam à nova lógica: a da salubridade.

1.1.3 – *A teoria positivista na intervenção do espaço*

Os pensadores europeus, do fim do século XVIII para início do século XIX, viviam numa Europa conturbada por guerras e em vias de modernização, e suas produções refletiam a tensão entre valores e instituições que estavam sendo

corroídas, com as formas emergentes, cujo perfil ainda não se encontrava totalmente configurado.

As referências necessárias para situar o pensamento eram: por um lado, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial e, por outro, o manancial de idéias que, sobre esses mesmos acontecimentos, vinha sendo formado por autores como Henri de Saint-Simon (1798-1857) e Auguste Comte⁶ (1798-1857).

Nesse momento os pensadores acreditavam que a humanidade avançava no sentido de seu gradual aperfeiçoamento, governada por uma força inexorável: a LEI DO PROGRESSO. Esse princípio herdado, da filosofia iluminista, foi compartilhado por praticamente todos os autores do século XIX, embora assumisse conotações particulares em cada um deles.

O modelo europeu de civilização vigente no fim do século XIX, baseava-se nos grandes desenvolvimentos técnicos e científicos da segunda metade do século XVIII, os quais deram origem a uma vigorosa fé nos postulados das idéias de progresso e racionalidade. As idéias, amplamente divulgadas na época, eram influenciadas pelas teorias evolucionistas de Charles Darwin e Hebert Spencer, e pelas concepções organicistas do funcionamento social herdadas do positivismo de Auguste Comte.

O objeto próprio de estudo das Ciências Sociais, utilizado naquele momento, era o método positivo, apoiado na observação, indução e experimentação, tal como vinham fazendo os cientistas naturais, forjando no horizonte intelectual europeu um movimento de inflexão em torno das Ciências Naturais, que deu ensejo ao surgimento de uma “vanguarda científica” (Barbosa & Quinteiro,2001).

A partir da teoria positivista houve uma radical transformação e rearticulação das práticas políticas e culturais da modernidade ocidental. Neste processo destacou-se a divulgação das teorias do darwinismo social como forma mais acabada para uma explicação do comportamento da existência humana, enquanto os avanços da microbiologia proporcionavam uma verdadeira “revolução sanitária”.

⁶ Auguste Comte, francês, de família católica e monarquista. Em 1816 foi admitido na École Polytechnique de Paris, em 1817 tornou-se secretário de Saint Simon, com o qual rompe em 1824. Em 1832 foi nomeado assistente de análise e de mecânica na École Polytechnique, onde mais tarde se tornaria professor.

Dentro desse contexto, Comte estabelecia o sentido do termo “positivo”, de onde derivaria um sistema metodológico e doutrinário que foi utilizado pelos pensadores urbanistas para entender a sociedade e enfrentar os dilemas que o mundo moderno trazia.

Na visão positivista o controle sobre as representações culturais, que ameaçavam a ordem era necessário para o desenvolvimento do capital (Soares, 1998). Sell (2000) afirma que, para Comte, as respostas para as indagações seriam encontradas por meio da razão (ou ciência). Assim surgiu o método científico para explicar o “novo” e para disciplinar a sociedade, favorecendo a emergência, o surgimento da corrente positivista que, dentro do racionalismo, buscou reeducar a sociedade nos moldes do capitalismo industrial.

A atitude racionalista, a crença no determinismo natural e social, a vontade de verdade que privilegia e se apóia nos fatos estabelecidos empiricamente e uma rejeição do subjetivismo em favor da objetividade científica, foram, de maneira geral, as características que polarizaram o universo mental da cultura européia, a partir de meados de século XIX.

No cenário cultural brasileiro, a inserção do pensamento comtiano teve seu sentido histórico maior em função da emergência de uma elite científica que, afirmando o caráter disciplinado, opunha-se aos valores do passado declarando-os impotentes em face da complexidade e dos desafios do presente, que deveriam ser enfrentados para organizar uma nação moderna. Alonso (1996) ressalta que o positivismo comtiano fornecia, assim, os conceitos que se relacionavam com o progresso, a ciência e a indústria, investindo o cientista da missão moral de conduzir os destinos da humanidade em sua evolução rumo ao estágio positivo.

O método positivista fez, dos cientistas, “missionários do progresso”, transformando a ciência no único caminho para atingir a saúde plena do corpo social e a civilização. Herschmann (1994) afirma que para estes cientistas, “intervir”, “organizar”, “sanear” e “prevenir”, eram os meios de evitar os “desvios” que ameaçavam o meio ambiente e a cultura do indivíduo, isto é, a concretização do principal objetivo: a realização plena da nação.

A partir de 1850, o positivismo comtiano infiltra-se na Escola Militar do Rio de Janeiro, Escola da Marinha, Colégio Pedro II, Escola de Medicina e Escola

Politécnica. Vários intelectuais começam a propagar as concepções de Augusto Comte no terreno estético e moral (Soares, 1998).

A doutrina positivista assumiu, portanto, para uma nova geração de pensadores, cientistas e escritores, um significado fundamental, pois respaldou a ascensão desses indivíduos à condição de intelectuais junto ao Estado e legitimou suas intervenções. Entretanto, persiste uma discussão a respeito da importância do positivismo na formação cultural brasileira (Kropf, 1994).

Segundo Kropf (1994), a teoria positivista é, certas vezes, mal avaliada ou subestimada. Para exemplificar as discussões em torno do positivismo brasileiro, Kropf cita o clássico trabalho de Lins (1967), intitulado *História do positivismo no Brasil*, no qual o autor afirma que “a influência da obra de Comte se irradiaria no Brasil, com maior ou menor intensidade, por vários setores da vida social, como a política, a literatura, a educação e a ciência”.

Azevedo (1995) faz uma crítica dizendo que a contribuição do positivismo foi insignificante, se não praticamente nula para a constituição e o progresso das ciências experimentais no Brasil. Segundo Azevedo, a absorção da doutrina positivista ter-se-ia se concentrado em sua parte político-religiosa, dando provas da impermeabilidade das elites brasileiras, da época, aos princípios e métodos da ciência, segundo o paradigma positivista.

Mas, neste momento, não pretendemos aprofundar esta discussão a respeito da importância ou não do positivismo, importando o fato de que o positivismo comtiano elevava o poder da ciência como chave para a promoção de um saber objetivo e eficaz sobre a realidade, um conhecimento tido como infalível meio para apontar os caminhos seguros para o bem-estar moral e material da sociedade. A base teórica que atuava nas escolas de medicina e de engenharia (Politécnica) era o positivismo, pois propiciava as ações reguladoras dos médicos e engenheiros na organização das cidades, tanto no âmbito moral quanto na organização dos lugares de morar, de trabalhar e de uso público.

1.1.2 - *“Depósito de Pestes”*: a imagem das cidades brasileiras e a implantação de modelos

A crítica à cidade colonial, à sua desordem e conseqüente insalubridade esteve presente no discurso sanitarista brasileiro desde o início do século XIX até a década de vinte do século passado.

A imagem de uma cidade doente, com casas insalubres, ruas estreitas, ambientes impregnados pela sujeira e pela pobreza consolidava-se, reforçando o discurso sobre a necessidade de intervenção sanitária do espaço urbano, para facilitar o desenvolvimento das atividades comerciais, financeiras e políticas.

Tais concepções foram reforçadas pela adesão do País ao comércio internacional, principalmente pelo desenvolvimento da cultura do café, aliando-se o fato de as elites nacionais passarem a ter a cidade como referência para sua atuação comercial e política (Cardoso, 1972). No Brasil República, criticava-se o tecido urbano herdado da Colônia e do Império, no qual os sinais de um regime monárquico, mas sobretudo da escravidão, ainda marcavam a tipologia das cidades.

A cidade do Rio de Janeiro, capital da República, segundo relata Benchimol (1990), era uma cidade onde proliferavam as epidemias, principalmente a febre amarela, a malária e a varíola, que ceifavam milhares de vidas de trabalhadores imigrantes. Os médicos da época afirmavam que a gravidade da disseminação destas doenças devia-se às deficiências no abastecimento de água, no sistema de esgoto e na moradia, que elevavam o índice de mortalidade, principalmente do trabalhador imigrante que, neste momento, era a mão-de-obra especializada necessária para a consolidação da nova ordem econômica, baseada na indústria (Hahner, 1993).

Traçando este quadro das cidades, a questão sanitária torna-se prioritária para as autoridades que passam a se interessar pela saúde pública, conduzindo, à época, o desenvolvimento da medicina social e preventiva, cuja ação voltava-se para o controle do meio social e da população.

O projeto republicano, baseado no modelo europeu, segundo Faria (1998) tentava, erradicar os sinais das velhas estruturas – sociais e materiais – do tecido urbano herdado do período colonial e imperial. Paralelamente, dois problemas surgiram, exigindo intervenções definitivas e não mais paliativas: a falta de condições satisfatórias de higiene, provocando doenças infecto-contagiosas e as péssimas condições de vida e do habitat da classe operária nascente, fragilizada diante das epidemias.

Assim as cidades brasileiras experimentaram as intervenções no espaço urbano visando uma cidade “curada” (das epidemias); uma cidade “reformada” (pelas obras da engenharia); uma cidade “ordenada” (disciplinada); uma cidade “embelezada” (pela arquitetura). Estas intervenções ocorriam sob forma de adaptação do tecido urbano antigo mediante reformas localizadas, ou de maneira radical por meio de planos e projetos urbanísticos, atingindo o espaço urbano como um todo.

As intervenções urbanas ocorridas nas cidades brasileiras, no início do século XX visavam, segundo Ribeiro (1999): *“da cidade, criar uma nova imagem em conformidade com os modelos estéticos europeus, permitindo às elites dar materialidade aos símbolos de distinção relativos à sua nova condição”*.

Sevcenko (1995) afirma que as elites tinham a cidade como um lugar estratégico para seu projeto político e social, e necessitavam criar simbolicamente novos mecanismos de representação e distinção social. De fato, com as intervenções urbanas, as elites buscavam desesperadamente afastar de seus olhos e também dos olhos do estrangeiro, o populacho inculto, o mestiço desprovido de maneiras civilizadas. Percebe-se então que a reforma urbana caracterizou-se por introduzir um espaço público, cujo “público” privilegiado são as elites, deixando de lado as práticas culturais e até mesmo o espaço da população pobre urbana (Rolnik, 1988).

As primeiras medidas do governo brasileiro para conter as epidemias, consistiam em iniciar várias campanhas sanitárias nos principais portos brasileiros (Santos, Rio de Janeiro e Recife), locais de entrada da mão-de-obra qualificada europeia, buscando fazer um cordão sanitário com o intuito de resguardar os

navios das epidemias de febre amarela e varíola que dizimava os imigrantes europeus.

Outra medida da campanha sanitária foi iniciar a higienização e moralização do habitat da população pobre urbana, tornando-a higiênica não somente no aspecto físico, mas também na sua própria constituição onde cada elemento tem o seu lugar e o seu papel, onde passariam existir áreas de socialização da família. Assim a moradia tornou-se o alvo principal do processo de reeducar, civilizar o indivíduo para o seu papel no espaço público.

A grande reforma da cidade do Rio de Janeiro só aconteceu na administração do engenheiro Pereira Passos (1903 a 1906) e foi inspirada nos trabalhos de Haussmann, em Paris do século XIX. Haussmann como vimos, procurou conciliar saneamento com embelezamento. Pereira Passos contou com a colaboração de Oswaldo Cruz no saneamento, e de Paulo de Frontin na direção das obras. Nesta reforma aconteceram grandes mudanças urbanas na cidade do Rio de Janeiro, que passou a ter amplas avenidas, realizando ainda melhorias nas instalações de água e esgoto, gás, iluminação, arborização de ruas, canalização dos rios, criação de jardins públicos, demolições dos cortiços na área central da cidade (Benchimol, 1990). As reformas do Rio de Janeiro passaram a ser referência para os projetos de urbanização de várias cidades brasileiras.

A cidade de Campos dos Goytacazes*, no século XIX, também apresentava um espaço urbano insalubre e de acordo com os estudos realizados por Alberto Lamego e Lamego Filho (1974), assim como pelos trabalhos de memorialistas como Horácio de Sousa (1984), Hervê Salgado (1998) e mesmo dos estudos mais recentes.

A cidade sofria com as constantes enchentes do rio Paraíba do Sul, que causavam grandes transtornos para a cidade e sua população, com a proliferação de doenças infecto-contagiosas como a peste bubônica, a leptospirose. Além do fator enchente, o lixo da cidade era lançado em locais centrais, lagoas, pântanos e valões estagnados, que se transformavam em focos de mosquitos e conseqüentemente traziam as doenças, como a febre amarela.

Ver no anexo I fotos referente à "Campos", insalubre e com forte traço colonial na arquitetura das edificações, como também, fotos referente a grande enchente de 1906.

⁷ Foram várias as enchentes do rio Paraíba do Sul: 1886, 1895, 1906, 1917 e 1923, trazendo conseqüências danosas para a cidade de Campos, cif. Horacio de Sousa, 1984.

A partir, porém, da segunda metade do século XIX, a cidade de Campos dos Goytacazes iniciou a implementação das obras de engenharia hidráulica para extinguir pântanos e lagoas, não somente para erradicar os focos transmissíveis das doenças, mas também para ampliar o tecido urbano, visando à transformá-lo em prol do progresso.

Em 1870, o médico Francisco Portella* propõe na Câmara Municipal medida sanitárias para a cidade como por exemplo, a urgente implementação de um plano de esgotos e abastecimento de água para as habitações. Somente em 1885 a *Campos Syndicat Limited* obteve a concessão para instalar serviços de água e esgoto, que começaram a funcionar, efetivamente em 1887.

Durante a epidemia do beri-beri (doença que atacava por completo os nervos dos membros inferiores), em 1878, os médicos e farmacêuticos resolveram reunir-se para fundar a Sociedade Médica Farmacêutica e beneficente de Campos, cujo objetivo era organizar campanhas para intensificar atendimento a fim de erradicar essa doença e outras que proliferavam na cidade e região.

No período de 1890/94 as mudanças na infra-estrutura da cidade se processaram com grande dinamismo e continuidade. No entanto as condições sanitárias da cidade continuavam precárias devido à persistência de edificações inadequadas e o problema da contenção do rio Paraíba do Sul ainda provocava enchentes. A soma destes fatores propiciava a ocorrência de vários surtos epidêmicos⁹ na cidade.

Em 1901, o médico Benedito Pereira Nunes*, integrante da Associação Comercial, presidente da Câmara Municipal e conhecedor dos problemas sanitários da cidade, concentra sua administração na resolução dos problemas de

* Ver anexo I foto dos principais agentes reformadores de Campos no período de 1900/1917

⁸ Francisco Portella, médico com grande expressão política em Campos, membro da Comissão Executiva do Partido republicano Fluminense, sendo indicado pelo governo provisório de Marechal Deodoro da Fonseca para o exercício de governador do Estado do Rio de Janeiro.

⁹ Houve 1892 e 1896 surtos de varíola; em 1901/1902 febre amarela; 1903, reapareceu a varíola; 1906/1907 após a grande enchente do rio Paraíba ocorreu o grande surto de peste bubônica. Cif Horácio de Sousa, 1984.

saneamento da cidade e solicita, ao engenheiro Saturnino de Brito¹⁰ um plano de remodelação para a cidade, em 1902.

Segundo Faria (1998), apesar do projeto de Saturnino de Brito não ter sido implantado de imediato, deve ser ressaltado por ter sido o primeiro projeto de urbanização visando atuar sobre o espaço urbano de Campos no seu conjunto, propondo uma intervenção, em uma cidade em pleno processo de crescimento, o que era uma novidade no urbanismo brasileiro que nascia.

Em 1915, o médico Luiz Caetano Sobral assumiu o cargo de prefeito. Durante sua gestão, Sobral iniciou a implementação das reformas contidas no Plano de Brito (1902) feito para a cidade de Campos dos Goytacazes, principalmente as melhorias na área central da cidade e as mais importantes obras sanitárias como por exemplo, a criação do Matadouro-Modelo. Luiz Sobral foi reeleito com mandato até 1920, período em que realizou importantes obras na cidade, retornando ao governo em 1924 e em 1930. Sua gestão teve um grande impacto na configuração do espaço urbano de Campos e na consolidação do seu projeto de modernização.

Esse processo de reformas e intervenções pelo qual passaram as cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX foi registrado e comentado pela imprensa. Importa considerar a existência do periodismo, neste momento, que era ancorado em agremiações ou em grupos que queriam expor seu pensamento político, urbano e literato.

Martins (2001) afirma que foi nesse momento que a revista se consolidou, como veículo de proposta ligeira, condensada, intermediária entre o jornal e o livro. A autora cita alguns jornais que voltavam-se agora para uma revista, citando como exemplo, na cidade de São Paulo, o jornal denominado originalmente *Cultura*, que teve o título transformado em *Revista do Brasil*, mais apropriado ao calor nacionalista daquele momento.

É bastante curioso notar que em Campos dos Goytacazes, em 1900 um jornal denominado originalmente *A Aurora – Jornal Litterário – Poético e Noticioso*,

¹⁰ Saturnino de Brito (1864/1919), campista, engenheiro civil formado pela Escola politécnica do Rio de Janeiro, em 1898, que ao longo de toda República Velha, foi responsável por vários planos de saneamento, melhoramento e expansão das principais cidades brasileiras como: Santos, Petrópolis, Recife e outras.

além de retornar à circulação teve o título transformado em *A Aurora – Letras – Artes – Sciencia*, em formato de revista. Martins (2001) aponta para o fato de que o surgimento da revista a partir do jornal confirmava a clássica evolução histórica do jornal para a revista literária, confinando naquele a informação de cunho político e cotidiano e nesta, a contribuição literária e os projetos culturais.

Sob o signo de mudanças, no seu aguardo, os tempos eram, sim, de transição. Nesse sentido o discurso proferido também estava imbuído de novos valores, conceitos e padrões morais para reger esta nova sociedade de modelo capitalista industrial.

1.2 – Sob o Signo da Mudança

1.2.1 – O sentido da modernidade no início do século XX

A modernidade foi muito enfatizada pelos fundadores clássicos da sociologia. Tanto Karl Marx como Emille Durkheim viam a era moderna como um era turbulenta, mas ambos acreditavam que as possibilidades benéficas abertas pela era moderna superavam suas características negativas. Já Max Weber, um pensador marcado pelo pessimismo, viu o mundo moderno como um mundo paradoxal, onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais. Weber afirmava que a burocracia servia aos interesses do Estado moderno, cuja finalidade era obter o máximo lucro, as empresas capitalistas procurando organizar de modo racional o trabalho, a produção, garantindo-se contra as tradições que perturbavam o desenvolvimento do capitalismo. O mesmo tipo de controle estendeu-se para fora da fábrica, afetando a vida dos indivíduos que pela disciplina e pelas normas, teriam suas ações racionalizadas (Barbosa & Quintaneiro, 2001).

Para Giddens (1990), o conceito de modernidade refere-se ao estilo, costume, modo de vida ou organização social que emergiam na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente tornaram-se mais ou menos mundiais em sua influência. No decorrer do século XX as conseqüências geradas pela modernidade

tornaram-se mais radicalizadas e universalizadas do que antes. Desta forma, o modo de vida produzida pela modernidade, segundo Giddens, desvencilhou-nos de todos os tipos tradicionais de ordem social, tanto em sua extensão quanto em sua intensidade. As transformações decorrentes da modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudanças características dos períodos precedentes.

Bermann (1999:15) conceitua moderno retratando a ebulição que esta modernidade trouxe para o cotidiano da sociedade ocidental e seus longos efeitos:

“Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”.

Ao desenvolver a idéia do estilo de vida moderno como uma categoria capaz de configurar a sua teoria do moderno, Georg Simmel aponta para o lugar histórico do moderno estilo de vida: a cidade grande é o lugar da construção da modernidade, onde se encontra o maior problema da “vida moderna” o conflito entre indivíduo e sociedade, entre cultura interior e cultura exterior (Waizbort, 2000).

Segundo Herschmann (1994), as noções de “moderno” ou de “modernidade” vão-se afirmando, no Brasil, a partir das últimas décadas do século XIX e início do século XX momento de aceleração da industrialização e de consolidação internacional do capitalismo. A palavra modernidade ganha um uso obrigatório no ambiente intelectual brasileiro, principalmente ao longo dos anos 20-30, embora desde o início da República tenhamos observado a preocupação com a modernidade, no plano da produção e circulação de idéias. Afirmar-se moderno é, antes de tudo, tentar assumir um lugar prestigiado no debate científico e artístico.

Os intelectuais foram os principais disseminadores do ideal da modernidade. Nicolau Sevcenko (1995) identifica, como intelectual hegemônico

do Império o bacharel/burocrata, voltado para a perpetuação dos interesses do grupo senhorial escravocrata e cuja conduta social proposta era a moderação.

Na passagem do Império para a República. Sevcenko (1995) enfatizou a importância do surgimento de uma nova geração de literatos, a “Geração 70” - cientificistas, marcada por idéias liberais e por uma vontade de transformação radical da estrutura sócio-político-econômica do Brasil.

Herschmann (1994) esclarece que no lugar do bacharel “artista da retórica” surge o cientista “artista do operatório”, cujo discurso era fundamentado, por um lado, em certa tradição da retórica e, por outro, em uma nova doutrina filosófica, o positivismo.

Assim, os discursos produzidos pelos cientistas harmonizavam perfeitamente com os interesses da camada dominante (industriais e agro-exportadores), legitimando a intervenção autoritária do Estado junto à sociedade. Ao mesmo tempo, é também evidente que, mesmo legitimando esta intervenção do Estado, estes cientistas estavam tão somente difundindo um tipo de saber que, naquele momento, tornava-se obrigatório para as populações inseridas no sistema capitalista.

Esta geração cientificista, abolicionista e republicana pressionou o Estado imperial exigindo maior representação em suas decisões. Deslumbrada com o potencial do conhecimento científico questionou a eficiência do regime, a moralidade da escravatura e a qualidade da produção cultural brasileira, defendendo a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República. Entretanto, a Geração 70 desiluiu-se com a implementação do projeto republicano que terminou numa aliança tensa e potencialmente conflituosa entre os militares e as oligarquias regionais.

Esses intelectuais, além de desiludidos e excluídos das decisões do Estado, foram gradativamente substituídos por um agente que eles mesmos ajudaram a consolidar: o cientista, ou melhor, o especialista, portador de um saber técnico-científico especializado: a medicina (normatizando o corpo) a engenharia (organizando o espaço) e a educação (disciplinando).

Para Herschmann (1994), os discursos desse cientista-intelectual³¹ constituem-se em um objeto de estudo privilegiado para a análise da gênese da modernidade brasileira, porque esse discurso foi capaz de trazer indícios do conjunto de valores e códigos sociais que passaram a orientar os indivíduos em direção a um cotidiano “civilizado”, repensando-se a construção da idéia de nação, identidade nacional, raça e sexualidade.

1.2.2 – O discurso das representações da cidade e da vida urbana

A cidade pensada, formulada, enunciada pelo discurso ou pela imagem, não é livre enquanto representação. Rama (1984) esclarece que as cidades, antes de aparecerem na realidade, existem como representações simbólicas, por meio dos discursos, imagens mentais, gráficos, desenhos e planos que traduzem uma vontade e um sonho, que é o de transformar o espaço no sentido de concretização de uma idéia: fazer, da cidade que se tem a cidade que se quer.

Chartier (1990) afirma que as representações do mundo social, a compreensão das formas e dos motivos, traduzem as posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou gostariam que fosse.

Para Chartier o termo representação (de acordo com o dicionário de Furetière) manifesta a tensão entre duas famílias de sentido: por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém.

Mas alerta que a relação de representação é confundida pela ação da imaginação, que faz tomar o logro pela verdade, que ostenta os signos visíveis como provas de uma realidade que não o é.

3

¹¹ Na dificuldade de encontrar um termo apropriado, Herschmann utiliza esse termo composto, para este agente que atuava de acordo com sua especialização, mas abrangia outras áreas. A partir de sua espacialização, de seu saber tecnocientífico, eles “inventavam” soluções para os chamados “problemas nacionais”.

É pertinente lembrar aqui a observação de Pesavento (1999) sobre as representações do urbano encontradas nos discursos elaborados no início do século XX, que expressavam uma vontade política, uma intencionalidade de norteamento do real e um projeto que visava obter resultados.

No Brasil como na Europa, o discurso da modernidade foi centrado na crítica da cidade “herdada”¹², sendo fortemente influenciado por novas descobertas científicas, que introduzem novos conceitos e valores.

Os discursos sobre a modernidade estão sempre relacionados com: o progresso, a indústria, o capital. Desta forma houve a criação de novas representações da cidade e da vida urbana, na qual a identidade urbana conjugava a cidade real e a cidade ideal (Pesavento, 1999).

O importante, é que a cultura da modernidade é eminentemente urbana e comporta a conjunção de duas dimensões indissociáveis: por um lado, a cidade é o sítio da ação social renovadora, da transformação capitalista do mundo e da consolidação de uma nova ordem e, por outro, torna-se o tema e o sujeito das manifestações culturais e artísticas.

1.2.3 – A abordagem da questão social e dos problemas urbanos nos discursos higienistas

Segundo Ribeiro (1999) os reformadores sociais, a partir do século XIX, passaram a considerar as cidades como objeto de estudo devido a constatar-se a configuração de um quadro onde a “questão social” aparece como eixo e objetivo do conhecimento e da intervenção. Ribeiro afirma que a “questão urbana” emerge como uma transformação da “questão social”. Assim o pensamento urbanístico apareceu no século XIX associado às idéias de reforma social.

Como vimos, a idéia de que existem “problemas urbanos” tem sua origem no começo do século XIX, com os reformadores de moradias, hábitos, costumes e práticas da identidade cultural da população pobre urbana. Pesavento (1990)

¹² A cidade herdada para os estudiosos do urbano para os europeus é a cidade medieval e no Brasil refere-se aos traços herdados da cidade colonial e imperial.

esclarece que os pensadores dos séculos XIX e XX “descobriram” o problema social, reconhecendo-o como um problema, e fizeram dele um campo de saber científico. Ainda que os problemas sociais sempre tenham existido, foi dentro da sociedade capitalista que ficaram mais perceptíveis, pois a cidade tornou-se um espaço aglomerado e centro econômico e político.

Topalov (1999) confirma que o movimento de reforma urbana que iniciou no século XIX não foi um fenômeno isolado, mas vinculado, tanto pelos homens como pelas idéias, a um projeto multiforme de reforma social que se definiu e ampliou na Europa, a partir de 1880. Nessa época, assentaram-se as bases da nova organização do sistema de poder que, ao mesmo tempo, tanto opunham quanto uniam classes dominantes e classes subalternas.

Neste contexto, a sociedade e a cidade tornaram-se objetos de ação racional. Os movimentos de reforma prepararam o surgimento das políticas sociais e urbanas modernas. Rolnik (1988) faz uma abordagem muito interessante a respeito deste período de transição, demonstrando que na cidade escravocrata, que perdurou até 1888, os limites das fronteiras entre os grupos sociais são claros e rigidamente definidos; na vida do senhor de escravo não havia qualquer momento em que não estivesse expressa a relação de dominação.

A abolição da escravatura terminou não só com a dominação como também o senhor se libertou do investimento no escravo para explorar o trabalhador livre. Mas para isto era preciso constituir o trabalhador livre: fazê-lo existir tanto fisicamente quanto ideologicamente e foi exatamente neste momento que se iniciou a mudança no olhar sobre a cidade, pois a opção pelo "braço livre europeu" significava usar uma mão-de-obra "civilizada".

Os europeus trouxeram consigo hábitos, costumes e comportamentos que influíram no uso deste espaço, isto é, o espaço teve que ser remodelado para consolidar a fixação deste trabalhador na sociedade brasileira.

Pesavento (1990) aponta para o fato de que foi neste contexto que a sociedade capitalista gerou as condições para que a questão social se colocasse como problema e indagação. A principal inquietação era: o que fazer com os pobres desafortunados, principalmente, o que fazer para impedir que a questão social degenerasse em conflito e este em ameaça efetiva para a sociedade.

Perante esta problemática, a questão social, segundo Pesavento, suscitou a elaboração de discursos que descreviam, analisavam e despertavam estratégias de abordagem para atingir resultados satisfatórios.

Estes discursos pressupunham intervenções dos técnicos (o médico, o higienista, o advogado, o engenheiro e o educador) comumente atrelados ao Estado, principal interessado em disciplinar a população pobre urbana nas áreas centrais das cidades. Neste discurso a questão da higiene, da moral, disciplina e renovação como elementos fundamentais, articulando o discurso do médico higienista, o discurso jurídico e criminológico e o discurso técnico e estético.

Herschmann (1994) afirma que o exame da produção do discurso do cientista intelectual, como por exemplo o médico, permitiria o mapeamento de estratégia normalizadora para a construção de um corpo social sadio. Isto era necessário para o Estado, pois, segundo Foucault (1987), a disciplina sobre o corpo era importante, já que a burguesia o via como uma força de produção. Assim o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe dentro do modelo capitalista.

1.2.4 – Discurso sobre a higiene e a disciplina

Chalhoub (1999) afirma que a Higiene é vista como uma ideologia, ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o Brasil ao “verdadeiro”, à “civilização”, implicavam a despolitização da realidade histórica e legitimação das novas decisões quanto às políticas públicas aplicadas no meio urbano.

Deste modo, o sentido do discurso higienista foi de importância não apenas na construção teórica da modernidade como também na ação, na transformação do cotidiano da sociedade urbano-industrial, pois foi por meio deles que se materializavam as “visões de mundo” das diferentes classes.

Percebe-se que nos discursos médicos da época, os inimigos do “corpo social” eram os excessos e desvios, sendo preciso, portanto, disciplinar a sociedade, inculcar valores, destruindo os “vícios” e as “perversões” que tanto ameaçavam os centros urbanos.

Um dos exemplos mais significativos dessa intervenção sanitarista junto à sociedade é o da medicina da Belle Époque que, aliando-se à estratégia de um Estado “modernizador”, esbarrou nos hábitos e costumes da tradição familiar do Império. A este respeito Muricy (1988:14), dando conotação a importância da família na integração do indivíduo na nova sociedade, escreve:

“A integração familiar à ordem urbana foi um dos objetivos mais arduamente perseguidos pela medicina higienista. Neste sentido, elaborou uma política de saúde que cuidava de mudar os hábitos e os valores nocivos da tradição, de estabelecer uma nova ética das relações afetivas que orientasse o comportamento dos indivíduos em todas as circunstâncias da vida privada e social”.

Sevcenko (1995) esclarece que, na linguagem dos cronistas da época (1889-1930), as cidades brasileiras passariam por um processo de “regeneração”, que condenava os hábitos e costumes ligados à sociedade colonial; negava todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade. Esta atitude induzia a uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, a qual será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas burguesas, e com um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense. Desse modo a expressão “regeneração” era por si só esclarecedora do espírito que presidiu esse movimento de destruição da cidade velha, a dissolução da velha sociedade imperial e de montagem da nova estrutura urbana.

Segundo essa visão, a cidade deveria organizar-se de modo a proporcionar a afirmação do igualitarismo e do conagraçamento pela constituição de uma cultura comum, ligada a referências universais de matriz iluminista (Fabris, 2000).

A distância entre a teoria e a prática foi, contudo, grande. A ação normatizadora, que pretendia transformar a capital da República no símbolo de modelo civilizatório, não gerou significativa modificação na estrutura da sociedade, apenas resumiu-se quase em banir das ruas “o espectro da desordem representada por negros, mulatos e pelos cortiços”.

Assim, os discursos e ações realizadas para consolidar o processo de modernidade acabaram ameaçando a identidade cultural das camadas populares, tendo sido impostas normas de comportamento, formas de lazer e exteriorização de crenças religiosas (Borges, 2000).

1.3- A contribuição dos Médicos e Engenheiros ao discurso de normatização da sociedade

O médico teve uma participação destacada na normatização do espaço urbano, nas cidades europeias, desde século XVIII, devido ao seu papel no combate às doenças infecto-contagiosas. A medicina intervinha nos hábitos, nos costumes e na moral dos indivíduos, tendo como alvo principal a população pobre urbana. Tanto para o Estado quanto para a economia capitalista era muito importante um controle sobre esta parcela da população, a separação dos espaços e de como usá-los. Os médicos foram, dentre os especialistas, os primeiros a se organizarem institucionalmente e a construir sua identidade profissional. Eram considerados os primeiros intelectuais da ordem burguesa.

Entretanto, esta normatização proposta pela medicina não se limitou somente à família. Assim, Foucault (1981) explica a “medicalização”, como um conjunto de iniciativas políticas preventivas, educativas, higiênicas e curativas implementadas pelos médicos no final do século XIX e início do século XX. O objetivo deste conjunto de iniciativas era o de normatizar comportamentos e atitudes individuais do doente em relação à doença, evidente ou iminente. Em termos de métodos, muitas vezes a persuasão era substituída pela coerção, muito próxima a uma polícia médica (Rosen, 1980).

No Brasil, o estabelecimento de relações mais sistematizadas entre as técnicas do saber médico e a sociedade desenvolveu-se no decorrer do século XIX (Neves, 2001). Com a Proclamação da República e as alterações legislativas que a ela se seguiram, expressou-se uma transição do perfil liberal de relação entre Estado e sociedade para uma postura crescente intervencionista e

reguladora. Assim, coube a estes cientistas portadores de um saber técnico e especializado, através dos seus discursos, a construção das diretrizes básicas da sociedade brasileira (Lopes, 2001).

Estas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que se produziram no País, também se assinalaram no campo da medicina e do saneamento (o que se verificou notadamente na cidade do Rio de Janeiro), fazendo com que o meio urbano fosse investido das práticas do saber médico e estas utilizadas como um dos pontos de constituição do exercício do poder do Estado (Herschmann, 1994).

O médico passou gradativamente a inscrever-se como *cientista social*, incorporando em suas atividades o uso de estatísticas, do conhecimento geográfico e histórico dos locais onde intervir, acumulando um saber empírico e pragmático.

A partir da segunda metade do século XIX, a medicina, a engenharia e outras áreas de conhecimento receberam uma mudança teórico-filosófica – a doutrina positivista comtiana – que permitiu a esses especialistas sentirem-se como responsáveis pela orientação e organização da “nação”, ajustando-se com isso também às demandas de reordenação social que existiam por parte do Estado (Herschmann, 1994).

Instituições como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de influência francesa, e a Faculdade de Medicina da Bahia, de influência alemã e italiana, tornaram-se responsáveis pela formação do saber científico que passaram a ser considerados prioritários na produção dos discursos dos novos intelectuais brasileiros.

A Faculdade de Medicina do Rio tinha uma grande tradição clínica, destacando-se por dois grandes marcos: o primeiro foi o trabalho realizado por Oswaldo Cruz, no controle da epidemia da febre amarela. Já o segundo foi a fundação, em 1901, do primeiro instituto científico reconhecido internacionalmente, o Instituto de Soroterapia de Manguinhos. Assim a produção médica carioca passou a se concentrar sobre duas especializações: a saúde pública e a higiene.

Na Faculdade de Medicina da Bahia seguindo uma orientação lombrosiana, no que se refere à identidade social e criminal, Nina Rodrigues foi o principal defensor e divulgador da medicina legal no País e propôs reformas que atingiam principalmente o modelo jurídico (Neves, 2001).

Em outras palavras, enquanto a tendência entre os médicos cariocas era combater principalmente as doenças (epidemias) e os “maus hábitos” cotidianos da população, a tendência entre os médicos baianos era concentrar-se sobre o doente e as características transmissíveis de forma hereditária (aspecto bacteriológico).

O discurso produzido em ambos centros clamava tanto por maior autonomia das instituições médicas quanto por uma diversificação e penetração desse campo do saber junto a outros. Segundo Herschmann (1994) o objetivo deste desdobramento da medicina em várias especializações era normatizar, secularizar os costumes e constituir uma sociedade higiênica e civilizada.

Para Costa (1999), a questão da salubridade levantada pela medicina ligou-se, de imediato, ao interesse do País, porque era importante para o Estado republicano a constituição de uma mão-de-obra disciplinada. Mas a higienização das cidades, estratégia do Estado moderno, esbarrava freqüentemente nos hábitos e condutas, principalmente da população pobre urbana, por isto a reconversão das famílias pela higiene tornou-se uma tarefa urgente dos médicos.

A tarefa dos higienistas era de converter a população à nova ordem urbana. Esta ordem era estranha ao antigo modo de viver colonial que, a todo o momento, a repelia e procurava deter seu progresso. A nova ordem, contudo, precisava ser aceita, pois dela dependia a prosperidade das elites e o progresso do Estado. A ingerência médica nas famílias tinha, assim, o objetivo de tornar comportamentos considerados como estranho em algo familiar. Ocorrendo esta assimilação, os médicos estariam dando uma grande ajuda ao Estado no que se refere ao controle social.

Hochmann (1993) afirma que, no Brasil, o aumento da capacidade intervencionista no campo da saúde foi-se convertendo em um poder despótico. O regulamento determinava, por exemplo, que as pessoas que não quisessem aceitar as medidas constantes nos artigos sobre o isolamento, a desinfecção de

domicílio e a vacinação em caso de varíola seriam “recolhidas a um edifício apropriado” e também a autoridade sanitária poderia, ainda, recorrer à autoridade policial se, em 24 horas, não fosse permitida a visita ao domicílio.

Neves (1912), ressalta que muitas medidas médicas sanitárias, que dizem respeito aos melhoramentos de higiene das cidades, seriam impossíveis sem o engenheiro. Os processos médicos de saneamento são sempre combinados com o da engenharia, ambos têm um campo comum de trabalho no aperfeiçoamento das condições higiênicas.

Na trilha dessa renovação intelectual também destacamos o papel dos engenheiros, que no projeto moderno para o Brasil, constituíram um grupo atuante na remodelação do espaço urbano, tanto na infra-estrutura quanto na sua estrutura ocupacional, já alterado de forma substancial com a nova composição demográfica da cidade, pelo aumento populacional e pela presença de imigrantes.

O engenheiro civil na virada do século XIX para o século XX era, um profissional com uma formação abrangente. Atuava em áreas diversificadas da engenharia mantendo quase sempre uma grande atualidade com o desenvolvimento tecnológico e científico dos principais centros europeus e norte-americanos.

A Escola Politécnica do Rio de Janeiro era dotada das idéias positivistas e republicanas, embora tal escola tivesse sua origem na Academia Real Militar, criada por Dom João VI em 1810 e denominada, a partir de 1839, Escola Militar. Em 1874 transforma-se em Escola Politécnica, separando-se os cursos de Engenharia Civil e de Engenharia Militar, bem como as atribuições profissionais desses dois tipos de engenheiros. (Andrade, 1994).

Nesse primeiro momento, couberam ao engenheiro civil todas as obras que não fossem de natureza estritamente militar, o que por sua vez, segundo Andrade (1994), implicava um amplo leque de projetos, de ferrovias e portos a obras de saneamento, reformas ou criação de cidades e melhoramentos.

Segundo Kropf (1994), a incorporação do ideário positivista pelos engenheiros politécnicos não deve ser compreendida, entretanto, como algo estrito às preocupações acadêmicas do ensino científico.

Carvalho (1994) observa que a ação dos engenheiros, assim como dos médicos, sanitaristas e literatos, articula-se a partir da percepção da inexistência de uma elite política capaz de tomar a direção do processo modernizador. Além disso, Fabris (2000:43) destaca o fato de que a sociedade não tinha condições de produzir por si uma alternativa “regeneradora” cabendo aos engenheiros pôr fim ao atraso colonial e tornar-se o símbolo de uma nova ética *“as que subordinaram sua concepção da História, afirmando-a, a partir, como uma doutrina fundada sobre o binômio “civilização/progresso”*.

Considerados “especialistas em olhar competente”, aos engenheiros foram atribuídas as tarefas de sistematizar o próprio trabalho de observação científica nos relatórios, que eram as bases para as reformas necessárias (Fabris,2000). Mas, além disto, cabia-lhes também a tarefa de incorporar as populações marginais ao trabalho e à vida pública pela padronização do espaço. A maneira de morar seria vista como um fator preponderante na reeducação deste segmento social. Revolucionando as esferas pública e privada da vida cotidiana, anunciando a implantação do urbanismo moderno no Brasil e as reformas urbanas da República Velha, foram realizadas, sobretudo, por engenheiros.

Dentre estes profissionais, destacou-se o engenheiro sanitarista Saturnino Rodrigues de Brito. Os seus trabalhos eram respaldados pelo sentido de racionalidade técnica e econômica. Observa-se, também, a influência de Camillo Sitte, no que se refere ao traçado das vias, ao repúdio ao crescimento planejado das cidades e na valorização da formalidade do traçado em consideração à estética e à higiene.

O motivo que levou Saturnino de Brito a desenvolver estudos e projetos de saneamento e melhoramento para as cidades brasileiras foi a preocupação com *“as condições ambientais que propiciavam a ocorrência de surtos epidêmicos, com efeitos nefastos sobre a economia, a população, e também, sobre os valores morais dos moradores”*. Esta característica observa-se em qualquer um dos seus livros, nos quais expõe suas idéias sobre saneamento, problemas de abastecimento de água, redes de esgotos, habitação proletária etc (Souza & Damásio,1998).

Brito vê e analisa a cidade, interpretando os problemas urbanos e apontando soluções planejando o espaço de acordo com as futuras expansões. Usava com frequência nos projetos, a expressão “Política da Ordem e do Progresso” iluminadora, saneadora e vivificadora das cidades, mas enfatizava que para isto se realizar era muito importante a relação entre “integridade higiênica e moral”, indicando a primazia da higiene doméstica sobre todos os fatores da salubridade das cidades (Andrade, 1994). Percebe-se que Brito tinha uma preocupação com a educação da população urbana, como também com as ações administrativas dos governantes.

De acordo com seu pensamento, as ações deveriam estar voltadas para a aquisição de hábitos saudáveis, tais como o asseio com o corpo e a casa, que contribuiriam para a construção e manutenção de uma cidade salubre, encaminhada para o progresso.

Com relação às avenidas, Saturnino remete à obra de Sitte dizendo: *“que não se pode condenar em absoluto as avenidas; mas não acha estéticas as longas avenidas, muito longas, com árvores de um lado ao outro”*. Pelo que se lê refere-se aos boulevares de quilômetros de extensão.

É interessante ressaltar o fato de que Brito quando elaborava os planos para as cidades, mesmo sendo um discípulo de Sitte nos princípios estéticos, seguia algumas influências de Haussmann, por exemplo, quando abordava a questão das avenidas. Segundo Souza & Damásio (1998), Saturnino de Brito inseriu-se perfeitamente no discurso de sua época apresentando a questão da urbanização como sinônimo de higienização e embelezamento.

Mas, para Brito, para salubridade do espaço ser completa não bastava apenas melhorar a infra-estrutura e abrir grandes avenidas, os boulevares. Havia a grande necessidade de transformar as casas insalubres em habitações que garantissem a higienização física e moral da sociedade. Não adiantava ter o espaço público saneado, limpo, mantendo-se o espaço privado defeituoso e imundo.

Já que o principal alvo era acabar com a moradia da população pobre retirando-a da área central da cidade, o engenheiro sanitaria propunha um programa de habitação popular, modesto e eficaz, que deveria contar com o

auxílio dos governos por meio de verbas, as quais considerava que até então eram destinadas a medidas paliativas e importação de imigrantes que vinham agravar a precária situação sanitária da cidade.

Para que fosse possível resolver o problema de moradia da população pobre urbana, Brito achava que se deveria criar, dentro dos padrões da higiene, vários quarteirões de edificações na área periférica das cidades, o que tornaria possível construções menos compactas e que exigiria a implementação de transporte coletivo rápido e econômico. Enfim, para Brito, as casas independentes estariam formando o lar operário, e estabelecendo os alojamentos independentes estaria favorecido o inquilinato operário, tornado barato e higiênico.

O projeto* elaborado por Brito para Campos dos Goytacazes e concluído no final de 1902, sendo apresentado ao presidente da Câmara Municipal, o médico Benedito Pereira Nunes, em 1903, no formato de livro, intitulado *Saneamento de Campos*. Este é considerado uma obra completa, que inaugura uma nova leitura sobre a cidade, como organismo em crescimento e como meio em relação ao qual o engenheiro deverá intervir, redefinindo suas condições de salubridade.

CAPÍTULO I

*Ver no anexo I foto da planta do Projeto de Saneamento de Campos elaborado pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito em 1903.

A Produção do Discurso Higienista



“A civilização é o corolário mais próximo da atividade humana sobre o mundo; emanada diretamente de um fato, que assume hoje, na ciência social, o caráter positivo de uma lei – a evolução - o seu curso, como está, é fatal, inexorável, não há tradição que lhe demore a marcha, nem revoluções que a perturbem...” (Euclides da Cunha)

No fim do século XIX e início do século XX, em prol das transformações sociais, políticas e econômicas, iniciou-se a construção do Brasil moderno, percebendo-se aí a produção de um discurso baseado no ideal do novo, do progresso e de ruptura com o passado. Estes ideais não só passaram a fazer parte do cotidiano dos agentes sociais, como também caracterizaram o discurso intelectual e os projetos de intervenções junto à sociedade, abrindo um sinuoso caminho para a construção de uma nova sociedade urbana capaz de absorver novas idéias para implementar não apenas uma nova ordem de governo - a República - mas, sobretudo, um novo modelo de Brasil. Estes discursos, que tinham como referência a modernização européia, carregavam um conjunto de valores, no qual a elite política apregoava a necessidade de “reformular”, “regenerar”, “civilizar” a sociedade e o país.

Paralelamente, assistiu-se à desconstrução da cidade colonial, bem como à sua reestruturação sob a égide dos projetos modernizadores defendidos pela República, que via a reformulação do espaço urbano como estratégia para vencer o “atraso colonial”. O objetivo era produzir uma cultura da reforma, que compreendia não só a remodelação do plano urbano, mas também a alteração das práticas culturais existentes, viabilizando o ingresso da nação brasileira nos círculos da “civilização” e da “modernização”, adequando o Brasil aos horizontes dos “novos tempos”, isto é, ao processo de construção de uma sociedade do tipo capitalista-industrial.

A cidade tornava-se assim, um espaço de intervenções e de controle mais sistemáticos sobre a população e seus hábitos. Tudo o que concerne à higiene e à saúde públicas transformou-se em discursos elaborados, na maioria das vezes, por médicos e engenheiros sanitaristas. Dentro desse processo de modernização o conhecimento especializado (do médico, do educador e do engenheiro) viera sobrepujar a arte da retórica dos bacharéis.

Nessa conjuntura, a imprensa desenvolveu um papel muito importante, tornando-se um espaço de irradiação do ideário da modernidade, passando a construir e veicular a imagem da cidade tão desejada pela burguesia nascente.

1.1 – As representações sobre a cidade e os modelos de intervenção no espaço urbano.

*Uma cidade deve ser construída para tornar o homem ao mesmo tempo
seguro e feliz
Camillo Sitte (1889)*

Desde a Antigüidade, as cidades já eram alvo de discussão e preocupação para os seus pensadores. Na Grécia, a cidade (polis) era antes de tudo uma comunidade de cidadãos: uma associação de carácter moral, político e religioso. Contudo, os pensadores gregos interessavam-se pela cidade e pelos “*problemas urbanos*”, encaravam as cidades de maneira concreta, estudando os efeitos do ambiente urbano (sítio, localização, natureza do solo, regime dos ventos...) sobre os habitantes, tanto no aspecto físico quanto no aspecto moral (Harouel, 1985).

Platão, por exemplo, preocupava-se com as condições ambientais dos sítios, pois, para ele, a escolha do sítio é fundamental em relação à salubridade, às vantagens económicas e também quanto ao clima psicológico e moral. Já Aristóteles considerava que a escolha do sítio não seria baseada apenas na sua salubridade ou nas suas qualidades defensivas. Este deveria permitir um abastecimento fácil, devendo a cidade tirar partido tanto do mar quanto do campo. Aristóteles defendia uma especialização dos bairros segundo sua função: comercial, artesanal, residencial, administrativa e religiosa (Harouel, 1985).

Na Idade Média, a terra urbana era ocupada pelos moradores, as ruas eram tortuosas e nas praças instalavam-se as feiras periódicas. Nesta cidade a produção era artesanal e controlada por corporações de ofício. O desenvolvimento da atividade comercial proporcionou o crescimento da cidade. A cidade foi um importante elemento na desagregação das bases do poder político-

econômico feudal. Segundo Rolnik (1998), a transformação da vila medieval em cidade-capital de um Estado moderno operou uma racionalização radical na forma de organização das cidades.

No século XVIII a racionalidade nascida na Europa gerou grandes utopias sociais, políticas e urbanas e, por conseqüência, criou uma concepção nova de cidade. Além desta racionalidade, a constituição de uma ruptura nos vários campos do conhecimento também se refletiu em tudo que se referia à cidade e suas representações (Choay,apud.Faria,1998).

Segundo Foucault (1981), o medo das aglomerações no centro de Paris e Londres, no século XVIII, representava os primeiros sinais de preocupações manifestadas pelos moradores da cidade, em especial os médicos, que, posteriormente, com o auxílio dos higienistas, sanitaristas, autoridades policiais e governamentais, passaram a discutir as possíveis soluções para o problema do crescimento das cidades. Imbuído de um “novo sentimento” com relação à cidade, o olhar atento dos cientistas indicou os locais insalubres, que nesse momento eram os que possuíam ausência de água e de circulação de ar. Estes locais representavam o grande perigo de contaminação para a população da cidade.

Na segunda metade do século XVIII iniciaram-se, na França, as primeiras intervenções da medicina urbana, substituindo os métodos de vigilância e hospitalização adotados numa época em que representavam mais um aperfeiçoamento do antigo esquema médico da quarentena. As intervenções urbanas detiveram-se sobre três objetivos: inspecionar os lugares de acúmulo de tudo o que podia provocar doenças; controlar a circulação do ar e de água e, por fim, organizar e distribuir as fontes de água e o esgoto (Foucault, 1981).

Embora as instalações de novos serviços de água e esgoto solucionassem os problemas relacionados com a circulação e coleta de água da cidade, estes mesmos serviços traziam outras preocupações ao meio urbano, que estavam relacionados com os costumes e hábitos de viver da população pobre.

Harouel (1985) diz que *“as cidades européias no final do século XVIII e o início do século XIX, eram consideradas um tecido patológico e doentio”*. A doença procurava os distritos mais pobres, os locais onde mais se negligenciavam as medidas sanitárias, as áreas mais poluídas por excrementos e outras

imundícies. Além do mais, as epidemias não se limitavam às classes mais baixas. Na visão de Schorske (1989), o século XVIII, com sua filosofia iluminista, desenvolveu o conceito de cidade como virtude, e a industrialização do século XIX trouxe a concepção antagônica: a cidade como vício. Com a Revolução Industrial e a consolidação dos moldes capitalistas, cidades como Londres e Paris transformaram-se em imensas concentrações humanas. Entretanto, não estavam preparadas para acolher esta população, surgindo vários problemas urbanos.

Pechmann (1998:29), ao comentar sobre as cidades européias do século XIX, afirma que os chamados “problemas urbanos” estavam em toda parte, a olhos vistos, dizendo que eram:

“Nos miasmas que contaminavam a atmosfera, nas epidemias que devastavam a população, na falta de sistema de água e esgoto que levava à infestação do meio ambiente, na multidão miserável que propiciava a revolta, na falta de trabalho que levava ao crime”.

A saúde passou a ser o principal alvo da sociedade capitalista, devido à ameaça que os surtos epidêmicos representavam para a organização econômica, pois as mortes causavam prejuízo às finanças públicas. além do pânico que um mal desconhecido trazia à população, principalmente à classe dirigente que tinha medo de ser atingida pelas doenças. Estas foram as principais razões que levaram o Estado moderno a intervir nas condições sanitárias do espaço urbano e social, mas não adiantava dar uma assistência médica preventiva, fazer vacinação em massa, se as condições de moradia não sofressem intervenções (Rosen,2000).

No início do século XIX, o principal desafio, na Inglaterra, na modernização do espaço urbano, foi a assistência aos pobres. O governo inglês adotou o asilamento como forma de banir os indivíduos improdutivos da rua, exercendo, assim, o controle social. Paralelamente havia também a preocupação com o meio ambiente urbano, principalmente após as epidemias de cólera ocorridas em 1831 e 1832. Estes fatos fortaleceram ainda mais o interesse do governo inglês pela situação das cidades e da população pobre, tanto que em 1834 a Lei dos Pobres¹

¹ Ler George Rosen (2000) “*Uma História da Saúde Pública*” no qual o autor explica a importância desta lei, que foi criada na Inglaterra desde o século XVI e foi mantida até depois da 2ª Guerra Mundial. Essa lei surgiu

sofreu algumas alterações, passando a estabelecer que nenhuma pessoa fisicamente capaz e, ou sua família receberia ajuda fora de asilos oficiais. A assistência se limitaria aos mais miseráveis.

Para a sociedade Vitoriana (1837-1901), a pobreza constituía uma ameaça física e moral. As autoridades inglesas procuraram contabilizar o custo econômico e social da miséria, demonstrando os prejuízos causados pela doença à produtividade do trabalhador. Foi nas cidades inglesas que o medo das aglomerações originou as primeiras pesquisas sobre as condições de vida da população trabalhadora, coordenado por Edwin Chadwick², cuja concepção sanitária era a de que o ambiente físico e social tinha influência sobre a saúde.

O surgimento da medicina social, na França, no segundo terço do século XIX, foi, segundo Foucault (1981), ocasionado por dois fatores: primeiro, a pobreza passou a constituir uma ameaça à ordem social, devido às grandes agitações sociais nas quais a população tornou-se uma força política capaz de se revoltar e ao mesmo tempo de participar de revoltas; segundo, com a instalação dos novos serviços de água e esgoto, os pobres foram perdendo suas funções na cidade. É importante lembrar que antes da implantação desses serviços eram eles encarregados da distribuição de água e da coleta dos detritos.

O urbanismo francês destacou-se com as contribuições de Haussmann, prefeito do Sena (1853 a 1869). Haussmann implantou um modelo que se caracterizou pela criação de uma vasta rede de grandes artérias que cortam indistintamente o território da cidade, que foi composta de bulevares, avenidas e ruas largas sobrepondo-se à trama então existente, criando uma forte hierarquia entre as vias novas e a maioria das vias antigas. Paralelamente, Haussmann adotou uma política extremamente ativa em termos de fornecimento de equipamentos públicos: sistema viário, rede de esgoto, distribuição de água e gás,

por volta de 1600, porque a pobreza e o desemprego se disseminavam tanto, que a Igreja não conseguia dar conta do problema, então o Estado assumiu, instruindo cada freguesia a arrecadar impostos para assistir aos pobres, conseguir empregos para os fisicamente capazes, punir os indolentes e prestar caridades aos idosos, aos doentes e aos incapacitados.

² Segundo Rosen, Chadwick foi o pioneiro da *moderna Saúde Pública*, chamou a atenção para a "idéia sanitária"; em 1848, com o estabelecimento do Conselho Geral de Saúde, essa idéia veio a ser posta em prática. Seu relatório sobre a condição sanitária da população trabalhadora da Grã-Bretanha, publicado em 1842, iluminou a relação entre pobreza e insalubridade, e serviu de modelo para reformadores sanitários em outros países.

mercados cobertos, feiras, prefeitura, colégios, estações, prisões, hospitais e espaços verdes.

A obra de Haussmann em Paris merece grande destaque, pois transformou-se no paradigma da modernidade. Todas as cidades que precisavam modificar-se e adaptar-se aos tempos modernos buscaram, no exemplo das reformas parisiense, o modelo para suas realizações.

Sobre o método chamado “hausmanniano”, Engles comentava:

”Refiro-me à prática hoje generalizadas de abrir grandes brechas nas vizinhanças das nossas grandes cidades, especialmente aquelas situadas nas regiões centrais [...] O resultado é o mesmo em toda parte: os becos e as alamedas mais comprometedoras desaparecem para dar lugar a autoglorificação da burguesia, como crédito de seu tremendo sucesso – mas reaparecem logo adiante, muitas vezes no bairro adjacente“ (Engles apud Bermann, op.cit: 149).

Segundo Choay (2000), o urbanismo surgiu para resolver os problemas da cidade industrial. Na segunda metade do século XIX, a palavra urbanismo foi criada para consagrar o aparecimento de um discurso de enfoque radicalmente novo, a cidade como objeto. Este discurso sobre o urbano pretendeu, de imediato, constituir-se em ciência e construiu os modelos com os quais fundamentou o urbanismo.

Os dois modelos apresentam-se em duas fases: a do pré-urbanismo e a fase do urbanismo no século XX. No pré-urbanismo³ o modelo progressista tinha como base a concepção do indivíduo humano como tipo independente de todas as contingências e diferenças de lugar e de tempo, e definido em necessidades – tipo cientificamente dedutíveis. Um certo racionalismo – a ciência, a técnica – deve permitir resolver os problemas impostos pela relação dos homens com o mundo e entre eles. Este modelo era dominado pela idéia de progresso e considerava também as exigências da higiene. Recusava o passado e destacava a importância do modelo padrão de habitação, o alojamento standard (Choay,2000).

³ CHOAY (1993) chama de pré-urbanismo, as teorias e pensamentos sobre a cidade, que precederam o urbanismo, formuladas por utopistas (Morris, Ruskin); socialistas (Marx, Engles).

Durante o pré-urbanismo destacamos o pensamento de Fourier (1772-1837) e Owen (1771-1858) para quem a cidade ideal seria aquela concebida como local de melhor organização social (Choay, 2000). Dentro desta utopia, Fourier propôs substituir a cidade pelo falanstério⁴. Já Owen preconizou a fundação de “cidades de harmonia e cooperação” reagrupando em conjuntos habitacionais e explorando em conjunto um domínio agrícola (Vasconcelos, 1999).

Já para o modelo culturalista, que, segundo Choay (2000), é tributário do pensamento de Ruskin (1818/1900) e de Morris (1834/1896), a estética e a cultura ocupam junto a eles o mesmo lugar que a higiene ocupava em Owen e Fourier. Mas, para Harouel (1985), havia também um certo sentimento “anti-industrialista”, alimentado de nostalgia pela cidade do passado, do qual queria ressuscitar o calor humano e a qualidade da arquitetura.

O urbanismo difere do pré-urbanismo por ser, tanto no aspecto teórico como no prático, de domínio dos especialistas, sobretudo dos arquitetos. Durante esta fase, tanto o modelo progressista quanto o culturalista terão novas versões. No início do século XX, a idéia chave do urbanismo progressista era a modernidade, tendo a influência do urbanista Tony Garnier⁵ (1901), para o qual a estética modernista era formada por uma contribuição de racionalidade e austeridade acompanhada pelo desprezo da cidade antiga, demonstrando uma preocupação desvairada com a salubridade do espaço e do indivíduo.

Le Corbusier (1958) um dos realizadores mais notáveis do urbanismo progressista, dizia que *“todos os homens possuem as mesmas necessidades”* expressando de maneira bem clara o modo de os urbanistas progressistas intervirem no espaço. A preocupação com a eficácia se manifesta primeiramente na importância dada à questão da saúde e da higiene. Eles buscavam formas universais (Choay,2000).

O modelo culturalista manteve o culto aos valores do passado. O teórico-prático mais ilustre deste modelo foi Camillo Sitte (1843/1903) que, nos seus

⁴ Falanstério é um palácio social onde viviam aproximadamente 1.600 indivíduos. Em todo o imóvel domina uma rua interior, a rua galeria, assim o controle sobre os cidadãos seria absoluto.

⁵ GARNIER, Tony - arquiteto-chefe da cidade de Lyon, França, realizou uma proposta da cidade industrial (1901) intitulado de *“Une Cité industrielle. Etude pour la construction des villes”*. Para Choay, trata-se do primeiro manifesto do “urbanismo progressista”.

trabalhos, denunciava a mediocridade da cidade moderna e procurava extrair de um estudo minucioso das cidades antigas os princípios que deviam inspirar os responsáveis pela criação e pela expansão das cidades. Sitte deu uma grande contribuição para os principais reformadores sociais que atuaram no âmbito da cultura urbanística, nas primeiras décadas do século XX. Estes se apropriaram das suas concepções, interpretando-as segundo conveniências práticas e técnicas, para justificarem suas escolhas técnicas e as soluções urbanísticas adotadas (Andrade, 1999).

Percebe-se que no século XVIII apenas se reconheceu a existência de uma patologia urbana, através da teoria do miasma. Já no século XIX, detendo-se nos meios técnicos aperfeiçoados, os urbanistas enfatizaram as tentativas de erradicar as doenças infecto-contagiosas. E no século XX, procurou-se atender a todas as expectativas de solução para os problemas da cidade, investindo-se em grandes equipamentos que obedeciam à nova lógica: a da salubridade.

1.1.4 – *A teoria positivista na intervenção do espaço*

Os pensadores europeus, do fim do século XVIII para início do século XIX, viviam numa Europa conturbada por guerras e em vias de modernização, e suas produções refletiam a tensão entre valores e instituições que estavam sendo corroídas, com as formas emergentes, cujo perfil ainda não se encontrava totalmente configurado.

As referências necessárias para situar o pensamento eram: por um lado, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial e, por outro, o manancial de idéias que, sobre esses mesmos acontecimentos, vinha sendo formado por autores como Henri de Saint-Simon (1798-1857) e Auguste Comte⁶ (1798-1857).

Nesse momento os pensadores acreditavam que a humanidade avançava no sentido de seu gradual aperfeiçoamento, governada por uma força inexorável: a LEI DO PROGRESSO. Esse princípio herdado, da filosofia iluminista, foi

⁶ Auguste Comte, francês, de família católica e monarquista. Em 1816 foi admitido na École Polytechnique de Paris, em 1817 tornou-se secretário de Saint Simon, com o qual rompe em 1824. Em 1832 foi nomeado assistente de análise e de mecânica na École Polytechnique, onde mais tarde se tornaria professor.

compartilhado por praticamente todos os autores do século XIX, embora assumisse conotações particulares em cada um deles.

O modelo europeu de civilização vigente no fim do século XIX, baseava-se nos grandes desenvolvimentos técnicos e científicos da segunda metade do século XVIII, os quais deram origem a uma vigorosa fé nos postulados das idéias de progresso e racionalidade. As idéias, amplamente divulgadas na época, eram influenciadas pelas teorias evolucionistas de Charles Darwin e Hebert Spencer, e pelas concepções organicistas do funcionamento social herdadas do positivismo de Auguste Comte.

O objeto próprio de estudo das Ciências Sociais, utilizado naquele momento, era o método positivo, apoiado na observação, indução e experimentação, tal como vinham fazendo os cientistas naturais, forjando no horizonte intelectual europeu um movimento de inflexão em torno das Ciências Naturais, que deu ensejo ao surgimento de uma “vanguarda científica” (Barbosa & Quinteiro,2001).

A partir da teoria positivista houve uma radical transformação e rearticulação das práticas políticas e culturais da modernidade ocidental. Neste processo destacou-se a divulgação das teorias do darwinismo social como forma mais acabada para uma explicação do comportamento da existência humana, enquanto os avanços da microbiologia proporcionavam uma verdadeira “revolução sanitária”.

Dentro desse contexto, Comte estabelecia o sentido do termo “positivo”, de onde derivaria um sistema metodológico e doutrinário que foi utilizado pelos pensadores urbanistas para entender a sociedade e enfrentar os dilemas que o mundo moderno trazia.

Na visão positivista o controle sobre as representações culturais, que ameaçavam a ordem era necessário para o desenvolvimento do capital (Soares, 1998). Sell (2000) afirma que, para Comte, as respostas para as indagações seriam encontradas por meio da razão (ou ciência). Assim surgiu o método científico para explicar o “novo” e para disciplinar a sociedade, favorecendo a emergência, o surgimento da corrente positivista que, dentro do racionalismo, buscou reeducar a sociedade nos moldes do capitalismo industrial.

A atitude racionalista, a crença no determinismo natural e social, a vontade de verdade que privilegia e se apóia nos fatos estabelecidos empiricamente e uma rejeição do subjetivismo em favor da objetividade científica, foram, de maneira geral, as características que polarizaram o universo mental da cultura europeia, a partir de meados de século XIX.

No cenário cultural brasileiro, a inserção do pensamento comtiano teve seu sentido histórico maior em função da emergência de uma elite científica que, afirmando o caráter disciplinado, opunha-se aos valores do passado declarando-os impotentes em face da complexidade e dos desafios do presente, que deveriam ser enfrentados para organizar uma nação moderna. Alonso (1996) ressalta que o positivismo comtiano fornecia, assim, os conceitos que se relacionavam com o progresso, a ciência e a indústria, investindo o cientista da missão moral de conduzir os destinos da humanidade em sua evolução rumo ao estágio positivo.

O método positivista fez, dos cientistas, “missionários do progresso”, transformando a ciência no único caminho para atingir a saúde plena do corpo social e a civilização. Herschmann (1994) afirma que para estes cientistas, “intervir”, “organizar”, “sanear” e “prevenir”, eram os meios de evitar os “desvios” que ameaçavam o meio ambiente e a cultura do indivíduo, isto é, a concretização do principal objetivo: a realização plena da nação.

A partir de 1850, o positivismo comtiano infiltra-se na Escola Militar do Rio de Janeiro, Escola da Marinha, Colégio Pedro II, Escola de Medicina e Escola Politécnica. Vários intelectuais começam a propagar as concepções de Augusto Comte no terreno estético e moral (Soares, 1998).

A doutrina positivista assumiu, portanto, para uma nova geração de pensadores, cientistas e escritores, um significado fundamental, pois respaldou a ascensão desses indivíduos à condição de intelectuais junto ao Estado e legitimou suas intervenções. Entretanto, persiste uma discussão a respeito da importância do positivismo na formação cultural brasileira (Kropf, 1994).

Segundo Kropf (1994), a teoria positivista é, certas vezes, mal avaliada ou subestimada. Para exemplificar as discussões em torno do positivismo brasileiro, Kropf cita o clássico trabalho de Lins (1967), intitulado *História do positivismo no Brasil*, no qual o autor afirma que “a influência da obra de Comte se irradiaria no

Brasil, com maior ou menor intensidade, por vários setores da vida social, como a política, a literatura, a educação e a ciência”.

Azevedo (1995) faz uma crítica dizendo que a contribuição do positivismo foi insignificante, se não praticamente nula para a constituição e o progresso das ciências experimentais no Brasil. Segundo Azevedo, a absorção da doutrina positivista ter-se-ia se concentrado em sua parte político-religiosa, dando provas da impermeabilidade das elites brasileiras, da época, aos princípios e métodos da ciência, segundo o paradigma positivista.

Mas, neste momento, não pretendemos aprofundar esta discussão a respeito da importância ou não do positivismo, importando o fato de que o positivismo comtiano elevava o poder da ciência como chave para a promoção de um saber objetivo e eficaz sobre a realidade, um conhecimento tido como infalível meio para apontar os caminhos seguros para o bem-estar moral e material da sociedade. A base teórica que atuava nas escolas de medicina e de engenharia (Politécnica) era o positivismo, pois propiciava as ações reguladoras dos médicos e engenheiros na organização das cidades, tanto no âmbito moral quanto na organização dos lugares de morar, de trabalhar e de uso público.

1.1.2 - “Depósito de Pestes”: a imagem das cidades brasileiras e a implantação de modelos

A crítica à cidade colonial, à sua desordem e conseqüente insalubridade esteve presente no discurso sanitarista brasileiro desde o início do século XIX até a década de vinte do século passado.

A imagem de uma cidade doente, com casas insalubres, ruas estreitas, ambientes impregnados pela sujeira e pela pobreza consolidava-se, reforçando o discurso sobre a necessidade de intervenção sanitária do espaço urbano, para facilitar o desenvolvimento das atividades comerciais, financeiras e políticas.

Tais concepções foram reforçadas pela adesão do País ao comércio internacional, principalmente pelo desenvolvimento da cultura do café, aliando-se

o fato de as elites nacionais passarem a ter a cidade como referência para sua atuação comercial e política (Cardoso, 1972). No Brasil República, criticava-se o tecido urbano herdado da Colônia e do Império, no qual os sinais de um regime monárquico, mas sobretudo da escravidão, ainda marcavam a tipologia das cidades.

A cidade do Rio de Janeiro, capital da República, segundo relata Benchimol (1990), era uma cidade onde proliferavam as epidemias, principalmente a febre amarela, a malária e a varíola, que ceifavam milhares de vidas de trabalhadores imigrantes. Os médicos da época afirmavam que a gravidade da disseminação destas doenças devia-se às deficiências no abastecimento de água, no sistema de esgoto e na moradia, que elevavam o índice de mortalidade, principalmente do trabalhador imigrante que, neste momento, era a mão-de-obra especializada necessária para a consolidação da nova ordem econômica, baseada na indústria (Hahner, 1993).

Traçando este quadro das cidades, a questão sanitária torna-se prioritária para as autoridades que passam a se interessar pela saúde pública, conduzindo, à época, o desenvolvimento da medicina social e preventiva, cuja ação voltava-se para o controle do meio social e da população.

O projeto republicano, baseado no modelo europeu, segundo Faria (1998) tentava, erradicar os sinais das velhas estruturas – sociais e materiais – do tecido urbano herdado do período colonial e imperial. Paralelamente, dois problemas surgiram, exigindo intervenções definitivas e não mais paliativas: a falta de condições satisfatórias de higiene, provocando doenças infecto-contagiosas e as péssimas condições de vida e do habitat da classe operária nascente, fragilizada diante das epidemias.

Assim as cidades brasileiras experimentaram as intervenções no espaço urbano visando uma cidade “curada” (das epidemias); uma cidade “reformada” (pelas obras da engenharia); uma cidade “ordenada” (disciplinada); uma cidade “embelezada” (pela arquitetura). Estas intervenções ocorriam sob forma de adaptação do tecido urbano antigo mediante reformas localizadas, ou de maneira radical por meio de planos e projetos urbanísticos, atingindo o espaço urbano como um todo.

As intervenções urbanas ocorridas nas cidades brasileiras, no início do século XX visavam, segundo Ribeiro (1999): *“da cidade, criar uma nova imagem em conformidade com os modelos estéticos europeus, permitindo às elites dar materialidade aos símbolos de distinção relativos à sua nova condição”*.

Sevcenko (1995) afirma que as elites tinham a cidade como um lugar estratégico para seu projeto político e social, e necessitavam criar simbolicamente novos mecanismos de representação e distinção social. De fato, com as intervenções urbanas, as elites buscavam desesperadamente afastar de seus olhos e também dos olhos do estrangeiro, o populacho inculto, o mestiço desprovido de maneiras civilizadas. Percebe-se então que a reforma urbana caracterizou-se por introduzir um espaço público, cujo “público” privilegiado são as elites, deixando de lado as práticas culturais e até mesmo o espaço da população pobre urbana (Rolnik, 1988).

As primeiras medidas do governo brasileiro para conter as epidemias, consistiam em iniciar várias campanhas sanitárias nos principais portos brasileiros (Santos, Rio de Janeiro e Recife), locais de entrada da mão-de-obra qualificada europeia, buscando fazer um cordão sanitário com o intuito de resguardar os navios das epidemias de febre amarela e varíola que dizimava os imigrantes europeus.

Outra medida da campanha sanitarista foi iniciar a higienização e moralização do habitat da população pobre urbana, tornando-a higiênica não somente no aspecto físico, mas também na sua própria constituição onde cada elemento tem o seu lugar e o seu papel, onde passariam existir áreas de socialização da família. Assim a moradia tornou-se o alvo principal do processo de reeducar, civilizar o indivíduo para o seu papel no espaço público.

A grande reforma da cidade do Rio de Janeiro só aconteceu na administração do engenheiro Pereira Passos (1903 a 1906) e foi inspirada nos trabalhos de Haussmann, em Paris do século XIX. Haussmann como vimos, procurou conciliar saneamento com embelezamento. Pereira Passos contou com a colaboração de Oswaldo Cruz no saneamento, e de Paulo de Frontin na direção das obras. Nesta reforma aconteceram grandes mudanças urbanas na cidade do Rio de Janeiro, que passou a ter amplas avenidas, realizando ainda melhorias nas

instalações de água e esgoto, gás, iluminação, arborização de ruas, canalização dos rios, criação de jardins públicos, demolições dos cortiços na área central da cidade (Benchimol, 1990). As reformas do Rio de Janeiro passaram a ser referência para os projetos de urbanização de várias cidades brasileiras.

A cidade de Campos dos Goytacazes*, no século XIX, também apresentava um espaço urbano insalubre e de acordo com os estudos realizados por Alberto Lamego e Lamego Filho (1974), assim como pelos trabalhos de memorialistas como Horácio de Sousa (1984), Hervê Salgado (1998) e mesmo dos estudos mais recentes.

A cidade sofria com as constantes enchentes do rio Paraíba do Sul, que causavam grandes transtornos para a cidade e sua população, com a proliferação de doenças infecto-contagiosas como a peste bubônica, a leptospirose. Além do fator enchente, o lixo da cidade era lançado em locais centrais, lagoas, pântanos e valões estagnados, que se transformavam em focos de mosquitos e conseqüentemente traziam as doenças, como a febre amarela.

A partir, porém, da segunda metade do século XIX, a cidade de Campos dos Goytacazes iniciou a implementação das obras de engenharia hidráulica para extinguir pântanos e lagoas, não somente para erradicar os focos transmissíveis das doenças, mas também para ampliar o tecido urbano, visando à transformá-lo em prol do progresso.

Em 1870, o médico Francisco Portella* propõe na Câmara Municipal medida sanitárias para a cidade como por exemplo, a urgente implementação de um plano de esgotos e abastecimento de água para as habitações. Somente em 1885 a *Campos Syndicat Limited* obteve a concessão para instalar serviços de água e esgoto, que começaram a funcionar, efetivamente em 1887.

Durante a epidemia do beri-beri (doença que atacava por completo os nervos dos membros inferiores), em 1878, os médicos e farmacêuticos

Ver no anexo I fotos referente à “Campos”, insalubre e com forte traço colonial na arquitetura das edificações, como também, fotos referente a grande enchente de 1906.

⁷ Foram várias as enchentes do rio Paraíba do Sul: 1886, 1895, 1906, 1917 e 1923, trazendo conseqüências danosas para a cidade de Campos, cif. Horacio de Sousa, 1984.

* Ver anexo I foto dos principais agentes reformadores de Campos no período de 1900/1917

⁸ Francisco Portella, médico com grande expressão política em Campos, membro da Comissão Executiva do Partido republicano Fluminense, sendo indicado pelo governo provisório de Marechal Deodoro da Fonseca para o exercício de governador do Estado do Rio de Janeiro.

resolveram reunir-se para fundar a Sociedade Médica Farmacêutica e beneficente de Campos, cujo objetivo era organizar campanhas para intensificar atendimento a fim de erradicar essa doença e outras que proliferavam na cidade e região.

No período de 1890/94 as mudanças na infra-estrutura da cidade se processaram com grande dinamismo e continuidade. No entanto as condições sanitárias da cidade continuavam precárias devido à persistência de edificações inadequadas e o problema da contenção do rio Paraíba do Sul ainda provocava enchentes. A soma destes fatores propiciava a ocorrência de vários surtos epidêmicos⁹ na cidade.

Em 1901, o médico Benedito Pereira Nunes*, integrante da Associação Comercial, presidente da Câmara Municipal e conhecedor dos problemas sanitários da cidade, concentra sua administração na resolução dos problemas de saneamento da cidade e solicita, ao engenheiro Saturnino de Brito¹⁰ um plano de remodelação para a cidade, em 1902.

Segundo Faria (1998), apesar do projeto de Saturnino de Brito não ter sido implantado de imediato, deve ser ressaltado por ter sido o primeiro projeto de urbanização visando atuar sobre o espaço urbano de Campos no seu conjunto, propondo uma intervenção, em uma cidade em pleno processo de crescimento, o que era uma novidade no urbanismo brasileiro que nascia.

Em 1915, o médico Luiz Caetano Sobral assumiu o cargo de prefeito. Durante sua gestão, Sobral iniciou a implementação das reformas contidas no Plano de Brito (1902) feito para a cidade de Campos dos Goytacazes, principalmente as melhorias na área central da cidade e as mais importantes obras sanitárias como por exemplo, a criação do Matadouro-Modelo. Luiz Sobral foi reeleito com mandato até 1920, período em que realizou importantes obras na cidade, retornando ao governo em 1924 e em 1930. Sua gestão teve um grande

⁹ Houve 1892 e 1896 surtos de varíola; em 1901/1902 febre amarela; 1903, reapareceu a varíola; 1906/1907 após a grande enchente do rio Paraíba ocorreu o grande surto de peste bubônica. Cif Horácio de Sousa, 1984.

¹⁰ Saturnino de Brito (1864/1919), campista, engenheiro civil formado pela Escola politécnica do Rio de Janeiro, em 1898, que ao longo de toda República Velha, foi responsável por vários planos de saneamento, melhoramento e expansão das principais cidades brasileiras como: Santos, Petrópolis, Recife e outras.

impacto na configuração do espaço urbano de Campos e na consolidação do seu projeto de modernização.

Esse processo de reformas e intervenções pelo qual passaram as cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX foi registrado e comentado pela imprensa. Importa considerar a existência do periodismo, neste momento, que era ancorado em agremiações ou em grupos que queriam expor seu pensamento político, urbano e literato.

Martins (2001) afirma que foi nesse momento que a revista se consolidou, como veículo de proposta ligeira, condensada, intermediária entre o jornal e o livro. A autora cita alguns jornais que voltavam-se agora para uma revista, citando como exemplo, na cidade de São Paulo, o jornal denominado originalmente *Cultura*, que teve o título transformado em *Revista do Brasil*, mais apropriado ao calor nacionalista daquele momento.

É bastante curioso notar que em Campos dos Goytacazes, em 1900 um jornal denominado originalmente *A Aurora – Jornal Litterário – Poético e Noticioso*, além de retornar à circulação teve o título transformado em *A Aurora – Letras – Artes – Sciencia*, em formato de revista. Martins (2001) aponta para o fato de que o surgimento da revista a partir do jornal confirmava a clássica evolução histórica do jornal para a revista literária, confinando naquele a informação de cunho político e cotidiano e nesta, a contribuição literária e os projetos culturais.

Sob o signo de mudanças, no seu aguardo, os tempos eram, sim, de transição. Nesse sentido o discurso proferido também estava imbuído de novos valores, conceitos e padrões morais para reger esta nova sociedade de modelo capitalista industrial.

1.2 – Sob o Signo da Mudança

1.2.1– O sentido da modernidade no início do século XX

A modernidade foi muito enfatizada pelos fundadores clássicos da sociologia. Tanto Karl Marx como Emille Durkheim viam a era moderna como um era turbulenta, mas ambos acreditavam que as possibilidades benéficas abertas

pela era moderna superavam suas características negativas. Já Max Weber, um pensador marcado pelo pessimismo, viu o mundo moderno como um mundo paradoxal, onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais. Weber afirmava que a burocracia servia aos interesses do Estado moderno, cuja finalidade era obter o máximo lucro, as empresas capitalistas procurando organizar de modo racional o trabalho, a produção, garantindo-se contra as tradições que perturbavam o desenvolvimento do capitalismo. O mesmo tipo de controle estendeu-se para fora da fábrica, afetando a vida dos indivíduos que pela disciplina e pelas normas, teriam suas ações racionalizadas (Barbosa & Quintaneiro, 2001).

Para Giddens (1990), o conceito de modernidade refere-se ao estilo, costume, modo de vida ou organização social que emergiam na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente tornaram-se mais ou menos mundiais em sua influência. No decorrer do século XX as conseqüências geradas pela modernidade tornaram-se mais radicalizadas e universalizadas do que antes. Desta forma, o modo de vida produzida pela modernidade, segundo Giddens, desvencilhounos de todos os tipos tradicionais de ordem social, tanto em sua extensão quanto em sua intensidade. As transformações decorrentes da modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudanças características dos períodos precedentes.

Bermann (1999:15) conceitua moderno retratando a ebulição que esta modernidade trouxe para o cotidiano da sociedade ocidental e seus longos efeitos:

“Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”.

Ao desenvolver a idéia do estilo de vida moderno como uma categoria capaz de configurar a sua teoria do moderno, Georg Simmel aponta para o lugar

histórico do moderno estilo de vida: a cidade grande é o lugar da construção da modernidade, onde se encontra o maior problema da “vida moderna” o conflito entre indivíduo e sociedade, entre cultura interior e cultura exterior (Waizbort, 2000).

Segundo Herschmann (1994), as noções de “moderno” ou de “modernidade” vão-se afirmando, no Brasil, a partir das últimas décadas do século XIX e início do século XX momento de aceleração da industrialização e de consolidação internacional do capitalismo. A palavra modernidade ganha um uso obrigatório no ambiente intelectual brasileiro, principalmente ao longo dos anos 20-30, embora desde o início da República tenhamos observado a preocupação com a modernidade, no plano da produção e circulação de idéias. Afirmar-se moderno é, antes de tudo, tentar assumir um lugar prestigiado no debate científico e artístico.

Os intelectuais foram os principais disseminadores do ideal da modernidade. Nicolau Sevcenko (1995) identifica, como intelectual hegemônico do Império o bacharel/burocrata, voltado para a perpetuação dos interesses do grupo senhorial escravocrata e cuja conduta social proposta era a moderação.

Na passagem do Império para a República. Sevcenko (1995) enfatizou a importância do surgimento de uma nova geração de literatos, a “Geração 70” - cientificistas, marcada por idéias liberais e por uma vontade de transformação radical da estrutura sócio-político-econômica do Brasil.

Herschmann (1994) esclarece que no lugar do bacharel “artista da retórica” surge o cientista “artista do operatório”, cujo discurso era fundamentado, por um lado, em certa tradição da retórica e, por outro, em uma nova doutrina filosófica, o positivismo.

Assim, os discursos produzidos pelos cientistas harmonizavam perfeitamente com os interesses da camada dominante (industriais e agro-exportadores), legitimando a intervenção autoritária do Estado junto à sociedade. Ao mesmo tempo, é também evidente que, mesmo legitimando esta intervenção do Estado, estes cientistas estavam tão somente difundindo um tipo de saber que, naquele momento, tornava-se obrigatório para as populações inseridas no sistema capitalista.

Esta geração científicista, abolicionista e republicana pressionou o Estado imperial exigindo maior representação em suas decisões. Deslumbrada com o potencial do conhecimento científico questionou a eficiência do regime, a moralidade da escravatura e a qualidade da produção cultural brasileira, defendendo a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República. Entretanto, a Geração 70 desiluiu-se com a implementação do projeto republicano que terminou numa aliança tensa e potencialmente conflituosa entre os militares e as oligarquias regionais.

Esses intelectuais, além de desiludidos e excluídos das decisões do Estado, foram gradativamente substituídos por um agente que eles mesmos ajudaram a consolidar: o cientista, ou melhor, o especialista, portador de um saber técnico-científico especializado: a medicina (normatizando o corpo) a engenharia (organizando o espaço) e a educação (disciplinando).

Para Herschmann (1994), os discursos desse cientista-intelectual¹¹ constituem-se em um objeto de estudo privilegiado para a análise da gênese da modernidade brasileira, porque esse discurso foi capaz de trazer indícios do conjunto de valores e códigos sociais que passaram a orientar os indivíduos em direção a um cotidiano “civilizado”, repensando-se a construção da idéia de nação, identidade nacional, raça e sexualidade.

1.2.2 – O discurso das representações da cidade e da vida urbana

A cidade pensada, formulada, enunciada pelo discurso ou pela imagem, não é livre enquanto representação. Rama (1984) esclarece que as cidades, antes de aparecerem na realidade, existem como representações simbólicas, por meio dos discursos, imagens mentais, gráficos, desenhos e planos que traduzem uma vontade e um sonho, que é o de transformar o espaço no sentido de concretização de uma idéia: fazer, da cidade que se tem a cidade que se quer.

4

¹¹ Na dificuldade de encontrar um termo apropriado, Herschmann utiliza esse termo composto, para este agente que atuava de acordo com sua especialização, mas abrangia outras áreas. A partir de sua espacialização, de seu saber tecnocientífico, eles “inventavam” soluções para os chamados “problemas nacionais”.

Chartier (1990) afirma que as representações do mundo social, a compreensão das formas e dos motivos, traduzem as posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou gostariam que fosse.

Para Chartier o termo representação (de acordo com o dicionário de Furetière) manifesta a tensão entre duas famílias de sentido: por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém.

Mas alerta que a relação de representação é confundida pela ação da imaginação, que faz tomar o logro pela verdade, que ostenta os signos visíveis como provas de uma realidade que não o é.

É pertinente lembrar aqui a observação de Pesavento (1999) sobre as representações do urbano encontradas nos discursos elaborados no início do século XX, que expressavam uma vontade política, uma intencionalidade de norteamento do real e um projeto que visava obter resultados.

No Brasil como na Europa, o discurso da modernidade foi centrado na crítica da cidade “herdada”¹², sendo fortemente influenciado por novas descobertas científicas, que introduzem novos conceitos e valores.

Os discursos sobre a modernidade estão sempre relacionados com: o progresso, a indústria, o capital. Desta forma houve a criação de novas representações da cidade e da vida urbana, na qual a identidade urbana conjugava a cidade real e a cidade ideal (Pesavento, 1999).

O importante, é que a cultura da modernidade é eminentemente urbana e comporta a conjugação de duas dimensões indissociáveis: por um lado, a cidade é o sítio da ação social renovadora, da transformação capitalista do mundo e da consolidação de uma nova ordem e, por outro, torna-se o tema e o sujeito das manifestações culturais e artísticas.

¹² A cidade herdada para os estudiosos do urbano para os europeus é a cidade medieval e no Brasil refere-se aos traços herdados da cidade colonial e imperial.

1.2.3 – A abordagem da questão social e dos problemas urbanos nos discursos higienistas

Segundo Ribeiro (1999) os reformadores sociais, a partir do século XIX, passaram a considerar as cidades como objeto de estudo devido a constatar-se a configuração de um quadro onde a “questão social” aparece como eixo e objetivo do conhecimento e da intervenção. Ribeiro afirma que a “questão urbana” emerge como uma transformação da “questão social”. Assim o pensamento urbanístico apareceu no século XIX associado às idéias de reforma social.

Como vimos, a idéia de que existem “problemas urbanos” tem sua origem no começo do século XIX, com os reformadores de moradias, hábitos, costumes e práticas da identidade cultural da população pobre urbana. Pesavento (1990) esclarece que os pensadores dos séculos XIX e XX “descobriram” o problema social, reconhecendo-o como um problema, e fizeram dele um campo de saber científico. Ainda que os problemas sociais sempre tenham existido, foi dentro da sociedade capitalista que ficaram mais perceptíveis, pois a cidade tornou-se um espaço aglomerado e centro econômico e político.

Topalov (1999) confirma que o movimento de reforma urbana que iniciou no século XIX não foi um fenômeno isolado, mas vinculado, tanto pelos homens como pelas idéias, a um projeto multiforme de reforma social que se definiu e ampliou na Europa, a partir de 1880. Nessa época, assentaram-se as bases da nova organização do sistema de poder que, ao mesmo tempo, tanto opunham quanto uniam classes dominantes e classes subalternas.

Neste contexto, a sociedade e a cidade tornaram-se objetos de ação racional. Os movimentos de reforma prepararam o surgimento das políticas sociais e urbanas modernas. Rolnik (1988) faz uma abordagem muito interessante a respeito deste período de transição, demonstrando que na cidade escravocrata, que perdurou até 1888, os limites das fronteiras entre os grupos sociais são claros e rigidamente definidos; na vida do senhor de escravo não havia qualquer momento em que não estivesse expressa a relação de dominação.

A abolição da escravatura terminou não só com a dominação como também o senhor se libertou do investimento no escravo para explorar o

trabalhador livre. Mas para isto era preciso constituir o trabalhador livre: fazê-lo existir tanto fisicamente quanto ideologicamente e foi exatamente neste momento que se iniciou a mudança no olhar sobre a cidade, pois a opção pelo "braço livre europeu" significava usar uma mão-de-obra "civilizada".

Os europeus trouxeram consigo hábitos, costumes e comportamentos que influíram no uso deste espaço, isto é, o espaço teve que ser remodelado para consolidar a fixação deste trabalhador na sociedade brasileira.

Pesavento (1990) aponta para o fato de que foi neste contexto que a sociedade capitalista gerou as condições para que a questão social se colocasse como problema e indagação. A principal inquietação era: o que fazer com os pobres desafortunados, principalmente, o que fazer para impedir que a questão social degenerasse em conflito e este em ameaça efetiva para a sociedade.

Perante esta problemática, a questão social, segundo Pesavento, suscitou a elaboração de discursos que descreviam, analisavam e despertavam estratégias de abordagem para atingir resultados satisfatórios.

Estes discursos pressupunham intervenções dos técnicos (o médico, o higienista, o advogado, o engenheiro e o educador) comumente atrelados ao Estado, principal interessado em disciplinar a população pobre urbana nas áreas centrais das cidades. Neste discurso a questão da higiene, da moral, disciplina e renovação como elementos fundamentais, articulando o discurso do médico higienista, o discurso jurídico e criminológico e o discurso técnico e estético.

Herschmann (1994) afirma que o exame da produção do discurso do cientista intelectual, como por exemplo o médico, permitiria o mapeamento de estratégia normalizadora para a construção de um corpo social sadio. Isto era necessário para o Estado, pois, segundo Foucault (1987), a disciplina sobre o corpo era importante, já que a burguesia o via como uma força de produção. Assim o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe dentro do modelo capitalista.

1.2.4 – Discurso sobre a higiene e a disciplina

Chalhoub (1999) afirma que a Higiene é vista como uma ideologia, ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o Brasil ao “verdadeiro”, à “civilização”, implicavam a despolitização da realidade histórica e legitimação das novas decisões quanto às políticas públicas aplicadas no meio urbano.

Deste modo, o sentido do discurso higienista foi de importância não apenas na construção teórica da modernidade como também na ação, na transformação do cotidiano da sociedade urbano-industrial, pois foi por meio deles que se materializavam as “visões de mundo” das diferentes classes.

Percebe-se que nos discursos médicos da época, os inimigos do “corpo social” eram os excessos e desvios, sendo preciso, portanto, disciplinar a sociedade, inculcar valores, destruindo os “vícios” e as “perversões” que tanto ameaçavam os centros urbanos.

Um dos exemplos mais significativos dessa intervenção sanitarista junto à sociedade é o da medicina da Belle Époque que, aliando-se à estratégia de um Estado “modernizador”, esbarrou nos hábitos e costumes da tradição familiar do Império. A este respeito Muricy (1988:14), dando conotação a importância da família na integração do indivíduo na nova sociedade, escreve:

“A integração familiar à ordem urbana foi um dos objetivos mais arduamente perseguidos pela medicina higienista. Neste sentido, elaborou uma política de saúde que cuidava de mudar os hábitos e os valores nocivos da tradição, de estabelecer uma nova ética das relações afetivas que orientasse o comportamento dos indivíduos em todas as circunstâncias da vida privada e social”.

Sevcenko (1995) esclarece que, na linguagem dos cronistas da época (1889-1930), as cidades brasileiras passariam por um processo de “regeneração”, que condenava os hábitos e costumes ligados à sociedade colonial; negava todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade. Esta atitude induzia a uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, a qual será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas burguesas, e com um cosmopolitismo agressivo,

profundamente identificado com a vida parisiense. Desse modo a expressão “regeneração” era por si só esclarecedora do espírito que presidiu esse movimento de destruição da cidade velha, a dissolução da velha sociedade imperial e de montagem da nova estrutura urbana.

Segundo essa visão, a cidade deveria organizar-se de modo a proporcionar a afirmação do igualitarismo e do conagraçamento pela constituição de uma cultura comum, ligada a referências universais de matriz iluminista (Fabris, 2000).

A distância entre a teoria e a prática foi, contudo, grande. A ação normatizadora, que pretendia transformar a capital da República no símbolo de modelo civilizatório, não gerou significativa modificação na estrutura da sociedade, apenas resumiu-se quase em banir das ruas “o espectro da desordem representada por negros, mulatos e pelos cortiços”.

Assim, os discursos e ações realizadas para consolidar o processo de modernidade acabaram ameaçando a identidade cultural das camadas populares, tendo sido impostas normas de comportamento, formas de lazer e exteriorização de crenças religiosas (Borges, 2000).

1.3- A contribuição dos Médicos e Engenheiros ao discurso de normatização da sociedade

O médico teve uma participação destacada na normatização do espaço urbano, nas cidades europeias, desde século XVIII, devido ao seu papel no combate às doenças infecto-contagiosas. A medicina intervinha nos hábitos, nos costumes e na moral dos indivíduos, tendo como alvo principal a população pobre urbana. Tanto para o Estado quanto para a economia capitalista era muito importante um controle sobre esta parcela da população, a separação dos espaços e de como usá-los. Os médicos foram, dentre os especialistas, os primeiros a se organizarem institucionalmente e a construir sua identidade profissional. Eram considerados os primeiros intelectuais da ordem burguesa.

Entretanto, esta normatização proposta pela medicina não se limitou somente à família. Assim, Foucault (1981) explica a “medicalização”, como um conjunto de iniciativas políticas preventivas, educativas, higiênicas e curativas implementadas pelos médicos no final do século XIX e início do século XX. O objetivo deste conjunto de iniciativas era o de normatizar comportamentos e atitudes individuais do doente em relação à doença, evidente ou iminente. Em termos de métodos, muitas vezes a persuasão era substituída pela coerção, muito próxima a uma polícia médica (Rosen, 1980).

No Brasil, o estabelecimento de relações mais sistematizadas entre as técnicas do saber médico e a sociedade desenvolveu-se no decorrer do século XIX (Neves, 2001). Com a Proclamação da República e as alterações legislativas que a ela se seguiram, expressou-se uma transição do perfil liberal de relação entre Estado e sociedade para uma postura crescente intervencionista e reguladora. Assim, coube a estes cientistas portadores de um saber técnico e especializado, através dos seus discursos, a construção das diretrizes básicas da sociedade brasileira (Lopes, 2001).

Estas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que se produziram no País, também se assinalaram no campo da medicina e do saneamento (o que se verificou notadamente na cidade do Rio de Janeiro), fazendo com que o meio urbano fosse investido das práticas do saber médico e estas utilizadas como um dos pontos de constituição do exercício do poder do Estado (Herschmann, 1994).

O médico passou gradativamente a inscrever-se como *cientista social*, incorporando em suas atividades o uso de estatísticas, do conhecimento geográfico e histórico dos locais onde intervir, acumulando um saber empírico e pragmático.

A partir da segunda metade do século XIX, a medicina, a engenharia e outras áreas de conhecimento receberam uma mudança teórico-filosófica – a doutrina positivista comtiana – que permitiu a esses especialistas sentirem-se como responsáveis pela orientação e organização da “nação”, ajustando-se com isso também às demandas de reordenação social que existiam por parte do Estado (Herschmann, 1994).

Instituições como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de influência francesa, e a Faculdade de Medicina da Bahia, de influência alemã e italiana, tornaram-se responsáveis pela formação do saber científico que passaram a ser considerados prioritários na produção dos discursos dos novos intelectuais brasileiros.

A Faculdade de Medicina do Rio tinha uma grande tradição clínica, destacando-se por dois grandes marcos: o primeiro foi o trabalho realizado por Oswaldo Cruz, no controle da epidemia da febre amarela. Já o segundo foi a fundação, em 1901, do primeiro instituto científico reconhecido internacionalmente, o Instituto de Soroterapia de Manguinhos. Assim a produção médica carioca passou a se concentrar sobre duas especializações: a saúde pública e a higiene.

Na Faculdade de Medicina da Bahia seguindo uma orientação lombrosiana, no que se refere à identidade social e criminal, Nina Rodrigues foi o principal defensor e divulgador da medicina legal no País e propôs reformas que atingiam principalmente o modelo jurídico (Neves, 2001).

Em outras palavras, enquanto a tendência entre os médicos cariocas era combater principalmente as doenças (epidemias) e os “maus hábitos” cotidianos da população, a tendência entre os médicos baianos era concentrar-se sobre o doente e as características transmissíveis de forma hereditária (aspecto bacteriológico).

O discurso produzido em ambos centros clamava tanto por maior autonomia das instituições médicas quanto por uma diversificação e penetração desse campo do saber junto a outros. Segundo Herschmann (1994) o objetivo deste desdobramento da medicina em várias especializações era normatizar, secularizar os costumes e constituir uma sociedade higiênica e civilizada.

Para Costa (1999), a questão da salubridade levantada pela medicina ligou-se, de imediato, ao interesse do País, porque era importante para o Estado republicano a constituição de uma mão-de-obra disciplinada. Mas a higienização das cidades, estratégia do Estado moderno, esbarrava freqüentemente nos hábitos e condutas, principalmente da população pobre urbana, por isto a reconversão das famílias pela higiene tornou-se uma tarefa urgente dos médicos.

A tarefa dos higienistas era de converter a população à nova ordem urbana. Esta ordem era estranha ao antigo modo de viver colonial que, a todo o momento, a repelia e procurava deter seu progresso. A nova ordem, contudo, precisava ser aceita, pois dela dependia a prosperidade das elites e o progresso do Estado. A ingerência médica nas famílias tinha, assim, o objetivo de tornar comportamentos considerados como estranho em algo familiar. Ocorrendo esta assimilação, os médicos estariam dando uma grande ajuda ao Estado no que se refere ao controle social.

Hochmann (1993) afirma que, no Brasil, o aumento da capacidade intervencionista no campo da saúde foi-se convertendo em um poder despótico. O regulamento determinava, por exemplo, que as pessoas que não quisessem aceitar as medidas constantes nos artigos sobre o isolamento, a desinfecção de domicílio e a vacinação em caso de varíola seriam “recolhidas a um edifício apropriado” e também a autoridade sanitária poderia, ainda, recorrer à autoridade policial se, em 24 horas, não fosse permitida a visita ao domicílio.

Neves (1912), ressalta que muitas medidas médicas sanitárias, que dizem respeito aos melhoramentos de higiene das cidades, seriam impossíveis sem o engenheiro. Os processos médicos de saneamento são sempre combinados com o da engenharia, ambos têm um campo comum de trabalho no aperfeiçoamento das condições higiênicas.

Na trilha dessa renovação intelectual também destacamos o papel dos engenheiros, que no projeto moderno para o Brasil, constituíram um grupo atuante na remodelação do espaço urbano, tanto na infra-estrutura quanto na sua estrutura ocupacional, já alterado de forma substancial com a nova composição demográfica da cidade, pelo aumento populacional e pela presença de imigrantes.

O engenheiro civil na virada do século XIX para o século XX era, um profissional com uma formação abrangente. Atuava em áreas diversificadas da engenharia mantendo quase sempre uma grande atualidade com o desenvolvimento tecnológico e científico dos principais centros europeus e norte-americanos.

A Escola Politécnica do Rio de Janeiro era dotada das idéias positivistas e republicanas, embora tal escola tivesse sua origem na Academia Real Militar,

criada por Dom João VI em 1810 e denominada, a partir de 1839, Escola Militar. Em 1874 transforma-se em Escola Politécnica, separando-se os cursos de Engenharia Civil e de Engenharia Militar, bem como as atribuições profissionais desses dois tipos de engenheiros. (Andrade, 1994).

Nesse primeiro momento, couberam ao engenheiro civil todas as obras que não fossem de natureza estritamente militar, o que por sua vez, segundo Andrade (1994), implicava um amplo leque de projetos, de ferrovias e portos a obras de saneamento, reformas ou criação de cidades e melhoramentos.

Segundo Kropf (1994), a incorporação do ideário positivista pelos engenheiros politécnicos não deve ser compreendida, entretanto, como algo estrito às preocupações acadêmicas do ensino científico.

Carvalho (1994) observa que a ação dos engenheiros, assim como dos médicos, sanitaristas e literatos, articula-se a partir da percepção da inexistência de uma elite política capaz de tomar a direção do processo modernizador. Além disso, Fabris (2000:43) destaca o fato de que a sociedade não tinha condições de produzir por si uma alternativa “regeneradora” cabendo aos engenheiros pôr fim ao atraso colonial e tornar-se o símbolo de uma nova ética *“as que subordinaram sua concepção da História, afirmando-a, a partir, como uma doutrina fundada sobre o binômio “civilização/progresso”*.

Considerados “especialistas em olhar competente”, aos engenheiros foram atribuídas as tarefas de sistematizar o próprio trabalho de observação científica nos relatórios, que eram as bases para as reformas necessárias (Fabris,2000). Mas, além disto, cabia-lhes também a tarefa de incorporar as populações marginais ao trabalho e à vida pública pela padronização do espaço. A maneira de morar seria vista como um fator preponderante na reeducação deste segmento social. Revolucionando as esferas pública e privada da vida cotidiana, anunciando a implantação do urbanismo moderno no Brasil e as reformas urbanas da República Velha, foram realizadas, sobretudo, por engenheiros.

Dentre estes profissionais, destacou-se o engenheiro sanitarista Saturnino Rodrigues de Brito. Os seus trabalhos eram respaldados pelo sentido de racionalidade técnica e econômica. Observa-se, também, a influência de Camillo Sitte, no que se refere ao traçado das vias, ao repúdio ao crescimento planejado

das cidades e na valorização da formalidade do traçado em consideração à estética e à higiene.

O motivo que levou Saturnino de Brito a desenvolver estudos e projetos de saneamento e melhoramento para as cidades brasileiras foi a preocupação com *“as condições ambientais que propiciavam a ocorrência de surtos epidêmicos, com efeitos nefastos sobre a economia, a população, e também, sobre os valores morais dos moradores”*. Esta característica observa-se em qualquer um dos seus livros, nos quais expõe suas idéias sobre saneamento, problemas de abastecimento de água, redes de esgotos, habitação proletária etc (Souza & Damásio, 1998).

Brito vê e analisa a cidade, interpretando os problemas urbanos e apontando soluções planejando o espaço de acordo com as futuras expansões. Usava com freqüência nos projetos, a expressão “Política da Ordem e do Progresso” iluminadora, saneadora e vivificadora das cidades, mas enfatizava que para isto se realizar era muito importante a relação entre “integridade higiênica e moral”, indicando a primazia da higiene doméstica sobre todos os fatores da salubridade das cidades (Andrade, 1994). Percebe-se que Brito tinha uma preocupação com a educação da população urbana, como também com as ações administrativas dos governantes.

De acordo com seu pensamento, as ações deveriam estar voltadas para a aquisição de hábitos saudáveis, tais como o asseio com o corpo e a casa, que contribuiriam para a construção e manutenção de uma cidade salubre, encaminhada para o progresso.

Com relação às avenidas, Saturnino remete à obra de Sitte dizendo: *“que não se pode condenar em absoluto as avenidas; mas não acha estéticas as longas avenidas, muito longas, com árvores de um lado ao outro”*. Pelo que se lê refere-se aos boulevares de quilômetros de extensão.

É interessante ressaltar o fato de que Brito quando elaborava os planos para as cidades, mesmo sendo um discípulo de Sitte nos princípios estéticos, seguia algumas influências de Haussmann, por exemplo, quando abordava a questão das avenidas. Segundo Souza & Damásio (1998), Saturnino de Brito

inseriu-se perfeitamente no discurso de sua época apresentando a questão da urbanização como sinônimo de higienização e embelezamento.

Mas, para Brito, para salubridade do espaço ser completa não bastava apenas melhorar a infra-estrutura e abrir grandes avenidas, os boulevares. Havia a grande necessidade de transformar as casas insalubres em habitações que garantissem a higienização física e moral da sociedade. Não adiantava ter o espaço público saneado, limpo, mantendo-se o espaço privado defeituoso e imundo.

Já que o principal alvo era acabar com a moradia da população pobre retirando-a da área central da cidade, o engenheiro sanitарista propunha um programa de habitação popular, modesto e eficaz, que deveria contar com o auxílio dos governos por meio de verbas, as quais considerava que até então eram destinadas a medidas paliativas e importação de imigrantes que vinham agravar a precária situação sanitária da cidade.

Para que fosse possível resolver o problema de moradia da população pobre urbana, Brito achava que se deveria criar, dentro dos padrões da higiene, vários quarteirões de edificações na área periférica das cidades, o que tornaria possível construções menos compactas e que exigiria a implementação de transporte coletivo rápido e econômico. Enfim, para Brito, as casas independentes estariam formando o lar operário, e estabelecendo os alojamentos independentes estaria favorecido o inquilinato operário, tornado barato e higiênico.

O projeto* elaborado por Brito para Campos dos Goytacazes e concluído no final de 1902, sendo apresentado ao presidente da Câmara Municipal, o médico Benedito Pereira Nunes, em 1903, no formato de livro, intitulado *Saneamento de Campos*. Este é considerado uma obra completa, que inaugura uma nova leitura sobre a cidade, como organismo em crescimento e como meio em relação ao qual o engenheiro deverá intervir, redefinindo suas condições de salubridade.

*Ver no anexo I foto da planta do Projeto de Saneamento de Campos elaborado pelo engenheiro sanitарista Saturnino de Brito em 1903.

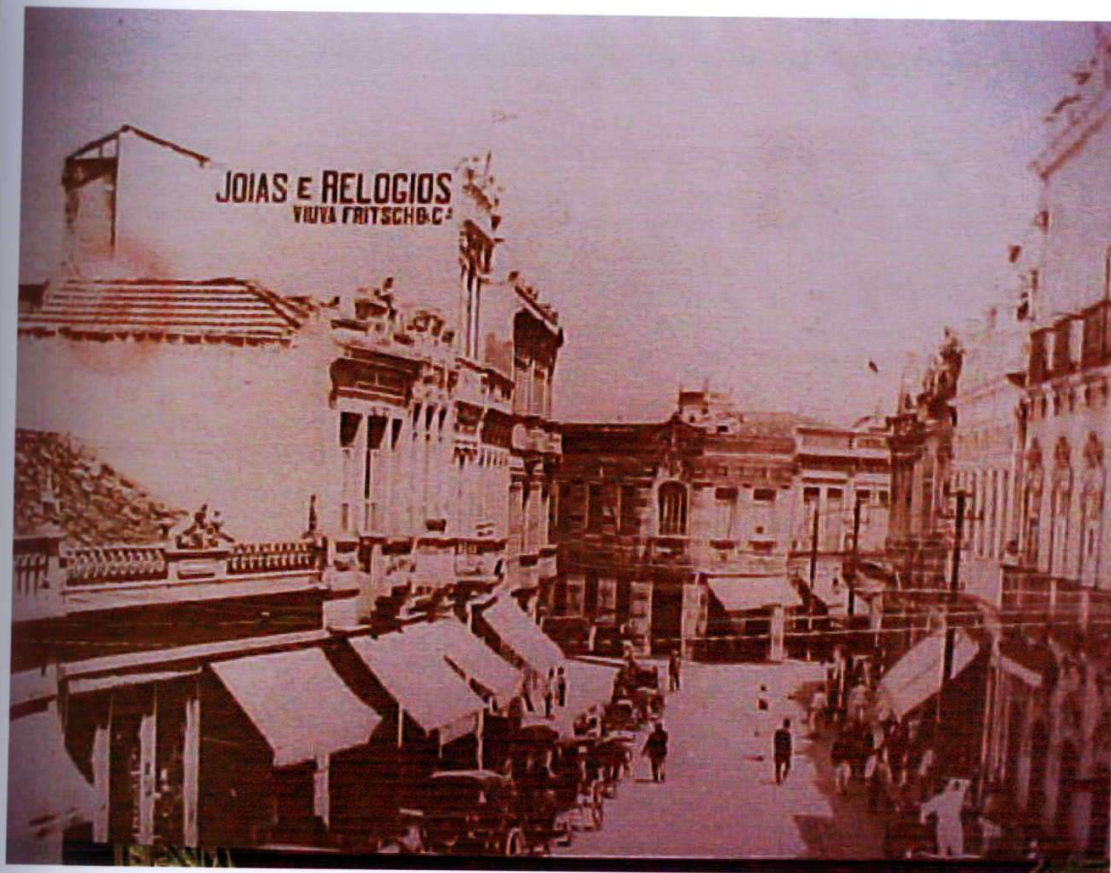


Fig. 11 – O Boulevard da Imprensa, ao fundo o Café Hight Life freqüentado pelos políticos e intelectuais da cidade, em 1916 (foto do arq. Da FCJOL)

CAPÍTULO II



A Aurora – Letras – Artes – Ciências

“Nas sociedades contemporâneas, o registro escrito dos fatos sociais de ocorrência diária realiza-se por meios diversos como jornais, revistas, diários, livros de memórias, obras científicas e técnicas. Nestes diferentes meios o homem utiliza a escrita para registrar desde suas experiências mais íntimas até os conhecimentos científicos (Richardson, 1999).”

2.1 – A Palavra Revista

O dicionário *Le Robert*, informa que a palavra revista é derivada da palavra inglesa *review*, e apareceu em 1705. Hoje o termo é mais divulgado no sentido de publicação, definindo-se como publicação periódica mais ou menos especializada, geralmente mensal, que contém ensaios, contos, artigos científicos etc (Martins, 2001).

Nos dicionários de língua portuguesa, a gênese da palavra revista é situada no final do século XIX, quando assume o *status* de publicação, mencionada sob a seguinte definição: *“título de certas publicações periódicas, em que são divulgados artigos originais de crítica ou análise de determinados assuntos”* (Freire, 1943).

Hoje, o dicionário *Aurélio* (1984), deixando em segundo plano a tradicional definição de revista atrelada à conjugação do verbo *“revistar”*, prioriza seu entendimento como publicação, confirmando a origem inglesa *review*:

[...] publicação periódica, em que se divulgam artigos originais, reportagens etc., sobre vários temas, ou ainda, em que se divulgam, condensados, trabalhos sobre assuntos variados já aparecidos em livros e noutras publicações.

As definições da palavra revista, descritas acima, afirmam o caráter fragmentado e periódico como um traço recorrente e imutável, não importando as variações geográficas e temporais onde o gênero floresceu.

O objetivo da revista está atrelado ao tempo e as condicionantes históricas que variam ao longo do tempo. A circulação e veiculação de idéias estão ligadas ao próprio contexto de sua existência e ao seu tempo cultural revelando a variedade de seus propósitos.

2.2- *Da Infância à Aurora*

A revista *A Aurora – Letras – Artes – Ciências* foi criada em 06 de maio de 1885 por Theóphilo Guimarães* e Alexandre Gusmão, dois jovens estudantes do Liceu de Humanidades de Campos¹³, justamente no momento em que a cidade de Campos dos Goytacazes, assim como as demais cidades brasileiras, passavam por importantes transformações de ordem política, social, econômica e urbana, a favor do ideário de construção do Brasil moderno.

Na história de *A Aurora* existem vários momentos marcantes. O primeiro, entre 1885/1891, quando a revista, ainda folhetim, circulava aos domingos, mas não havia periodicidade nas publicações. O escritório e a tipografia localizavam-se na rua Formosa 19, no centro da cidade.

No ano de 1885 foram publicados 13 números manuscritos, que continham quatro páginas, em formato 22 x 15, cujo título foi *A Infância*. Em 1886, devido a um boato sobre a existência desse título, os proprietários resolveram muda-lo

¹³O Liceu de Humanidades, criado, em 1880, como escola de instrução secundária. Sua inauguração foi em 13/01/1884, as aulas foram iniciadas em 4/3/1884. Estudar no Liceu era uma marca de distinção social para a sociedade campista, pois nele estudavam intelectuais, médicos, juristas, políticos, engenheiros como Nilo Peçanha, Alberto Sampaio, Azevedo Cruz etc., considerados como grandes vultos não só para Campos, como também em outros centros.

*Ver foto anexo II – Theóphilo Guimarães.

para *A Aurora – Jornal Litterário – Poético e Noticioso*, e sua numeração seguiu a ordem dos números anteriores.

Neste início a produção da *A Aurora* era muito artesanal. Segundo relato do próprio Theóphilo Guimarães, no livro *Subsídios para a História do Jornalismo em Campos*, o folhetim era manuscrito a bico de pena e a impressão era numa prensa de caixa de fósforos, confeccionada por ele e Alexandre Gusmão. Os valores praticados para venda eram: na cidade 400\$00; para fora da cidade 500\$00 réis e número avulso 100\$00 réis. Mas em 15 de abril de 1886, saiu o primeiro número impresso, e sua tiragem aumentou para 20 exemplares.

Em 1887, quando *A Aurora* ainda era um folhetim, percebia-se entre os proprietários e os poucos articulistas uma preocupação com o tipo de produção jornalística que estava sendo praticada em Campos, tanto que em um dos exemplares há um texto em que Theóphilo fazia um alerta à imprensa campista a respeito da qualidade da produção jornalística.

“Em Campos hoje todos querem ser jornalistas, embora forçando a natureza. Si assim não fora, como explicar essa multidão de jornais que actualmente existem em Campos ? Não negamos que o jornalismo seja um progresso, pois seria absurdo, o que nós não aceitamos sam estaes senhores litterátos e poetas que, talhados para a lavoura agarrão na penna e vam escrevinhando o que a ôca cachôla lhes diz. Queremos um jornalismo bem ellaborado, agradável e ao mesmo tempo útil: qualidades estas bem difficeis de se encontara nos jornaes que actualmente circulam pela cidade; referimo-nos especialmente aos jornaes litteratos, a esses que nascem hoje, para logo morrerem. E´ melhor haver menos jornaes e mais correcta e agradável litteratura.” (A Aurora – Jornal litterário, Anno 3 – Campos 29/5/1887 nr. 21)

Quando o folhetim completou seu terceiro ano (1887), houve a estréia de colaboradores literatos, advogados, políticos, médicos, pessoas consideradas de destaque na sociedade campista. Entre estes colaboradores encontravam-se: Gregório Ribeiro (poeta e romancista); José Moll (formado em Direito, era interessado nas questões sociais e políticas, dominava também a literatura e publicou várias crônicas e folhetins); Tancredo Lobo (campista, ex-liceísta¹⁴,

¹⁴ Ex-liceísta são os alunos que já estudam no Liceu de Humanidades de Campos. Essa denominação é usada ainda na atualidade.

tipógrafo, durante sua permanência no periódico, foi revisor, redator e administrador); Manoel da Costa Gomes (campista, ex-liceísta, formado em medicina na Universidade de Philadelphia); Nobertino Guimarães (jornalista, grande cronista nesta primeira fase da *Aurora*).

Em 1888 o formato foi alterado para 32 x 22, indo com este formato até o número 17. Sua tiragem aumentou para 100 exemplares neste mesmo ano, publicando-se, pela primeira vez trinta e um números consecutivos (Múcio da Paixão, 1924).

Já no ano de 1889 foram publicados apenas 11 números de *A Aurora*. Em 1º de Maio de 1890, Theóphilo Guimarães era o único proprietário, a publicação do folhetim estava muito irregular, mas mesmo assim Theóphilo juntamente com alguns colaboradores reapareceu com grandes planos. Além da publicação do folhetim, organizaram uma biblioteca, adquiriram móveis, mas segundo o próprio relato de Theóphilo (1917:56) no seu livro "*Subsídio para a História do Jornalismo em Campos*" esta nova fase estava com os dias contados: "a edição do folhetim manteve-se até 28/08/1891, à custa de muitos esforços do seu redator chefe e do apoio que o público lhe prestava, tendo sua publicação suspensa, por "poderosos motivos". Isto não significou que *A Aurora* seria totalmente apagada do mundo da imprensa campista.

É importante ressaltar que durante este período em que a publicação de *A Aurora – Jornal – Litterário – Poético e Noticioso* encontrava-se suspensa, Theóphilo continuou a escrever, mas também ingressou no quadro de funcionários efetivos da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes. Consta em Ata da 1ª Assembléia de janeiro de 1898 sua nomeação para o cargo de secretário. Isto vem revelar dados importantes para entendermos o retorno triunfal da *A Aurora* em 1900, pois observa com nitidez a relação de Theóphilo com a elite política e intelectual.

Esta foi a maneira que Theóphilo encontrou para conseguir mais adeptos para o retorno ao mundo da imprensa campista. Por outro lado, era interessante para os higienistas terem um espaço sério na imprensa campista para divulgar o ideário da modernidade e, conseqüentemente, a cidade desejada por este segmento e também pela burguesia.

Assim, em 1900 *A Aurora* retorna como revista, tendo o escritório e redação na rua 13 de maio, número 49 e a oficina na rua do Conselho, número 52, onde também era editado o jornal *O Monitor Campista*. Salema Araújo*, jornalista carioca, radicado em Campos e então diretor da revista fez a seguinte abordagem sobre o retorno de *A Aurora* “*após muito trabalho, ella reapareceu em 1900, revestida de um aprimorado gosto e contendo um talentoso grupo de colaboradores.*”(01/01/1901 – pág.30, n.01). Reiniciou com o título, *A Aurora – Letras – Artes – Ciências*. Theophilo Guimarães continuava sendo o proprietário.

A existência do jornal ou da revista no início do século XX, segundo Martins (2001) dependia, fundamentalmente, da assinatura. No caso da revista, contudo, havia a alternativa de venda em locais físicos ou pontos geográficos da cidade; de mão em mão ou propagada de boca em boca. Martins registra que a revista circulava, especialmente, entre amigos e grupos afins daqueles que a publicavam.

O número de assinaturas manteve-se estável com o preço estabelecido em: 12\$000 a anuidade, 6\$000 a trimestral, 3\$000 a semestral e 1\$000 a mensal. O valor das assinaturas não era caro, de acordo com seu público alvo e isto fica demonstrado pelos locais estratégicos para aquisição da revista, além da própria redação onde adquiri-la ou assiná-la.

No caso da revista *A Aurora*, pelo que pude observar no levantamento feito durante a pesquisa, além das assinaturas, a revista circulava não só entre amigos e grupos afins, como também era distribuída em pontos comerciais estratégicos, especialmente em locais de intensificação da vida urbana como cafés, hotéis, a estação ferroviária, teatros, charutarias e nas poucas livrarias da cidade, além do seu próprio escritório.

Em 1905, houve mudança no endereço da *A Aurora* que acabou indo para uma sede própria, instalada no Boulevard da Imprensa, com escritório, redação e oficina, bem na área central, onde se localizavam os principais cafés, redações de jornais, os teatros e etc. Acreditamos que esta mudança demonstrou o crescimento de leitores da revista e também o prestígio que tinha na sociedade campista.

* Anexo II foto do primeiro secretário da revista *A Aurora*

A *Lanterna*¹⁵, em 1905, nos meses de junho e julho publicou exemplares sobre a cidade de Campos dos Goytacazes, contendo várias informações sobre a riqueza econômica e cultural. A coluna intitulada “*Campos julgada por Campos*” elogiava a revista *A Aurora* devido a valorização ao mundo das letras.

Em 1906 a revista editou o seu primeiro número Almanaque, composto de 100 páginas. A realização deste trabalho bastante detalhado sobre a cidade e o município, elaborado pela equipe da revista, foi de tal importância que para este exemplar foi usado um papel de 30 quilos e poroso que, segundo Múcio da Paixão (1924) visava uma melhoria na qualidade da impressão. Estes detalhes demonstram a representação deste Almanaque para os editores bem como para a sociedade campista.

O Almanaque trazia todas as informações sobre o município, como o número de indústrias, lavouras, além de uma segura descrição da sua superfície, rios e afluentes, lagoas, estradas de rodagem e ferrovias. Na parte relativa às usinas de açúcar foram apresentados todos os dados considerados indispensáveis sobre localização e produção. A respeito dos dados referentes à cidade, a revista continha a nomenclatura de ruas, praças, becos e travessas; densidade da população; relação detalhada de todas as casas comerciais, das repartições públicas, teatros, igrejas; associações comerciais, operárias, instituição de ensino, escritórios de profissionais liberais e também os meios de transportes urbanos com seus respectivos horários.

A passagem da fase folhetim (1885/1891) para a fase revista (1900/1917) não se deu apenas pela mudança de título, mas pela mudança de formato que passou para 27cm x 19cm, de paginação que variava em torno de 30 a 40 páginas, com numeração seqüenciada. A tabela abaixo indica a periodicidade da revista, apontando os números em torno de cinquenta edições/ano.

¹⁵ *A Lanterna*, revista publicada a partir de 1900, na cidade do Rio de Janeiro, era uma revista quinzenal, voltada para as letras, actualidades e sports. O escritório e a redação estabelecido na rua da Assembléia 75, tendo como diretor Júlio Pampeu, redator literário Leopoldo Brígido e redator esportivo Mivhelet de Oliveira.

Tabela 1: Segundo ano de publicação, números das edições anuais e paginação.

<i>Anos</i>	<i>Edições</i>	<i>Paginação</i>
1900 – Anno VIII*	Nº 1 até o nº 33	01 - 264
1901 – Anno IXI	Nº 1 até o nº 49	01 - 406
1902 – Anno X	Nº 1 até o nº 50	01 - 436
1903 – Anno XI	Nº 1 até o nº 52	01 - 428
1904 – Anno XII	Nº 1 até o nº 49	01 - 406
1905 – Anno XIII	Nº 2 até o nº 46	01 - 481
1906 – Anno XIV	Nº 1 até o nº 47	01 - 456
1907 – Anno XV	Nº 1 até o nº 40	01 - 228
1908 – Anno XVI	Nº 1 até o nº 22	Sem numeração**
1909 – Anno XVII	Nº 1 até o nº 26	Sem numeração
1910 – Anno XVIII	Nº 1 até o nº 5	Sem numeração
1917 – Anno X	Nº 1 até 03	01 - 92

*Este ano é considerado pelo proprietário da revista com o oitavo ano de publicação, pois sua contagem refere-se ao ano de 1885 (1ºano) da Aurora e 1891 (7ºano). Retornando em Maio de 1900 seu 8º ano de publicação.

**A partir deste ano as páginas não eram numeradas, retornando a numeração em 1917.

O espaço veiculador de “irradiação de idéias” e a extensão dos artigos, principalmente os de cunho higienista, eram um traço marcante na produção de *A Aurora*, a partir de 1900. Outro dado importante sobre a revista é o fato de que alguns articulistas como, por exemplo, o médico Ramiro Braga, que assinava periodicamente a seção intitulada *Palestras Médicas* (1900/1905), ocupava o cargo de delegado da Comissão de Higiene da Câmara, no período de 1901/1902.

O elenco de colaboradores confere-lhe alta qualidade literária, lembrando que em suas páginas expressavam-se os melhores contos e poemas da produção literária campista. Estes aspectos singularizavam a publicação, demonstrando que os discursos proferidos pelos seus articulistas estavam voltados para os interesses de determinado segmento social.

Tabela 2 – Os principais articulistas da A Aurora-Lettras-Artes-Sciencias

<i>NOME</i>	<i>FAMÍLIA E FORMAÇÃO</i>	<i>TRAJETÓRIA PROFISSIONAL</i>
Theóphilo Guimarães	Campista, nasceu em 11/6/1872, ex-liceísta, apaixonado da literatura, desde cedo dividiu os estudos com o trabalho. Chegou a ser considerado um autodidata	Trabalhou em cartórios, no jornal <i>A Gazeta do Distrito</i> . Em 1885 fundou <i>A Aurora</i> . Autor de vários romances como: <i>Serterneja</i> , um livro de versos <i>Agridoce</i> ; <i>Rimas da Sorte</i> ; o livro <i>Sapatos Trocados</i> , o conto intitulado <i>Da Sombra</i> . Foi membro da Academia Fluminense de Letras.
Ramiro Braga	Campista, médico, ex-liceísta, cursou medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Em 1901/1902 ocupou o cargo de delegado da Comissão de Higiene da Câmara Municipal de Campos.	Articulista da revista <i>A Aurora</i> , responsável pela coluna <i>Palestras Médicas</i> onde questionava os problemas das epidemias; do alcoolismo, a Tuberculose e os problemas de comportamento no espaço privado e público.
Lima Thompson	Era do município de Cantagalo, tendo vindo para Campos em 1898, quando foi nomeado para o cargo de promotor público.	Articulista da revista <i>A Aurora</i> responsável pelas colunas <i>A Vadiagem</i> , <i>Pela Infância</i> , <i>O Alcoolismo</i> ; <i>Colônias Correccionaes</i> , <i>Attentados ao Pudor</i> e outros. Demonstrava suas idéias ao leitor no que cocernia aos problemas sociais da cidade de Campos.
Sylvio Fontoura	Filho de José Alfredo Carneiro Fontoura, português, nascido no Porto e Amélia Celestino Bastos Fontora, nascida em São Conçalo (Goytacazes) –Município de Campos. Fontoura, campista, dentista, ex-liceísta, era formado em odontologia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e também em Direito.	Além de exercer suas funções, tornou-se um célebre jornalista. Escreveu para os jornais <i>O Republicano</i> ; <i>A Gazeta do Povo</i> ; <i>O Monitor Campista</i> diretor do jornal <i>A Tribuna</i> , escreveu para <i>A Aurora</i> . Em 1916 junto com Sílvio Tavares, Júlio Nogueira, Flávio Tavares e Thiers Cardoso, fundou o jornal <i>A Notícia</i> . Em 1940 dirigiu <i>A Gazeta</i>
José Rodrigues Leite Jr.	Engenheiro civil carioca, formado pela escola Politécnica do Rio de Janeiro, radicado em Campos. Era engenheiro da Câmara Municipal de Campos	Escreveu várias colunas para <i>A Aurora</i> , como: <i>Interesse e Melhoramentos Locaes</i> ; <i>praça de Mercado</i> .
Múcio da Paixão	Filho de Manuel Moreira Soares, português, neto de Guimarães, e Adelaide Rita da Silva Soares, neta dos índios goitacá. Campista, nasceu em 15/4/1870, ex-liceísta, professor, literato, jornalista, poeta, crítico de teatro.	Escreveu várias poesias, como “Lírio e Rosas”. Em 1893/94 foi redator do jornal <i>A Gazeta do Povo</i> , a partir de 1900 escreveu exclusivamente para <i>A Aurora</i> . Foi presidente do Centro Fluminense de Imprensa, foi membro da academia Fluminense de Letras.
Thiers Cardoso	Filho do Tenente Coronel Antonio R. Cardoso e Teresa de Almeida Pessanha Barbosa Cardoso. Campista, nasceu em 5/3/1880.	Cursou odontologia. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi também jornalista. Cardoso escrevia para o <i>Jornal do Comércio</i> a coluna político-social, mas também publicou artigos na revista <i>A Aurora</i> . Em 1916 com seu amigo Sylvio Fontoura, fundou o <i>jornal A Notícia</i> . Cardoso foi vereador em Campos. Após formar-se também em direito, chegou a ocupar um cargo no governo federal, durante a gestão do presidente Washington Luís.

Além dos colaboradores* sediados em Campos, a “*A Aurora*” contava com a contribuição de articulistas de outras cidades, principalmente do Rio de Janeiro,

* Anexo II: fotos de alguns articulistas campista que publicavam seus artigos na *A Aurora*.

com Eça de Queiroz, Luiz Pistarini, Humberto Corrêa, Miguel Monteiro, Jayme Guimarães e outros.

Dentre os autores consagrados que publicavam seus artigos na revista, destacamos a carioca Júlia Lopes de Almeida, o que era um fato muito raro, pois o espaço literário geralmente era freqüentado por homens. Afinal, mulheres não transitavam nos cafés literários, que era uma esfera privada do hábito dos salões, e tampouco freqüentavam as redações. Segundo Martins (2001) Almeida escrevia seus poemas e artigos dentro do seu quarto, quando foi surpreendida pelo seu pai, que a induziu posteriormente a começar publicar seus escritos no jornal *O Estado de São Paulo*. Após este fato, Almeida passou a publicar como colaboradora em vários jornais e revistas cariocas e paulistas e também colaborava na revista *A Aurora – Letras – Artes – Ciência* com suas colunas a respeito do papel da mulher na sociedade e outros.

É interessante observar que, no interior da revista, alguns aspectos demandam consideração: o Sumário, os gêneros literários adotados e as seções com assuntos variados como os artigos higienistas, artigos sobre a política nacional e internacional, o mundo comercial e financeiro. Estas instâncias eram aparentemente distintas, mas conjugavam na seqüência da publicação.

Martins (2001) ressalta o aspecto literário das revistas, no decorrer do século XX, dizendo que este passou alternar com as seções em função do público, das estratégias de vendas e das exigências do mundo moderno.

Na *Aurora* houve mudança no layout com fotografias da cidade e de pessoas de destaque na sociedade campista.

A partir de 1907 aparecem algumas propagandas de casas comerciais e de entretenimento da cidade. Os desenhos das sucessivas capas* expressavam sempre um perfil de mulher de traços e cabelos longos. Tal imagem nos remete à figura de “La Marianne” – que, como se sabe, foi escolhida, na França, para simbolizar a República. Martins (2001) relata que nesta época o modelo do periodismo francês foi muito expressivo, tendo sido um instrumento decisivo para a divulgação de hábitos e produtos em voga no mercado. Várias destas capas foram assinadas por Raul Pederneiras, um cartunista carioca que fazia incursões

* Ver no anexo II as capas da revista que seguia os modelos das capas francesas.

no meio de comunicação campista no início do século XX. As cores geralmente usadas pelos cartunistas eram verde oliva ou azul, indicando um forte nacionalismo. Ao fundo, como não poderia deixar de ser, aparecia o sol nascente, a aurora, simbolizando o amanhecer de um novo tempo.

Os artigos de *A Aurora* centravam-se na higiene do espaço físico e corporal, na família, no lar, nos hábitos viciosos e na integridade dos indivíduos. Notamos que estas questões estavam no cerne do projeto de modernização pretendido para o Brasil, naquele momento, transformadas em pontos fundamentais para a consolidação da modernidade em Campos. Em 1917, seus diretores resolveram alcançar o espaço literário da cidade do Rio de Janeiro, instalando sua tipografia na rua S. Pedro, 213, próximo à Avenida Passos. Segundo Guimarães (1927) a publicação da revista em solo carioca durou apenas um ano, tendo sido publicados 21 números, com um total de 460 páginas. Este período, apesar de curto, propiciou aos diretores de *A Aurora* acompanhar de perto as discussões existentes no mundo intelectual da capital a respeito da pretendida modernidade. De toda maneira, a revista veiculou os acontecimentos culturais, políticos, sociais e econômicos de Campos dos Goytacazes na sociedade carioca.

2.1.1 – A festa de A Aurora: um evento cultural na cidade

As comemorações dos aniversários da *A Aurora* sempre foram muito prestigiadas pela sociedade e pela imprensa local. A própria revista, com um mês de antecedência, anunciava toda a programação cultural, social, sempre valorizando todo tipo de produção local.

Entre os convidados destacava-se a presença de vários intelectuais, artistas plásticos, literatos campistas e de outras localidades, além de bandas de música para enriquecer a festa. Destes fatos percebe-se que as festas eram um grande evento cultural, com o intuito de veicular a imagem de uma cidade progressista, moderna, para outras regiões.

A festa comemorativa dos 10 anos (1885/1891 e 1900/1902) de existência da *Aurora*, em 6 de maio de 1902, foi um grande acontecimento no mundo

literário e da imprensa campista. Theóphilo Guimarães e seus colaboradores prepararam uma semana intensa e variada com exposições artísticas, na sede da Associação Comercial de Campos. As exposições foram: fotográfica; pintura a óleo, modelagem de gesso; exposições de artigos industriais (tecidos, peças de fundições, artigos de couro, recortes de madeiras). Houve também palestras ministradas por médicos, juristas e engenheiros sobre a problemática urbana, falava-se dos avanços da medicina no combate às doenças, da necessidade da ação do poder público e privado na resolução dos problemas sociais urbanos.

Na parte cultural houve a apresentação de recitais e peças teatrais. Já na parte social uma coleta de dinheiro entre os comerciantes, industriais, profissionais liberais cujo montante arrecado foi distribuído entre os pobres urbanos no dia 6/5/1902, na parte da manhã, em frente da redação da revista.

Nesta mesma ocasião *A Aurora* foi homenageada pela imprensa campista, pela Academia de Letras, pela Associação do Comércio, pelos industriais, enfim por todos os segmentos da sociedade campista.

No início de 1905, em uma das edições, a revista anunciava para seus leitores que seria inaugurada a nova instalação da redação e oficinas no movimentado Boulevard do Comércio (atualmente o Boulevard Francisco Paula Carneiro), no prédio 49, que também abrigaria a biblioteca aberta ao público. Este mesmo exemplar noticiava a publicação do Almanaque para o ano de 1906.

Finalmente, na edição comemorativa do aniversário, em 1907*, a revista apresentou outra novidade que foi a propaganda das principais casas comerciais e de entretenimento da cidade. A importância deste fato foi relatada pelo jornal *O Monitor* em 1968, durante nove semanas seguidas a partir do mês de maio, publicando uma crônica semanal, escrita por Rogério Gomes de Souza (operário da linha de produção de açúcar), sobre a importância da revista, considerando *A Aurora* um marco da produção literária e destacando a importância de seu papel na construção da sociedade moderna campista.

“Entre as muitas publicações efêmeras que tem surgido em Campos, com o propósito de incentivar e cuidar das letras, a única a que mais resistiu a ação devastadora do tempo foi “A Aurora”, revista de Theóphilo Guimarães.(...) A influência exercida pela revista na imprensa campista é um fato honroso para

* Anexo II foto de uma das primeiras propagandas comerciais publicadas na revista *A Aurora*.

nossas letras. Theóphilo fez vender uma revista exclusivamente de letras numa época em que a vantagem do anúncio era importante para a manutenção de uma revista.(...) esse semanário amparado desde os primórdios passos a um berço vazio, vencendo as maiores dificuldades conseguiu sobreviver, conquistando o conceito da melhor folha no gênero que se tem editado em Campos.” (Rogério Gomes de Souza, O Monitor Campista, 1º/05/1968,p. 4)

2.2 - O ambiente cultural onde era produzida A Aurora

O início do século XX foi um momento de efervescência cultural em que pudemos observar uma significativa produção intelectual na cidade. Faria (1998) ressalta o impacto dos intelectuais, produtores e agentes da nova configuração social e política, na abolição da escravatura, na instauração da República, na expansão da produção industrial e agrícola e nas reformas urbanas.

Estes intelectuais faziam parte dos novos grupos sociais que emergiram em Campos, no fim do século XIX, os quais Faria (1998) definiu como “notáveis” – quando analisando os grupos sociais urbanos em ascensão em oposição à classe dos senhores de terra. Segundo Faria, estes grupos foram responsáveis pela instituição de novas formas e novos espaços de sociabilidade, como os círculos literários, sociedades beneficentes e associações profissionais.

Captar a ambiência sócio-político-cultural da cidade é fundamental para entendermos a dinâmica da articulação dos vários grupos intelectuais, reunidos em lugares de sociabilidade, por eles legitimados para o debate e a propagação de idéias, indissociáveis das formas de intervenção na sociedade (Gomes,1999).

Nesse sentido, destacamos a vida cultural de Campos, que era intensa e desenvolvia-se no conhecido Boulevard da Imprensa, onde estavam estabelecidos os teatros Orion (1913) e Trianon (1921). Variados cafés surgem na cidade, como o *Tamberlick*, o *Café Clube* e o *Americano Clube*. No *Tamberlick* reuniam-se os intelectuais da época: Azeredo Cruz, Thephilo Guimarães, Múcio da Paixão, Tancredo Lobo, Mário Fontoura, Sylvio Fontoura, Eloy Ornellas, Severino Lessa, Ignácio de Moura e outros, que davam intensa vibração às

atividades intelectuais literárias. O memorialista Hervê Salgado (1988), dizia que “*as noites ruidosas do Tamberlick terminavam sempre no botequim do preto “Chico Badanho”*”. Além destes foram surgindo outros como Clube dos Políticos, o Chat Noir, o Café Leme e o cultuado Café High Life.

O comércio funcionava também aos domingos. Surgia também na cidade o “*Biógrafo Lumière*”, trazido por um senhor Garcia e era exibido no Teatro São Salvador. Imagens de Paris e da China eram exibidas por um locutor através de um incipiente “megafone” e as imagens duravam 24 minutos (Salgado,1988).

Havia também bandas musicais com destaque para a *Lira de Apolo*, fundada em 1870. Em 1915, inaugurou sua bela sede na Praça de São Salvador a *Lira Guarani* (1893).

No início do século XX, ocorreu um aumento do número de espaços culturais, como a Academia Campista de Letras*, ocupando a sede da Escola Aberta, cuja construção voltada para a questão de areação não apresentava paredes laterais e estava localizada dentro da praça do Jardim São Benedito, uma das poucas áreas verdes da cidade conservadas.

Paixão (1924) considera que a primeira fase da cultura literária campista foi exercida pela imprensa em Campos, dizendo: “*o primeiro servidor das letras que tivemos foi o jornalista, cujo trabalho, infelizmente, por sua natureza é efêmero e dispersivo*”. Paixão afirma que Campos foi uma das primeiras cidades brasileiras a ter a sua própria imprensa, sendo ainda vila quando publicou seu primeiro periódico, *O Correio Constitucional Campista*, em 1830.

A atividade jornalística desenvolveu-se consideravelmente na cidade e começou a difundir uma grande parte da produção dos intelectuais locais, quer na política ou na literatura. Segundo Sousa (1985), de 1835 a 1935 foram publicados mais de 172 jornais em Campos dos Goytacazes. O memorialista Hervê Salgado destacou como os principais jornais: o “*Monitor Campista*”; a “*Gazeta do Povo*” e “*A Tribuna*” que surgiu em novembro de 1900.

Havia outros jornais como “*O Bohemio*”; “*A Virtude*”; “*O Pelicano*”; “*O Palpite*”, um jornal curiosíssimo, especializado no jogo do bicho. Sousa (1985) frisa que havia por parte da imprensa um certo preconceito e preocupação a

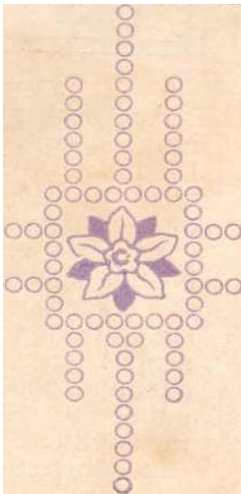
* Foto Anexo II

respeito da qualidade dos periódicos, principalmente aos periódicos de cunho humorístico, cuja existência era mais efêmera (*A Matraca, A Tesoura, o Meteoro* etc).

Múcio da Paixão, em seu livro *Movimento Literário em Campos*, ressalta que as origens desta geração literária poderiam ser atribuídas a três fatos: a criação do Liceu de Humanidades, o aparecimento da *A Aurora* (1885) e a publicação do jornal *A Gazeta do Povo* (1894).

Esta produção intensa da imprensa, da cultura e do movimento literário campista intensifica o discurso sobre a “modernidade”, o “progresso”, buscando dotar a cidade de Campos dos Goytacazes dos símbolos da modernidade.

2.3 – *Palavras também constroem cidades*



A noção de “discurso”, segundo Maingueneau (2001), é muito utilizada por ser o sintoma de uma modificação em nossa maneira de conceber a linguagem.

Para Baccega (1995) o discurso é formado por palavra que se encontra em movimento, daí transformando-se em linguagem. A língua é produto de toda a sociedade, de todas as classes sociais, é o resultado e a base da práxis, que compreende a realidade e o homem, o conhecimento da realidade e sua constante modificação, podendo muitas

vezes revelar ou mascarar.

Baccega afirma também que a língua tem sua própria dialética, vivendo numa tensão constante entre o *já visto* e o *por ver*, entre o *dado* e o *por dar-se*; entre o *único* e o *diverso*. E a palavra manifesta-se na inter-relação sujeito/objeto, considerado como partes integrantes da realidade, carregando sentidos. Enfim é na palavra que está a manifestação do sistema de valores, da ideologia, constituída ou em constituição.

Podemos exemplificar o postulado de Baccega com a análise da palavra Higiene. O sentido da palavra higiene no discurso do início do século XX tinha uma formação ideológica. Para Orlandi (1990), a construção ideológica aqui entendida, dá-se como interpretação de sentidos. O conceito ideológico de higiene estava relacionado com a idéia de “civilização”, de “ordem e progresso”, cujos valores, através do racionalismo iniciaram o processo de reeducar a sociedade nos moldes do capitalismo industrial legitimando o Estado republicano brasileiro.

Na concepção foucaultiana, discurso é como aquilo que emerge como linguagem, a partir de uma episteme, como conjunto de enunciados que se apóiam em formações discursivas, que são definidos em um determinado quadro de condições de existência, como práticas que falam sistematicamente dos objetos de que tratam ou sobre os quais agem, como prática que institui a verdade.

Desta forma percebe-se que a linguagem apresentava-se como lugar privilegiado em que a ideologia se materializava.

Finalmente, o discurso é constantemente ambíguo, pois pode designar tanto o sistema que permite produzir um conjunto de textos, quanto o próprio conjunto de textos produzidos. Assim o discurso higienista é tanto o conjunto de textos produzidos por higienista, quanto o sistema que permite produzir esses textos e outros ainda, igualmente qualificados como textos higienistas (Maingueneau 2001).

2.3.1- Os discursos da A Aurora- Letras – Artes - Sciencia em relação às práticas do cotidiano

Ao analisar os discursos de A Aurora percebi o desejo de denunciar e buscar formas de livrar-se o mais rápido possível daquilo que dificultava a implantação da sociedade moderna. Os artigos da revista tinham como principal temática os textos a respeito dos valores e dos padrões de conduta válidos para esta nova sociedade que despontava sob os moldes do capitalismo

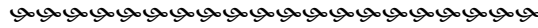
Estes textos sempre envolviam a questão da moradia, das práticas culturais e da representação da Rua. A partir desta constatação criou-se a tabela 3 para se ter uma noção dos problemas que mais afligiam a sociedade e daí mapear a idéia da “cidade que se desejava” tendo como principal instrumento as palavras, isto é, o discurso.

Tabela 3: temática dominante em A Aurora 1900/1917

ANOS	SAÚDE	SANEA- MENTO	HABITAÇÃO	COMPOR- TAMENTO	TOTAL
1900	09	07	0	06	22
1901	08	08	0	08	24
1902	07	06	05	07	25
1903	06	08	05	06	25
1904	08	06	04	07	25
1905	07	07	05	08	27
1906	10	12	09	0	31
1907	07	08	07	05	27
1908	05	07	08	05	25
1909	0	06	04	04	14
1910	02	04	03	04	13
1917	02	03	0	02	07

O total de artigos analisados entre 1900 e 1917 foi de 265 artigos de cunho higienista, que buscavam criar, refletir ou projetar a imagem da cidade desejada, que nem sempre foi compatível com a realidade vivida pela população pobre urbana. Assim as seções que se seguem incluem extratos de artigos de *A Aurora* tendo o discurso como um dos instrumentos para entendermos o silencioso “duelo” entre a cidade que se quer e a cidade que se tem: *a Rua, os Vícios, o Lar e a Família, as Práticas Culturais, a Higiene e a Saúde Pública, o Combate ao Cortiço, a Habitação Ideal e as Novas Representações do Espaço Urbano.*

A Rua



Em outro artigo, também o alcoolismo era visto como um dos vícios mais graves, pois gerava um problema de cunho social que não distinguia camadas sociais, atingindo desde o pobre até o rico. Sendo que era mais evidenciado junto à população pobre devido aos seus hábitos e costumes, considerados “desviantes”.



“(...) O álcool, tóxico privilegiado, veneno ethico, o mais espalhado na expressão de Lancereaux, verdadeira lepra social, que dia a dia estende os seus temerosos domínios, penetra todas as camadas sociaes, fazendo estragos incalculáveis, e sem contestação um factor poderoso de degradação physica, moral e intellectual.....Eis um dos modernismo que pedem repressão. (Anno VIII-Campos, 20/5/1903, n.º 4, p.26).



Constata-se então que, neste período, a questão social era uma ameaça à ordem, e seus protagonistas – os pobres da urbe – eram por si, considerados perigosos. Os pobres não eram apenas vistos como focos potenciais de doenças, mas pelas suas características genéticas, predispostos a degenerações e a toda sorte de crimes.

O discurso expressava o desejo do seu público, que era reclamar e livrar-se de forma mais rápida possível daquilo que enfeiava, ameaçava, denegria a imagem da cidade, local progressista, desenvolvido, moderno, que portanto deveria ser habitada somente por gente civilizada.

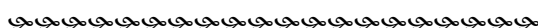
O Lar e a Família na Sociedade Moderna

O trabalho de Michelle Perrot (1998) aponta para o fenômeno que teria ocorrido na França no século XIX: a separação entre o público e o privado, o

que nos auxilia no entendimento do que ocorreu nas cidades brasileiras. De fato a família burguesa brasileira do século XX tentou preservar uma certa distinção entre o sentido da vida privada e a realidade exterior ao lar (Pesavento,1999).

Para os higienistas, tanto o lar quanto a família eram muito importantes no processo de reeducação do indivíduo. De acordo com Costa (1999), a higiene tornou-se a principal estratégia do Estado, pois defendida a constituição do indivíduo puramente burguês, que deveria ser resguardado no reduto do lar entregando a rua ao domínio público.

-



“O Lar”

“Há no mar proceioso da vida um lugar de refugio, um posto salvador, que buscamos anciosos depois de haver sido arrojados pelas ondas do infortúnio de encontro as rochas dos desenganos, esse lugar é o LAR, residência tranqüila e ditosa de nossas illusoes gratíssimas, do embelecimento de nossa existência.

Quem há que não tenha sentido alguma vez sobre sua fonte o soprar da desventura! Quem, por feliz que se julgue, não experimentou siquer um dia, um desses arroubos de desespero supremo, filho da angustia que nos atormenta sem compaixão quando o mundo, occultando-nos todos os seus atractivos, se nos apresenta imponente e ameaçador como um monstro feroz que nos quer devorar? Contra esses acerbos, contra essas dores terríveis, só existe o suave bálsamo do LAR – santuário da paz – bons os consolos da esposa e dos filhos queridos – emblema sublime da família – incentivo a todas as resignações e a todos os nobres impulsos do amor e da esperança.”GGTS (Anno III- Campos, 22/05.1887 – n.º 20)



No artigo, pode-se ver que a imagem de lar construída era no sentido burguês, pois o papel (no artigo assinado pelo pseudônimo de Theóphilo Guimarães - GGTS) era de preservar, resguardar a família dos perigos oferecidos pelo espaço público, ressaltando o papel feminino no processo de administrar o lar. O artigo exaltava, além do lar, também a família como fator fundamental para que o indivíduo pudesse exercer bem o seu papel na rua.

Denotamos que esta função de estabilização do lar era exercida plenamente pelo burguês, pois dificilmente o lar da classe pobre exerceria a mesma função. Outro fator importante, neste período, era o papel a ser desenvolvido pela mulher, pois foi dada a ela a responsabilidade de manter o lar tranqüilo, equilibrado e higiênico.

Segundo Rago (1985), no início do século XX, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, e uma preocupação espacial com a infância, constituíam as peças mestras do modelo que pregava novas formas de comportamento e relações sociais, principalmente às famílias mais abastadas.

No artigo “Ser Mãe”, assinado por Júlia Lopes Almeida, nota-se a intenção de valorizar a maternidade, e atentar para o cuidado com a infância que seria fundamental, já que as crianças seriam os cidadãos do futuro.

No discurso, a construção de uma imagem de mulher foi simbolizada pela “mãe devotada” e “inteira sacrifício”, esquecendo-se de si mesma em prol da família. Esta visão é muito autoritária e cruel. O papel da mulher era de esteio da família neste processo de construção de uma sociedade que buscava a civilidade e o progresso, tão importantes para consolidar a sociedade nos moldes capitalistas.

~~~~~

*“Ser Mãe e renunciar a todos os prazeres mundanos, aos requintes do luxo e o da elegância; e deixar de aparecer nos bailes em que a vigília se prolonga, o espírito se excita e o corpo se cansa no goso das valsas; e não sahir sem temer o sol, o vento, a chuva, na desgraça da dependência do terror immenso de que sua saúde soffra e reflita o mal na creanca; e passar as noites num cuidado incessante, em somnos curtos , leves, com o pensamento sempre preso a mesma criaturinha rósea, pequena, macia que lhe suga o sangue, que lhe magoa os braços , que a enfraquece, que a enche de sustos, de trabalhos e de prevenções, - mas que a faz abençoar a ignata Providencia de a Ter feito mulher, para poder ser mãe!”*  
( Anno X – Campos 01/01/1902 – n. 1 – p. 02)

~~~~~


As Práticas Culturais

Paralelamente aos discursos relacionados com a importância do lar na constituição dos indivíduos, havia uma atenção voltada para as práticas culturais. Nessa suposta luta contra os “velhos hábitos coloniais” essa sociedade não teve tolerância para as formas de cultura e religiosidade populares.

Segundo Sevcenko (1995) a luta não era apenas sobre as doenças, o atraso, mas também uma luta contra as trevas e a ignorância, pois tratava-se da definitiva implantação do progresso e da civilização. Enfim aparecem as proibições de festas como “bumba-meu-boi”, o Carnaval, e também a perseguição aos candomblés.

Não chega a ser surpreendente que em Campos dos Goytacazes, desde do final do século XIX, a imprensa publicasse discursos das autoridades e dos intelectuais, que demonstravam a necessidade de obter um controle sobre as manifestações da cultura popular.



O Carnaval

“Hoje, amanhã e depois uma parte de nossa população corre o reposteiro da sizudez do respeito e dos sérios compromissos e atira-se desbragadamente no turbilhão do delírio e da loucura, entoado hosanas ao delambido MOMO.

Como mui outras cousas, que recordam as tradições passadas e que o caminhar dos séculos deixou-as já por terra, o carnaval vai também, tende a cair, mesmo porque é certo que em alguns países europeus já foi banido de seus costumes, esses folguedos que tão más conseqüências produzem.

Aqui, porém, que elle ainda impera, resta-nos apenas desejar que estes três dias corram sem alterações a despeito do entusiasmo que neles se nota e do espírito estúpido do entrudo. (Anno III, Campos 21/2/1887.nr.08)



Neste momento o Carnaval que se desejava era a versão europeia, com arlequins, pierrôs e colombinas de emoções comedidas, daí o discurso contra os cordões, os batuques, as fantasias populares como índio e cobra viva (Sevcenko,1995).

Além disso, a revista *A Aurora* era muito atenta aos problemas do resto do Brasil, sempre contribuindo para a consolidação de uma sociedade baseada na ordem e no progresso, não deixava de cobrar ou criticar ações das autoridades. O artigo intitulado “*Nossos Males*” de Theóphilo Guimarães fez uma crítica ao poder da polícia e do governo no que se refere às medidas proibitivas contra a festa popular, o Carnaval, pois na opinião do articulista havia um contra-senso em relação à aplicação das medidas de moralização, havendo naquele momento práticas mais “nocivas” à sociedade, como a prostituição, o jogo do bicho, do que o carnaval.

~~~~~  
~~~~~

“Há dias, os nossos principaes diários criticaram com razão, o contrasenso e a incoherencia do chefe de polícia, só tomando medidas proibitivas contra as licenciosidades e desregramentos que se dão pelo Carnaval...Conquanto fosse uma medida saneadora, é pena que sua acção não seja continuada, porque só assim se refrearia um pouco a prostituição que se tem alastrado assombrosa...Em cada canto da cidade encontramos casas de tolerância e as bancas de jogo do bicho. E’a polícia finge que não vê... Desgraçadamente, porém o Brasil, os altos problemas de alcance social são encarados com menosprezo por aquelles que têm a responsabilidade do mando... Que tem feito o governo pelo povo? (Anno XX, Rio de Janeiro,17/3/1917,sp)

~~~~~

## *Higiene e Saúde Públicas*

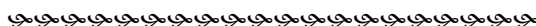
Diante dos “problemas urbanos”, os grupos dominantes iniciaram um discurso que visava sanar a cidade das epidemias que freqüentemente a



*(...) O beijo, cumprimento tão usual (entre as moças, já se vê), e que muitas vezes contém um mundo de suavíssimos encantos, pode também acarretar perigos reais e incontestáveis.(..) De mistura com a saliva, nella muito bem escondido e muito bem virulento, lá vae o terrível micróbio zombando dos carinhos e carícias de um beijo, alterar a saúde de um ente que muitas vezes é a alegria e o alvo de todas as afeições e cuidados de um lar.*

*Dois flagellos temíveis da humanidade e que tantas devastações têm causado – a syphilis e a tuberculose – podem encontrar meios de propagação em um beijo, embora dado com o mais puro e santo sentimento.*

*Isto é mais que sufficiente para que o grito de guerra seja proferido ou ao menos cautelas sejam tomadas, não se beijando a torto e a direito como é de uso entre nós. (...) Em relação á tuberculose, os archivos scientificies registram casos em não pequeno número, de propagação da terrível moléstia, tendo por intermédio a saliva. ( Anno VIII, Campos 20/5/1900,pg. 18)*



Mas não era apenas a existência dos cortiços e estalagens ou as praças abandonadas que eram vistas como os miasmas que contaminavam a cidade, propiciando epidemias, mas também o abastecimento e tratamento da água, que em 1885 já era debatido entre as autoridades políticas e médicas da cidade. A questão da água foi tema de pesquisa do médico campista Severino Lessa, que gerou uma tese de mestrado, cuja defesa ocorreu em 20/4/1901, na cadeira de Hygiene, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, intitulada *Água potável e o abastecimento de Campos*. Este estudo sobre o complexo problema de saneamento em Campos, cuja questão primordial consistia no abastecimento e na qualidade deficiente da água, acabava contribuindo para as discussões sobre a contaminação da atmosfera, que propiciava a ocorrência de epidemias. Em um dos trechos de um artigo a respeito da tese, publicada na revista, o médico diz:



*“Campos, situada na margem direita do rio Parayba do Sul, a 38 klm de um porto de mar, centro de rico Município agrícola e de uma vasta rêde ferroviária, com muito comércio e algumas indústrias, é por suas condições intrínsecas de vida a mais importante e futura cidade do Estado do Rio. Posta sempre á frente de todo progresso, procurou, de há muito, estabelecer um serviço regular de água e esgoto. Em 1885, se constituiu a “THE CAMPOS SYNDICATE LIMITED” para explorar esse serviço. Começou instalando em 1890 a rêde de esgoto que entrou logo a funcionar, ao passo que o abastecimento de água, repetidamente prorrogado, só em 1892 foi inaugurado. Durante mais de um anno, pois, houve em Campos esgoto sem água! Municipalidade temos que tomar atitudes para a sanidade desta cidade e , assim proporcionar seu progresso “. (A Aurora XIX,,07/5/1901,p.101)*



Além do problema da infra-estrutura de água e esgoto, o relatório elaborado por Brito sobre a cidade deixava bem clara a idéia de que para erradicar as doenças infecto-contagiosas e para disciplinar o uso de espaço público urbano seria necessário, além do alargamento das ruas, a melhoria na iluminação, a criação de praças arborizadas. Os espaçamentos entre as construções não seriam suficientes para consolidar-se a salubridade da cidade, enquanto a moradia da população pobre urbana continuasse insalubre.

No trecho abaixo aparece com nitidez a defesa da luta contra a tuberculose pelos médicos, que concordavam em que a higiene da moradia ajudaria neste combate. Contudo, percebe-se que o enunciador, além da preocupação com o crescimento dos casos da doença, procurava incutir a necessidade de uma intervenção austera para retirada de moradias como os cortiços, estalagens, pardieiros ou casa de cômodo, da área central da cidade.



*“... A lucta contra a tuberculose felizmente já é uma realidade e com a intensidade e o brilhantismo com que está sendo levada a effeito os*

*benefícios resultados não se demorarão. Luctar contra a devastadora moléstia é dever dos que teem uma parcella de responsabilidade na saúde ....Hoje a tuberculose visita o palácio como a choupana do operário, e neste caminhar não muitos são os tectos que a não accusem de um roubo sacrilégio... E'preciso desenvolver tanto quanto possível o organismo para que a hygiene, a égide das sociedades modernas, lhe possa aproveitar; nella própria iremos buscar os meios para chegar a este fim. "(Anno XII, Campos 26 /11/1904.p.237)*



## *O Combate ao Cortiço*

As preocupações com as condições de habitabilidade estavam associadas aos problemas dos surtos epidêmicos, devido à ausência de esgotos e instalações sanitárias privativas, com a exalação dos miasmas gerados pela aglomeração da população pobre em cubículos estreitos. Os cortiços, as estalagens ou as casas de cômodos eram consideradas moradias insalubres marcadas pela pouca ventilação, ausência de esgoto e água tratada, pouca iluminação, quartos pequenos ou os cubículos e especialmente locais que agrupavam um número muito grande de trabalhadores com suas famílias, num mesmo espaço.

Segundo Rago (1985), a burguesia industrial, os higienistas e os poderes públicos visualizam na moradia a possibilidade de instaurar uma nova gestão de vida do trabalhador pobre e controlar a totalidade de seus atos. Chaulhoub (1999) afirma que a decisão de expulsar a população pobre das áreas centrais podia estar associada a uma tentativa de desarticulação da memória recente dos movimentos sociais urbanos. Neste sentido, o trecho abaixo parece ser um bom exemplo.

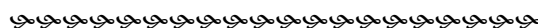


### *O Problema da habitação*

*Carta ao Prefeito de Campos*

*Antes, porém de cuidar das ruas e das avenidas, **deveis, Sr. Prefeito, cuidar da casa, que é o núcleo do município como a família é o***

***gérmen da população. Deveis pois cuidar do saneamento e hygiene da casa que ergue; deveis codificar esses preceitos que a prática e a technica vão aconselhando e que de há muito são texto de lei nos menores burgos da Europa e dos Estados Unidos e cuja falta no nosso paiz deu o temeroso resultado da pullulação dos “cortiços” e “estalagens”, lepra de que nos pocuram livrar os vários poderes que interferem na vida administrativa do Districto Federal.....se Campos não tiver, como quase totalidade das cidades brasileiras, as salutarees regras do saneamento das casas, resumidas em uma lei clara e ao alcance de todos, é de bom tom de providenciar o mais rápido possível. (A Aurora, anno XIII, nr. 31, 08/1905)”***



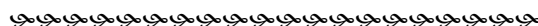
Nesta carta endereçada ao prefeito da cidade, Manoel Rodrigues Peixoto, o autor, enfatiza a importância do saneamento físico, através da erradicação dos cortiços e estalagens, na área central, pois, na sua concepção, a manutenção deste tipo de moradia não era salutar. Mas dentro deste discurso existe ainda uma formação discursiva subliminar, em relação, aos personagens que habitam estes locais, ao qualificar tanto a moradia quanto os moradores de **“lepra de que nos procuram livrar os vários poderes”**. Como se pode depreender deste discurso, organizar a cidade significava também limpá-la dos indivíduos “desviantes” considerando-se que se tratava antes de tudo de um trabalho de saneamento social.

Para Kowarick (1988), o freqüente empenho por parte dos grupos dominantes de limpar a cidade dos seus males, devia-se ao fato de que as condições de moradia dos pobres eram encaradas como focos de desordem, “epidemias anarquistas”, semelhante às moléstias contagiosas, que deveriam ser extirpadas do cenário da cidade. No discurso contido no trecho abaixo, esta justificativa pode ser observada nas entrelinhas. No que se refere à massa não letrada, a intervenção seria necessária para combater as epidemias de febre amarela, varíola, tuberculose e outros tipos de doenças. A invasão da habitação



*Em todas as cidades cujo desenvolvimento é patente, nota-se o capricho, a febre do embelleamento nas construções. S.Paulo, Rio de Janeiro, demolindo a pouco e pouco suas habitações seculares, revestindo-se das galas da construção moderna. E aqui? Admitte-se a habitação em prédios cujo soalho do pavimento térreo está abaixo do solo, a 1 metro, e mais , de modo que as janellas podem servir de portas.....(Haja vista na rua Direita, trecho entre Formosa e Saldanha Marinho).... Onde a fiscalização? Onde a conservação predial ?*

*Compete a Municipalidade o direito da imposição da demolição dos prédios até no praso de 24 horas, nos casos urgentes, com recurso á demolição forçada. Se quizermos enumerar e argumentar com factos, tomaríamos espaço demasiado, e sahiríamos fora dos limites geraes traçados a este trabalho, porém apontamos os trechos da Rua do Rosário (entre Conselheiro Octaviano e Direita), Quitanda (entre Conselho e Tenente Coronel Cardoso), Boa Morte (quase todo lado par), Quinze de Novembro em muitos trechos (Anno VIII, Campos 25/6/1900).*



Percebe-se, entretanto, que a intervenção requisitada ultrapassava a questão da construção propriamente dita, atingindo a esfera dos costumes e das necessidades pessoais da família, com o nítido intuito de enquadrá-la dentro dos parâmetros da disciplina, da moral e da higiene.

### *A Habitação Ideal*

Com o discurso das camadas dirigentes a respeito da necessidade da instalação de um tipo de habitação “unifamiliar”, “digna”, “higiênica” e “confortável” para os cidadãos urbanos, principalmente a população pobre urbana, foram iniciados estudos para idealizar estes tipo de moradia.



Perrot (1998) afirma que a questão da moradia é um elemento do discurso burguês e não da fala operária. Segundo Perrot, para o operário o problema da moradia não se centra na sua insalubridade, mas no seu custo. Perrot ressalta que nos discursos da classe burguesa a população pobre urbana era merecedora de viver com salubridade, com o mínimo conforto e higiene, mas junto com estas melhorias vinha sempre a defesa do cerceamento à liberdade e o controle das manifestações culturais.

Em Campos, o tipo de habitação popular idealizada pelo engenheiro Saturnino de Brito, era em módulos, divididos em quatro casas, com dois pavimentos. Brito escreveu um artigo para *A Aurora*, no qual procurava dar ciência do seu projeto de Saneamento à sociedade campista, enfatizando a importância da moradia não só para a salubridade do espaço urbano, como também para o seu progresso.



*“... Em lugar de hospitaes, sanatórios etc., a reforma do domicílio do pobre, a criação da propriedade domiciliaria, a formação do lar operário, para o que apresentamos nossos typos de casas, especialmente estudadas para nosso clima, a partir das modificações do que já existe: - em lugar de isolar e de curar apenas alguns enfermos, em locaes especiaies, reformem-se os focos domiciliários de depressão sanitária, julgando a degenerescência pelo saneamento das localidades e pela hygiene do corpo e da alma” (A Aurora – anno XI, n. 16, p. 146 Campos 6/5/1903).*



Discursos como o exibido acima, que atacavam os problemas das habitações, eram veiculados com frequência na *A Aurora* como uma tentativa de sensibilizar o poder público, e principalmente os habitantes da cidade, para a aquisição de novos hábitos de higiene e civilidade. Por vezes, seus articulistas criticavam também a falta de fiscalização do poder público, usando um *discurso inclusivo*, que segundo Orlandi (1990) é uma forma de ganhar apoio do leitor, na tentativa de criar uma identificação entre o receptor e o emissor do discurso.

## *As Novas Representações do Espaço Urbano*

Maingueneau (2001) esclarece que o discurso é uma forma de ação sobre o outro e não apenas uma representação do mundo e concorda com Austin que na sua obra *Quando dizer é fazer* (1962), mostra que toda enunciação constitui um ato que visa modificar uma situação.

Trecho abaixo, retirado de um artigo do médico Ramiro Braga, exemplifica perfeitamente a observação de Maingueneau, pois neste discurso percebe-se um ato que visa modificar uma situação que na visão do articulista precisava ser olhada pelo poder público.

Neste artigo, Braga faz uma crítica indireta ao poder público, pelo fato de a cidade possuir cinco grandes praças abandonadas, sendo locais de pastagem de animais e utilizados por pessoas de péssima conduta (como os ébrios e vagabundos), representando uma ameaça à ordem pública. Braga enfatizava no seu discurso o quanto esta imagem denegria a cidade, e aproveitou para transplantar um modelo de praça, o que daria um outro sentido a estes locais. Além disso, esse tipo de ação do poder público poderia transformar estas praças em espaços salubres para a cidade e para o lazer mental de seus habitantes, melhorando assim o meio urbano, através do seu embelezamento.



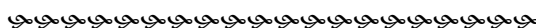
*“Não há cidade no mundo, por menor que seja, que não possua em suas praças os jardins, para onde concorrem as famílias e brincam as crianças. Na nossa cidade, porém, cuja construção, “providencialmente”, favoreceu-nos com 5 praças grandes, nem sequer existe um parque, um jardim que mereça esse nome. E’ de urgente necessidade o aproveitamento dessas praças, que actualmente é pasto dos animaes e também lugar dos vagabundos, ébrios. (Anno XIII. Campos 25/6/1905,p.18)*



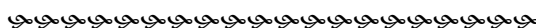
O engenheiro José Rodrigues Leite Junior enfatizava, numa série de artigos intitulados *Interesses Locaes*, a necessidade de melhorias na infra-estrutura urbana. Leite Junior incitava a municipalidade a tomar providências, no sentido de agilizar a erradicação dos problemas de saneamento. O trecho abaixo, extraído de um artigo desta série é uma boa demonstração da postura de Leite Junior.



*“ Não nos cabe a tarefa de apontar á Municipalidade o caminho a seguir para o bom desempenho de suas responsabilidades perante o público; porém aproveitando tempo disponível, escreveremos algo de interessante apresentando algumas considerações. Para uma cidade ou habitação fazer jus á hygiene, segurança e commodidade pública, é necessário que todas as suas prescrições geraes, sejam observadas rigorosamente. A Hygiene das cidades prendem-se evidentemente as questões de saneamento em todos seus complexos problemas; a segurança e commodidade – todas questões de obras públicas e policiamento. O sanemanto de uma cidade pode se dividir em duas partes bem distinctas. Água e esgoto” ( Anno VIII – Campos 13/5/1900 nr. 23 p. 12)*



Em um outro artigo, Leite Junior elogia e parabeniza a parceria da iniciativa privada com a municipalidade nas obras de melhoramento da Praça do Mercado, mas fazia uma advertência: se por um lado a salubridade do espaço e dos alimentos eram garantidos, permanecia, por outro, um lado perverso que provocaria o deslocamento daqueles que não tinham como pagar pelas melhorias implementadas.



*“Devemos dar parabéns aos nossos conterrâneos pela finalização da velha questão judiciária sobre a Praça do Mercado. Parabéns ainda devemos dar á edilidade actual, conseguindo tomar aquelle estabelecimento uma realidade útil, sem que adviessem prejuisos nem para os cofres públicos, nem para a empresa concessionária de tal melhoramento... Experimenta desde já uma bem sensível mudança de*

*vista, uma melhoria de sensação quem passar hoje pela praça do Roccio e notar a febril actividade dos locatários, em reformar, reconstruir e sanear as casa, as barracas e os kiosques do mercado. ...Além do espaço largo e mais que sufficiente para o movimento dos mercantes e compradores, além da symetrica disposição das casas e kiosques, pelo que devemos dar os parabéns ao organisador do projecto, nota-se ainda a preocupação da iniciativa privada auxiliando as aspirações do poder publico, em manter uns estabelecimentos commerciaes em condicções de perfeito saneamento domiciliário". ( Anno IX, Campos 02/06/1901 nr. 23)*



Além do forte cunho literário, *A Aurora- Lettras- Artes- Ciências* , englobou no seu discurso as preocupações dos seus articulistas e dos seus leitores , em relação à cidade e seus problemas, como a preocupação com a saúde da população, principalmente com o segmento pobre urbano, que era tido como um dos causadores da insalubridade, pois pouco afeitos às regras de higiene.

A revista, como boa educadora que se pretendia, não só tecia crítica à cidade que se tinha, mas também à ação da municipalidade perante os “problemas urbanos” vez por outra oferecia algumas soluções ao poder público, como forma de ajudá-lo a manter a boa aparência da cidade.

Entre 1900 e 1917, os discursos de cunho higienista se alteraram de acordo com o contexto no qual eram proferidos. Todavia, a revista propunha os ideários da modernidade, assim contribuindo na construção da cidade moderna. Os lemas da modernidade eram o progresso, a indústria, o capital, o embelezamento, a salubridade.

Percebe-se que a salubridade do espaço urbano restringiu-se apenas à área central e seu entorno, local em que a burguesia tinha sua atividade econômica, seu lazer e sua moradia. O que mostra que havia uma relação entre o discurso da revista e os anseios da sociedade campista, como já foi dito anteriormente, *A Aurora* neste momento, pode ser considerado o veículo que expressava ao poder público a cidade desejada e o papel que a municipalidade tinha nesta construção da cidade moderna.





Ponte sobre o rio Parahyba

**Fig.23 – A ponte sobre o rio Paraíba do Sul ligando as duas margens. Margem esquerda Guarulhos (Guarús- primeiro distrito de Campos) e margem direita, a cidade de Campos (destaque para o solar no canto direito da foto- Solar do Barão de Cardoso Moreira), 1905 (foto da revista A Lanterna, n.13 – arq. Wellington Paes)**

### CAPÍTULO III

## *O Discurso e a Prática: Atos do Poder Público e Denúncias do jornal O Monitor Campista para a Construção da Cidade Moderna*



Fig.24: Cruzamento da rua Sete de Setembro com 13 de Maio –  
nova configuração do espaço e novo uso deste espaço em 1916  
(arquivo CEFET).

Os tempos modernos, marcados pela crescente diversidade das atividades desempenhadas nas cidades, apontavam para a necessidade de se planejar o espaço urbano como uma rede de circulação de homens, de máquinas, de bens, mas também de serviços e equipamentos (Pereira, apud Faria 1998).

A imagem da cidade desejada pelas classes dominantes era de que esta fosse higienizada, isto é, com avenidas largas e prédios pomposos, iluminada, com melhores condições ambientais e com um sistema viário que criasse maior acessibilidade entre os pontos privilegiados pelas intervenções urbanas,

melhorando a circulação das mercadorias e, sobretudo, com as ruas centrais livres da presença das camadas pobres.

Este desejo manifestava-se em Campos, não só pelos discursos produzidos pela revista *A Aurora*, como também nos textos das Atas e Posturas da Câmara Municipal e em algumas matérias publicadas no jornal “*O Monitor Campista*”. Cabia à Câmara discutir e aprovar o Código de Posturas Urbanas, assim como outras medidas de cunho sanitário.

Ao trabalhar com os textos manuscritos da Câmara, atentei para diferença existente na análise entre os textos impressos e os manuscritos, que Maingueneau (2001) nos alerta, sobre os cuidados que devemos ter ao analisar cada um dos tipos de textos.

Para o autor o ato de imprimir acentua profundamente o efeito da escritura. O texto impresso oferece a possibilidade de um número considerável de textos perfeitamente idênticos e uniformes, sendo conferida uma autonomia maior aos leitores, pois já não estão presentes como nos textos manuscritos.

Nos textos manuscritos o enunciador e o co-enunciador compartilham o mesmo ambiente e o texto estará imbuído das entonações e das atitudes verbalizadas no momento. Aos poucos o enunciador vai tomando conhecimento do texto final a ser produzido, tendo uma consciência de sua estrutura, mediante uma leitura rápida, para que as pessoas envolvidas percebam se o discurso produzido saiu da maneira manifestada pelos seus enunciadores. Já o texto impresso, ao dispor de caracteres invariantes sobre o espaço em branco de uma página idêntica às outras, abstrai o texto da comunicação direta de pessoa para pessoa.

Percebe-se que no discurso manuscrito produzido na Câmara Municipal a interferência é direta e intensa, apontando o comprometimento do pensamento e beneficiamento de seus pares.

Com a ascensão de novos grupos sociais urbanos, na segunda metade do século XIX, a representação política na Câmara Municipal mudou de configuração. Apesar de ainda apresentar resquícios do período colonial, quando predominavam os “homens bons” isto é, os senhores de terra e de engenhos, pela presença de proprietários rurais ou seus representantes, o cargo de vereador



e de presidente começou a ser composto por representantes da burguesia<sup>16</sup>nascente campista. Esses cargos políticos geralmente eram ocupados por médicos ou engenheiros<sup>17</sup>.

Esta burguesia, por meio de seus representantes no poder municipal, queria implantar, com toda força, o projeto de modernização cujos principais objetivos eram a circulação e a higiene. O Estado apoiava-se nos especialistas cujas idéias aproximavam-se das suas: autoritarismo em relação à política e um autoritarismo da planificação urbana. Vê-se, assim, que práticas sanitárias surgiram no Brasil como um dos pontos de inserção do poder do Estado no processo de modernização da sociedade brasileira.

Neste sentido delineou-se, com crescente nitidez, a figura do médico político, cuja função era agir sobre os problemas das doenças infecto-contagiosas e de tudo aquilo que fosse considerado como “desorganização urbana”. Aos engenheiros, foi atribuída a tarefa de reformar o espaço urbano e as precárias condições de moradia. As ações desenvolvidas por esses profissionais ultrapassavam funções puramente técnicas, na medida em que as campanhas e demais ações de cunho higienista, empreendidas no âmbito da política pública de saneamento, tinham claros impactos na produção do espaço urbano.

No caso da cidade de Campos dos Goytacazes a figura do médico político aparece como um exemplo representativo, pois nos primeiros 32 anos do século XX, na administração pública da cidade, o cargo de vereador, presidente da Câmara e, depois, o de prefeito, foram exercidos por médicos.

Esse interesse pela higienização da cidade não passava apenas pelo viés da erradicação das epidemias. Segundo Alves (1996) havia um projeto político de tornar Campos dos Goytacazes a capital do Estado do Rio de Janeiro, tanto que no Conselho de Intendência Municipal de 1890 esta intenção apareceu no ofício da Ata descrita abaixo:

---

<sup>16</sup> A burguesia campista era composta de servidores públicos, de profissionais liberais (médicos e engenheiros), de comerciantes, de empresários, de profissionais autônomos e de pequenos proprietários que giravam em torno das elites dirigentes

<sup>17</sup> Em 1896 o presidente da CM era o médico Gesteira Passos; em 1901e 1907 o médico Benedito Pereira Nunes; em 1910 Dr. João Maria da Costa e de 1915/1920 o prefeito da cidade de Campos, foi o médico Luiz Caetano Guimarães Sobral.

## Offícios

“Da Associação Comercial de Campos, pedindo que lhe auxilie na subscrição popular, aberta para a aquisição de edifícios para a mudança da capital do Estado para esta cidade “(Acta da 2ª sessão Ordinária em 11 de janeiro de 1890 – Presidente o Snr. Dr. Mariano de Brito)

O projeto político de transformar Campos em cidade-capital era um “sonho emancipacionista” desde o Império. Segundo Salgado (1988), em 1855, vinte e um anos depois do Ato Adicional, os políticos campistas tiveram uma antevisão, num salto de perspectiva de cinquenta a cem anos, percebendo que se mantendo a capital em Niterói, a região Norte Fluminense seria “um fundo de quintal”. Tendo a cidade de Campos uma posição geográfica interessante, e pelo fato de ser a principal cidade da rede urbana, a comissão formada pelo vereador José Fernandes da Costa Pereira colheu dados estatísticos e topográficos do município e números de produção para demonstrar ao Império as vantagens e a importância desta região. O mesmo autor cita o jornal “*A Pátria*” que era publicado na capital do País (Rio de Janeiro), que deu seu apoio à campanha dos políticos campistas, publicando em suas páginas:

“A cidade de Campos está senão mais adiantada em commercio, ao menos a par da cidade de Nictheroy se tem desenvolvido: ella tem ainda a vantagem de não se achar a um tiro de distância da capital do Império, o que a colloca um pouco mais na independência da cidade de Nictheroy, capital da Província do Rio de Janeiro seu desenvolvimento será peiado pela influência da capital, a acção de que carecer em todas as suas necessidades será morosa e tardia”.

A velha pretensão de Campos tornar-se capital voltou a aparecer nos primeiros anos da República juntamente com os projetos modernizadores, e pode-

se dizer que este anseio político foi uma das causas principais que impulsionavam as intervenções no espaço urbano e também as mudanças dos padrões de conduta da sociedade. Lamego Filho em sua obra “Campos Capital do Estado do Rio de Janeiro”(1930) apontava algumas razões para que fosse realizada a transferência:

“A completa autonomia estadual, que nunca possuíamos, retirando-nos da pressão inevitável do Catete. Colocar a nossa sede política, em sitio incomparável para sua expansão urbana e ao abrigo de planos estratégicos pelo mar. Empregar no norte do Estado do Rio, até hoje abandonado, as rendas estaduais que volumosamente dahi saem; Dar á vida fluminense uma feição inteiramente sua, impossibilitada pela collocação de Nitheroy, espelho da capital da República;...”

### *3.1 – As Posturas Municipais: A cidade Que Se Quer*

#### *3.1.1 – Com relação à higiene e saúde públicas*

As discussões na Câmara Municipal sobre as condições de salubridade da cidade começaram a se intensificar no limiar do século XIX, quando, à luz dos discursos dos higienistas, verificou-se que os “problemas urbanos” exigiam soluções definitivas e não mais paliativas.

A leitura do livro *de Acta de Instalação da Presidência da Câmara* (8/01/1895) oficializando a posse do seu novo presidente, o médico Manoel Gesteira Passos, revelou que a prioridade da sua gestão seria a instalação de uma Comissão para elaborar novas Posturas Municipais<sup>18</sup>. Já na primeira reunião

---

<sup>18</sup> As Posturas Municipais eram o instrumento regulador dos usos e da organização do espaço urbano, desde o período colonial. À Comissão das Posturas Municipais (1895) coube fazer um levantamento dos problemas urbanos que mais afligiam a sociedade, como por exemplo, as epidemias, o serviço de limpeza pública, o trânsito de animais nas vias públicas, o abate de animais, principalmente o bovino e o suíno para, a partir destes dados, elaborar uma série de leis.

da Assembléia Municipal de 1896 foi apresentado para discussão e votação o Código de Posturas<sup>19</sup>, constando na mesma Ata que *“aprovado, vai publicar-se em separado com as emendas apresentadas e aprovadas (Livro de Registro, Ofícios e Portarias 1895/1897, p.153- Ata 1ª reunião da Assembléia Municipal, 12/2/1896)* “.

Desde do fim do século XIX encontram-se nas Atas da Câmara Municipal relatos que alertavam sobre a necessidade de zelar pela higiene pública.

“Considerando que o Município de Campos pela sua riqueza, pelo impulso que apresentam seu comércio e sua indústria e o desenvolvimento de sua população, já que não pode demorar a instalação de um serviço de higiene pública, de acordo com as normas da ciência moderna, afim de combater os fatores de contágio existentes e de promover a civilização e o progresso (...) a Câmara Municipal decide criar a função de inspetor e de encarregado municipal para as questões de higiene, o instituto de vacinas e o departamento de higiene” (Acta da Assembléia Municipal – 4/9/1896 – Dr. Cardoso de Mello, pg.186)”.

Mas foi na gestão do médico Benedito Pereira Nunes<sup>20</sup>, como presidente da Câmara Municipal, em 1901, que esta discussão se intensificou com um discurso de forte cunho higienista, enfatizando a necessidade das intervenções urbanas; veiculando a imagem de uma cidade saneada (tanto no aspecto físico quanto no social).

O primeiro ato da gestão de Pereira Nunes foi apresentar seu programa administrativo, cujo principal objetivo era resolver os problemas de saneamento que, no seu entender, decorriam das condições naturais do espaço urbano campista e da situação precária dos velhos casarões que nele existiam.

No seu discurso Pereira Nunes descreve a cidade da seguinte forma:

---

<sup>19</sup> Este Código de Postura, de 1896, não foi encontrado nos arquivos da Câmara Municipal de Campos, mas isto não chegou a comprometer muito a pesquisa, pois encontramos em outras atas textos que faziam referências a estas posturas.

<sup>20</sup> Pereira Nunes formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, especializando-se em saúde pública e higiene. Além do cargo político, era também integrante da Associação Comercial de Campos, entidade representativa no meio social e político da cidade, que abraçou a campanha para que Campos se tornasse capital do Estado do Rio de Janeiro.

“cidade de ruas, becos e vielas sombrias cheias de casebres escuros e insanáveis, cobrindo assim um meio nosológico de condições semelhantes a muitas cidades asiáticas, onde a peste é endêmica, onde transformações ocorridas deviam-se à engenharia indígena e aos construtores coloniais”.

As epidemias ocorridas na cidade de Campos sempre foram alvo da ação do poder público. Segundo Vieira (2000) ocorreram diversas manifestações epidêmicas na cidade durante o século XIX, entre as quais estavam: a febre amarela, a varíola, o beribéri, a peste bubônica, além da cólera e da tuberculose. Para resolver este problema foi estabelecido, no fim do século XIX, o órgão de Direção de Hygiene e Assistência Pública Municipal, para obter um controle nos casos das epidemias e endemias ocorridas na cidade e no Município.

Mas muitas dessas doenças ainda persistiam nas primeiras décadas do século XX, fato que levou Pereira Nunes, em 1901, a nomear delegados da Hygiene Municipal, os médicos Ramiro Braga e Luiz Sobral\*, que em setembro de 1901, declaravam extinta nesta cidade a epidemia de varíola. Na perspectiva de “modernizar” e “sanear” a cidade, convidou, no mesmo ano, o engenheiro sanitário Saturnino de Brito para elaborar um Plano de Saneamento para Campos, como já foi mencionado anteriormente nesta dissertação.

As ações políticas de Pereira Nunes foram tão importantes, no processo de modernização da cidade, que em 1928, foi publicado no livro denominado “*Estado do Rio de Janeiro e os seus Homens*”, editado pela Imprensa Oficial, um artigo intitulado “*Campos e a Administração Pereira Nunes*” destacando toda sua trajetória política, desde dos seus mandatos como presidente da Câmara em 1901, 1907 e 1915 e depois quando foi prefeito de Campos, em 1928/1929, sempre preocupado com a salubridade e modernização da cidade.

“...eminente governador do povo campista não tem descuidado, nem um só minuto, da terra que dirige, olhando mesmo, com especial carinho pelo seu progresso constante” (Estado do Rio de Janeiro e os seus homens, p. 70).

A partir de 1902, a municipalidade iniciou medidas incisivas sobre a higiene do espaço público, principalmente nas ruas centrais da cidade, normatizando as

---

\* Anexo III do deste médico quando delegado de Higiene da Câmara Municipal de Campos entre 1901 e 1905.

condutas e o uso deste espaço. Em uma sessão extraordinária os membros da Câmara resolveram proibir a permanência de quitandas na área central.

**“Art. 1º Fica proibido a permissão para o estabelecimento de kiosques dentro do perímetro urbano. Considerando que os interesses da saúde da população devem merecer todas as atenções da administração pública. As casas de quitandas nesta cidade pelas suas más condições higienicas agravadas no momento pela peste são áreas de contágio e talvez domicílio a permanência de ratos (Acta da 6ª sessão extraordinária para divisão dos districtos em seções eleitorais, numeração e designação dos edifícios onde devem ellas funcionar – pág.11- livro 1900 à 1902).”**

Manoel Rodrigues Peixoto, campista, usineiro, parlamentar e intelectual, assume a Prefeitura, em 1904<sup>21</sup>. Sua gestão, segundo Salgado (1988) foi firme e controlada. Convidou o arquiteto Morales de Los Rios a vir para Campos afim de colaborar na melhoria urbana da cidade, visando inicialmente reformar a praça Nilo Peçanha.

Em 1905, foi nomeado prefeito de Campos Manoel Camillo Ferreira Landim, advogado pernambucano aqui radicado, dando continuidade ao processo de melhorias para a área central da cidade. Logo no ano seguinte, Manuel Landim enfrentou um sério problema, a enchente provocada pelo Rio Paraíba, que destruiu vários prédios, residências e edifícios institucionais. A cidade ficou sem luz, sem comunicação, sem lugar suficiente para alojar os desabrigados, com problema de abastecimento de água, falta de alimentos, um verdadeiro caos. Além das doenças já existentes, começaram a surgir os primeiros casos de febre tifóide e peste bubônica.

A enchente de 1906, além de destruir 236 construções da parte baixa da cidade e as obras de contenção, provocou a ocorrência de uma grande epidemia da peste bubônica. Esta doença fez inúmeras vítimas, entre elas três grandes médicos: Lacerda Sobrinho, Luís Cardoso de Melo e Silva Tavares, como relata o memorialista e literato Waldir Carvalho (1985:154).

---

<sup>21</sup> Neste ano, ocorreu a reforma Constitucional Fluminense, as Câmaras Municipais tornaram-se apenas um órgão legislativo, ocorrendo à definição da Prefeitura como órgão administrativo e executivo da cidade.

”Grassava em Campos, em 1906, o chamado “ mal levatio”, a terrível epidemia, contra a qual, a medicina era impotente para detê-la. Os casos fatais foram inúmeros e suas vítimas eram pobres desvalidos como também as pessoas de recursos. Mas também três grandes médicos que lutaram para salvar vidas e acabaram sendo contaminados e levados a morte, fato que chocou profundamente a sociedade campista: Dr. Lacerda Sobrinho, Dr. Luís Cardoso de Melo e Dr. Silva Tavares “

A morte dos três médicos, que combatiam a peste bubônica, foi um fato tão marcante que em toda a imprensa campista foram publicadas notas sobre o falecimento destes médicos. O jornal *O Monitor* publicou a seguinte nota:

“Mais ainda uma morte que veio enlutar e consternar a população desta cidade, já tão cruelmente ferida pelo desaparecimento rápido, inesperado de tantos campistas ilustres e úteis à sociedade. Sucumbiu ontem às 7 horas da noite, vítima do cruel mal que tantas lágrimas tem causado, o ilustre Dr. Luís Cardoso de Melo, clínico nesta cidade, filho querido deste município e geralmente estimado” (O Monitor 23/8/1906).

Faria (1998) afirma que a partir da enchente de 1906, o discurso sobre a cidade começou a levar em conta, não apenas as deficiências físicas do local e as calamidades que delas decorreriam, mas a cidade e a parcela da população que era atingida pela peste bubônica e considerada seu foco de difusão. Nesta condição de crise, o projeto reformista de 1902, voltou a ser discutido demonstrando a sua importância para a transformação do espaço urbano campista.

### *3.1.2 – Com relação à representação e práticas culturais da rua*

Como vimos, a rua era um dos principais alvos dos idealizadores da cidade moderna. Considerada um lugar propício aos conflitos, a rua passa a ser regida por inúmeras leis relativas a usos, comportamentos e higiene, com o objetivo de reordená-la para ser o espaço de circulação de bens e símbolo do progresso.

As ruas centrais deveriam ser reservadas para as principais casas comerciais, como joalherias, lojas de tecidos importados, livrarias, os cafés, os teatros, e freqüentado pela burguesia. Na concepção dos comerciantes, a presença de ambulantes denegria a imagem da cidade. As decisões da Câmara apoiavam-se nos discursos que disseminavam a idéia de que tudo que se relacionava aos pobres era considerado desordem. Um exemplo disso encontra-se no trecho da Ata de 15/01/1901:

“Afirm de evitar o constante ajuntamento de engraxates na rua 13 de Maio que alhi constantemente promovem desordens, proponho que a Câmara não conceda mais licenças aos engraxates avulsos e sim aquelles que tivessem um ponto determinado para estacionar, officiando-se nesse sentido aos fiscaes”. (Acta da 1ª sessão ordinária – p. 83 – sala das sessões, 15 de janeiro de 1901 – J.Miranda Nogueira, aprovada depois de vencida a urgência).

Em 1904, novas alterações foram feitas no Código de Posturas no sentido de controlar cada vez mais as atividades que, normalmente, eram desenvolvidas pela população pobre.

“Art. 20 - os cocheiros, carroceiros e estivas, só podem continuar exercer suas funções mediante matrícula e atestado de comportamento fornecido pela autoridade policial (Acta da segunda sessão extraordinária, em 20/2/1904,p. 154).”

Em 1915, o prefeito Luiz Sobral apresentou seu relatório em uma reunião com o Conselho de Vereadores e, na parte das Disposições Gerais, propôs uma medida para controlar a venda de aguardente ou qualquer outra bebida alcoólica nos estabelecimentos, não apenas da cidade, como também no Município de Campos dos Goytacazes, o que geralmente proporcionava badernas nas ruas, perturbando a tranqüilidade pública.

**Artigo 16:** “Todas as casas de seccos e molhados do Município, que venderem bebidas alcoólicas de qualquer espécie ou



qualidade a varejo, fica sujeita ao alvará annual de sessenta mil réis, independente dos demais a que estiver sujeita”.

Esta norma veio corroborar os artigos escritos por Lima Thompson, e também pelo médico Ramiro Braga, em *A Aurora*, nos quais exigiam uma ação punitiva ou de repressão à venda das bebidas alcoólicas, que além de prejudicar a saúde dos indivíduos, era um fator “desviantes” perturbador da ordem do espaço público.

Entretanto, apesar do discurso oficial, percebe-se uma certa “resistência” por parte da população pobre que ocupava a área central da cidade, mantendo suas práticas culturais e suas atividades econômicas.

### *3.1.3 - O combate aos cortiços: Insalubridade x Salubridade física e moral*

Visando à consolidação de um pensamento urbanístico de caráter essencialmente sanitaria, o controle da saúde pública e da conduta a ser exercida neste novo espaço foi fundamentado na erradicação dos cortiços do perímetro urbano.

As condições de habitabilidade levaram as cidades brasileiras a uma campanha de higienização, de acordo com a gravidade de seus problemas. Segundo Damásio (1998), a política adotada no saneamento em relação à habitação visou, antes de tudo, eliminar das cidades as áreas de adensamento. Com a dispersão pela periferia esperava-se que as epidemias cedessem.

Em Campos, a erradicação deste tipo de habitação estava presente nas discussões das Assembléias na Câmara Municipal desde 1896, final do século XIX, como se vê abaixo:

#### **Ao Ilmo Dr. Luiz Cardoso de Mello**

“Tendo esta Câmara em sessão de cinco de dezembro do ano findo autorizado o presidente a **desapropriação judicialmente dos prédios da rua 15 de Novembro, que ainda não foram demolidos para alargamento ao trecho da rua Jaca a rua Rocha Leão e querendo eu executar aquela autorização por ser urgente o calçamento d’aquela trecho**, resolvi nomear uma comissão de V.S<sup>a</sup>, do vereador Joaquim Rodrigues Pinheiro

Barboza, para acompanhados do arquiteto da Câmara Snr. Chrispim Corrêa da Silva examinarem os prédios que possua naquele trecho de rua, avaliarem e entrarem em acordo amigável para serem elles desapropriados, comunicando-me o resultado do acordo (Acta do Livro de Registro, Officio e portarias- 1895/1897, 28/2/1896 p.30).”

Em outro momento, no mesmo ano, nota-se que o Poder Público começava atender a necessidade clamada na revista *A Aurora* a respeito da salubridade do espaço urbano em relação aos cortiços.

**Parecer n.6::** estabelece a nomeação de uma comissão composta de 13 membros da municipalidade e do médico da Câmara, **a fim de visitar os chamados cortiços e fazer fechar aqueles que não apresentem as devidas condições higiênicas** – (sala de sessões 4 de março de 1896: Cardoso de Mello, Joaquim Rodrigues, João Thomaz Faria – aprovada depois de vencida a urgência sendo nomeada uma comissão composta de fiscais acompanhados pelo médico Cardoso de Mello e o engenheiro João Thomaz, p. 56).

Mas os proprietários destes prédios sempre tentavam justificar-se perante a fiscalização, alegando que os baixos aluguéis e o baixo valor da propriedade predial impediam a manutenção dos prédios. Assim a Câmara resolveu adotar as seguintes medidas, que foram registradas na Ata da 1ª Reunião Extraordinária de 15/01/1903, que indicava:

“Considerando que, devido as múltiplas causas, tem a propriedade predial em Campos decrescido extraordinariamente de valor. Considerando que, no momento actual, não pode certa propriedade comportar mais ônus, sem grande sacrificio até mesmo para as necessárias reformas nas condições de habitabilidade de muitos prédios. Considerando que o serviço hygiênico de remoção de lixo domiciliar, mais aproveitável ao inquilino do que ao proprietário, pode ser feita por empresas particulares, as quais a Câmara poderá conceder vantagens legais, coagindo pela severa fiscalização da repartição de hygiene e dos fiscais, ao rigoroso aceio das habitações”.

A Câmara Resolve: Art 1º - Para melhor ocorrer a salubridade e aceio da cidade, fica estabelecido a taxa sanitária mensal de 1\$000 a 2\$000, paga pelos proprietários que residem em prédios próprios ou pelos inquilinos que occuparem alheios, sendo a cobrança effectuada segundo o valor locativo da seguinte forma: 1\$000 para casas até 3\$000 de aluguel e 2\$000 para aquellas casas de aluguel superior.

§ 1º Só ficarão sujeitos a esse imposto os prédios situados na zona servida pela rede de água e esgotos e pelas carroças de limpeza pública.

§ 2º Ficam isentos desta taxa o edifício de Hospital da Santa casa de Misericórdia de Campos; o Asylo da Lapa; o Paço Municipal ; o Lcyeu de Artes e Offícios; o Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência, os edifícios das sedes de Associações

A grande enchente de 1906, que devastou muitas edificações coloniais ainda existentes na cidade, fez com que a questão da moradia ganhasse prioridade nas discussões da Câmara Municipal. Diante deste quadro, as comissões de higiene intensificaram as fiscalizações sanitárias, sobretudo em algumas moradias da população pobre urbana, pois acreditava-se que não adiantaria fazer melhorias no espaço público se o espaço privado continuasse insalubre e sem uma infra-estrutura. A Direção de Hygiene e a Assistência Pública Municipal tomaram atitudes rigorosas, principalmente a respeito das condições de moradia, como podemos verificar no texto abaixo:

“As casas de aluguel que vagarem não serão ocupadas sem exame prévio da Comissão de Hygiene que verificará as condições de hygiene e habitabilidade, intimando o proprietário á procederem as obras que esta comissão julgar necessárias, inclusive caiadura, pintura, isolamento do solo etc” ( Ata da Assembléia sessão ordinária de 29/9/1906)

Para solucionar o problema, a Ata da 5ª sessão do Conselho de Vereadores, de 20/09/1915, na página 29, tem um parecer da Comissão de Orçamento, Fazenda, Patrimônio e Obras Públicas, para que seja aprovada a proposta da *Companhia “O Prédio”*:

“...construção de uma villa operária com cento e cinquenta casas para operários, observadas as seguintes restricções: ficando de nenhum effeito a clausula referente aos esgotos “separados absoluto”e as clausulas sobre o título “Especificações” ficarão sujeitos ao Código de Posturas Municipaes. Nestes termos formula o seguinte:

#### **Projecto nº 6**

Art. 1º - Fica o Prefeito autorizado a ceder gratuitamente a Companhia de construções “o Prédio”, os terrenos compreendidos entre as ruas Marechal Floriano, Aquidaban e Tenente Coronel Cardoso, para a construção de uma vila operária.

A construção de vilas operárias, como nos esclarece Correia (1994), inseriu-se em uma ação mais ampla de controle social, desencadeada no Brasil nas últimas décadas do século XIX, mobilizando industriais, médicos, engenheiros, religiosos e administradores públicos. Entendendo o meio como formador dos indivíduos e a questão social como sendo, sobretudo, de ordem moral e sanitária, estes grupos envolvem-se num amplo esforço de regeneração social do pobre.

Os cortiços “velhos casarões”, moradia da população pobre eram sinais evidentes da existência das construções coloniais e, como tais, em nome da higiene, deveriam ser demolidos, pois não eram compatíveis com os novos símbolos do progresso e da modernização.

### *3.2 – A imprensa denunciando: A Cidade Que Se Tem*

O jornal *O Monitor Campista* publicava algumas notas que denunciavam as práticas condenáveis no espaço urbano, demonstrando a sua existência e persistência, apesar das ações políticas da Câmara Municipal no sentido de erradicá-las definitivamente. É importante ressaltar que a maior parte da população que freqüentava as ruas e aí praticava suas atividades culturais, religiosas, de ganho ou até mesmo seus delitos, era composta por negros ou pardos\*. Abaixo relaciono uma série de textos que comprovam que esta população era a mais visada pelas leis.

“Uma cidade violenta (roubo de 10 contos de réis) do Sr. Idelfonso José Dutra de 50 anos, de Itaperuna. Chegando à cidade, trazendo 10 contos, foi abordado às 10:00 horas da noite, por dois elementos pardos, segundo testemunhas, quando dirigia-se para o porto em frente a rua Direita. Foi amordaçado e amarrado, sofreu violência física (*O Monitor Campista* – 22/01/1901,p.18).”

“Perambula nesta cidade, um menor de 12 anos de idade de nome Alfredo, de cor parda e que é um distinto passador do conto do vigário. O seu conto resume nisto:

---

\* Anexo III foto de um menino fazendo o ganho de rua.

Vai à casa de um cidadão e pede emprego  
Quantos queres ganhar? Perguntam-lhe  
Como eu não tenho nem pai e nem mãe, fico satisfeito com casa e comida.  
A pessoa procurada compadece-se do menor e fica com elle, e se no dia seguinte, manda-o ao mercado fazer compras, o Alfredo não volta mais, carregando com o dinheiro do patrão (*O Monitor Campista*, 11/2/902).”

“Já tivemos ocasião de chamar a atenção da polícia para um grupo spirita que funciona à rua Visconde do rio Branco, attendendo assim reclamações que nos foram dirigidas. Hoje por equal moivo voltamos de novo a pedir a autoridade policial a sua atenção para um grupo spirita, que trabalha na rua 13 de Maio, mais ou menos, no ponto em que termina essa rua, isto é, no Becco. Segundo nos informaram o Sr. Advogado no seu spiritismo explora os que alli em desespero buscam auxílio para seus problemas, praticando a má fé, além das práticas deste tipo de religião ser condenada pela sociedade”. (*O Monitor Campista*, 6/8/1903 - num 178)

“Aparece quase todas ás noites, no Boulevard da Imprensa um indivíduo baixo, mulato e ébrio habitual, gritando com todas as forças dos seus pulmões e interpellando inconvenientemente os trausentes. Recommendamol-o a polícia, para bem da tranquillidade pública (*O Monitor Campista*, n. 266, 18/11/1905)”.

Hontem às 8:00 horas da noite, mais ou menos, dois homens pardos, um tanto alcoolizados, encontrando-se com um vendedor de empadas á rua Santa Efigênia; agrediram-no, apanhando a força algumas empadas e dannificando o depósito em que as mesmas se achavam. Polícia toma providências, não podemos ficar a mercê destes marginaes!! (*O Monitor Campista*, n. 276, 10/12/1905)”.

Apesar desta repressão, acreditamos que foi por essas práticas culturais que a população pobre deixou alguns traços materiais, talvez menos duradouros e evidentes que os patrimônios arquitetônicos, mas muito arraigados nas nossas atuais práticas cotidianas. Segundo Pechman, por mais que valorizasse o lar em relação à rua, o projeto higienista não conseguiu erradicar totalmente da rua as práticas e a presença popular, pois os espaços públicos são eternamente reinvidados, repossuídos e reinventados por aqueles setores que, mesmo marginalizados, participam do processo social da cidade.

Entretanto, não eram apenas as práticas populares que permaneciam, a cidade também parece resistir ao projeto reformador, como nos aponta Faria

(1998) baseada no editorial do jornal *A Gazeta do Povo*, intitulado *O problema de saneamento, uma solução viável, uma intervenção vantajosa*, que dizia:

“O problema do saneamento de Campos, obra complexa de grande abrangência, interessante não só para a cidade, mas também para o Estado e para a União, vista a proximidade e os contatos diários que nós temos com a capital federal, merece ser objeto da ação dos poderes públicos federais e municipais. A peste bubônica sé existe em Campos porque nós temos um serviço muito ruim de esgotos e porque a água fornecida é de qualidade insuficiente. Um grande número de edifícios urbanos ignora a hygiene doméstica e porque há no perímetro urbano ainda as baixadas insalubres e terrenos pantanosos (*Gazeta do Povo*, 03/11/1911)”.

Outra nota, citada por Faria, que pela linguagem sofisticada, parece ser de um letrado, denuncia o estado de abandono da cidade e reclama um projeto mais abrangente e eficiente.

“Existe um projeto de saneamento para esta cidade. Presentemente o ilustre engenheiro que o concebeu filho desta terra encontra-se embelezando Recife. Hoje, o doutor Saturnino de Brito abre avenidas e instala água e esgoto na cidade que tem mais sorte que a nossa. Entretanto, Campos, sua cidade natal a que ele consagrou com carinho um estudo e imaginou as necessidades ; para a qual ele concebeu um projeto de saneamento, parece ter filhos ilustres apenas para o bem de outrem e de outras regiões. Este projeto, nobre estudo sobre a arte e a hygiene, relatório completo sobre nossas necessidades foi esquecido (*Gazeta do Povo*, 03/11/1911)”.

### *3.3- A viabilização da “Cidade Moderna”*

O processo de remodelação da cidade de Campos dos Goytacazes recebeu um grande impulso com a criação, em 1913, do imposto de exportação do açúcar, que proporcionou um aumento nas finanças da Prefeitura.

Foi na gestão do prefeito Luiz Sobral que a cidade de Campos viu a concretização da construção dos símbolos da modernidade. Durante os seis anos

em que administrou a cidade (1915/1920), Sobral buscou implementar as principais obras do Plano de Saneamento de Brito (1943) elaborado em 1902, como Mercado Municipal, Matadouro Modelo\*, Triturador de lixo e alargamento das ruas centrais\*\*.

Luiz Sobral realizou a retirada dos cortiços da área central considerando a crescente pressão dos grupos imobiliários e os interesses dos grupos empresariais atentos às oportunidades de investimentos, desapropriando prédios insalubres e terrenos da zona de utilidade pública, conforme demonstra o Relatório da Prefeitura de Campos dos Goytacazes apresentado ao Conselho de Vereadores, em novembro de 1915.

Isso gerou a valorização do solo urbano, principalmente na área central da cidade, ocasionando uma mudança no estilo arquitetônico, na morfologia social e urbana, como também nas representações e práticas culturais. Paralelamente às obras públicas de infra-estrutura (instalação de água, esgoto, iluminação, alargamento de ruas), iniciou-se a ocupação deste espaço por casas comerciais de luxo, cafés, teatros e nas adjacências desta área, começaram a ser construídas as edificações da burguesia, dos intelectuais e dos profissionais liberais que faziam parte da elite social campista.

Em relação à limpeza pública, Sobral propôs em discussão na Câmara, a criação do Triturador de Lixo para a cidade. Como demonstra a Ata da vigésima sessão do Conselho de Vereadores, em 23/11/1915:

“..É urgente a necessidade máxima sob o ponto de vista da hygiene urbana, cuidar-se definitivamente do destino do lixo ou de remove-lo da cidade. Hygienico, porque o lixo triturado, pela grande oxygenação que sofre quasi perde o cheiro mauseabundo e característico e assim é removido da cidade sem perigo e de forma econômica, ponde ser aproveitado para adubar a terra”.

Outra proposta da Prefeitura enviada à Câmara foi a de que fosse estudada e aprovada, a criação urgente do Matadouro Público. Além disto, Luiz Sobral queria a adoção

---

\* Ver foto Anexo III

\*\* Idem

de medidas enérgicas no abate de animais e nas normas que os estabelecimentos que realizariam as vendas, deveria cumprir, perante a fiscalização.

**Paragrafo 5º**

Caso se realize esse empreendimento, outros serviços municipais serão remodelados, sendo de demais urgência o Matadouro Público.

**Parágrafo 6º**

A cobrança dos impostos “Taxas Sanitárias” e “Talho Urbano”, precisa ser feito por tabelas um pouco mais acrescidas, por perfeitamente justificadas com os serviços a serem executados.

A sua construção ocorreu, em 1921, numa área afastada do centro da cidade, afim de evitar à população urbana qualquer tipo de contaminação e proliferação de doenças.

A presença de ambulantes na área central passa a ter controle mais rígido, para inibir que fossem burladas as normas sanitárias. Luiz Sobral criou a seguinte regra que foi aprovada no Conselho de Vereadores, em 23/11/1915, para ser exercida no início de 1916:

“Os ambulantes tinham que tirar alvará para terem a liberação da prefeitura e da comissão sanitária para trabalhar, mas só receberiam a licença mediante ao alvará, cujo valor anual era de 1:000\$000 e obrigatoriamente teria o retrato de quem fosse trabalhar, fazendo-o colar no referido alvará, para melhorar a fiscalização (Ata sessão extraordinária do Conselho de Vereadores- 23/11/1915, disposição geral, título III, p.7)”.

Este controle se estendia a todo tipo de comércio, como demonstra o *Relatório - Orçamento da Receita e Despesas da Prefeitura para o exercício de 1916*, na parte referente a Disposições Gerais, no artigo 5º.

“Ninguém poderá ter negócio de qualquer natureza, fixo ou volante, fábrica ou officina, ainda que não tenha porta aberta, depósito de qualquer espécie, escriptorio, consultório, tendas e barracas, exhibições, diversões, espetáculos públicos theatraes, equestres e cinematographicos, vehiculos terrestre, particulares ou a frete, kiosques, taboletas, toldos, placas, telheiros, lampeões e postes para aununcios, sem previa licença da Prefeitura e pagamento do respectivo alvará (Relatório - Orçamento da Receita e Despesas, para exercício de 1916, p. 19)”.



Outra realização de Luiz Sobral foi a construção de um novo Mercado Municipal, pois considerava o antigo um local acanhado, com falta de higiene, precisando de uma remodelação. Conforme constatado, a obra para a construção do novo Mercado iniciou-se em 1917, numa área próxima ao canal Campos - Macaé, onde se mantêm na atualidade.

Este processo de modernização urbana fez com que muitas empresas construtoras viessem instalar-se em Campos para realizar as obras nas praças, edificações e residências que estavam surgindo.

A atual avenida 15 de Novembro\* sofreu, neste período, uma remodelação profunda, que incluiu a construção de diques e muralhas ao longo do percurso do rio Paraíba do Sul na área urbana, para evitar as inundações, que sempre trouxeram sérios problemas para o espaço urbano e para a população campista.

O embelezamento da avenida, com a retirada dos curtumes, dos armazéns, do mercado de peixe a beira do rio e também a retirada das edificações coloniais, permitiu a consolidação da modernidade do espaço urbano central, como também a mudança dos freqüentadores desta área.

Durante esse período, quando *A Aurora* era produzida e vendida na cidade do Rio de Janeiro, a revista serviu para relatar, para divulgar, a modernização de Campos dos Goytacazes, na gestão do prefeito Luiz Sobral, demonstrando assim, o quanto era evoluída, podendo lançar-se como indicada para ser a capital do Estado do Rio de Janeiro. *A Aurora* também apontava as pessoas importantes da cidade, como os intelectuais, os industriais, os grandes comerciantes, as principais instituições, a programação cultural e a produção literária campista.

É importante destacar que o término da publicação da revista *A Aurora-Lettras-Artes-Sciencia* (em 1917), coincidiu com o auge da gestão da Prefeitura de Luiz Sobral, quando este concluiu as principais obras de modernização da área central da cidade.

Assim, Luiz Sobral – tanto o médico como o administrador – desempenhou um papel relevante, no processo de modernização do espaço campista. O seu

---

\* Ver anexo III

nome é lembrado na atualidade como uma personalidade de destaque. Na vida pública, além deste longo período em que exerceu o cargo de prefeito de Campos, foi também deputado estadual, sempre lutando por melhorias para Campos dos Goytacazes.

Segundo o memorialista Waldir Carvalho (1985), na primeira metade do século XX o prefeito Luiz Sobral bateu o record de duração no poder municipal, pois em lugar de cumprir a gestão de um ano, como vinha acontecendo com seus antecessores, permaneceu à frente da municipalidade até 1920.

As ações políticas do médico Luiz Sobral tiveram uma grande repercussão no cenário nacional, trazendo a Campos, para a inauguração das obras de modernização da área central, o presidente do Estado do Rio de Janeiro, o campista Nilo Peçanha e o presidente da República Wenceslau Braz.

Neste evento também esteve presente um jornalista argentino correspondente do jornal *“El Diario”* e da revista *“Caras y Caretas”*, Manuel Láinez, que divulgou, em uma publicação intitulada *Notas Del Brasil – Crônicas e Impressiones* (publicadas em Buenos Aires, em 1917) suas impressões sobre Campos:

“Campos, ciudad que trabaja y rie – Lo que revelan nuestros diarios – El doctor Nilo Peçanha es el estadista mais notable. – Lo que el periodista argentino piensa del Dr. Luis Sobral y del coronel Sebastián Brandão.

.... Ellos me han revelado no solamente la **cultura y el progreso moral e material de Campos, sino también su potencialidad financeira y comercial**: los avisos de los diarios son los mejores termómetros de la vida económica de los pueblos. Y cuántos avisos tienen vuestros diarios!

**Campos me dió la sensación inmediata de una ciudad que vive, que prospera, que trabaja; he visto su movimiento de noche y lo he visto de día: vi una población alegre, bien vestida, que se divertía, que reía; vi una población sana, pues la risa es síntoma de salud, y vi luego la población que trabaja.**

Segundo Orlandi (1999), de tanto repetir os valores que deveriam pautar as atitudes das pessoas e a organização do espaço, na tentativa de alterar os padrões de condutas existentes, o discurso produzido sobre a higiene, tanto na imprensa como nos órgãos públicos, fazia parte de uma campanha sistemática

contra as representações sociais e práticas culturais herdadas da cidade colonial, podendo-se considerar que esta campanha era de doutrinação para a civilidade. Um exemplo claro disso é a matéria do viajante argentino sobre Campos dos Goytacazes, em 1916, cuja leitura nos sugere que os discursos higienistas da revista *A Aurora*, que incentivaram as ações do poder público juntamente com as denúncias do jornal *O Monitor Campista*, conseguiram produzir a imagem da cidade moderna, progressista, tão desejada por eles e “esconder o passado que, certamente ainda existia, embora na periferia da cidade.

## CONCLUSÃO

Nas primeiras décadas do século XX, a representação da cidade era construída, antes de tudo, a partir da crítica da cidade herdada do período colonial. Esta era vista como impeditiva à circulação dos homens, de bens e de idéias. A regularidade e a simetria da cidade moderna opor-se-iam à desordem do tecido urbano colonial. Assim, a circulação, a higiene e o embelezamento constituíram as três virtudes esperadas de uma cidade moderna. Sem dúvida, esta visão de cidade moderna tomava como referência o modelo europeu de civilização.

Nesta visão, o higienismo propiciou o controle sistemático do uso do espaço urbano, da integridade do corpo e do indivíduo, aplicando às cidades brasileiras estratégias de organização do espaço urbano e de confinamento de corpos. As propostas e intervenções dos higienistas brasileiros apoiavam-se sobre estas estratégias, adaptando-as a cada meio específico, como vimos acontecer em Campos.

Observei, neste estudo, que a higienização e o urbanismo confundiam-se, pois o discurso higienista estava no cerne das reformas e intervenções urbanas. Por outro lado, em nome da higiene e da saúde pública, reformas urbanas foram implementadas, principalmente na área central da cidade de Campos dos Goytacazes, alimentadas por discursos higienistas e patrocinadas pelo Poder Público.

A higienização, no início do século XX, vista pela ótica da urbanização e embelezamento, foi marcada por dois aspectos distintos, porém convergentes: o teórico e o prático, ambos com uma forte conotação política.

O discurso teórico da higienização no Brasil toma por base concepções urbanísticas, inicialmente antagônicas. Para solucionar o problema sanitário das cidades, as propostas de Saturnino de Brito e seus seguidores incorporam, nos seus projetos, tanto as propostas progressistas de Haussmann para Paris (avenidas, bulevares, instalação de infra-estrutura), como as de Sitte, teórico do urbanismo culturalista. Sitte insistia nos princípios da estética urbana, na escala

de relação das pessoas com o meio urbano, na correlação entre os elementos e o espaço e combatia, fundamentalmente, os bulevares muito amplos de Haussmann. Contra o formalismo da proposta de Haussmann, Sitte propunha a informalidade dos traçados viários, como o das cidades medievais.

Assim, os engenheiros sanitaristas conseguiram expressar-se segundo as duas teorias: admiravam cidades como Paris, justificando ser possível que traçados como esses não fugissem às regras da estética “sittiana”, pois, segundo eles, o próprio Sitte afirmava que os traçados geométricos não impediam a beleza da cidade. A crítica concentrava-se naqueles que adotavam esse princípio estético, acrescido aos princípios do movimento *city beautiful* de embelezamento, mas afastados dos problemas técnicos.

Os discursos de cunho higienista, veiculados por revistas e jornais, eram escritos, em sua maioria por intelectuais, médicos e engenheiros. Estes últimos, legitimados pelo seu saber técnico especializado, foram um dos principais atores deste processo de modernização dos centros urbanos.

A aliança do Poder Público com estes profissionais, especialistas do espaço urbano, fez com que os discursos e práticas ganhassem um caráter político. Ações como abrir espaços, limpar a cidade, eliminar becos, demolir amontoados de casas e casebres (que representavam um perigo em termos de proliferação de doenças infecto-contagiosas), constituíram-se em bandeira política para disciplinar a sociedade, dinamizar a circulação, facilitar o acesso às áreas beneficiadas e para valorizar o solo urbano. Em nome da higiene, do embelezamento e do progresso, as ruas deveriam ficar livres da população pobre. Foram proibidos: comércio ambulante, festas populares e circulação de mendigos e de desocupados, que eram recolhidos a prisões, a asilos ou hospícios.

Estas medidas conduzem a uma setorização da cidade e do uso dos seus espaços, mudando as referências e práticas de um segmento social (a população pobre) em benefício de outro (a burguesia), separando os grupos sociais, iniciando um processo de segregação sócio-espacial.

A *Aurora* cumpriu, em Campos dos Goytacazes, este papel político, pois os artigos da revista tanto formulavam medidas como cobravam ações concretas da

municipalidade no que se referia à salubridade e, conseqüentemente, à civilidade e modernização do espaço urbano.

Constatei que as diversas intervenções implementadas pelo Poder Público Municipal, seja por meio de legislação ou obras, coincidem com os discursos produzidos pelos médicos, engenheiros e intelectuais, publicados, na revista *A Aurora – Letras – Artes – Ciências*.

Podemos, então, dizer que os discursos da revista *A Aurora – Letras – Artes – Ciências* dirigiam-se ao poder público municipal e à elite dominante, que gravitava ao seu redor.

Percebe-se que a produção do discurso em toda sociedade é ao mesmo tempo controlada, selecionada e redistribuída por esta elite e endereçada a seus pares. Evidentemente, há uma concordância entre Maingueneau e Foucault (1999) quando este diz que o discurso está longe de ser transparente ou neutro, devido a estar sua elaboração ligada a interesses de um grupo ou de uma instituição.

Por outro lado, o jornal “Imprensa” denunciava os problemas e as práticas condenáveis ainda existentes no espaço urbano, incitando e legitimando assim as ações do poder público municipal.

As intervenções no espaço urbano incidiram diretamente no cotidiano da população pobre urbana, não se restringindo apenas à condição de moradia, mas estendendo-se também ao comportamento e hábitos de vida e de asseio doméstico e de práticas culturais. Certamente estas intervenções, nas áreas urbanas centrais da cidade, geraram a valorização do solo, o que impedia a permanência da população pobre, que antes habitava esse local, de continuar a fazê-lo usufruindo os benefícios ali implantados pelas reformas. Boa parte desse segmento social não possuía as condições mínimas de sustentá-las, além do fato de que muitos não tinham a qualificação que o mercado exigia, dificultando assim sua adequação às normas que regulavam as atividades urbanas.

No caso da cidade de Campos dos Goytacazes, a população pobre deslocou-se para Guarús (bairro situado à margem esquerda do rio Paraíba do Sul) ou para a periferia da cidade, como a antiga Fazenda do Beco, após a Estação do Saco (a atual região do parque Leopoldina), onde podiam praticar suas

festas populares, como o jongo, os folguedos de Santo Antônio, o carnaval com Boi Pintadinho, os batuques e mascarados sujos e outras festas populares como Mana Chica. Praticavam os ritos do candomblé, viviam de biscates, do comércio com os tabuleiros, ou criando animais, com uma certa ausência de fiscalização.

Apesar dos repetidos discursos de *A Aurora* e dos jornais, e da rígida legislação buscando adequar a população pobre urbana à nova ordem urbana, não foi possível erradicar de vez sua cultura, hábitos e costumes, que foram passados de geração para geração e ainda permanecem, embora afastados dos bulevares centrais. Estes são reservados ao grande comércio, às vitrines, onde a sociedade se exhibe e exhibe suas formas de “representação exterior”, a meio caminho entre a realidade e a fantasia.

O interessante é que a cidade, por ser produzida por diferentes grupos sociais que a habitam, tem vida própria e nem sempre se curva aos caprichos dos reformadores, administradores e técnicos. A população sempre encontrou uma forma de burlar as determinações legais, criando outras práticas e outros discursos, que nem sempre foram registrados pelos jornais ou revistas, mas que existiram e foram silenciados para a história. Cabe ao historiador dar-lhes visibilidade, ou pelo menos mostrar o que está escondido nos discursos que se apresentam como neutros.

A despeito de nos textos das diferentes fontes primárias utilizadas neste estudo, as palavras “moderno”, “modernidade” ou “modernização” não terem aparecido explicitamente, pude constatar que os preceitos básicos que norteavam as teorias da modernidade, no início de século XX, ali estavam presentes.

A revista *A Aurora – Letras – Artes – Sciencia* foi importante na construção da sociedade moderna, promovendo a cultura e a civilização, viabilizando a instalação da burguesia, que passa a representar a elite campista neste processo de implantação do progresso e da modernização. Isto fica demonstrado quando, ainda, na segunda metade do século XX, foi lembrada pela imprensa campista.

Pode-se considerar que *A Aurora*, ao veicular as idéias ligadas ao próprio contexto de sua existência e ao seu tempo cultural, revelava as variedades de seus propósitos. No decorrer de sua existência *A Aurora* não era apenas uma revista, era mais do que isto, podendo ser considerada como uma agremiação de

fortes traços literários, mas também atenta às condicionantes históricas do seu tempo, veiculando a imagem da cidade “moderna”, “civilizada”, “higiênica” e “embelezada”.

Em 1968, o jornal *O Monitor Campista* publicou semanalmente, na primeira página, nove crônicas, distribuídas nos meses de fevereiro e março, lembrando o papel que a revista *A Aurora* desempenhou no processo de modernização de Campos, fazendo, uma crítica à sociedade que, segundo o autor, deixou-a cair no esquecimento.

#### O que foi a Aurora

“Se a vaidade não nos cegasse, certamente teríamos hoje orgulho, do que representou *A Aurora* para o desenvolvimento intelectual da nossa cidade representando o compromisso de Theóphilo Guimarães e seus companheiros de executar uma revista voltada para um ideal, que era de proporcionar a sociedade campista a modernidade da cidade, tanto no aspecto do embelezamento do espaço urbano quanto no desenvolvimento cultural, na tentativa de projetar Campos em outros centros.

A revista *A Aurora-Letras-Artes-Sciencias* representou a tenacidade de um grupo profissional, científico e de elevado nível intelectual, cuja capacidade é fácil de se conhecer acompanhando o roteiro de suas páginas e os assuntos por elas debatidos. Esse comentário, feito com simplicidade e singeleza, levou os leitores a um resultado importante - a existência de uma revista voltada não só para as letras, mas dedicada aos problemas da nossa cidade ( Rogério Gomes de Souza – *O Monitor Campista* – 3/3/1968)”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



- Alves, H. M. (1996) *Reformas Urbanas e Poder Político: os empresários e o projeto de modernização da cidade de Campos- 1890/1930*. Dissertação de Mestrado em História – Niterói – RJ . Universidade Federal Fluminense – UFF, 250p.
- Andrade, C.R.M. (1999) Camilo Sitte, Camille Martin e Saturnino de Brito: traduções e transferências de idéias urbanísticas. In: Ribeiro, L.C., Pechmann,R. (orgs) In: *Cidade , povo e nação*. Rio de Janeiro. Edt. Civilização Brasileira, 287-310p.
- \_\_\_\_\_ (1994) *Projetos e Estudos Urbanísticos do Eng. Saturnino de Brito para algumas cidades Fluminenses na virada do século. A emergência de um novo saber sobre a cidade*. Anais do III Seminário de história da Cidade e do Urbanismo. USP/São Carlos/SP – 7 a 10 de setembro/94 , 01-23p.
- Aurélio, B. de H. (1984) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p.1234.
- Azevedo, F de. (1995) *As ciências no Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, vol. 322, 1995.
- Baccega, M.A (1995) *Palavra e Discurso – História e Literatura*. São Paulo: Editora Ática. 96p.
- Barbosa, M<sup>a</sup> L.O; Quinteiro,T.;Oliveira,M.G (2001)- *Um Toque de Clássicos – Durkheim, Marx, Weber – 4<sup>a</sup> reimpressão*. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG,157p.
- Benchimol, J.L. (1990) *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca Carioca, v.11. Imprensa Oficial, 319p.
- Berman, M. (1999) *Tudo que é sólido desmancha no ar – A aventura da modernidade*. 16<sup>a</sup> edição.São Paulo: Companhia das Letras.360p.
- Borges, V. R (2000) *Cenas Urbanas – Imagens do Rio de Janeiro em Machado de Assis*. Uberlândia/MG: Aspectus. 108p.
- Brito, S. (1943) *Projetos e Relatórios – Saneamento em Campos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, volume VI. 291p.
- Cardoso, F.H. (1972) *A cidade e a política*. Cadernos CEBRAP, nº 7, SP, CEBRAP.34p.

- Carvalho, J.M.de (1985) O Rio de Janeiro e a República. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.55 nº desta forma 8/9, setembro/84 e abril/85
- Carvalho, M.A .R (1994)- A produção de uma cidade: o Rio de Janeiro por seus autores. In: *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 145p.
- Carvalho, W. (1985) *Gente que é nome de rua. Biografias*. s.l.: s.n., Vol. I,334p.
- Chalhoub , S. (1996) *Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 250p.
- Chartier, R. *A História : entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- Choay, F. (2000) *O Urbanismo – Utopias e Realidades uma Antologia*. 5ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 350p.
- Corrêa, R.L. (1995) – *O Espaço Urbano – 3ª Edição*- São Paulo: Editora Ática, 85p.
- Correia, T. de B. (1994) Os núcleos fabris: a prevenção à cidade e a moralização do trabalhador. In: *Cadernos de Estudos Sociais – Recife*, v.10 – jul./dez.1994,pp.209-226
- Costa. J. F. (1999) *Ordem médica e norma familiar*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 282
- Fabris, A . (2000) *Fragmentos Urbanos – representações Culturais*. São Paulo: Studio Nobel.212p.
- Faria, T.(1998) *Campos dos Goytacazes- Ressources et virtualités d’une ville brésilienne- données de l’histoire*. Tese de Doutorado.EHESS, Paris,França.441p.
- \_\_\_\_\_(2001) *Projeto de Modernização e Mudança da Morfologia Social e Urbana de Campos dos Goytacazes/RJ nos anos 1870/1880- novos equipamentos e infra-estrutura urbana*. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: vol2: 785-796p.
- Fiorin, J. (1998) *Elementos de Análise do Discurso* . Coleção Repensando a Língua portuguesa. São Paulo: Editora Contexto, 93p.
- \_\_\_\_\_(1990) Tendências da Análise do Discurso. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas/SP – UNICAMP – IEL, n. 19, jul./dez.

- Foucault, M. (1981) O Nascimento da medicina social (in) *Microfísica do Poder*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graal. 79-88
- \_\_\_\_\_ (1987) *Vigiar e Punir*. 19ª edição. Petrópolis: Editora Vozes.261p.
- \_\_\_\_\_ (1999) *A Ordem do Discurso*.5ª edição. Petrópolis: Editora Vozes.79p.
- \_\_\_\_\_ (1995) O sujeito e o poder (in) DREYFUS, H e RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio Grande do Sul: Editora Forense Universitário. 300p.
- Giddens , A. (1990) *As Conseqüências da Modernidade*. 4ª edição. São Paulo: UNESP,177p.
- Gomes , C. A.(1999) *Essa Gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo* . Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 114p.
- Hahner, J. (1993) *Pobreza e Política. Os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: Edunb. 417p.
- Harouel, J.L (1985) *História do urbanismo*. São Paulo. Editora Papirus.150p.
- Herschmann , M.(1994) *A Invenção do Brasil Moderno – Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Editora Rocco,223p.
- Hochman, G. (1993) *Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930)*. Estudos Históricos ,6 (11);40-61p.
- Kowarick, L. (1988)- Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo.In: Kowarick,L., Ant. C. In: Kowarick,L.(org) *São Paulo passado e presente: As Lutas Sociais e a Cidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra.49-71p.
- Kropf, S. (1994) – O Saber para prever, a fim de prover – a engenharia de um Brasil Moderno. In: *A invenção do Brasil Moderno* .Rio de Janeiro. Ed. Rocco,203-223p
- Lamego, A . R (1974) - *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro: Editora Lidador
- Lins, I.(1967) *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional,250p.
- Lopes, M.B (2001) - *O Rio em Movimento – Quadros médicos e (m) História – 1890/1920*. Rio de Janeiro/RJ: Editora Fiocruz, 135p.

Maingueneau, D. (2001) *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Editora Cia. Das Letras, 250p.

\_\_\_\_\_ (1997) *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3ª edição. Campinas/SP: Editora Pontes/UNICAMP, 200p.

Martins, A. L. (2001) *Revistas em Revistas: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República (1890-1922)*. São Paulo: Imprensa Oficial SP/EDUSP/FAPESP, 593p.

Muricy, K. (1998) *A razão cética. Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Cia. Das Letras, 150p.

Neves, L.B. (1912) *A relação entre o engenheiro e o médico*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do estado de Minas Gerais, pp.12-13

Pereira Neto, A. F. (2001) - *Ser Médico no Brasil – o presente no passado*. Coleção História e Saúde. Rio de Janeiro/RJ: Editora Fiocruz, 230p.

Orlandi, Eni P. (1990) *Terra à vista: o discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Editora Cortez. Cap.1, (1-36p)

\_\_\_\_\_ (1987) *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2ª edição. Campinas/SP: Editora Pontes, 250p

Pechman, R. (1994) “Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular”. in: BRESCIANI, S. (Org.) *Imagens da Cidade Séculos XIX e XX*. São Paulo: Ed.Marco Zero, 190p.

\_\_\_\_\_ (1998) O urbano: invenção ou descoberta? Para pensar uma história urbana. In: Padilha, N (org) in: *Cidade e Urbanismo – história, teorias e práticas*. Salvador: Editora da UFBA, 29-34p.

Pesavento, S. (1990). *Os pobres da Cidade*. Porto Alegre: Editora UFRGS, Síntese rio-grandense 18-19, 141p.

\_\_\_\_\_ (1999) *O Imaginário da Cidade – Visões Literárias do Urbano – Paris – Rio de Janeiro – Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 393p.

Perrot, M. (1998) *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 250p.

- Possenti, S. A . (1996) O dado e o dado **dado** (O dado em Análise do Discurso). In: Castro, M.F.P. de. (org) *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 90p.
- Rama, A . (1984) *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense,220p.
- Rago, M. (1985) *Do Cabaré ao Lar – A utopia da cidade disciplinar- Brasil 1890/1930*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 290p.
- Ribeiro, L.C.Q (1999) Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: Ribeiro, L.C ., Pechmann.R. (orgs) In: *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 53-78p.
- Richardson ,R .J. (1999) *Pesquisa Social- métodos e Técnicas*. São Paulo: Ed. Atlas. 3ª edição. 150p
- Rolnik, R. (1998) *O que é a cidade*. Coleção Primeiro Passos. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense. 86p.
- \_\_\_\_\_ (1988) São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In:Kowarick, L (org) in: *São Paulo passado e presente: as Lutas Sociais e a cidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 77-92
- \_\_\_\_\_ (1997) *A Cidade e a Lei – Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo*. 2ª edição. São Paulo: Editora Studio Nobel, 242p.
- Rosen, G. (2000) O Industrialismo e o Movimento Sanitário:in *Uma História da Saúde Pública*. 2ª edição. São Paulo: EDSUP. 151-218p
- \_\_\_\_\_ (1980) – *Da Polícia Médica à Medicina Social*. Rio de Janeiro/RJ: Editora Graal, 250p.
- Salgado, Hervê .S.(1998) *Campos – Na Taba dos Goytacazes*. Série Municípios. Niterói:Imprensa Oficial, Biblioteca de Estudos Fluminense, 340p.
- Schorske, Carl E. (1989) *A cidade segundo o pensamento europeu – de Voltaire a Spengler*. São Paulo . Espaço e Debates: NERU, ano IX, nr. 27
- Sevcenko,N.(1995) *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª edição São Paulo: Ed. Brasiliense,257p.
- Sell, C.E. (2000) *Sociologia Clássica*. 2ª edição. Vale do Itajaí, PR. Editora da Universidade do Vale do Itajaí.227p.

- Soares, Mozart P. (1998) *O Positivismo no Brasil . 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: editora da Universidade Federal do rio Grande do Sul, 205p.
- Sousa, H. (1984) *Cyclo Áureo*. Itaperuna-RJ: Editora Damadá, 210p.
- Souza, C.F.de, Damásio, C. (1998) Os primórdios do urbanismo moderno: Porto Alegre na administração Otávio Rocha. In: Padilha, N.(org) *Cidade e Urbanismo- História, teorias e práticas*. Salvador: Editora da UFBA, p.203-217
- Topalov, C. (1999) Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: Ribeiro, L.C., Pechman, R.(orgs). I: *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Edt. Civilização Brasileira, 23-51p.
- Vasconcelos, P.A (1999) *Dois séculos de pensamento sobre a cidade*. Ilhéus: Edits. 596p.
- Villaça, F. (2001) *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Editora Studio Nobel, 373p.
- Vieira, Silvine. (2000) Epidemias e Políticas Sanitárias no século XIX: Campos dos Goytacazes. Monografia de Bacharelado em Ciências Sociais, CCH/UENF, 56p.
- Waizbord, L. (2000) Georg Simmel e a Berlim do segundo Império (in): *As Aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34, 311-340p.

## **FONTES**

### **PRIMÁRIAS:**

Revista *A Aurora – Letras – Artes – Ciências* . Campos: s.n., 1887; 1900, 19001, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910.

Revista *A Aurora – Letras – Artes – Ciências*. Rio de Janeiro: Typographia Aurora, 1917.

Revista A Lanterna – Letras, Actualidades e Sports. Rio de Janeiro:s.n., ano VI – nrs. 11  
a 14 de junho/julho de 1905

Atas da Câmara Municipal - anos de 1890/1917

Jornal “*O Monitor Campista*” - período de 1890/1917

### **SECUNDÁRIAS**

GUIMARÃES, T. *Subsídios para a História do Jornalismo em Campos*. Rio de Janeiro: s.n., 1927.

PAIXÃO, M. *Movimento Literário em Campos*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1924.

## Anexo I

### Campos dos Goytacazes no fim do século XIX e início do século XX

Figura 2 praça matriz em 1879

Figura 3 praça matriz em 1903

Figura 4 loja Bon Marche – 1905

Figura 5 praça das Verduras na enchente de 1906

### Os Agentes reformadores da Cidade de Campos dos Goytacazes – 1900/1920

Figura 6 médico Benedito Pereira Nunes

Figura 7 médico Luiz Caetano Guimarães Sobral

Figura 8 engenheiro Saturnino do Brito

### Projeto Saneamento de Campos – 1903

Figura 9 a planta

Figura 10 destaque da parte central da planta



## CAMPOS DOS GOYTACAZES NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX



Fig. 2 – A “praça matriz” com a igreja do Santíssimo São Salvador e o conjunto de edificações coloniais, em 1879 (foto de Guilherme Bolkau - arq. Biblioteca Nacional).

Fig.3 –Parte lateral (esquerda) da praça matriz, em 1903, com o prédio da Câmara Municipal, no centro. Nota-se certa transformação no espaço em relação a foto n 2 - (foto arq. CEFET/Campos)

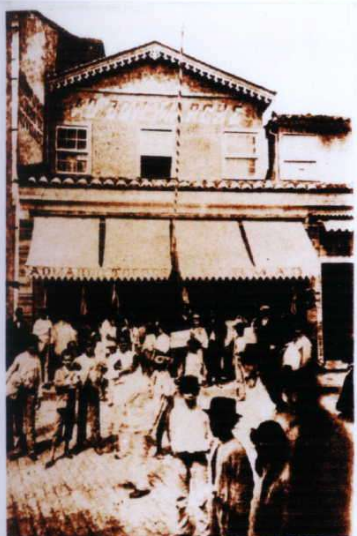


Fig.4 – loja Bom Marché na área central da cidade, em 1905 (foto arq. CEFET/Campos)



Fig.5- Praça das Verduras (atual Praça prudente de Moreas) na enchente de 1906 (foto do arq. CEFET/Campos)

Os Agentes Reformadores da Cidade de Campos dos Goytacazes  
(1900/1920)



Benedito Pereira Nunes, médico,  
presidente da Câmara Municipal de Campos em  
1916/1920 (foto arq. Dr. Wellington Paes).



DR. LUIZ SOBRAL

Fig.7 - Luiz Caetano Guimarães Sobral,  
médico, prefeito de Campos em  
1916/1920 (foto arq. Dr. Wellington Paes).



Saturnino de Brito como voluntário do Batalhão  
Benjamin Constant, na rebelião de 1893.

Fig.8 - O Engenheiro sanitarista  
Saturnino de Brito - elaborou o  
Projeto Saneamento  
de Campos dos Goytacazes, em 1903  
(foto do álbum da família Brito -  
arq. Dr. Wellington Paes).

## *Projeto Saneamento de Campos - 1903*



**Fig.9** Planta do Projeto de Saneamento de Campos elaborado pelo engenheiro Saturnino de Brito em 1903 (foto da tese Campos dos Goytacazes- ressources et virtualités d' une ville brésilienne – données de l' historie – Teresa Peixoto Faria. EHESS/Paris



**Fig. 10** : Em detalhe a parte da área central da cidade, onde localiza a praça matriz, a rua direita, área dos boulevares. Lado direito da foto o canal Campos-Macaé e praças arborizadas (foto da tese Campos dos Goytacazes –ressources et virtualités d' une ville brésilienne – donés de l' historie – Teresa Peixoto Faria- EHESS/Paris).



## Anexo II

### Geração da revista *A Aurora – Letras – Artes – Sciencia*

Figura 12 Theophilo Guimarães

Figura 13 Salema Araújo

Figura 14 Liceu de Humanidades de Campos

### A Imprensa Campista – articulistas que construíram o ideário da *Modernidade em Campos*

Figura 15 Tancredo Lobo

Figura 16 os médicos Ignácio de Moura e Ramiro Braga

### Capas da revista

Figura 17 – de 1900

Figura 18 – de 1917

Figura 19 – propaganda

Figura 20 imigrantes sírios – comerciantes

### Academia de Letras de Campos

Figura 21 Escola Aberta

Figura 22 sede atual da Academia de Letras

GERAÇÃO DA REVISTA A AURORA - LETTRAS -  
ARTES - SCIENCIA



Fig.12- Foto de Theóphilo Guimarães fundador e diretor da revista A Aurora, desde de 1885, quando era apenas folhetim (foto da revista A Lanterna, 1905 – arq. Wellington Paes).

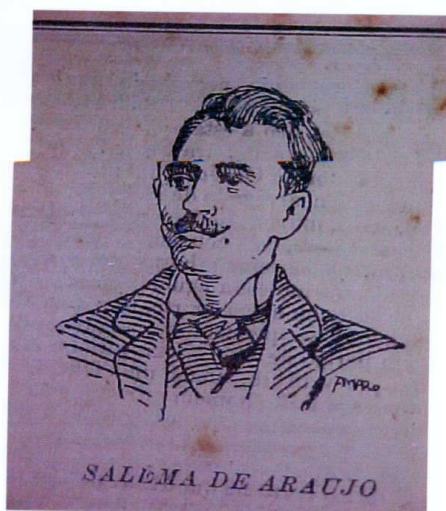
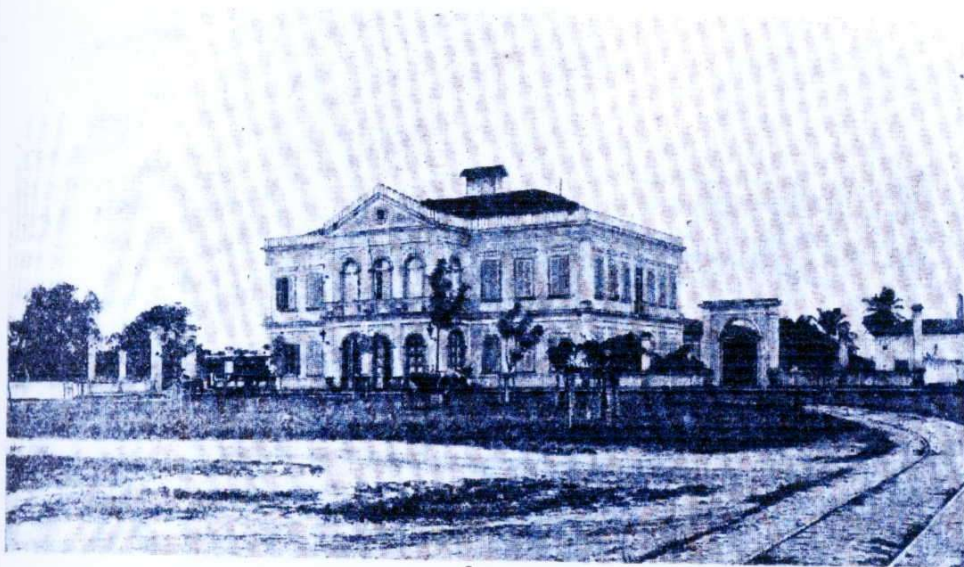


Fig. 13 - Salema Araújo - primeiro secretário da revista (foto arq.FCJOL)

LICEU DE HUMANIDADES E ESCOLA NORMAL DE  
CAMPOS



Lyceu de Humanidades e Escola Normal de Campos

**Fig.14 – Instituição de ensino secundário responsável pela formação de vultos ilustres da sociedade campista, como Ignácio de Moura, Nilo Peçanha, Azevedo Cruz, Múcio da Paixão, Alberto Sampaio etc. (foto da revista A Lanterna, 1905 – arq. Wellington Paes)**

*A IMPRENSA CAMPISTA – ARTICULISTAS QUE  
CONSTRUÍRAM O IDEÁRIO DA MODERNIDADE EM  
CAMPOS – A AURORA*



**Fig. 15 - Tancredo Lobo – redator chefe da *Gazeta do Povo* e publicava contos em *A Aurora* (foto da revista *A Lanterna*, 1905 – arq. Wellington Paes).**

**Fig. 16 – Attila Alvarenga, os médicos Ignácio de Moura, Abelardo de Mello e Ramiro Braga (sentado, lado direito da foto, articulista das “Palestras Médicas” em *A Aurora* e Delegado de Higiene da Câmara (foto da revista *A Lanterna*, 1905 – arq. Wellington Paes)**





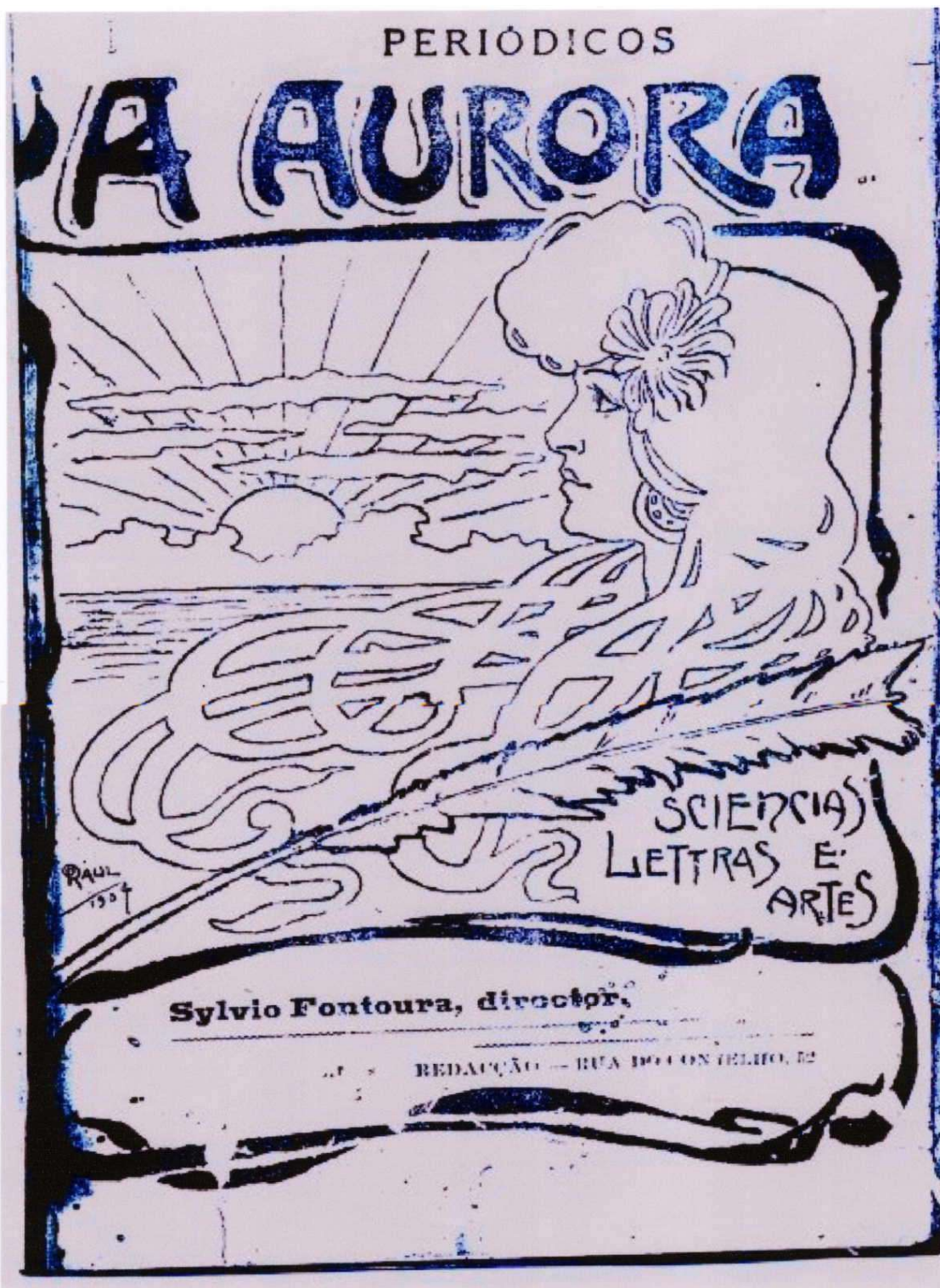


Fig. 17- capa da revista em 1900, desenhada por Raul Pereneiras, cartunista carioca (foto do arq. FCJOL).



# A AURORA



Director . THEOPHILO GUIMARÃES

Parte tecnica de Ary Guimarães

Fig.18— Primeira capa do exemplar, publicado em 1917 no Rio de Janeiro (foto do aqr. Wellington Paes).



**Machado Vianna & C.**



Ferragens e  
**ARMARINHO**  
Carvão de forja, cimento

**AÇO FERRO, CUTEIARIA**  
Arame farpado e liso—Canos de ferro e chumbo—Louças  
esmaltadas—Tintas—Óleos—Graxas e Gaxetas.

PAPÉL PARA ESCREVER E PARA EMBRULHO

Armas e Munições

**HARMONICAS**

**VELAS e milagres**  
de cera  
Fumos e muitos outros artigos

**R. BARÃO DE COTEGIPE, 19**  
**CAMPOS**

Fig. 19 —propaganda de casa comercial, publicada em 1907, em *A Aurora* (foto arq. FCJOL).



Fig. 20 — grupo de imigrantes sírios, estabelecidos em Campos — atividade econômica: o comércio (foto da revista *A Lanterna*, 1905 — arq. Wellington Paes).

## *ACADEMIA DE LETRAS DE CAMPOS*



**Fig.21 - Escola Aberta, sede da Academia de letras campista – não tinha parede nas laterais , no seu em torno área verde – Praça do jardim São Benedito estava localizada, 1910 (foto arq. FCJOL)**



**Fig. 22 – A Academia de Letras de Campos – jardim São Benedito, com laterais fechadas (foto de Simone Pedro Vieira).**

### **Anexo III**

Figura 25 o prédio do jornal **O Monitor Campista**

Figura 26 médico Luiz Sobral – Delegado de Higiene 1901/1903

#### **As Intervenções nas Ruas Centrais**

Figura 27 alargamento da rua 7 de setembro

Figura 28 cortiço

Figura 29 população pobre urbana

Figura 30 o Matadouro

#### **Imagem da Cidade Moderna – 1917**

Figura 31 rua 7 de setembro

Figura 32 praça Prudente de Moraes

Figura 33 Avenida 15 de Novembro

Figura 34 Boulevard do comércio

Figura 35 a nova área central da cidade

Fig. 25 – O prédio do jornal O Monitor Campista no  
entradão da Imprensa, em 1917 – (Arquivo, FIC/UEG)





**Fig.25 – O prédio do jornal *O Monitor Campista* no boulevard da Imprensa, em 1917 – (foto arq. FCJOL)**



DR. LUIZ SOBRAL  
Delegado da Hygiene Municipal de Campos

**Fig. 26 – O médico Luiz Caetano Guimarães Sobral, em 1905 quando era Delegado de Higiene da Câmara Municipal. Em 1916 foi prefeito da cidade e consolidou a construção da cidade moderna, implementando algumas obras de intervenção no espaço urbano elaborada pelo eng. Sanitarista Saturnino de Brito no Projeto de Saneamento de Campos, em 1903.**

## AS INTERVENÇÕES NAS RUAS CENTRAIS



**Fig.27 – O alargamento e calçamento da rua 7 de setembro. Observa-se mudanças na arquitetura das edificações, mas ainda há presença de populares brincando na rua e uma casa estilo colonial, em 1915 ( foto arq. CEFET/Campos).**

**Fig.28 – recorte da fotografia 27, destacando a casa colonial, ou melhor, um cortiço - presença do casal negro, na janela. O estado de conservação do prédio é péssimo e com as transformações ocorridas neste espaço brevemente será demolida (foto arq. CEFET/Campos)**







**TYPO DE LENHADOR CAMPISTA**

**Fig.29 – Um típico representante da população pobre urbana, cujas práticas culturais e de ganho serão perseguidas pelos reformadores da área central da cidade, 1905 (foto da revista A Lanterna. N.13 – Rio de Janeiro – arq. Wellington**





MATADOURO DE CAMPOS

**Fig.30 – O prédio do matadouro que foi reformado, em 1915, de acordo com o projeto de reforma traçado por Saturnino de Brito (foto da revista *A Lanterna* nr. 14 de 1905 – arq. Wellington Paes).**

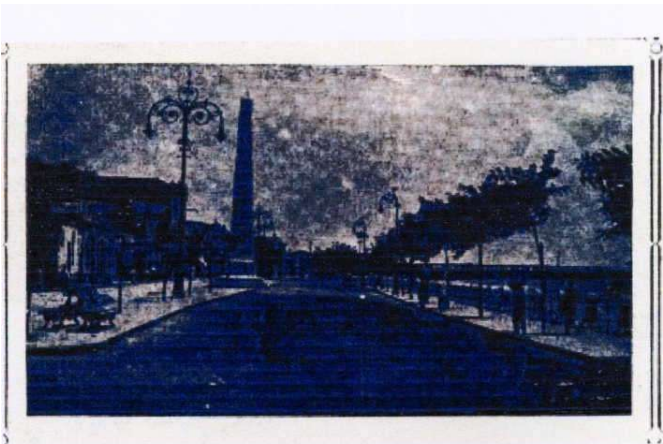
## *A IMAGEM DA CIDADE MODERNA - 1917*



**Fig. 31 – Primeira etapa da intervenção na rua 7 de setembro e ao lado a nova configuração da rua, 1916 – (foto do arq. CEFET/Campos)**



**Fig. 32 – A antiga praça das Verduras reformada, arborizada e com nova nomenclatura, Praça Prudente de Moraes, 1916 (foto arq. CEFET/Campos)**



**Fig.33 – Avenida 15 de Novembro - alargada, pavimentada e arborizada. Local em que os campistas faziam footing aos domingos após as sessões do Trianon, 1916 (foto arq. Wellington Paes).**



**Fig.34 – Boulevard do comércio, prédio do canto esquerdo da foto é a famosa loja Bon Marche, 1916 (foto arq.CEFET/Campos)**



**Fig.35 – rua da área central da cidade, 1915 (foto arq. Wellington Paes).**